

TCE/RN - DAM	
Fls.	729
Rub.	
Mat.	

Proc. 070679/2013-77
Folha 73

3.1.7 - Responsabilizar-se integralmente por todos os compromissos assumidos neste Contrato;

3.1.8 - Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados no AME, disponibilizando a qualquer momento à **CONTRATANTE** e às auditorias do SUS, as fichas e prontuários dos usuários, assim como todos os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados no **AME**;

3.1.9 - Apresentar a **CONTRATANTE** até o 10º dia do mês seguinte, o Relatório Financeiro dos serviços efetivamente executados no mês anterior, acompanhada de Relatórios Gerenciais (estatística) e comprovantes (Posição contábil, fluxo de caixa e extratos bancários), na forma que lhe for indicada pela **CONTRATANTE**;

3.1.10 - Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente Contrato;

3.1.11 - Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados à **CONTRATANTE** e/ou a terceiros por sua culpa, em consequência de erro, negligência ou imperícia, própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;

3.1.12 - Consolidar a imagem do **AME** como centro de prestação de serviços públicos da rede assistencial do Sistema Único de Saúde - SUS, comprometido com sua missão de atender às necessidades terapêuticas dos pacientes, primando pela melhoria na qualidade da assistência;

3.1.13 - Manter em perfeitas condições de higiene e conservação as áreas físicas, instalações e equipamentos do **AME**;

3.1.14 - Prestar assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva de forma contínua aos equipamentos e instalações hidráulicas, elétricas e de gases



TCE/RN - DAM	
Fls.	730
Rub.	
Mat.	

Proc. 070679/2011-77
Folha 79

em geral;

3.1.15 - Devolver à **CONTRATANTE**, após o término de vigência deste Contrato, toda área, equipamentos, instalações e utensílios, objeto do presente contrato, em perfeitas condições de uso, respeitado o desgaste natural pelo tempo transcorrido. Os bens móveis permitidos em uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, que passam a integrar o patrimônio do Estado, após prévia avaliação e expressa autorização do **CONTRATANTE**;

3.1.15.1 – Fica facultado à **CONTRATADA** a aquisição de equipamentos, máquinas e utensílios com os recursos do presente contrato.

3.1.16 – Receber através de seu preposto, os bens inventariados na forma do Anexo Técnico IV, quando da assinatura do Contrato e, de forma idêntica, devolvê-los no término da vigência contratual;

3.1.17 - Dispor da informação oportuna sobre o local de residência dos pacientes atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando minimamente a definição do município de residência dos mesmos, por razões de planejamento das atividades assistenciais;

3.1.18 - Encaminhar à **CONTRATANTE**, nos prazos e instrumentos por ela definidos, todas as informações sobre as atividades desenvolvidas no **AME**, bem como sobre a movimentação dos recursos financeiros recebidos e movimentados pela referida unidade de saúde;

3.1.19 – Encaminhar à **CONTRATANTE** as informações de que trata o item anterior, segundo os modelos por ela elaborados, até o dia 10 (dez) do mês imediatamente subsequente ao das atividades desenvolvidas, ou no dia útil que lhe for imediatamente posterior;

3.1.20 - Em relação aos direitos dos pacientes, a **CONTRATADA** obriga-se a:
a) Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo



TCE/RN - DAM	
Fis.	731
Rub.	12
Mat.	

Proc. 070679/2011-77
Folha 75

médico considerando os prazos previstos em lei;

b) Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

c) Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional previsto neste Contrato;

d) Esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

e) Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

f) Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos pacientes;

3.1.21 - Incentivar o uso seguro de medicamentos ao paciente ambulatorial, procedendo à notificação de suspeita de reações adversas, através de formulários e sistemáticas da SMS;

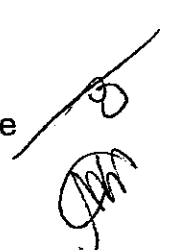
3.1.22 - Implantar, após prévia aprovação da SMS, um modelo normatizado de pesquisa de satisfação pós - atendimento;

3.1.23 - Realizar análise e adoção de medidas de melhoria diante das sugestões, queixas e reclamações que receber com respostas aos usuários, no prazo máximo de 30 dias úteis;

3.1.24 - Instalar um Serviço de Atendimento ao Usuário, conforme diretrizes estabelecidas pela SMS, encaminhando mensalmente relatório de suas atividades;

3.1.25 - Identificar suas carências em matéria diagnóstica e/ou terapêutica que justifiquem a necessidade do encaminhamento de pacientes a outros serviços de saúde, apresentando à SMS, mensalmente, relatório dos encaminhamentos ocorridos;

3.1.26 - Não adotar nenhuma medida unilateral de mudanças na carteira de



TCE/RN - DAM	
Fls.	732
Rub.	
Mat.	

Proc.º 070679/2011-7
Folha 76

serviços, nos fluxos de atenção consolidados, nem na estrutura física do AME, sem prévia ciência e aprovação da SMS;

3.1.27 - Alcançar os índices de produtividade e qualidade definidos nos Anexos Técnicos I e III deste Contrato;

3.1.28 - Acompanhar e monitorar o tempo de espera dos pacientes, incluindo essa informação nos relatórios gerenciais;

3.1.29 - Serão implantadas as Comissões Permanentes visando o acompanhamento, avaliação e melhoria das ações executadas nas Unidades contempladas nesta Proposta.

As Comissões Permanentes a serem implantadas estão especificadas a seguir:

a) **Comissão de Ética Médica**

b) **Comissão de Ética de Enfermagem**

c) **Comissão de Farmácia e Terapêutica**

c.1) Deverá ser implantado fluxo para avaliação de solicitações de alteração na relação municipal de medicamentos padronizados.

d) **Comissão de Padronização de Materiais Permanentes e Equipamentos**

d.1) Deverá ser implantado fluxo para avaliação de solicitações de aquisição de material permanente e equipamentos.

3.1.30 - Possuir e manter em pleno funcionamento um Núcleo de Epidemiologia – NEP, que será responsável pela realização de vigilância epidemiológica de doenças de notificação compulsória no âmbito da Unidade, assim como ações relacionadas a outros agravos de interesse epidemiológico, sempre comunicando a SMS.

3.1.31 - Possuir e manter um Núcleo de Manutenção Geral - NMG que contemple as áreas de manutenção predial, hidráulica, e elétrica, assim como um serviço de gerenciamento de Risco e de Resíduos Sólidos na unidade, bem como manter o núcleo de engenharia clínica para o bom desempenho dos equipamentos.

TCE/RN - DAM	
Fls.	733
Rub.	
Mat.	

3.2 - Implantar sistema de informatização:

São consideradas os seguintes AMEs:

1. Planalto
2. Nova Natal

3.3. Brasília Teimosa

Com o objetivo de modernizar parte da rede municipal de saúde do município de Natal será implantado um Sistema de Informatização com a finalidade de minimizar os gastos desnecessários com a demanda, bem como tornar o serviço mais ágil e dar uma nova perspectiva de dinamismo as atividades desenvolvidas possibilitando:

- Unificar os cadastros, com utilização do histórico clínico eletrônico, agilizando o atendimento e evitando a duplicidade da utilização dos recursos, uma vez que será possível acompanhar, por paciente, os atendimentos realizados;
- Controlar da solicitação/realização de exames de SADT – evita duplicidade de exames;
- Implantar o Projeto Cartão Cidadão, no qual a pessoa será identificada por bairro e micro área de residência;
- Cadastrar a fila de espera, possibilitando conhecer a demanda reprimida;
- Remarcar a agenda, com reaproveitamento de vagas;
- Conhecer os atendimentos realizados para não munícipes, possibilitando pactuação com o município de residência ou mesmo o não atendimento (exceto os casos de emergência);
- Cadastrar toda população com doença crônica, o que permite planejamento assistencial e possibilita garantia da assistência, fornecimento de medicamentos, redução de agravos e evita a judicialização de medicamentos da atenção básica;
- Agilizar e ampliar o faturamento SIA/SUS, possibilitando ampliar a produção da Secretaria. O registro da produção será informatizado com importação dos dados para o Sistema SIA/SUS;

[Handwritten signature]

- Totalizar os atendimentos ocupados por cidadãos atendidos pelo PSF;
- Totalizar os atendimentos ocupados por cidadãos fora do PSF;
- Apresentar estatística de atendimentos X profissional
- Apresentar estatística de atendimentos X especialidade
- Fomentar o auxílio dos cidadãos atendidos nos Programas:

TCE/RN - DAM	
Fls.	734
Rub.	
Mat.	

Hipertensão Arterial, Diabetes, Hanseníase, Tuberculose, Saúde Mental, Programa do Adolescente, Programa do Idoso, Gestante – Pré-Natal, Saúde do Homem.

3.2.1 - Descrição da Solução

A solução proposta é composta dos seguintes produtos/serviços:

- 1) Sistema de Gestão
- 2) Serviços de Customização e Treinamento
- 3) Serviços de Manutenção e Monitoramento

1) Sistema de Gestão

O Sistema informatizado a ser implantado para a gestão das AMEs será fornecido através de contrato de licença de uso, e obedecerá à seguinte estratégia de implantação:

Gestão dos Cadastros

- Será realizada a fase de cadastramento dos cidadãos atendidos nas unidades de saúde, de forma possibilitar o monitoramento dos atendimentos prestados à população melhorando sua resolutividade.
- Todos os cidadãos atendidos nas Unidades serão devidamente identificados e cadastrados, quando possível no padrão do Cadastro Único Federal, possibilitando inclusive a emissão de identificação específica do Município (Cartão).

1.1) Recursos do Sistema de Gestão

- Agendamento dos atendimentos

Os agendamentos de consultas e exames disponibilizados no sistema, que são identificados através de pesquisa seletiva por local de atendimento, período,

turno ou horário, atividade e médico devem ser realizados através de acesso direto a Unidade de Saúde ao sistema ou aos operadores do sistema. Possibilita o registro do paciente em fila de espera quando necessário, e emite as agendas que deverão ser entregues aos médicos antes dos respectivos atendimentos. Permite o cadastramento ou a atualização do cadastro no momento do agendamento. Este cadastro seguirá as regras de cadastramento do cidadão determinadas na implantação do Cadastro Único.

O supervisor do sistema tem a possibilidade de bloquear e desbloquear agendas de consultas médicas ou exames, emitir relatório das agendas bloqueadas, enviar mensagens para os operadores do sistema (individualmente ou para todos ativos), comandar a exclusão de agendas geradas, verificar e controlar a utilização das agendas através de comando para totalização das vagas ofertadas e utilizadas, e, avaliar em tempo real a utilização do sistema e de seus recursos (agendas).

- Relatórios e informações gerenciais decorrentes do agendamento:
 - Pesquisa e/ou impressão de agendamentos de consultas realizadas.
 - Agendamento x profissional
 - Agendamento x especialidade
 - Acompanhamento em tempo real das vagas disponíveis nas Unidades
 - Remarcações com reaproveitamento de vagas
 - Aproveitamento de sobras de faltantes no balcão
 - Monitoramento do índice de faltantes
 - Índice de ociosidade
 - Demanda reprimida
 - Registro dos Atendimentos

O registro dos atendimentos permitirá o acompanhamento da movimentação nos AMEs, apurando o faturamento de cada unidade de acordo com a tabela vigente do SIA/SUS e complementando o agendamento de forma a proporcionar as seguintes informações:

- Histórico de atendimento x cidadão
- Apuração do faturamento SIA/SUS
- Acompanhamento da produtividade da Unidade

[Handwritten signature]

- Monitoramento da produtividade de cada profissional que atende ao público

- Mapeamento da demanda reprimida X especialidade
- Levantamento de indicadores X CID

TCE/RN - DAM	
Fls.	736
Rub.	6
Mat.	

• Controle de estoque e medicamentos

O sistema atende ao controle de estoque de qualquer tipo de insumo e as especificidades do controle de medicamentos, oferecendo as seguintes funcionalidades:

- Controle físico e financeiro do estoque;
- Registro e Controle de Entradas
- Registro e controle on-line da dispensação (consumo interno)
- Registro e controle da dispensação de medicamentos e insumos ao cidadão de acordo com o Programa de Saúde ao qual o mesmo está cadastrado
- Controle do ponto de pedido
- Médias de consumo
- Controle da validade dos medicamentos e insumos em geral
- Controle do lote de fabricação dos medicamentos e insumos em geral, permitindo a rastreabilidade.

2) Serviços de Customização e Treinamento

Para que a implantação do sistema alcance os objetivos propostos, se faz necessário um período de adequação das rotinas operacionais e do sistema de forma a efetivamente eliminar as atividades manuais substituindo-as pelo uso da ferramenta informatizada e também fazendo com que o sistema atenda as especificidades que eventualmente ocorram em alguma das Unidades de Saúde contempladas pela solução.

2.1) Detalhamento dos serviços;

- Revisão do fluxo operacional

Esta atividade tem a finalidade de analisar o fluxo operacional atual de cada Unidade e cada serviço prestado, de forma a tornar o máximo possível das atividades automatizadas garantindo a entrada de dados adequada ao sistema e aderindo o sistema à rotina dos servidores. Nesta etapa são analisados todos

TCE/RN - DAM	
Fls.	737
Rub.	42
Mat.	

Procº 070679/2011 - 7
Folha 21

os formulários utilizados, método de agendamento, regras para atendimentos, relatórios necessários, eliminando tarefas manuais que possam ser substituídas pelo uso do sistema como ferramenta operacional e consequentemente de Gestão.

- Treinamentos dos Servidores

Nesta fase é realizado, por instrutores, o treinamento operacional dos servidores que serão os usuários do sistema. Serão realizados treinamentos para qualificá-los em cadastramento, agendamento e registro de atendimento de acordo com a atuação de cada um na Unidade de Saúde.

- Treinamentos Gerenciais

Este treinamento, também realizado, por instrutores, é direcionado aos coordenadores de unidade e gestores, com a finalidade de orientá-los quanto ao acompanhamento das atividades registradas pelo sistema, emissão de relatórios, visualização de informações gerenciais.

3) Serviços de Manutenção e Monitoramento

Estes serviços são prestados após o período de implantação do sistema, sendo realizado por analistas de suporte e de O&M, com a finalidade de manter o sistema em plena utilização, contemplando as seguintes atividades:

- 1º Atendimento ao usuário (suporte de 1º nível), sanando as dúvidas operacionais, e verificando a natureza das ocorrências;
- Acompanhamento e avaliação da utilização do sistema em todas as Unidades de Saúde;
- Avaliação, acompanhamento, monitoração das RO's - Registros de Ocorrência, abertos quando o usuário aciona o suporte quanto às intercorrências na utilização do sistema;
- Identificação, junto aos usuários, da necessidade de SC - Solicitação de Customização a serem incorporadas ao Sistema - além de especificá-las e providenciar o encaminhamento das mesmas;
- Retreinamento de usuários ou treinamento de novos usuários do sistema;
- Manutenção do Sistema



TCE/RN - DAM	
Fls.	738
Rub.	
Mat.	

Proc. 070679/2011-+
Folha 82

3.4 - Estabelecer e executar os planos, programas e sistemas constantes do Anexo Técnico I;

3.4.1 - Movimentar os recursos financeiros transferidos pela **CONTRATANTE** para a execução do objeto deste Contrato em conta bancária específica e exclusiva, vinculada ao **AME**, de modo a que os recursos transferidos não sejam confundidos com os recursos próprios da Organização Social, ressalvado conta bancária para suportar os recursos financeiros de que trata a cláusula 3.1.34.2 – Fundo de Provisão.

3.4.2 – As despesas administrativas oriundas deste contrato de gestão que incidem sobre a Matriz da **CONTRATADA**, deverão ser ressarcidas pela rubrica contábil de despesa operacional da **CONTRATADA**, até o limite de 10% (dez por cento) sobre os valores mensais do presente contrato.

3.4.3 – Do total dos recursos financeiros fica a **CONTRATADA** autorizada a formar e manter um Fundo de Provisão para fins de rescisões trabalhistas e ações judiciais, que poderá ser utilizado durante a vigência do contrato, bem como para pagamentos de ações judiciais que se prolonguem no decurso do tempo, mesmo após o término do contrato.

4.2 – DA CONTRATANTE

4.2.1 - Disponibilizar à **CONTRATADA** adequada estrutura física, materiais permanentes, equipamentos e instrumentos para a organização, administração e gerenciamento do **AME**, conforme inventário patrimonial;

4.2.2 - Prover a **CONTRATADA** dos recursos financeiros necessários à execução deste Contrato e a programar, nos orçamentos dos exercícios subsequentes, quando for o caso, os recursos necessários para custear os seus objetivos, de acordo com o sistema de pagamento previsto;

4.2.3 - Prestar esclarecimentos e informações à **CONTRATADA** que visem a orientá-la na correta prestação dos serviços pactuados, dirimindo as questões omissas neste instrumento;

TCE/RN - DAM	
Fls.	779
Rub.	
Mat.	

Procº 070679/2011-77
Folha 83

4.2.4 - Desenvolver o controle e a avaliação periódica através de um preposto designado pelo Secretário da Saúde, o qual observará "in loco" o desenvolvimento das atividades de assistência aos usuários no AME.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Contrato serão alocados para a **CONTRATADA** mediante transferências oriundas do **CONTRATANTE**, sendo permitido à **CONTRATADA** o recebimento de doações e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras, rendimentos de aplicações dos ativos financeiros da Organização Social e de outros pertencentes ao patrimônio que estiver sob a administração da OS, ficando-lhe, ainda, facultado contrair empréstimos com organismos nacionais e internacionais.

CLÁUSULA QUINTA – DO REPASSE DE RECURSOS

1. Para a execução do objeto da presente avença, a **CONTRATANTE** repassará à **CONTRATADA**, no prazo e condições constantes deste instrumento e seus anexos, a importância global estimada de R\$ 26.427.479,79 (vinte e seis milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, quatrocentos e setenta e nove reais, setenta e nove centavos), para fins de cumprimento dos serviços pactuados nos termos do Anexo Técnico I, parte integrante deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O valor pactuado será repassado pela **CONTRATANTE**, de acordo com o cronograma de desembolso previsto na Cláusula Sétima deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os recursos destinados ao presente Contrato de Gestão serão empenhados ~~globalmente~~ em montante correspondente às despesas previstas até dezembro

TCE/RN - DAM	
Fis.	740
Rub.	
Mat.	

Procº 070679/2011-77
Folha 84

2010, devendo ser consignado na lei orçamentária do exercício seguinte o montante remanescente relativo aos meses de execução do Contrato no exercício de 2011 e seguintes.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Os recursos repassados à **CONTRATADA** poderão ser aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados dessa aplicação revertam-se, exclusivamente, aos objetivos deste Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade Gestora:

Fonte de Recurso:

Programa de Trabalho:

Natureza da Despesa:

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento do valor constante da Cláusula Quinta será efetuado conforme definido nas condições a seguir estabelecidas:

I – No primeiro ano de vigência do presente Contrato, o valor global a ser repassado está estimado em R\$ 26.427.479,79 (vinte e seis milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, quatrocentos e setenta e nove reais, setenta e nove centavos), mediante a liberação de 12 (doze) parcelas mensais, cujo valor é composto de uma parte fixa correspondente a 90% do orçamento mensal, e uma parte variável e 10% (dez por cento) calculada com base na adesão de indicadores de qualidade.

II - Do montante global previsto no item anterior, o valor de R\$ 2.589.972,46 (dois milhões, quinhentos e oitenta e nove mil, novecentos e setenta e dois reais e quarenta e seis centavos), correspondentes à primeira parcela, que corresponde a 1,5 do valor mensal do custeio das unidades de Planalto e Nova Natal e 0,5 do valor mensal da unidade de Brasília Teimosa, que será transferido a entidade em até 5 dias úteis da assinatura deste Contrato.

III - O valor correspondente a segunda até a décima primeira parcela será de R\$ 2.270.238,75 (dois milhões, duzentos e setenta mil, duzentos e trinta e oito reais e setenta e cinco centavos), sendo a décima segunda parcela no valor de R\$ 1.135.119,22 (hum milhão, cento e trinta e cinco mil, cento e dezenove reais e vinte e dois centavos), que corresponde a 0,5 do valor mensal das unidades de Planalto, Nova Natal e Brasília Teimosa.

IV - As parcelas referidas no item anterior serão repassadas mensalmente até o quinto dia útil após o recebimento do relatório financeiro dos serviços objeto do presente contrato executados no mês anterior. A unidade de Brasília Teimosa só terá o repasse correspondente a 11 (onze) meses.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

As metas contratuais da parte variável do contrato de gestão serão avaliadas trimestralmente, e, em caso de não cumprimento, será efetuado o desconto de até 10%, observado o disposto no Anexo Técnico II.

PARÁGRAFO SEGUNDO

As parcelas de valor variável serão repassadas mensalmente, junto com a parte fixa, e os eventuais ajustes financeiros a menor decorrentes da avaliação do alcance das metas das partes variáveis serão realizados nos meses subsequentes à análise dos indicadores estabelecidos, na forma disposta neste Contrato e seus Anexos.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A CONTRATADA deverá anexar mensalmente aos relatórios encaminhados à CONTRATANTE, os comprovantes de quitação de despesas com água,

TCE/RN - DAM	
Fls.	742
Rub.	
Mat.	

Proc. 010679/2013 - 77
Folha 86

energia elétrica e telefone, efetuados no mês imediatamente anterior, bem como os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários relativos ao mês anterior.

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS HUMANOS

A **CONTRATADA** contratara pessoal para a execução de suas atividades, sendo de sua inteira responsabilidade os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e securitários, resultantes da execução do objeto do presente Contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A **CONTRATANTE** poderá colocar à disposição da **CONTRATADA**, mediante cessão especial nos termos da Lei nº 6.108/2010, a ser formalizada através de instrumento de convênio específico, os servidores públicos estaduais de seu quadro de pessoal permanente, desde que solicitado pela **CONTRATADA** de acordo com a necessidade de seus serviços.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor pago pelo Poder Público, a título de remuneração e de contribuição previdenciária do servidor colocado à disposição da **CONTRATADA**, será deduzido do valor de cada parcela dos recursos repassados mensalmente.

CLÁUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

O órgão competente da **CONTRATANTE** responsável pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação deste Contrato de Gestão emitirá relatório técnico sobre os resultados alcançados pela **CONTRATADA** quanto às metas pactuadas, quanto à economicidade das ações realizadas e à otimização do padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao usuário.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O órgão referido nesta cláusula encaminhará o relatório técnico ao Secretário da Saúde e ao órgão deliberativo da **CONTRATADA**, até o último dia do mês subsequente ao encerramento de cada trimestre do exercício financeiro.

TCE/RN - DAM	
Fis.	743
Rub.	12
Mat.	

PARÁGRAFO SEGUNDO

Os resultados alcançados deverão ser objetos de análise criteriosa pelo Secretário da Saúde ou comissão especialmente designada para tal, que norteará as correções que eventualmente se façam necessárias, para garantir a plena eficácia do instrumento, e em persistindo as falhas, para subsidiar a decisão do Governo Municipal acerca da manutenção da qualificação da Entidade como Organização Social.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Ao final de cada exercício financeiro será elaborada consolidação dos relatórios técnicos emitidos pelo órgão de acompanhamento e avaliação, para análise e parecer conclusivo do Secretário da Saúde.

PARÁGRAFO QUARTO

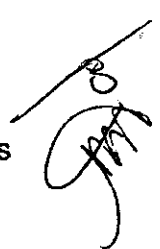
Os responsáveis pela fiscalização deste Contrato, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade na utilização de recursos ou bens de origem pública, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas do Estado e ao Ministério Público, para as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PRAZO

O prazo de vigência do presente CONTRATO será de 12 (doze) meses, contados da assinatura do presente instrumento, podendo ser prorrogado, após demonstrada a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas, se houver a indicação, garantia e aprovação das dotações orçamentárias necessárias para as despesas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA REVISÃO E REPACTUAÇÃO

O presente Contrato poderá ser alterado, mediante revisão das metas e dos



valores financeiros inicialmente pactuados, desde que prévia e devidamente justificada, com a aceitação de ambas as partes e a autorização por escrito do Secretário de Saúde, devendo, nestes casos, serem formalizados os respectivos Termos Aditivos. Poderá também ser alterado para assegurar a manutenção do equilíbrio econômico e financeiro do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém, de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas, a ser apresentada mensalmente ou a qualquer tempo, conforme recomende o interesse público, far-se-á através de relatório pertinente à execução desse Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhados dos demonstrativos financeiros referentes aos gastos e receitas efetivamente realizados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Ao final de cada exercício financeiro, a **CONTRATADA** deverá elaborar consolidação dos relatórios de execução e demonstrativos financeiros e encaminhá-los à **CONTRATANTE**, em modelos por esta estabelecidos.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Cabe à **CONTRATADA**, obrigatoriamente, a publicação anual, no Diário Oficial do Município, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do presente Contrato de Gestão.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INTERVENÇÃO DO ESTADO NO SERVIÇO TRANSFERIDO

Na hipótese de risco quanto à continuidade dos serviços de saúde prestados à população pela **CONTRATADA**, o **CONTRATANTE** poderá assumir

imediatamente a execução dos serviços objeto deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

TCE/RN - DAM	
Fls.	745
Rub.	4
Mat.	

A rescisão do Contrato poderá ser efetivada:

I - por ato unilateral da **CONTRATANTE**, na hipótese de descumprimento, por parte da **CONTRATADA**, ainda que parcial, das cláusulas que inviabilizem a execução de seus objetivos e metas previstas no presente Contrato, decorrentes de má gestão, culpa e/ou dolo;

II - por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público;

III - por ato unilateral da **CONTRATADA** na hipótese de atrasos dos repasses devidos pela **CONTRATANTE** superior a 30 (trinta) dias da data fixada para o pagamento, cabendo à **CONTRATADA** notificar a **CONTRATANTE**, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, informando do fim da prestação dos serviços contratados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Verificada a rescisão contratual por dolo da **CONTRADA**, a **CONTRATANTE** providenciará a revogação da permissão de uso existente em decorrência do presente instrumento, aplicará as sanções legais cabíveis e promoverá a desqualificação da entidade como Organização Social, pelo Poder Executivo, após apuradas a falta em processo regular, assegurada a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A desqualificação da entidade acarretará a reversão dos bens disponibilizados para a execução do contrato conforme "Anexo técnico IV – Inventário e avaliação dos bens, bem como a incorporação ao patrimônio da **CONTRATANTE**."

PARÁGRAFO TERCEIRO



Os excedentes financeiros, cuja CONTRATADA não tenha apresentado a competente prestação de contas, deverão ser ressarcidos via depósito em conta corrente da CONTRATANTE, a exceção dos recursos do Fundo de Provisão de que trata a Cláusula 3.1.35.2. Para tanto, será concedido prazo de 60 dias para apresentação da última prestação de contas, contendo toda a comprovação relativa a execução do objeto do presente contrato.

TCE/RN - DAM	
Fls.	746
Rub.	
Mat.	

PARÁGRAFO QUARTO

A CONTRATADA deverá disponibilizar, imediatamente, todos os arquivos referentes ao registro atualizado de todos os atendimentos efetuados no AME, as fichas e prontuários dos usuários.

PARÁGRAFO QUINTO

A CONTRATADA terá o prazo máximo de 90 (noventa) dias, a contar da data da rescisão do Contrato, para quitar suas obrigações e prestar contas de sua gestão à CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA é responsável pela indenização de danos decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem ao paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis e imóveis elencados no Anexo Técnico IV, de que trata a Lei nº 6.108/2010, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Contrato de Gestão terá o seu extrato publicado no Diário Oficial do Município, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO



TCE/RN - DAM	
Fis.	747
Rub.	
Mat.	

Proc. 010679/2011-7
Folha 91

As partes contratantes elegem o Foro da Comarca de Natal, como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia resultante do presente contrato, renunciando, expressamente, a outro qualquer por mais privilegiado que se configure. E, por estarem de pleno acordo, firmam as partes o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para um único efeito de direito, na presença das testemunhas abaixo-subscritas.

NATAL, 26 de outubro de 2010.


MUNICÍPIO DE NATAL
CONTRATANTE


ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS
CONTRATADA

Testemunha _____

Testemunha _____

TCE/RN - DAM	
Fis.	748
Pub.	10
Mat.	

Proc. 62952 10
colha 304 304

ANEXO TÉCNICO

A - DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS

I - CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

A **CONTRATADA** atenderá com seus recursos humanos e técnicos aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional, os serviços de saúde que se enquadrem nas modalidades abaixo descritas, conforme sua tipologia.

O Serviço de Admissão da **CONTRATADA** solicitará aos pacientes, ou a seus representantes legais, a documentação de identificação do paciente e a documentação de encaminhamento, se for o caso, especificada no fluxo estabelecido pela Secretaria Municipal da Saúde.

O acompanhamento e a comprovação das atividades realizadas pela **CONTRATADA** serão efetuados através dos dados registrados no SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais, bem como através dos formulários e instrumentos para registro de dados de produção definidos pela **CONTRATANTE**.

1. ATENDIMENTO A URGÊNCIAS

1.1 Serão considerados atendimentos de urgência aqueles não programados que sejam dispensados a pessoas que procurem tal atendimento, de forma referenciada conforme o fluxo estabelecido pela Secretaria Municipal da Saúde, durante as 24 horas do dia, todos os dias do ano.

1.2 Para efeito de produção contratada / realizada deverão ser informados todos os atendimentos realizados no setor de urgência.

1.3 Em consequência do atendimento de urgência o paciente é colocado em regime de "observação" (leitos de observação), por um período menor que 24 horas e não ocorre internação ao final deste período, somente será registrado o atendimento da urgência propriamente dita, não gerando nenhum registro de internação.

1 2 1 1

1 2 1 1

2. PROGRAMAS ESPECIAIS E NOVAS ESPECIALIDADES DE ATENDIMENTO

Se, ao longo da vigência deste contrato, de comum acordo entre os contratantes, a Unidade de Pronto Atendimento, se propuser a realizar outros tipos de atividades diferentes daquelas aqui relacionadas, seja pela introdução de novas especialidades médicas, seja pela realização de

13 10/12

TCE/RN - DAM	
Fis.	749
Rub.	ba.
Mat.	

Proc. 62952 10
Folha 368 305

programas especiais para determinado tipo de patologia ou pela introdução de novas categorias de exames laboratoriais, estas atividades poderão ser previamente autorizadas pela **CONTRATANTE** após análise técnica, sendo quantificadas separadamente do atendimento rotineiro da unidade e sua orçamentação econômico-financeira será discriminada e homologada através de Termo Aditivo ao presente contrato.

II – ESTRUTURA E VOLUME DE ATIVIDADES CONTRATADAS

II.1 ATENDIMENTO À URGÊNCIAS

URGÊNCIA	1º M	2º M	3º M	4º M	5º M	6º M	7º M
Atendimentos	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000

URGÊNCIA	8º M	9º M	10º M	11º M	12º M	TOTAL
Atendimentos	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000	108.000

Na hipótese de impossibilidade, por parte da **CONTRATADA**, de cumprimento das metas estipuladas no presente contrato e seus anexos, tendo como única e exclusiva justificativa a inexistência de demanda suficiente para atingir os parâmetros contratualmente fixados, não haverá descontos nos pagamentos devidos, desde que os dados e informações que atestarem a não ocorrência da demanda sejam examinados, aprovados e validados pela **CONTRATANTE**.

Para possibilitar o exame das informações acima referidas a **CONTRATADA** deverá encaminhar à **CONTRATANTE**, junto com a documentação informativa das atividades assistências realizadas, no prazo estipulado, informações acerca da insuficiência de demanda para o cumprimento das metas de atendimento, para serem analisadas pela **CONTRATANTE**.

III – CONTEÚDO DAS INFORMAÇÕES A SEREM ENCAMINHADAS À CONTRATANTE

A **CONTRATADA** encaminhará à **CONTRATANTE** toda e qualquer informação, na formatação e periodicidade por essa determinadas.

As informações solicitadas referem-se aos aspectos abaixo relacionados:

- Relatórios contábeis e financeiros;
- Relatórios referentes aos Indicadores de Qualidade estabelecidos para a unidade;
- Relatórios de custos

[Handwritten signature]

TCE/RN - DAM	
Fls.	750
Ass.	
Relat	

Proc. 62952 10
Folha 306 306
X

- Censo de origem dos pacientes atendidos;
- Pesquisa de satisfação de pacientes e acompanhantes;
- Outras a serem definidas.

B - SISTEMA DE PAGAMENTO

Com a finalidade de estabelecer as regras e o cronograma do Sistema de Pagamento ficam estabelecidos os seguintes princípios e procedimentos:

I. COMPOSIÇÃO DOS VALORES REPASSADOS:

1. A atividade assistencial da **CONTRATADA** ocorrerá conforme especificação e quantidades relacionadas no ANEXO TÉCNICO A – Descrição dos Serviços, na modalidade abaixo assinalada:

(X) Atendimento a Urgências e emergências

1.1 As modalidades de atividade assistenciais acima assinaladas referem-se à rotina do atendimento a ser oferecido aos usuários da unidade sob gestão da **CONTRATADA**.

2. Além das atividades de rotina, a unidade poderá realizar outras atividades, submetidas à prévia análise e autorização da **CONTRATANTE**, conforme especificado no item 02 do Anexo Técnico - A - Descrição de Serviços.

3. O montante do orçamento econômico-financeiro da UPA para o exercício de 2010/2011 fica estimado em R\$ 11.697.085,72 (onze milhões seiscentos e noventa e sete mil oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos), e corresponde a sua modalidade de atividade assistencial.

4. Conforme o disposto na Cláusula Sétima do Contrato de Gestão, as parcelas mensais de pagamento repassadas à **CONTRATADA** são subdivididas da seguinte forma:

4.1 90% (noventa por cento) do valor mencionado no item 03 (três) acima, ou seja, R\$ 10.527.377,15 (dez milhões quinhentos e vinte e sete mil trezentos e setenta e sete reais e quinze centavos) será repassado em 12 (doze) parcelas mensais, no valor de R\$ 877.281,43 (oitocentos e setenta e sete mil duzentos e oitenta e um reais e quarenta e três centavos),

306

TCE/RN - DAM	
Fis.	751
Sub.	12
Mat.	

Proc. 62959 10
Folha 364 307
OK

ressalvado o disposto na Cláusula Sétima do Contrato de Gestão no que se refere ao valor da primeira e da décima segunda parcela;

4.2 10% (dez por cento) do valor mencionado no item 03 (três), ou seja, R\$ 1.169.708,57 (um milhão cento e sessenta e nove mil setecentos e oito reais e cinquenta e sete centavos, será repassado em 12 (doze) parcelas mensais, juntamente com a parcela fixa, com valor mensal estimativo de R\$ 97.475,71 (noventa e sete mil quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos), vinculado à avaliação dos indicadores de qualidade e conforme sua valoração, de acordo com o estabelecido no Anexo Técnico C - Indicadores de Qualidade, parte integrante deste Contrato de Gestão, ressalvado o disposto na Cláusula Sétima do Contrato de Gestão no que se refere ao valor da primeira e da décima segunda parcela;

4.3 A avaliação da parte variável (Itens 4.2 acima) será realizada trimestralmente podendo gerar um ajuste financeiro a menor nos meses subseqüentes, dependendo do percentual de alcance dos indicadores, pela UPA.

5. Visando o acompanhamento e avaliação do Contrato de Gestão e o cumprimento das atividades estabelecidas para a **CONTRATADA** no Anexo Técnico A - Descrição de Serviços, a mesma deverá encaminhar mensalmente, até o décimo quinto dia do mês seguinte, a documentação informativa das atividades assistenciais realizadas pela Unidade de Pronto Atendimento.

5.1. As informações acima mencionadas serão encaminhadas através dos registros no SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais, de acordo com normas e prazos estabelecidos pela **CONTRATANTE**.

5.2. As informações mensais relativas à produção assistencial, indicadores de qualidade, movimentação de recursos econômicos e financeiros, serão encaminhadas em arquivo eletrônico, via e-mail, utilizando planilhas do programa Windows Office - Excel encaminhados pela **CONTRATANTE** e de acordo com normas, critérios de segurança e prazos por ela estabelecidos.

6. A **CONTRATANTE** procederá à análise dos dados enviados pela **CONTRATADA** para que sejam efetuados os devidos pagamentos de recursos, conforme estabelecido na Cláusula Sétima do Contrato de Gestão.

TCE/RN - DAM	
Fls.	752
Rub.	1
Mat.	

Proc. 62952 10
Folha 368 308

7. A cada período de 03 (três) meses, a **CONTRATANTE** procederá à consolidação e análise conclusiva dos dados do trimestre findo, para avaliação e pontuação dos indicadores de qualidade e produção que condicionam o valor do pagamento de valor variável citado no item 4.2 deste anexo.

8. Trimestralmente a **CONTRATANTE** procederá à análise das quantidades de atividades assistenciais realizadas pela **CONTRATADA**, verificando e avaliando semestralmente os desvios (para mais ou para menos) ocorridos em relação às quantidades estabelecidas neste Contrato de Gestão.

9. Da análise referida no item anterior, poderá resultar uma re-pactuação das quantidades de atividades assistenciais ora estabelecidas e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, efetivada através de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, acordada entre as partes nas respectivas reuniões para ajuste trimestral do Contrato de Gestão.

10. A análise referida no item 08 (oito) deste documento não anula a possibilidade de que sejam firmados Termos Aditivos ao Contrato de Gestão em relação às cláusulas que quantificam as atividades assistenciais a serem desenvolvidas pela **CONTRATADA** e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, a qualquer momento, se condições e/ou ocorrências excepcionais incidirem de forma muito intensa sobre as atividades da Unidade de Pronto Atendimento, inviabilizando e/ou prejudicando a assistência ali prestada.

II - SISTEMÁTICA E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

II.1 INDICADOR DE PRODUTIVIDADE - AVALIAÇÃO E VALORAÇÃO DOS DESVIOS NAS QUANTIDADES DE ATIVIDADE ASSISTENCIAL (Item 4.2 deste Anexo Técnico B - SISTEMA DE PAGAMENTO)

1. Os ajustes dos valores financeiros, previstos no Item 4.2 deste Anexo, decorrentes dos desvios constatados nos volumes de produção pactuados serão efetuados nos meses subsequentes aos períodos de avaliação trimestral.

2. A avaliação e análise das atividades contratadas constantes deste documento serão efetuadas conforme explicitado nas Tabelas que se seguem e previstos no Item 4.2 deste Anexo. Os desvios serão analisados em relação às quantidades especificadas para cada modalidade de atividade assistencial especificada no Anexo Técnico A - Descrição de Serviços e gerarão uma variação proporcional no valor do pagamento de recursos a ser efetuado à **CONTRATADA**,

3

TCE/RN - DAM	
Fls.	753
Rub.	
Mat.	

Proc. 62952 10
Folha 369 309

respeitando-se a proporcionalidade de cada tipo de despesa especificada no item 3 (três) deste documento.

As quantidades de atividade assistencial possuem peso 50 na avaliação.

INDICADOR DE PRODUTIVIDADE (Grupo 02 e Grupo 03)	Peso
Acima do volume contratado	100% (cem por cento) do peso do INDICADOR DE PRODUTIVIDADE
Entre 85% e 100% do volume contratado	50% (cinquenta por cento) do peso do INDICADOR DE PRODUTIVIDADE
Entre 70% e 84,99% do volume contratado	0% (zero por cento) do peso do INDICADOR DE PRODUTIVIDADE

II.2 - AVALIAÇÃO E VALORAÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE (Item 4.2 deste Anexo Técnico B - SISTEMA DE PAGAMENTO)

Os valores percentuais apontados na tabela inserida Anexo Técnico C - INDICADORES DE QUALIDADE, para valoração de cada um dos indicadores serão utilizados para o cálculo do valor variável a ser pago, conforme especificado no Item 4.2 deste Anexo B - SISTEMA DE PAGAMENTO.

Os indicadores de qualidade possuem peso 50 na avaliação.

INDICADOR DE QUALIDADE	Peso
Qualidade da Informação	50,00% (cinquenta por cento) do peso do INDICADOR DE QUALIDADE se atendido integralmente
Atenção ao usuário	50,00% (cinquenta por cento) do peso do INDICADOR DE QUALIDADE se atendido integralmente

II.3 - MATRIZ DE AVALIAÇÃO

Indicador	Peso
INDICADOR DE PRODUTIVIDADE	50% (cinquenta por cento) do valor mensal relativo Item 4.2 deste Anexo Técnico B - SISTEMA DE PAGAMENTO
INDICADOR DE QUALIDADE	50% (cinquenta por cento) do valor mensal relativo Item 4.2 deste Anexo Técnico B - SISTEMA DE PAGAMENTO

TCE/RN - DAM	
Fls.	754
Rub.	
Mat.	

Proc. 62952 10
Folha 320 310

C - INDICADORES DE QUALIDADE

Os Indicadores estão relacionados à qualidade da assistência oferecida aos usuários da unidade gerenciada e medem aspectos relacionados à efetividade da gestão e ao desempenho da unidade.

A complexidade dos indicadores é crescente e gradual, considerando o tempo de funcionamento da unidade.

Trimestralmente, serão reavaliados os Indicadores de Qualidade podendo os mesmos serem alterados ou introduzidos novos parâmetros e metas sendo que o alcance de um determinado indicador no decorrer de certo período, torna esse indicador um pré-requisito para que outros indicadores mais complexos possam ser avaliados; desta forma, os indicadores que são pré-requisitos para os demais continuam a ser monitorados e avaliados, porém já não têm efeito financeiro.

A cada ano é elaborado um Manual que estabelece todas as regras e critérios técnicos para a avaliação dos Indicadores utilizados para o cálculo da parte variável do Contrato de Gestão. O Manual que subsidiará a avaliação do ano de 2010 encontra-se descrito a seguir.

Os indicadores constantes da proposta de trabalho constituem obrigação contratual.

Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar a totalidade dos indicadores de qualidade previstos na sua Proposta de Trabalho.

Para fins de aferição e do pagamento correspondente à parte variável (10%) serão observados os indicadores especificados no Manual de Indicadores para a parte variável.

MANUAL DE INDICADORES PARA A PARTE VARIÁVEL CONTRATO DE GESTÃO DESCRIÇÃO E METODOLOGIA DE CÁLCULO INTRODUÇÃO

Este documento descreve os indicadores que serão avaliados pela Secretaria Municipal de Saúde na análise para repasse de 10% do valor global do Contrato de Gestão em seus respectivos trimestres de avaliação. A análise de cada indicador será mensal e a valoração financeira trimestral, conforme definido em contrato.

TCE/RN - DAM	
Fis.	755
Pub.	4
Mat.	

Proc. 62952 10
Folha 311
X

AVALIAÇÃO DA PARTE VARIÁVEL

Para a avaliação dos indicadores referentes à parte variável do contrato a CONTRATADA deverá atingir as metas definidas para os seguintes indicadores: Quantidades de Atividade Assistencial, Qualidade da Informação e Atenção ao Usuário.

METAS E INDICADORES PARA 2010/2011

Para o ano 2010/2011 estabelecem-se como indicadores determinantes do pagamento da parte variável:

- Quantidades de Atividade Assistencial
- Qualidade da Informação
- Atenção ao Usuário

1. Quantidades de Atividade Assistencial

Avalia o percentual de atividade assistencial em relação às metas pactuadas no item II.1 ATENDIMENTO À URGÊNCIAS, aplicando-se para efeito da mensuração de recursos o disposto no item II.1 INDICADOR DE PRODUTIVIDADE - AVALIAÇÃO E VALORAÇÃO DOS DESVIOS NAS QUANTIDADES DE ATIVIDADE ASSISTENCIAL.

2. Qualidade da Informação

A - Apresentação de faturamento SIA.

Avalia a proporcionalidade de fichas de atendimento em relação à atividade da UPA. A meta a ser cumprida é apresentação de no mínimo 90% das fichas de atendimento para faturamento SIA, referentes aos atendimentos em cada mês de competência. O prazo para a entrega da informação é o décimo quinto dia útil do mês subsequente. Os dados devem ser enviados em meio magnético (DVD, CD ROM ou e-mail), contendo exclusivamente informações SIA do mês de competência (mês cheio), livres de crítica e de reapresentações. As informações habitualmente encaminhadas às instâncias regionais da SMS não sofrerão alterações em sua metodologia e conteúdo e não deverão ser remetidas para a SMS.

B. Taxa de identificação da origem do paciente

O objetivo é conhecer a localidade de residência do paciente para avaliar a adequada inserção regional da UPA por meio da caracterização da origem da demanda. O indicador permite melhor planejamento regional dos serviços de saúde ao identificar fluxos de referência corretos e incorretos. O indicador utiliza a identificação correta do Código de Endereçamento Postal (CEP)

3 J

TCE/RN - DAM	
Fis.	756
Rub.	4
Mat.	

Proc. 62952 10
Folha 328 312

e do código do IBGE. A meta é atingir 98% de CEP válido e 98% de CEP compatíveis com o código IBGE.

Código do CEP válido é o que corresponde a um logradouro (bairro, cidade, praça, rua, avenida, etc.) específico.

Numerador: Número de CEP válido

Denominador: Número total de CEP apresentado

Resultado da divisão multiplicado por 100

CEP compatível é o que encontra correspondência com o código do IBGE do município, pois existe a possibilidade de um CEP válido (que corresponde a um número existente do código postal) não estar de acordo com o logradouro indicado como de residência do paciente.

Numerador: Número de CEP compatíveis com código de IBGE

Denominador: Número total de CEP apresentado

Resultado da divisão multiplicado por 100

3. Atenção ao Usuário – Resolução de queixas e pesquisa de satisfação

A meta é a resolução de 80% das queixas recebidas. Entende-se por queixa o conjunto de reclamações recebidas por qualquer meio de um autor identificável (verbal, por escrito, por telefone, correio físico ou eletrônico), e que deve ser registrada adequadamente. Entende-se por resolução o conjunto de ações geradas por uma queixa no sentido de solucioná-la e que possa ser encaminhada a seu autor como resposta ou esclarecimento ao problema apresentado.

A pesquisa de satisfação do usuário sobre o atendimento da UPA destina-se à avaliação da percepção de qualidade de serviço pelos pacientes ou acompanhantes. Em cada trimestre será avaliada a pesquisa de satisfação do usuário, por meio dos questionários específicos, que deverão ser aplicados mensalmente em pacientes atendidos no serviço, abrangendo 10% do total de pacientes e acompanhantes. A pesquisa será feita verbalmente, registrada em papel, sendo obrigatoriamente anônima, apenas com identificação numérica. Os modelos dos questionários serão enviados à UPA em meio eletrônico para aplicação e preenchimento. Será fornecida uma planilha de consolidação para preenchimento das respostas obtidas, do atendimento de urgência e emergência. A meta a ser atingida é o envio das planilhas de consolidação até o dia 15 do mês imediatamente subsequente.

TCE/RN - DAM
 Fls. 757
 Rub. 12
 8739

Proc. 62952 10
 Folha 323 313
R

INVENTÁRIO DE BENS DISPONIBILIZADOS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Aparadeira	10
Aparelho de Raio X	1
Aparelho fax	4
Armário alto	10
Armário para funcionários	4
Armário suspenso	9
Armário vitrine	7
Arquivo tipo gaveteiro	4
Aventais plubífero	1
Balança digital infantil	1
Balanças digital	2
Balde cilíndrico	23
Balde inóx 2l com tampa (algodão)	3
Bebedouro	3
Beliche	6
Bomba de infusão	10
Braçadeira	9
Bureau	6
Cabideira	4
Cadeira de rodas	2
Cadeira diretor	9
Cadeira fixa	19
Cadeira giratória com rodinha	17
Caixa básica de instrumental cirúrgico	10
Cama	11
Cardioversor	1
Carro de limpeza modelo funcional	2
Carro para transporte de alimentos	2
Carro para transporte de material	2
Carro para transporte de roupa limpa	2
Carro para transporte de roupa suja	1
Cesto de lixo	12
Conjunto de ressuscitador manual kit adulto	4
Conjunto de ressuscitador manual kit neonatal	6
Copo umidificador	21
Detector fetal	1
Eletrocardiógrafo	2
Escada com 2 degraus	12


S J

TCE/RN - DAM
 Fls. 758
 Rub. 1
 Mat. 1

Proc. 62952 10
 Folha 314

Escada com 7 degraus	2
Estabilizador	8
Estante modulada aberta	12
Estetoscópio adulto	15
Estetoscópio infantil	5
Foco cirúrgico	1
Frigobar	1
Geladeira duplex	2
Gerador a diesel	1
Lanterna clínica	6
Laringoscópio adulto	2
Laringoscópio pediátrico	4
Maca para transporte	1
Mesa clínica	6
Mesa de refeição	4
Mesa instrumental inóx com Rodinhas	2
Mesa para computador	6
Mesa para impressora	5
Monitor	4
Oftalmoscópio	2
Papagaio	11
Poltrona reclinável	12
Ressuscitador manual ambu adulto	4
Ressuscitador manual ambu neonatal	6
Suporte de cesto	1
Suporte para soro	25
Tambor com tampa	3
Tensiómetro adulto	4
Tensiómetro com jogo manguito e braçadeira	8
TV LCD 32"	3
Ventilador Respiratório	3

2011

3 
 23 de 22



723
"Neste termo é feita a entrega, para a
a execução, o contrato para serviços de competência
a voluntária, promovendo todos os recursos ao cidadão
e no meio ambiente, contribuindo para a melhoria
Natal uma cidade cada vez mais harmoniosa, sustentável
qualidade de vida para todos o

TCE/RN - DAM	
Fis.	759
Rub.	12
Mat.	

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº002/2010

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/2010 EXISTENTE ENTRE O MUNICÍPIO DE NATAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS E ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL NOS AMBULATÓRIOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS - AME'S.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE NATAL**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS**, rua Fabrício Pedroza, 915, neste ato representado por sua titular, MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO LIMA NOGUEIRA, residente e domiciliado nesta Capital, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado a Associação MARCA para Prestação de Serviços, com CNPJ/MF nº 05.791.879/0001-50, isenta de Inscrição Estadual, com endereço Avenida Rio Branco, 122, sala 1701, Centro, neste ato representado por ELISA ANDRADE DE ARAUJO, CPF/MF nº 099.689.767-41 doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista as disposições da Lei nº 6.295, de 30 de setembro de 2011, e o que consta no processo nº 044007/2010-25, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao **CONTRATO DE GESTÃO nº 002/2010**, mediante as seguintes alterações, com base na transação judicial celebrada nos autos da Ação Civil Pública nº 0023766-04.2010.8.20.0001 e na Lei Municipal nº 6.295, de 39 de setembro de 2011, ratificando-se todas as cláusulas não alteradas pelo presente:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Na forma da sua Cláusula Décima, fica prorrogado o **CONTRATO DE GESTÃO nº 002/2010** por 12 (doze) meses, a partir de 27 de outubro de 2011.

PARÁGRAFO ÚNICO

TCE/RN - DAM	
Fis.	790
Rub.	
Mat.	

80
724
9

Ficam repactuadas as metas para cumprimento pela CONTRATADA, conforme estabelecidos no anexo I a este aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE DO VALOR

Fica reconhecida a necessidade de aplicação do índice de 8% (oito por cento) ao item Recursos Humanos, constante da planilha original ao Contrato em questão, decorrente do dissídio coletivo do exercício 2011. Do mesmo modo, atualizam-se os componentes do custo das unidades com base no Índice Geral de Preços - Mensal (IGP-M) acumulado dos últimos 12 (doze) meses, perfazendo o percentual de 7,46% (sete vírgula quarenta e seis por cento), aferido no mês de Setembro de 2011, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município lançado aos autos, resultando no valor máximo mensal de R\$ 2.435.457,85 e anual de R\$ 29.225.494,20.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REPACTUAÇÃO DE CUSTOS DO PROJETO

Nos termos da cláusula décima-primeira do contrato de gestão nº 002/2010, fica repactuada a planilha de formação de custos integrante do anexo I do referido contrato de gestão.

Ficam ratificadas todas as demais cláusulas não alteradas acima. O presente aditivo vai assinado em 03 (três) vias. Uma a ser arquivada na SMS, uma integrante do processo administrativo e a terceira entregue a CONTRATADA.

NATAL, 26 de outubro de 2011.


MUNICÍPIO DE NATAL
CONTRATANTE


ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATADA
ELISA ANDRADE DE ARAÚJO
Diretora Geral
CPF: 099.689.767-41

Testemunha _____

Testemunha _____

ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - SUB-ELEMENTO: 20 e 21
 FONTE: Onde se lê: 111, Leia-se: 185.
 VIGÊNCIA: início em 02 de dezembro de 2011 e término em 29 de fevereiro de 2012.
 VALOR TOTAL: R\$ 180.990,00 (cento e oitenta mil, noventa e nove reais).
 BASE LEGAL: Lei Federal 10.520/2002, subsidiada pela Lei Federal 8.666/93, e pelo Decreto Municipal nº 7.652/2005.
 ASSINATURAS:
 José Walter da Fonseca - Contratante.
 Weber Lima de Carvalho - Contratado.
 Natal/RN, 02 de dezembro de 2011.
 * Republicado por incorreção

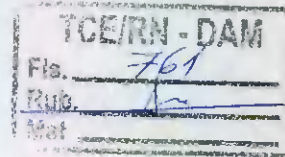
* EXTRATO DE CONTRATO
 PROCESSO Nº: 076078/2011-78 - SME/PMN-PP 15.024.2011 SME/PMN
 CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação - SME.
 CONTRATADO: CAVALCANTE & CIA LTDA ME - CNPJ: 10.655.935/0001-01
 OBJETO: Aquisição de material de consumo, visando atender as necessidades das escolas e creches da Rede Municipal de Educação, nos termos do edital e seus anexos. CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: 2.172
 ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - SUB-ELEMENTO: 20 e 21
 FONTE: Onde se lê: 111, Leia-se: 185.
 VIGÊNCIA: início em 02 de dezembro de 2011 e término em 29 de fevereiro de 2012.
 VALOR TOTAL: R\$ 2.603,25 (dois mil, seiscentos e três reais e vinte e cinco centavos).
 BASE LEGAL: Lei Federal 10.520/2002, subsidiada pela Lei Federal 8.666/93, e pelo Decreto Municipal nº 7.652/2005.
 ASSINATURAS:
 José Walter da Fonseca - Contratante.
 Fausto Cavalcanti da Silva Júnior - Contratado.
 Natal/RN, 02 de dezembro de 2011.
 * Republicado por incorreção

* EXTRATO DE CONTRATO
 PROCESSO Nº: 076104/2011-68 - SME/PMN-PP 15.024.2011 SME/PMN
 CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação - SME.
 CONTRATADO: RE COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA-ME. CNPJ: 35.655.182/0001-13
 OBJETO: Aquisição de material de consumo, visando atender as necessidades das escolas e creches da Rede Municipal de Educação, nos termos do edital e seus anexos. CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: 2.172
 ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - SUB-ELEMENTO: 20 e 21
 FONTE: Onde se lê: 111, Leia-se: 185.
 VIGÊNCIA: início em 02 de dezembro de 2011 e término em 29 de fevereiro de 2012.
 VALOR TOTAL: R\$ 9.120,00 (nove mil, cento e vinte reais).
 BASE LEGAL: Lei Federal 10.520/2002, subsidiada pela Lei Federal 8.666/93, e pelo Decreto Municipal nº 7.652/2005.
 ASSINATURAS:
 José Walter da Fonseca - Contratante.
 Renato Correia da Costa - Contratado.
 Natal/RN, 02 de dezembro de 2011.
 * Republicado por incorreção

* EXTRATO DE CONTRATO
 PROCESSO Nº: 076139/2011-05 - SME/PMN-PP 15.024.2011 SME/PMN
 CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação - SME.
 CONTRATADO: CLARIT COMERCIAL LTDA - CNPJ: 02.898.097/0001-27
 OBJETO: Aquisição de material de consumo, visando atender as necessidades das escolas e creches da Rede Municipal de Educação, nos termos do edital e seus anexos. CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: 2.172
 ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - SUB-ELEMENTO: 20 e 21
 FONTE: Onde se lê: 111, Leia-se: 185.
 VIGÊNCIA: início em 02 de dezembro de 2011 e término em 29 de fevereiro de 2012.
 VALOR TOTAL: R\$ 745,00 (setecentos e quarenta e cinco reais).
 BASE LEGAL: Lei Federal 10.520/2002, subsidiada pela Lei Federal 8.666/93, e pelo Decreto Municipal nº 7.652/2005.
 ASSINATURAS:
 José Walter da Fonseca - Contratante.
 José César da Costa Calado Filho - Contratado.
 Natal/RN, 02 de dezembro de 2011.
 * Republicado por incorreção

* EXTRATO DE CONTRATO
 PROCESSO Nº: 076151/2011-10 - SME/PMN-PP 15.024.2011 SME/PMN
 CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação - SME.
 CONTRATADO: COSTA E SILVA LTDA - CNPJ: 11.672.001/0001-07
 OBJETO: Aquisição de material de consumo, visando atender as necessidades das escolas e creches da Rede Municipal de Educação, nos termos do edital e seus anexos. CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: 2.172
 ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30 - SUB-ELEMENTO: 20 e 21
 FONTE: Onde se lê: 111, Leia-se: 185.
 VIGÊNCIA: início em 02 de dezembro de 2011 e término em 29 de fevereiro de 2012.
 VALOR TOTAL: R\$ 112.404,50 (cento e doze mil, quatrocentos e quatro reais e cinquenta centavos).
 BASE LEGAL: Lei Federal 10.520/2002, subsidiada pela Lei Federal 8.666/93, e pelo Decreto Municipal nº 7.652/2005.
 ASSINATURAS:
 José Walter da Fonseca - Contratante.
 Sardenia Gervásio de Araújo - Contratado.
 Natal/RN, 02 de dezembro de 2011.
 * Republicado por incorreção

* AVISO DE LICITAÇÃO
 A Pregoeira da Secretaria Municipal de Educação, situada à Rua Fabrício Pedrosa, 915, salas 300 e 301, Área Preto Natal/RN, objetivando garantir o grau de competitividade preconizado pela Administração, torna pública a realização do certame:
 Pregão Presencial nº 15.031.2011 - SME/PMN
 Objeto: aquisição de material permanente
 Processo: 075090/2011-34-SME/PMN



42
 226
 Q

Abertura: 27.12.2011 - 9h
 O Edital encontra-se à disposição dos interessados no endereço supra mencionado. Demais esclarecimentos pelo e-mail cpismpm@cpismpm.com.
 Natal, 14 de dezembro de 2011.
 Denise da Mata Oliveira Prado
 Pregoeira - Republicado por incorreção

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

* PORTARIA Nº 322/2011-GS/SMS DE 03 DE NOVEMBRO DE 2011.
 A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 5º, incisos XIV e L da Lei Complementar nº 030, de 02 de março de 1999, com as alterações impostas pela Lei Complementar nº 051/2005, e Artigo nº 379/2011-GS/SMS, RESOLVE:

Art. 1º - Constituir o Grupo Condutor Municipal da Rede de Atenção às Urgências, conforme relacionado abaixo, com as atribuições de mobilizar os dirigentes políticos do SUS em cada fase, apoiar à organização dos processos de trabalho voltados à implantação/implementação da rede, identificar e dar apoio a solução de possíveis pontos críticos em cada fase, monitorar e avaliar o processo de implantação/implementação da rede. Composta pelos seguintes servidores:

NOME	INFORM	FUNÇÃO
DR. APOL	CRISTIANE TE F DE OLIVEIRA	COORDENADORA/GMS
DR. APOL	JOSE WALTER DA FONSECA	MEDICO DO SAMUARIAT
DR. APOL	ARMANDO JOSÉ FREITAS DE OLIVEIRA	COORDENADOR DO SAMUARIAT
DR. APOL	JOSE WALTER DA FONSECA	MEDICO DO SAMUARIAT
DR. APOL	MARIA DA SAUDE DE ALEIXO NOGUEIRA	COORDENADORA/GMS

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
 Maria do Perpétuo Socorro Lima Nogueira
 Secretária Municipal de Saúde
 *Republicado por incorreção

AVISO DE LICITAÇÃO

(2ª CHAMADA)
 A Secretaria Municipal de Saúde - SMS (Natal/RN), situada à Rua Fabrício Pedrosa, 915, 3º andar - Área Preto Natal/RN, através da sua pregoeira, nomeada pela portaria nº 278/2011-GS/SMS, de 06/09/2011, e objetivando o grau de competitividade preconizado pela administração, torna pública a realização da 2ª CHAMADA do certame abaixo especificado, por motivo de ter sido deserto:

1) PREGÃO PRESENCIAL Nº 20.039/2011.
 2) OBJETO: Aquisição de preservativos masculino e gel.
 DATA/HORA DE ABERTURA: 04/01/2012, às 09:30h.
 O Edital com as especificações e demais detalhes encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, no horário das 08:00 às 18:00 horas, de segunda a sexta-feira e no site da prefeitura www.natalrn.gov.br, conforme requisitos e condições legais dispostos na Legislação pertinente.

Importante: local de realização: Sala de reuniões da CPU/SMS, à Rua Fabrício Pedrosa, 915, 2º andar - Área Preto Natal/RN.
 Natal/RN, 16 de dezembro de 2011.
 Maria do Céu de Brito Mendes - Presidente da CPL/SMS

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/2010

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/2010 EXISTENTE ENTRE O MUNICÍPIO DE NATAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS E ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL NOS AMBULATÓRIOS MÉDICOS ESPECIALIZADOS - AMES.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE NATAL, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS, rua Fabrício Pedrosa, 915, neste ato representado por sua titular, MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO LIMA NOGUEIRA, residente e domiciliada nesta Capital, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a Associação MARCA para Prestação de Serviços, com CNPJ/MF nº 05.791.879/0001-50, inscrita de Inscrição Estadual, com endereço Avenida Rio Branco, 122, sala 1701, Centro, neste ato representado por ELISA ANDRADE DE ARAÚJO, CPF/MF nº 039.689.767-41 doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista as disposições da Lei nº 6.295, de 30 de setembro de 2011, e o que consta no processo nº 044007/2010-25, resolvem celebrar o presente termo aditivo ao CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/2010, mediante as seguintes alterações, com base na transação judicial celebrada nos autos da Ação Civil Pública nº 0023755-04/2010.8.20.5001 e na Lei Municipal nº 6.295, de 30 de setembro de 2011, ratificando-se todas as cláusulas não alteradas pelo presente:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA
 Na forma da sua Cláusula Décima, fica prorrogado o CONTRATO DE GESTÃO Nº 002/2010 por 12 (doze) meses, a partir de 27 de outubro de 2011.

PARÁGRAFO ÚNICO
 Ficam reatualizadas as metas para cumprimento pelo CONTRATADA, conforme estabelecidas no anexo I a este aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE DO VALOR
 Fica reconhecida a necessidade de aplicação do Índice de 8% (oito por cento) ao item Recursos Humanos, constante da planilha original ao Contrato em questão, decorrente do dissídio coletivo do exercício 2011. Do mesmo modo, atualizam-se os contrapontos dos custos das unidades com base no Índice Geral de Preços - Mensal (IGP-M) acumulados dos últimos 12 (doze) meses, perfazendo o percentual de 7,46% (sete vírgula quarenta e seis por cento), atendo no mês de Setembro de 2011, conforme parecer da Procuradoria Geral do Município lançado aos autos, resultando no valor mínimo mensal de R\$ 2.395.457,85 e anual de R\$ 28.745.494,20.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA RETENÇÃO DE CUSTOS DO PROJETO
 Nos termos da cláusula décima-primeira do contrato de gestão nº 002/2010, fica repactuado a planilha de formação de custos integrante do anexo I do referido contrato de gestão. Ficam ratificadas todas as demais cláusulas não alteradas acima. O presente aditivo vai assinado em 03 (três) vias. Uma a ser arquivada na SMS, uma integrante do processo administrativo e a terceira entregue a CONTRATADA.

NATAL, 26 de outubro de 2011
 MUNICÍPIO DE NATAL - CONTRATANTE
 ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATADA

U: A
M: 2

TCE/RN - DAM	
Fis.	762
Rub.	
Mat.	

Proc. 070679/2011-77
Folha 58

CONTRATO DE GESTÃO Nº 003/2010 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NATAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE SAÚDE - SMS, E (A) ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUALIFICADO(A) COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL, PARA OPERACIONALIZAR A GESTÃO E EXECUTAR AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, NA UNIDADE DE PRONTO-ATENDIMENTO - UPA DR. RUY PEREIRA DOS SANTOS - PAJUÇARA.

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE NATAL**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS**, com sede nesta cidade na Rua Fabrício Pedroza, 915, Petrópolis - Edifício Novotel Ladeira do Sol, CEP: 59014-030 neste ato representado pelo seu titular, Dr. Thiago Barbosa Trindade, brasileiro, CPF n. 026.192.594-60, residente e domiciliado na cidade de Natal, Estado RN, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado Associação MARCA para Prestação de Serviços, com CNPJ/MF nº 05.791.879/0001-50, isenta de Inscrição Estadual, com endereço Avenida Rio Branco, 122, sala 1701, Centro, neste ato representado por Monica Simões Araújo e Nardelli, residente e domiciliada, à Rua Henrique Raffard, nº 200, Bigen, Petrópolis, Rio de Janeiro, portador da carteira de identidade 11.734.593-4 e CPF 094.431.757-03, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõe a Lei nº 6.108 de 02 julho de 2010, considerando o Edital de Seleção nº. 002/2010 e o correspondente ato de Homologação publicado no Diário Oficial de 07 de dezembro de 2010, inserido nos autos do Processo nº 062952/2010-17, e ainda em conformidade com as diretrizes e normas do Sistema Único de Saúde - SUS emanadas do Ministério da Saúde - MS, resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE GESTÃO** referente à operacionalização da gestão e à execução de ações e serviços de saúde a serem desenvolvidas na **UNIDADE DE PRONTO-ATENDIMENTO - UPA DR. RUY PEREIRA DOS SANTOS - PAJUÇARA**, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente **CONTRATO DE GESTÃO** tem por objeto discriminar as atribuições, responsabilidades e obrigações das partes na operacionalização da gestão e na execução das ações e serviços de saúde a serem prestados pela **CONTRATADA** na **Unidade de Pronto Atendimento** referenciadas neste Contrato, doravante designadas simplesmente **UPA**, em regime de 24 horas/dia, que assegure assistência universal e gratuita à população.

TCE/RN - DAM	
Fls.	763
Rub.	
Mat.	

PARÁGRAFO ÚNICO

Fazem parte integrante deste Contrato de Gestão os seguintes anexos:

- I. Proposta de Trabalho
- II. Edital de Seleção e seus anexos
- III. Anexo Técnico
- IV. Inventário de Bens disponibilizados

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Os bens móveis e imóveis de propriedade do Município de Natal referentes a Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) DR. RUY PEREIRA DOS SANTOS - PAJUÇARA, têm o seu uso permitido em favor da CONTRATADA pelo período de vigência do presente contrato, nos termos LEI MUNICIPAL Nº. 6.108 DE 02 DE JUNHO DE 2010.

PARÁGRAFO ÚNICO

O inventário e a avaliação dos bens objeto da presente permissão de uso constam do Anexo III deste Contrato e foram devidamente aprovados por ambas as partes.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

I. A CONTRATADA executará os serviços assistenciais disponíveis segundo a capacidade operacional da UPA, nas quantidades mínimas abaixo relacionadas, a qualquer pessoa que deles necessitar e de acordo com as normas do SUS - Sistema Único de Saúde.

II. Atendimento Ambulatorial

A UPA deverá realizar uma quantidade de Procedimentos Clínicos de acordo com sua capacidade operacional, distribuídos conforme abaixo:

Procedimentos com finalidade diagnóstica - SADT - Grupo 02	Quantidade Mensal
02 - DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO	3.000
04 - DIAGNÓSTICO POR RADIOLOGIA	900
11 - MÉTODOS DIAGNÓSTICOS EM ESPECIALIDADES (ECG)	150
Total	4.050

Procedimentos Clínicos - Grupo 03	Quantidade Mensal
01 - CONSULTAS / ATENDIMENTOS / ACOMPANHAMENTOS	7.500
03 - TRATAMENTOS CLÍNICOS (OUTRAS ESPECIALIDADES)	1.500
Total	9.000

TCE/RN - DAM	
Fls.	764
Rub.	
Mat.	

CLÁUSULA QUARTA – DOS COMPROMISSOS DAS PARTES

I - DA CONTRATADA

- 1) Assegurar a organização, administração e gerenciamento das unidades de saúde objeto do presente Contrato através do desenvolvimento de técnicas modernas e adequadas que permitam o desenvolvimento da estrutura funcional e a manutenção física das referidas unidades e de seus equipamentos, além do provimento dos insumos (materiais) necessários à garantia do pleno funcionamento da UPA;
- 2) Assistir de forma abrangente os usuários que demandem a UPA, procedendo aos devidos registros no Sistema de Informações e segundo os critérios da CONTRATANTE e do Ministério da Saúde;
- 3) Garantir, em exercício na unidade de saúde referida neste Contrato, quadro de recursos humanos qualificados e compatíveis com o porte da unidade e serviços combinados, conforme estabelecido nas normas ministeriais atinentes à espécie, estando definida, como parte de sua infra-estrutura técnico-administrativa nas 24 (vinte e quatro) horas/dia da UPA.
- 4) Adotar identificação especial (crachá) e fardamento de boa qualidade para todos os seus empregados, assim como assegurar a sua frequência, pontualidade e boa conduta profissional;
- 5) Incluir, na implantação da imagem corporativa e da uniformidade dos trabalhadores, o logotipo da SMS;
- 6) Responder pelas obrigações, despesas, encargos trabalhistas, securitários, previdenciários e outros, na forma da legislação em vigor; relativos aos empregados utilizados na execução dos serviços ora contratados, sendo-lhe defeso invocar a existência deste Contrato para eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las à Contratante;
- 7) Responsabilizar-se integralmente por todos os compromissos assumidos neste Contrato;
- 8) Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados na UPA, disponibilizando a qualquer momento à Contratante e às auditorias do SUS, as fichas e prontuários dos usuários, assim como todos os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados na unidade de saúde;
- 9) Apresentar a contratante até o 15º (quinze) dia do mês seguinte, o recibo/Fatura dos serviços efetivamente executados no mês anterior, acompanhada de Relatórios Gerenciais e comprovantes, na forma que lhe for indicada;
- 10) Providenciar e manter atualizadas todas as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente Contrato;
- 11) Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados à Contratante e/ou a terceiros por sua culpa, em consequência de erro, negligência ou imperícia, própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;
- 12) Consolidar a imagem da UPA como centro de prestação de serviços públicos da rede assistencial do Sistema Único de Saúde -SUS, comprometido com sua missão de atender às

TCE/RN - DAM	
Fls.	765
Rub.	
Mat.	

Procº 070679/2011-7
Folha 61

necessidades terapêuticas dos pacientes, primando pela melhoria na qualidade da assistência;

13) Manter em perfeitas condições de higiene e conservação as áreas físicas, instalações e equipamentos da UPA;

14) Prestar assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva de forma contínua aos equipamentos e instalações hidráulicas, elétricas e de gases em geral;

15) Devolver à Contratante, após o término de vigência deste Contrato, toda área, equipamentos, instalações e utensílios, objeto da presente permissão de uso, em perfeitas condições de uso, substituindo aqueles que não mais suportarem recuperação;

16) Os bens móveis permitidos em uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, que passam a integrar o patrimônio do Município, após prévia avaliação e expressa autorização do Contratante;

17) Os bens inventariados na forma do Anexo deverão ser recebidos por um preposto designado pela contratada quando da assinatura do Contrato e, de forma idêntica, deverão ser devolvidos no término da vigência contratual;

18) A Contratada, por razões de planejamento das atividades assistenciais, deverá dispor da informação oportuna sobre o local de residência dos pacientes atendidos ou que lhes sejam referenciados para atendimento, registrando no mínimo o município de residência dos mesmos;

19) Encaminhar à Contratante, nos prazos e instrumentos por ela definidos, todas as informações sobre as atividades desenvolvidas na UPA, bem como sobre a movimentação dos recursos financeiros recebidos e movimentados pela referida unidade de saúde;

20) As informações de que trata o item anterior serão encaminhadas à SMS, segundo os modelos elaborados pela Contratante, antes do dia 15 (quinze) de cada mês ou no dia útil que lhe for imediatamente posterior;

21) Em relação aos direitos dos pacientes, a CONTRATADA obriga-se a;

a) Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico considerando os prazos previstos em lei;

b) Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;

c) Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional previsto neste Contrato;

d) Permitir a visita ao paciente atendido, diariamente, conforme diretrizes da Política Nacional de Humanização;

e) Esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;

f) Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;

g) Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos pacientes;

h) Assegurar aos pacientes o direito de serem assistidos religiosa e espiritualmente por

[Assinatura]

TCE/RN - DAM	
Fis.	766
Rub.	Ass
Mat.	

Procº 070679/2011-77
Folha 62

ministro de qualquer culto religioso;

i) - Assegurar a presença de um acompanhante na UPA, de acordo com a legislação vigente.

22) Incentivar o uso seguro de medicamentos ao paciente, procedendo à notificação de suspeita de reações adversas, através de formulários e sistemáticas da SMS;

23) Implantar, após prévia aprovação da SMS, um modelo normatizado de pesquisa de satisfação pós atendimento;

24) Realizar seguimento, análise e adoção de medidas de melhoria diante das sugestões, queixas e reclamações que receber com respostas aos usuários, no prazo máximo de 30 dias úteis;

25) Instalar um Serviço de Atendimento ao Usuário, conforme diretrizes estabelecidas pela SMS, encaminhando mensalmente relatório de suas atividades;

26) Identificar suas carências em matéria diagnóstica e/ou terapêutica que justificam a necessidade do encaminhamento de pacientes a outros serviços de saúde, apresentando à SMS, mensalmente, relatório dos encaminhamentos ocorridos;

27) Não adotar nenhuma medida unilateral de mudanças na carteira de serviços, nos fluxos de atenção consolidados, nem na estrutura física da UPA, sem prévia ciência e aprovação da SMS;

28) Alcançar os índices de produtividade e qualidade definidos no Anexo Técnico deste Contrato;

29) Acompanhar e monitorar o tempo de espera dos pacientes, definido pelas diferentes Listas de Espera de atendimento, enviando relatório mensal à SMS;

30) Possuir e manter em pleno funcionamento, no mínimo, as seguintes Comissões Clínicas:

- Comissão de Prontuários Médicos
- Comissão de Óbitos
- Comissão de Ética Médica

31) A contratada deverá possuir e manter um Núcleo de Manutenção Geral - NMG na unidade de saúde, que contemple as áreas de manutenção predial, hidráulica, e elétrica, assim como um serviço de Gerenciamento de Risco e de Resíduos Sólidos.

32) A contratada fica obrigada a estabelecer e executar os planos, programas e sistemas constantes de sua proposta técnica por ocasião da seleção, cujo conteúdo está reproduzido no ANEXO TÉCNICO;

33) A CONTRATADA deverá movimentar os recursos financeiros transferidos pelo Município para a execução do objeto deste Contrato de Gestão em conta bancária específica e exclusiva, vinculada à UPA, de modo a que os recursos transferidos não sejam confundidos com os recursos próprios da Organização Social.

34) A CONTRATADA poderá adquirir equipamentos, móveis e utensílios necessários ao pleno desenvolvimento das atividades da UPA, desde que previamente e formalmente autorizados pela CONTRATANTE.

34.1) A CONTRATADA deverá adquirir, para o início das atividades, os equipamentos de

TCE/RN - DAM	
Fls.	<u>767</u>
Rub.	<u>hi</u>
Mat.	<u> </u>

Procº 070679/2011 - 77
Folha 63

informática necessários ao pleno funcionamento da UPA.

35) A CONTRATADA poderá realizar obras e reparos nas instalações para o pleno desenvolvimento das atividades da UPA, desde que previamente e formalmente autorizados pela CONTRATANTE.

36) Utilizar os bens móveis disponibilizados pela SMS/Natal, bem como o imóvel de propriedade do MUNICÍPIO DE NATAL referente a UPA - Pajuçara, durante a vigência do presente CONTRATO, nos termos da Lei n.º 6.108/2010.

37) Observar as normas de vigilância epidemiológica de doenças de notificação compulsória no âmbito da Unidade, assim como ações relacionadas a outros agravos de interesse epidemiológico;

II – DA CONTRATANTE

1) Disponibilizar à CONTRATADA adequada estrutura física, materiais permanentes, equipamentos e instrumentos para a organização, administração e gerenciamento da UPA, conforme inventário patrimonial;

2) A SMS obriga-se a prover a CONTRATADA dos recursos financeiros necessários à execução deste contrato e a programar, nos orçamentos dos exercícios subsequentes, quando for o caso, os recursos necessários para custear os seus objetivos, de acordo com o sistema de pagamento previsto;

3) Prestar esclarecimentos e informações à contratada que visem a orientá-la na correta prestação dos serviços pactuados, dirimindo as questões omissas neste instrumento dando-lhe ciência de qualquer alteração no presente Contrato;

4) Desenvolver controle e avaliação periódica através de um preposto designado pelo Secretário da Saúde, o qual observará "in loco" o desenvolvimento das atividades de assistência aos usuários na UPA;

CLÁUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO serão alocados na Organização Social contratada mediante transferências oriundas da CONTRATANTE, doações e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras, rendimentos de aplicações dos ativos financeiros da Organização Social e de outros pertencentes ao patrimônio que estiver sob a administração da OS, ficando-lhe, ainda, facultado contrair empréstimos com organismos nacionais e internacionais.

CLÁUSULA SEXTA – DO REPASSE DE RECURSOS

Para a execução do objeto da presente avença, a CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, no prazo e condições constantes deste instrumento, a importância global estimada em R\$ 11.697.085,72 (onze milhões seiscentos e noventa e sete mil oitenta e cinco reais e setenta e

TCE/RN - DAM	
Fls.	768
Rub.	12
Mat.	

Proc. 070679/2011-77
Folha 64

dois centavos) para fins de cumprimento da PROPOSTA DE TRABALHO, parte integrante deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os valores pactuados serão repassados pela Secretaria da Saúde do Município de Natal, mensalmente, de acordo com o cronograma de desembolso previsto na cláusula sétima deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os recursos destinados ao presente CONTRATO DE GESTÃO serão empenhados globalmente em montante correspondente às despesas previstas até 31/12/2010, devendo ser consignado na lei orçamentária do exercício seguinte o montante remanescente relativo aos meses de execução do Contrato no exercício de 2011.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os recursos repassados à CONTRATADA poderão ser aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados dessa aplicação revertam-se, exclusivamente, aos objetivos deste CONTRATO DE GESTÃO.

CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde - SMS (Fundo Municipal de Saúde - 20.149)

Ação: 10.302.017.1-409 - Fortalecimento da Rede de Pronto Atendimento - UPAS;

Fonte de Recurso: 183

CLÁUSULA SÉTIMA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme definido nas condições a seguir estabelecidas:

I - No primeiro ano de vigência do presente contrato, o valor global a ser repassado é R\$ 11.697.085,72 (onze milhões seiscentos e noventa e sete mil oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos), mediante a liberação de 12 (doze) parcelas mensais conforme metas pactuadas, cujo valor é composto de uma parte fixa correspondente a 90% do orçamento mensal e uma parte variável correspondente a 10% calculada com base na adesão de indicadores de qualidade e produtividade.

II - O valor de R\$ 1.462.135,71 (um milhão quatrocentos e sessenta e dois mil cento e trinta e cinco reais e setenta e um centavos), correspondente à primeira parcela, será pago no ato de assinatura do Contrato de Gestão, devendo ser observado o parágrafo quinto desta cláusula.

III - O valor correspondente a segunda até a décima primeira parcela será de R\$ 974.757,14 (novecentos e setenta e quatro mil setecentos e cinquenta e sete reais e quatorze centavos), sendo a décima segunda parcela no valor de R\$ 487.378,61 (quatrocentos e oitenta e sete mil

TCE/RN - DAM	
Fls.	769
Rub.	
Mat.	

Proc. 070679/2011-77
Folha 65

trezentos e setenta e oito reais e sessenta e um centavos; devendo ser observado o parágrafo quinto desta cláusula.

IV - As parcelas referidas no item anterior serão pagas mensalmente até o quinto dia útil após o recebimento do recibo/fatura dos serviços objeto do presente contrato executados no mês anterior.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As metas contratuais da parte variável do contrato de gestão serão avaliadas trimestralmente, e, em caso de não cumprimento, será efetuado o desconto de até 10%, observado o disposto no Anexo Técnico.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As parcelas de valor variável serão pagas mensalmente, junto com a parte fixa, e os eventuais ajustes financeiros a menor decorrentes da avaliação do alcance das metas das partes variáveis serão realizados nos meses subsequentes à análise dos indicadores estabelecidos, na forma disposta neste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Havendo atrasos nos desembolsos previstos no cronograma pagamento, a CONTRATADA poderá realizar adiantamentos com recursos próprios à conta bancária indicada para recebimento dos pagamentos mensais, tendo reconhecido as despesas efetivadas, desde que em montante igual ou inferior aos valores ainda não desembolsados que estejam previstos neste contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA deverá anexar mensalmente aos relatórios encaminhados à SMS, os comprovantes de quitação de despesas com água, energia elétrica e telefone, efetuados no mês imediatamente anterior, bem como os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários relativos ao mês anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - Ao valor do custeio apresentado no caput desta cláusula é acrescido o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) mensais destinados a campanha educativa junto a comunidade local e informativa aos munícipes em geral a ser aprovada em termo próprio pela Secretaria Municipal de Saúde, totalizando o valor anual de R\$ 12.177.085,72 (doze milhões cento e setenta e sete mil, oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos).

CLÁUSULA OITAVA - DOS RECURSOS HUMANOS

A CONTRATADA contratará pessoal para a execução de suas atividades, sendo de sua inteira responsabilidade os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e securitários, resultantes da execução do objeto do presente Contrato de Gestão.

TCE/RN - DAM	
Fis.	770
Rub.	
Mat.	

Proc. 070679/2011-77
Folha 66

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA poderá gastar no máximo 65% dos recursos públicos a esta repassada com despesas de remuneração, encargos trabalhistas e vantagens de qualquer natureza, a serem percebidos pelos seus dirigentes, empregados e servidores eventualmente a ela cedidos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Contratante poderá colocar à disposição da OS ora contratada, mediante cessão especial nos termos da LEI MUNICIPAL 6.108 DE 02 DE JUNHO DE 2010, a ser formalizada através de instrumento de convênio específico, os servidores públicos municipais de seu quadro de pessoal permanente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O valor pago pelo Poder Público, a título de remuneração e de contribuição previdenciária do servidor colocado à disposição da Organização Social, será abatido do valor de cada parcela dos recursos repassados mensalmente.

CLÁUSULA NONA – DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

O órgão competente da SMS (Comissão) responsável pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação deste Contrato de Gestão emitirá relatório técnico sobre os resultados alcançados pela CONTRATADA quanto às metas pactuadas, quanto à economicidade das ações realizadas e à otimização do padrão de qualidade na execução dos serviços e no atendimento ao cidadão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O órgão referido nesta cláusula encaminhará o relatório técnico ao Secretário da Saúde e ao órgão deliberativo da Organização Social, até o último dia do mês subsequente ao encerramento de cada trimestre do exercício financeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os resultados alcançados deverão ser objetos de análise criteriosa pelo Secretário da Saúde, que norteará as correções que eventualmente se façam necessária, para garantir a plena eficácia do instrumento, e em persistindo as falhas, para subsidiar a decisão do Prefeito do Município acerca da manutenção da qualificação da Entidade como Organização Social.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ao final de cada exercício financeiro será elaborada consolidação dos relatórios técnicos emitidos pelo órgão de acompanhamento e avaliação, para análise e parecer conclusivo do Secretário da Saúde.

TCE/RN - DAM	
Fls.	771
Rub.	12
Mat.	

Proc. 070679/2011-77
Folha 67

PARÁGRAFO QUARTO - Os responsáveis pela fiscalização deste Contrato, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade na utilização de recursos ou bens de origem pública, darão imediata ciência ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, para as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O prazo de vigência do CONTRATO DE GESTÃO será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, depois de demonstrada a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas, se houver a indicação, garantia e aprovação das dotações orçamentárias necessárias para as despesas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA REVISÃO E REPACTUAÇÃO

O presente Contrato poderá ser alterado, mediante revisão das metas e dos valores financeiros inicialmente pactuados, desde que prévia e devidamente justificada, com a aceitação de ambas as partes e a autorização por escrito do Secretário de Saúde, devendo, nestes casos, ser formalizados os respectivos Termos Aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas, a ser apresentada mensalmente ou a qualquer tempo, conforme recomende o interesse público, far-se-á através de relatório pertinente à execução desse Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhados dos demonstrativos financeiros referentes aos gastos e receitas efetivamente realizado.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ao final de cada exercício financeiro, a CONTRATADA deverá elaborar consolidação dos relatórios de execução e demonstrativos financeiros e encaminhá-los à CONTRATANTE, em modelos por esta estabelecidos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Cabe à CONTRATADA, obrigatoriamente, a publicação anual, no Diário Oficial, dos relatórios financeiros e do relatório de execução do presente CONTRATO DE GESTÃO.

TCE/RN - DAM	
Fls.	772
Rub.	12
Mat.	

Procº 070679/2011-77
Folha 68

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO NO SERVIÇO TRANSFERIDO

Na hipótese de risco quanto à continuidade dos serviços de saúde prestados à população, o Município poderá assumir imediatamente a execução dos serviços objeto deste Contrato que foram transferidas.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

A rescisão do Contrato poderá ser efetivada:

- I. por ato unilateral da CONTRATANTE, na hipótese de descumprimento, por parte da CONTRATADA, ainda que parcial, das cláusulas que inviabilizem a execução de seus objetivos e metas previstas no presente Contrato, decorrentes de má gestão, culpa e/ou dolo;
- II. Por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público;
- III. Por ato unilateral da CONTRATADA na hipótese de atrasos dos repasses devidos pela CONTRATANTE, superiores a 30 (trinta) dias da data fixada para o pagamento, cabendo à CONTRATADA notificar a Secretária, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, informando do fim da prestação dos serviços contratados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Verificada qualquer uma das hipóteses de rescisão contratual, o Poder Executivo providenciará a imediata revogação da permissão de uso dos bens públicos e, nos casos do inciso I desta cláusula, a imposição das sanções legais cabíveis e a desqualificação da entidade como Organização Social, após apuradas as faltas em processo regular, assegurada à ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A desqualificação da entidade acarretará a reversão dos bens e valores disponíveis bem como a incorporação ao patrimônio do Município dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, na proporção dos recursos públicos alocados, bem como a disponibilização, imediata, dos arquivos referentes ao registro atualizado de todos os atendimentos efetuados na UPA, as fichas e prontuários dos usuários.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA é responsável pela indenização de danos decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis e imóveis objetos de permissão de uso, de que trata a LEI Nº. 6.108 DE 02 DE JUNHO DE 2010, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

TCE/RN - DAM	
Fls.	773
Rub.	
Mat.	

Proc. 070679/2011-77
Folha 69

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATO DE GESTÃO será publicado no Diário Oficial, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da data de sua assinatura.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Cidade de Natal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do CONTRATO DE GESTÃO que não puderem ser resolvidas pelas partes. E, por estarem assim justos e contratados, é o presente assinado em 03 (três) vias, para um só efeito de direito.

Natal, 08 de dezembro de 2010.


THIAGO BARBOSA TRINDADE
SECRETÁRIO


ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS
CONTRATADA

Testemunha _____

Testemunha _____

C	G	M
PROC. Nº	44002	10
FOLHA Nº	3	10
VISTO:	[assinatura]	
MAT.	1041976-4	

ANEXO TÉCNICO I
DESCRIÇÃO DE SERVIÇOS

TCE/RN - DAM	
Fls.	774
Rub.	1
Mat.	

I - CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

A **CONTRATADA** atenderá com seus recursos humanos e técnicos aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional, os serviços de saúde que se enquadrem nas modalidades abaixo descritas, conforme sua tipologia (unidade hospitalar, unidade ambulatorial, ou outros).

O Serviço de Admissão da **CONTRATADA** solicitará aos pacientes, ou a seus representantes legais, a documentação de identificação do paciente e a documentação de encaminhamento, se for o caso, especificada no fluxo estabelecido pela Secretaria Municipal da Saúde.

O acesso aos exames de apoio diagnóstico e terapêutico realizar-se-á de acordo com o fluxo estabelecido pela Secretaria Municipal da Saúde.

O acompanhamento e a comprovação das atividades realizadas pela **CONTRATADA** serão efetuados através dos dados registrados no SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais, bem como através dos formulários e instrumentos para registro de dados de produção definidos pela **CONTRATANTE**.

1. ATENDIMENTO AMBULATORIAL

O atendimento ambulatorial será realizado para pacientes egressos das Unidades de Saúde de Natal (independente de sua complexidade), para as especialidades previamente definidas disponibilizadas nos Ambulatórios Médicos Especializados (AMEs) nos distritos sanitários Planalto (Sul), Nova Natal (Norte I), Brasília Teimosa (Leste).

Os AMEs oferecerão atendimentos nos níveis de atenção primária e especializada que serão instalados nos Distritos Sanitários Norte I, Norte II,

[assinatura]

TCE/RN - DAM	
Fis.	775
Rub.	
Mat.	

TCE/RN - DAM	
Fis.	775
Rub.	
Mat.	

Sul, Leste e Oeste. Sua atuação será complementar Projeto das UPAs de forma a prover à população atenção à saúde de forma imediata.

A oferta dos serviços dar-se-á em 7 (sete) áreas de atenção com a seguinte organização:

- a) Núcleo de especialidades médicas: consultas ambulatoriais de clínica médica, pediatria, ginecologia, obstetrícia, endocrinologista, cardiologia, angiologia, pneumologia, oftalmologia, reumatologia e geriatria;
- b) Núcleo de reabilitação e saúde mental: psiquiatria, psicologia, fisioterapia e fonoaudiologia;
- c) Núcleo de atenção ao idoso: atendimento médico, odontologia, fisioterapia, enfermagem, fonoaudiologia, nutrição e serviço social;
- d) Núcleo de saúde bucal: serviços odontológicos básicos;
- e) Núcleo de exames: laboratoriais, ultrassónografia e eletrocardiograma;
- f) Núcleo de apoio social e cidadania: assistente social, nutricionista, distribuição de leite e oficinas diversas;
- g) Núcleo de procedimentos diversos: nebulização, curativos e imunização.

As AMEs serão instaladas em unidades já existentes, sendo classificados em tipo I e II, de acordo com estrutura física e a capacidade de cada unidade, na qual os serviços a serem desenvolvidos serão disponibilizados de acordo com o perfil de cada uma delas. A classificação das AMEs se dará da seguinte forma de acordo com os serviços desenvolvidos:

AME I - Planalto e Potengi: especialidades médicas: ginecologia, pediatria, obstetrícia e clínica médica; saúde bucal: serviços odontológicos básicos; exames: laboratoriais e serviços de ultrassonografia; e procedimentos diversos: nebulização, curativos e imunização.

AME II - Nova Natal, Dix-Sept Rosado e Brasília-Teimosa: especialidades médicas: clínica médica, pediatria, ginecologia, obstetrícia, endocrinologista, cardiologia, reumatologia, oftalmologia, pneumologia, geriatria e angiologia; atenção ao idoso; saúde bucal: serviços odontológicos básicos; exames: laboratoriais, serviços de ultrassonografia e eletrocardiograma; serviços de

[Handwritten signature]

TCE/RN - DAM
 Fls. 776
 Rub. 1
 Mat. 1

C G M
 PROC. Nº 14009/10
 FOLHA Nº 327
 VISTO: 24/09/10
 MAT. 14.096-7

apoio social e cidadania: assistente social, nutricionista, psicologia, psiquiatria e oficinas diversas; e procedimentos diversos: nebulização, curativos e imunização.

1.1 Fica a **CONTRATADA** obrigada a prestar atendimento ambulatorial em todas as especialidades médicas previstas no Edital de Seleção.

TIPO	AME I		AME II		
DIS. SANIT.	SUL	NORTE II	NORTE I	LESTE	OESTE
Especialidade/serviço	Planalto	Potengi	Nova Natal	Brasília Teimosa	Dix-Sept Rosado
Núcleo de especialidades médicas					
Clínica Médica	X	X	X	X	X
Pediatria	X	X	X	X	X
Ginecologia	X	X	X	X	X
Obstetrícia	X	X	X	X	X
Endocrinologia			X	X	X
Cardiologia			X	X	X
Pneumologia			X	X	X
Geriatría			X	X	X
Oftalmologia			X		X
Reumatologia			X	X	X
Núcleo de reabilitação e saúde mental					
Fisioterapia			X	X	X
Fonoaudiologia			X	X	X
Psiquiatria			X	X	X
Psicologia			X	X	
Núcleo de Saúde Bucal					
Consultas odontológicas	X	X	X	X	X
Aplicação de flúor	X	X	X	X	X
Palestras nas escolas e creches	X	X	X	X	X
Núcleo de exames					
Eletrocardiograma		X	X	X	X
Laboratoriais	X	X	X	X	X
Ultrassonografia	X	X	X	X	X
Núcleo de apoio social e cidadania					
Assistentes Social			X	X	X
Nutricionista			X	X	X
SISVAN - dist. Leite		X	X	X	X
Oficinas diversas			X	X	X
Núcleo de procedimentos diversos					
Curativos	X	X	X	X	X
Imunização	X	X	X	X	X
Nebulização	X	X	X	X	X

TCE/RN - DAM
 Fls. 777
 Rub. 1
 Mot.

C G M
 PROC. Nº 114002/110
 FOLHA Nº 228
 VISTO: 02/04/2012
 MAT. 114002/110

Planejamento familiar	X	X	X	X	X
Preventivo	X	X	X	X	X

Os exames laboratoriais serão ofertados de forma diferente nos AMEs, com base na infraestrutura de cada local, podendo ser apenas coleta ou a realização do exame.

As consultas para a clínica médica, pediatria, ginecologia e obstetrícia serão de demanda aberta e as consultas para as demais especialidades serão referenciadas pelas Unidades pertencentes aos Distritos Sanitários onde a AME estiver inserida.

2. PROGRAMAS ESPECIAIS E NOVAS ESPECIALIDADES DE ATENDIMENTO

Se, ao longo da vigência deste contrato, de comum acordo entre os contratantes, a AME, se propuser a realizar outros tipos de atividades diferentes daquelas relacionadas, seja pela introdução de novas especialidades médicas, seja pela realização de programas especiais para determinado tipo de patologia ou pela introdução de novas categorias de exames laboratoriais, estas atividades poderão ser previamente autorizadas pela **CONTRATANTE** após análise técnica, sendo quantificadas separadamente do atendimento rotineiro da unidade e sua orçamentação econômico-financeira será discriminada e homologada através de Termo Aditivo ao presente contrato.

3. HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:

Os AMEs funcionarão de segunda a sábado, 12 horas por dia, com atendimentos ambulatoriais organizados em 7 (sete) áreas de atenção. A lógica de funcionamento aos sábados objetiva possibilitar o atendimento da população trabalhadora, normalmente alijada dos atendimentos ambulatoriais em virtude do funcionamento em horário comercial, desafogando as unidades de emergência, único local para essa clientela trabalhadora.

[Handwritten signature]

TCE/RN - DAM
 Fls. 778
 Rub. 12
 Mat. 12

C G M
 PROC. Nº 4400-1110
 FOLHA Nº 229
 VISTO: 30/09/2011
 MAT. 44920-F

II – ESTRUTURA E VOLUME DE ATIVIDADES CONTRATADAS

II.1. ATENDIMENTO AMBULATORIAL

AMBULATORIO MEDICO ESPECIALIZADO - AME					
	NORTE I	SUL	LESTE	NORTE II	OESTE
Especialidade/serviço	Nova Natal	Planalto	Brasília Teimosa	Potengi	Dix-Sept Ros
Núcleo de especialidades médicas					
Clínica Médica	1040	1040	1040	1040	1040
Pediatria	1040	2080	1040	2080	1040
Ginecologia	1040	520	1040	1040	1040
Obstetrícia	1040	520	1040	1040	1040
Endocrinologia	624	-	624	-	624
Cardiologia	624	-	624	-	624
Pneumologia	624	-	624	-	624
Geriatria	624	-	624	-	624
Oftalmologia	624	-	-	-	624
Reumatologia	624	-	624	-	624
Núcleo de reabilitação e saúde mental					
Fisioterapia	780	-	780	-	780
Fonoaudiologia	520	-	520	-	520
Psiquiatria	520	-	520	-	520
Psicologia	520	-	520	-	520
Núcleo de Saúde Bucal					
Consultas odontológicas	1872	1248	1872	1248	1872
Aplicação de flúor	500	250	500	250	500
Palestras nas escolas e creches	NA	NA	NA	NA	NA
Núcleo de exames					
Electrocardiograma	NA	-	NA	-	NA
Laboratoriais	NA	NA	NA	NA	NA
Ultrassonografia	NA	NA	NA	NA	NA
Núcleo de apoio social e cidadania					
Assistente Social	624	-	624	-	624
Nutricionista	624	-	624	-	624
Oficinas diversas	NA	-	NA	-	NA
Núcleo de procedimentos diversos					
Curativos	NA	NA	NA	NA	NA
Imunização	NA	NA	NA	NA	NA
Nebulização	NA	NA	NA	NA	NA
Planejamento familiar	NA	NA	NA	NA	NA
Preventivo	NA	NA	NA	NA	NA
	13.864/mês	5.658/mês	13.240/mês	6.698/mês	13.864/mês

OBS: A PRODUTIVIDADE ACIMA APRESENTADA, TANTO QUANTO AS ESPECIALIDADES SERÃO OFERECIDAS LEVANDO-SE EM CONSIDERAÇÃO A DISPONIBILIDADE DOS ESPAÇOS FÍSICOS

[Assinatura]

TCE/RN - DAM	
Fls.	779
Rub.	
Mat.	

C	G	M
PROC. Nº	44007110	
FOLHA Nº	330	10
VISTO:		
MAT.	04.480-E	

(CONSULTÓRIOS) DE CADA UNIDADE. PODENDO SOFRER ALTERAÇÃO
--- CASO A UNIDADE NÃO POSSUA ESPAÇO NECESSÁRIO PARA TAL.

Núcleo de exames - metas a serem definidas a partir do 4º mês de funcionamento, tendo como referência a série histórica de produção. Não há população adstrita e cadastrada que possibilite esse planejamento.

O atendimento da assistente social será feito de acordo com a demanda, sendo que será dada prioridade a atenção ao idoso, a saúde mental e ao programa bolsa família.

No Núcleo de Procedimentos o atendimento será de acordo com a demanda e capacidade, uma vez que não há a adscrição da clientela que permite quantificar tais atendimentos.

A sigla NA indica não se aplica, uma vez que não há necessidade de contratação específica para essa atividade ou não há como quantificar os atendimentos, conforme explicitado acima.

V.2. METAS QUALITATIVAS

- a) Buscar integração com unidades de ESF, UPAs e demais unidades de saúde do distrito;
- b) Realizar educação permanente da equipe;
- c) Desenvolver o Programa de Humanização;
- d) Criar fluxos, normas e rotinas, bem como procedimentos operacionais padrões;
- e) Implantar Conselho Gestor das unidades;
- f) Implantar Comissões;
- g) Implantar serviço de atendimento ao usuário - Ouvidoria.

Abaixo estão encontradas as metas qualitativas.

[Assinatura]
[Assinatura]

TCE/RN - DAM	
Fis.	780
Rub.	
Mat.	

C	G	M
PROC. Nº	0000110	
FOLHA Nº	331	
VISTO:		
MAT.	04.986-7	

a) Buscar integração com unidades de ESF, UPAs e demais unidades de saúde do distrito.

O foco principal desta ação será apoio na elaboração de diagnóstico situacional objetivando subsidiar a Secretaria Municipal de Saúde e a direção das unidades envolvidas neste projeto, na tomada de decisão para melhorias nos serviços prestados.

Os sistemas de saúde devem se organizar sobre uma base territorial, em que a distribuição dos serviços siga uma lógica de delimitação de áreas de abrangência. O território em saúde não é apenas um espaço delimitado geograficamente, mas sim um espaço onde as pessoas vivem, estabelecem suas relações sociais, trabalham, cultivam suas crenças e cultura.

O propósito fundamental deste processo é permitir eleger prioridades para o enfrentamento dos problemas identificados nos territórios de atuação, o que refletirá na definição das ações mais adequadas, contribuindo para o planejamento e programação local. Para tal, é necessário o reconhecimento e mapeamento do território, segundo a lógica das relações entre condições de vida, saúde e acesso às ações e serviços de saúde. Isso implica um processo de coleta e sistematização de dados demográficos, socioeconômicos, político-culturais, epidemiológicos e sanitários que, posteriormente, devem ser interpretados e atualizados periodicamente pela equipe de saúde.

Dessa forma as diversas unidades existentes no território atuarão de acordo com as prioridades definidas e seu perfil assistencial e capacidade instalada, numa articulação constante entre as mesmas, integrantes de uma única rede de atenção à saúde.

b) Realizar Educação Permanente da equipe.

A Educação Permanente (EP) constitui-se como elemento essencial ao processo de aperfeiçoamento do trabalho e tem como base para sua realização, as demandas surgidas no dia-a-dia da equipe e as prioridades das

TCE/RN - DAM	
Fls.	781
Rub.	1
Mat.	

C	G	M
PROC. Nº	110001	10
FOLHA Nº	332	
VISTO:		
MAT.	004.986-7	

unidades. As demandas por capacitação não se definem somente a partir de uma lista de necessidades individuais de atualização, nem das orientações dos níveis centrais, mas prioritariamente a partir dos problemas de organização do trabalho, considerando a necessidade de prestar atenção relevante e de qualidade.

A EP assume os pressupostos da educação crítico reflexiva, focada na prática pedagógica problematizadora, de forma integral, contextualizada, que considera o conhecimento prévio e os profissionais como co-responsáveis pela construção do próprio conhecimento. Isto é, baseia-se em reflexão crítica sobre as práticas reais, com pessoas que vivenciam juntas uma experiência ou trabalho em saúde, abrindo oportunidades para efetiva pactuação de compromissos e alcance de transformações das práticas nos serviços. Estratégia de gestão participativa que proporciona aos trabalhadores e usuários, espaços democráticos de debate e produção.

c) Desenvolver o Programa de Humanização.

- Implantar GT- Grupo Técnico de Humanização.
- Realizar semestralmente pesquisa de satisfação de usuários e trabalhadores.

d) Criar fluxos, normas e rotinas, bem como procedimentos operacionais padrões.

- Implantar protocolos, normas e rotinas (técnicas e operacionais) para atendimento das patologias mais frequentes (POPs- Procedimento Operacional Padrão).
- Implantar SISTEMA DE INFORMATIZAÇÃO.
- Realizar controle de vetores (ratos, baratas) em parceria com a Vigilância Ambiental do Município.
- Realizar controle de potabilidade da água, em parceria com a Vigilância Ambiental do município.
- Elaborar e Implantar Plano de Gerenciamento de Resíduos de Serviços de Saúde. Resolução RDC 306/04.

[Handwritten signature]

TCE/RN - DAM	
Fls.	782
Rub.	
Mat	

C	G	M
PROC. Nº	11.007.110	
ORÇANº	333	
STO	000000	
DATA	04/08-7	

e) Implantar Conselho Gestor das unidades.

Implantar Conselho Gestor das unidades a partir do 5º mês de execução do projeto. A efetivação do Controle Social dar-se-á através do Conselho Gestor de Unidade composto segundo critérios nacionais, estaduais e municipais do exercício do controle social, sem perder de vista os parâmetros da Lei 8142/90, cujo Regimento Interno deverá ser construído e pactuado localmente, de acordo com as definições municipais.

f) Implantar Comissões.

Serão implantadas as Comissões Permanentes visando o acompanhamento, avaliação e melhoria das ações executadas nas Unidades contempladas nesta Proposta.

As Comissões Permanentes estão especificadas a seguir:

f.1. – Comissão de Ética Médica

- Implantar Comissão de Ética Médica.

f.2. – Comissão de Ética de Enfermagem

f.3. – Comissão de Farmácia e Terapêutica

- Implantar Comissão de Farmácia e Terapêutica.
- Implantar fluxo para avaliação de solicitações de alteração na relação municipal de medicamentos padronizados.

f.4 – Comissão de Padronização de Materiais Permanentes e Equipamentos

- Implantar Comissão de Padronização de Materiais Permanentes e Equipamentos.
- Implantar fluxo para avaliação de solicitações de aquisição de material permanente e equipamentos.

g) Implantar serviço de atendimento ao usuário – ouvidoria.

A Ouvidoria tem como finalidade aprimorar a prestação de serviços ao cidadão e agilizar a busca da qualidade na detecção de falhas nos processos técnicos e

[Handwritten signature and initials]

TCE/RN - DAM	
Fls.	783
Rub.	4
Mat.	

C	G	M
44003	100	
334		
Garcia		
04/08/2011		

administrativos, gerando melhorias no atendimento ao paciente e satisfazendo também os funcionários, prestadores de serviços, voluntários e o público de uma forma geral. A Ouvidoria funciona como uma ferramenta gerencial e de transformação. Promove os instrumentos de participação, compartilhamento e transparência. Destina-se a pacientes, acompanhantes, colaboradores, prestadores de serviços, conselheiros, gestores e voluntários.

A Ouvidoria recebe, analisa e encaminha as reivindicações ou reclamações dos cidadãos à direção das Unidades a que se referem. Atua sugerindo mudanças de acordo com as demandas, envia os relatórios à Direção, nos quais são apontadas as principais deficiências ou irregularidades, na ótica dos cidadãos. Acompanha as providências adotadas, cobra soluções e mantém o cidadão informado. Funciona como um canal de comunicação rápido e eficiente, estreitando a relação entre os diversos públicos-alvo e a unidade de saúde.

Solicitações previstas

- Críticas, reclamações e/ou sugestões referentes aos serviços prestados pela unidade de saúde. Informações gerais sobre a estrutura, atendimento e funcionamento dos Serviços da Unidade de Saúde.
- Identificação e mediação de relações conflituosas entre colaboradores/colaboradores e colaboradores/usuários.
- Acolhimento, mediação e resoluções de problemas concretos.

H) Implantar sistema de informatização:

Estão sendo consideradas neste projeto as seguintes AMEs:

4. Planalto
5. Nova Natal
6. Brasília Teimosa


Com o objetivo de modernizar parte da rede municipal de saúde do município de Natal, será implantado um Sistema de Informatização com a finalidade de minimizar os gastos desnecessários com a demanda, bem como tornar o

TCE/RN - DAM	
Fis.	784
Rub.	
Mat.	

C G M	
DOC. Nº	14001/10
HA Nº	337
VISTO	
MAT.	12/1986-7

serviço mais ágil e dar uma nova perspectiva de dinamismo as atividades desenvolvidas possibilitando:

- Unificar os cadastros, com utilização do histórico clínico eletrônico, agilizando o atendimento e evitando a duplicidade da utilização dos recursos, uma vez que será possível acompanhar, por paciente, os atendimentos realizados;
- Controlar da solicitação/realização de exames de SADT – evita duplicidade de exames;
- Implantar o Projeto Cartão Cidadão, no qual a pessoa será identificada por bairro e micro área de residência;
- Cadastrar a fila de espera, possibilitando conhecer a demanda reprimida;
- Remarcar a agenda, com reaproveitamento de vagas;
- Conhecer os atendimentos realizados para não munícipes, possibilitando pactuação com o município de residência ou mesmo o não atendimento (exceto os casos de emergência);
- Cadastrar toda população com doença crônica, o que permite planejamento assistencial e possibilita garantia da assistência, fornecimento de medicamentos, redução de agravos e evita a judicialização de medicamentos da atenção básica;
- Agilizar e ampliar o faturamento SIA/SUS, possibilitando ampliar a produção da Secretaria. O registro da produção será informatizado com importação dos dados para o Sistema SIA/SUS;
- Acompanhar o Estoque, evitando o desperdício, sendo possíveis os seguintes controles: físico e financeiro, das entradas, on-line da dispensação (consumo interno), dispensação por cliente/programa de saúde, ponto de pedido, médias de consumo, prazo de validade, lote de fabricação (rastreabilidade);
- Possibilitar informação de diversas áreas, permitindo ao poder executivo planejar/priorizar suas ações: condições de habitação, condições do cidadão, saneamento, situação profissional, situação familiar, crianças fora da escola, nível de escolaridade, doenças referidas, entre outras;



TCE/RN - DAM	
Fls.	785
Rub.	
Mat.	

C	G	M
PROC. Nº	11.4.00.71.10	
FOLHA Nº	356	
VISTO	J. J. J. J.	
MAT.	5.011.986-7	

- Possibilitar, através da informação gerada pelo sistema, tomada de decisão por parte da Secretaria Municipal competente para a ampliação das famílias beneficiadas pelo Bolsa Família - geração de emprego e renda;
- Visualizar as notificações compulsórias com o objetivo de reforçar a atenção e o controle epidemiológico do município.
- Fortalecer o Sistema de Gestão do Trabalho e Educação em Saúde.
- Proporcionar ao Gestor a visão e monitoramento do atendimento ao público externo e da operação interna das Unidades quanto aos recursos disponíveis e sua utilização.
- Agilizar o atendimento ao cidadão.
- Otimizar a utilização dos recursos disponíveis, de forma a atender o maior número possível de cidadãos.
- Acompanhar o histórico do atendimento dos cidadãos nas Unidades de Saúde nas diversas especialidades, dentre elas:
Cardiologia/ECG, Clínica Médica, Endocrinologia, Nutrição, Odontologia, Pediatria, Geriatria, Reumatologia, Pré-Natal/Ginecologia/Preventivo, Oftalmologia, Angiologia, Pneumologia, Teste do pezinho, Planejamento Familiar, Psicologia e Serviço Social.
- Monitorar a solicitação/realização dos exames de Patologia Clínica eliminando a realização de exames desnecessários, com a consulta ao histórico de exames do cidadão.
- Disponibilizar ao Gestor as seguintes informações:
 - Totalizar os atendimentos disponibilizados a população em cada Unidade Hospitalar;
 - Totalizar os atendimentos ocupados por cidadãos atendidos pelo PSF;
 - Totalizar os atendimentos ocupados por cidadãos fora do PSF;
 - Apresentar estatística de atendimentos X profissional
 - Apresentar estatística de atendimentos X especialidade
 - Fomentar o auxílio dos cidadãos atendidos nos Programas: - - - - -
Hipertensão Arterial, Diabetes, Hanseníase, Tuberculose, Saúde Mental, Programa do Adolescente, Programa do Idoso, Gestante – Pré-Natal, Saúde do Homem.

3

TCE/RN - DAM	
Fis.	786
Rub.	1
Mat.	

C	G	M
PROC. Nº	114009110	
COLHAB Nº	33 F	
LISTO	80494867	
MAT	0414867	

OBS: A Coordenação dos Programas citados acima são de responsabilidade do PARCEIRO PÚBLICO.

H.1 - Descrição da Solução

A solução proposta é composta dos seguintes produtos/serviços:

- 1) Sistema de Gestão
- 2) Serviços de Customização e Treinamento
- 3) Serviços de Manutenção e Monitoramento

2) Sistema de Gestão

O Sistema informatizado a ser implantado para a gestão das AMEs será fornecido através de contrato de licença de uso, e obedecerá à seguinte estratégia de implantação:

Gestão dos Cadastros

- Será realizada a fase de cadastramento dos cidadãos atendidos nas unidades de saúde, de forma possibilitar o monitoramento dos atendimentos prestados à população melhorando sua resolutividade.
- Todos os cidadãos atendidos nas Unidades serão devidamente identificados e cadastrados, quando possível no padrão do Cadastro Único Federal, possibilitando inclusive a emissão de identificação específica do Município (Cartão).

1.2) Recursos do Sistema de Gestão

- Agendamento dos atendimentos

Os agendamentos de consultas e exames disponibilizados no sistema, que são identificados através de pesquisa seletiva por local de atendimento, período, turno ou horário, atividade e médico devem ser realizados através de acesso direto a Unidade de Saúde ao sistema ou aos operadores do sistema. Possibilita o registro do paciente em fila de espera quando necessário, e emite as agendas que deverão ser entregues aos médicos antes dos respectivos atendimentos. Permite o cadastramento ou a atualização do cadastro no

TCE/RN - DAM	
Fls.	787
Rub.	4
Mat.	

C	G	M
PROJ. Nº	446021	10
ORÇANº	338	
STO:	10404267	

momento do agendamento. Este cadastro seguirá as regras de cadastramento do cidadão determinadas na implantação do Cadastro Único.

O supervisor do sistema tem a possibilidade de bloquear e desbloquear agendas de consultas médicas ou exames, emitir relatório das agendas bloqueadas, enviar mensagens para os operadores do sistema (individualmente ou para todos ativos), comandar a exclusão de agendas geradas, verificar e controlar a utilização das agendas através de comando para totalização das vagas ofertadas e utilizadas, e, avaliar em tempo real a utilização do sistema e de seus recursos (agendas).

- Relatórios e informações gerenciais decorrentes do agendamento:
 - Pesquisa e/ou impressão de agendamentos de consultas realizadas.
 - Agendamento x profissional
 - Agendamento x especialidade
 - Acompanhamento em tempo real das vagas disponíveis nas Unidades
 - Remarcações com reaproveitamento de vagas
 - Aproveitamento de sobras de faltantes no balcão
 - Monitoramento do índice de faltantes
 - Índice de ociosidade
 - Demanda reprimida
 - Registro dos Atendimentos

O registro dos atendimentos permitirá o acompanhamento da movimentação nos AMEs, apurando o faturamento de cada unidade de acordo com a tabela vigente do SIA/SUS e complementando o agendamento de forma a proporcionar as seguintes informações:

- Histórico de atendimento x cidadão
- Apuração do faturamento SIA/SUS
- Acompanhamento da produtividade da Unidade
- Monitoramento da produtividade de cada profissional que atende ao público
- Mapeamento da demanda reprimida X especialidade
- Levantamento de indicadores X CID

- Controle de estoque e medicamentos

[Handwritten signature]

TCE/RN - DAM	
Fls.	788
Rub.	
Mat.	

G E M	
PROC. Nº	44.504/10
FOLHA Nº	339/10
VISTO:	
MAT.	

O sistema atende ao controle de estoque de qualquer tipo de insumo e as especificidades do controle de medicamentos, oferecendo as seguintes funcionalidades:

- Controle físico e financeiro do estoque;
- Registro e Controle de Entradas
- Registro e controle on-line da dispensação (consumo interno)
- Registro e controle da dispensação de medicamentos e insumos ao cidadão de acordo com o Programa de Saúde ao qual o mesmo está cadastrado
- Controle do ponto de pedido
- Médias de consumo
- Controle da validade dos medicamentos e insumos em geral
- Controle do lote de fabricação dos medicamentos e insumos em geral, permitindo a rastreabilidade.

2) Serviços de Customização e Treinamento

Para que a implantação do sistema alcance os objetivos propostos, se faz necessário um período de adequação das rotinas operacionais e do sistema de forma a efetivamente eliminar as atividades manuais substituindo-as pelo uso da ferramenta informatizada e também fazendo com que o sistema atenda as especificidades que eventualmente ocorram em alguma das Unidades de Saúde contempladas pela solução.

2.1) Detalhamento dos serviços;

- Revisão do fluxo operacional

Esta atividade tem a finalidade de analisar o fluxo operacional atual de cada Unidade e cada serviço prestado, de forma a tornar o máximo possível das atividades automatizadas garantindo a entrada de dados adequada ao sistema e aderindo o sistema à rotina dos servidores. Nesta etapa são analisados todos os formulários utilizados, método de agendamento, regras para atendimentos, relatórios necessários, eliminando tarefas manuais que possam ser substituídas pelo uso do sistema como ferramenta operacional e consequentemente de Gestão.

- Treinamentos dos Servidores



TCE/RN - DAM	
Fls.	789
Rub.	
Mat.	

C	G	M
PROJ. Nº	48021	10
DELTA Nº	3401	
VISTO:	[assinatura]	
MAT.	109.986-7	

Nesta fase é realizado, por instrutores, o treinamento operacional dos servidores que serão os usuários do sistema. Serão realizados treinamentos para qualificá-los em cadastramento, agendamento e registro de atendimento de acordo com a atuação de cada um na Unidade de Saúde.

- Treinamentos Gerenciais

Este treinamento, também realizado por instrutores, é direcionado aos coordenadores de unidade e gestores, com a finalidade de orientá-los quanto ao acompanhamento das atividades registradas pelo sistema, emissão de relatórios, visualização de informações gerenciais.

3) Serviços de Manutenção e Monitoramento

Estes serviços são prestados após o período de implantação do sistema, sendo realizado por analistas de suporte e de O&M, com a finalidade de manter o sistema em plena utilização, contemplando as seguintes atividades:

- 1º Atendimento ao usuário (suporte de 1º nível), sanando as dúvidas operacionais, e verificando a natureza das ocorrências;
- Acompanhamento e avaliação da utilização do sistema em todas as Unidades de Saúde;
- Avaliação, acompanhamento, monitoração das RO's – Registros de Ocorrência, abertos quando o usuário aciona o suporte quanto às intercorrências na utilização do sistema;
- Identificação, junto aos usuários, da necessidade de SC – Solicitação de Customização a serem incorporadas ao Sistema – além de especificá-las e providenciar o encaminhamento das mesmas;
 - Retreinamento de usuários ou treinamento de novos usuários do sistema;
 - Manutenção do Sistema.

1) Campanha Educativa e Identidade Visual

As campanhas educativas serão de orientação sobre os Ambulatórios Médicos Especializados (AME). Terão 2 (dois) focos principais: informação e prestação de contas.

TCE/RN - DAM	
Fls.	790
Rub.	
Mat.	

C	G	M
OC Nº	44.007.10	
CHAP	54	
12.987		

No foco informação serão realizadas atividades objetivando informar à população de Natal, sobre os serviços prestados no AME e sobre os cuidados com a saúde na prevenção dos principais agravos. Ocorrerão em formas de palestras, reuniões, folhetos, folders, vídeos e outras formas de comunicação. As palestras poderão ocorrer nas escolas, creches, associações, demais instituições da sociedade civil organizada da área geográfica de cada AME e na própria unidade.

No foco prestação de contas, serão divulgados em cada AME, as metas e indicadores pactuados e alcançados em cada mês, num modelo de responsabilização e prestação de contas, contribuindo para a efetivação do controle social. Folders e revistas também serão utilizados.

Há de se ressaltar que a divisão acima proposta é pedagógica no sentido de entendimentos dos 02 (dois) grandes focos principais das campanhas, mas sua efetivação poderá ocorrer através da integração dos mesmos. Cabe ressaltar que há o compromisso e fixar a identidade visual do AME para a comunidade, principalmente na qual o AME está inserido. Os meios de comunicação escritos e falados de Natal poderão ser uma das formas utilizadas para efetivação das campanhas educativas.

Todas as campanhas educativas realizadas serão submetidas a aprovação da área correspondente da Secretaria Municipal de Saúde de Natal.

V.3. METAS DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

- a) responsabilizar-se pelos medicamentos e insumos necessários aos atendimentos realizados na unidade;
- b) responsabilizar-se pela adequação predial e logística;
- c) fazer a gestão e a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos;
- d) responsabilizar-se pela adequação dos ~~mobiliários e equipamentos~~ necessários.
- e) Responsabilizar-se pela segurança predial.

III - CONTEÚDO DAS INFORMAÇÕES A SEREM ENCAMINHADAS À CONTRATANTE

TCE/RN - DAM	
Fls.	791
Rub.	
Mat.	

C	G	IN
PROC. Nº	44005/10	
FOLHA Nº	343	
VISTO:		
MAT.	124986-7	

A **CONTRATADA** encaminhará à **CONTRATANTE** toda e qualquer informação solicitada, na formatação e periodicidade por esta determinada.

As informações solicitadas referem-se aos aspectos abaixo relacionados:

- Relatórios contábeis e financeiros;
- Extrato bancário mensal;
- Relatórios referentes aos Indicadores de Qualidade estabelecidos para a unidade;
- Relatório de Custos;
- Censo de origem dos pacientes atendidos;
- Pesquisa de satisfação de pacientes e acompanhantes;
- Outras, a serem definidas para cada tipo de unidade gerenciada: hospital, ambulatório, centro de referência ou outros.


3

TCE/RN - DAM	
Fls.	792
Rub.	12
Mat.	

C	G	M
4	4	10
3	3	3
04	986	7

ANEXO TÉCNICO II

SISTEMA DE PAGAMENTO

Com a finalidade de estabelecer as regras e o cronograma do Sistema de Pagamento ficam estabelecidos os seguintes princípios e procedimentos:

I. COMPOSIÇÃO DOS VALORES REPASSADOS:

1. A atividade assistencial da **CONTRATADA** se dará conforme especificação e quantidades relacionadas no ANEXO TÉCNICO I.
2. As modalidades de atividade assistenciais relacionadas no ANEXO TÉCNICO I referem-se à rotina do atendimento a ser oferecido aos usuários da unidade sob gestão da **CONTRATADA**.
3. Além das atividades de rotina, a unidade poderá realizar outras atividades, submetidas à prévia análise e autorização da **CONTRATANTE**, conforme especificado no item 04 do Anexo Técnico I - Descrição de Serviços.
4. O montante do orçamento econômico-financeiro do **AME** para o exercício de 2010/2011 fica estimado em R\$ 26.427.479,79 (vinte e seis milhões, quatrocentos e vinte e sete mil, quatrocentos e setenta e nove reais, setenta e nove centavos);
5. Conforme o disposto na Cláusula Sétima do Contrato de Gestão, as parcelas mensais de pagamento repassadas à **CONTRATADA** seguirão o seguinte cronograma de desembolso:

NOVEMBRO 2010	
UNIDADE AME	VALOR DA PARCELA
PLANALTO	846.624,18
NOVA NATAL	1.335.655,68
BRÁSILIA TEIMOSA	407.692,60
SUB TOTAL	2.589.972,46

OBS: Os valores correspondentes as parcelas dos AMEs de Planalto e Nova Natal correspondem a 01 parcela e meia; O valor correspondente a parcela do AME de Brasília

TCE/RN - DAM
 Fls. 793
 Rub. 100
 Mat. 100

C G M
 PROC. Nº 4400-7/112
 FOLHA Nº 349
 VISTO: 10/11/11
 MAT. 100

Teimosa corresponde a 50% tendo em vista os gastos com sua implantação e desembolso com equipamentos.

DEZEMBRO 2010	
UNIDADE AME	VALOR DA PARCELA
PLANALTO	564.416,12
NOVA NATAL	890.437,12
BRASILIA TEIMOSA	815.385,21
SUB TOTAL	2.270.238,75

REPASSE DE JANEIRO A SETEMBRO DE 2011/MÊS	
UNIDADE AME	VALOR DA PARCELA
PLANALTO	544.416,12
NOVA NATAL	860.437,42
BRASILIA TEIMOSA	785.385,21
SUB TOTAL	2.190.238,75

OUTUBRO DE 2011	
UNIDADE AME	VALOR DA PARCELA
PLANALTO	282.208,06
NOVA NATAL	445.218,56
BRASILIA TEIMOSA	407.692,60
SUB TOTAL	1.135.119,22

OBS: Os valores referentes ao repasse de Outubro correspondem a 50% das parcelas.

6. A avaliação da parte variável (Itens 4.2 acima) será realizada com base nos meses de novembro, dezembro e janeiro (2011), podendo gerar um ajuste financeiro nos meses subsequentes, ou seja, meses fevereiro, março e abril, dependendo do percentual de alcance dos indicadores.

6.1 Da análise referida no item anterior, poderá resultar uma repactuação das quantidades de atividades assistenciais ora estabelecidas e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, efetivada através de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, acordada entre as partes nas respectivas reuniões para ajuste trimestral do Contrato de Gestão.

[Handwritten signature]

TCE/RN - DAM	
Fls.	794
Rub.	
Mat.	

C	G	M
DOC. Nº	44027/12	
DIÁRIO	345	
CO.	9000000	
	041926-7	

7. Visando o acompanhamento e avaliação do Contrato de Gestão e o cumprimento das atividades estabelecidas para a **CONTRATADA** no Anexo Técnico I - Descrição de Serviços, a mesma deverá encaminhar mensalmente, até o décimo dia do mês seguinte, a documentação informativa das atividades assistenciais realizadas pelo AME.

8. A **CONTRATANTE** procederá à análise dos dados enviados pela **CONTRATADA** para que sejam efetuados os devidos pagamentos dos recursos variáveis, conforme estabelecido na Cláusula Sétima do Contrato de Gestão.

9. A cada período de 03 (três) meses, a **CONTRATANTE** procederá à consolidação e análise conclusiva dos dados do trimestre findo, para avaliação e pontuação dos indicadores de qualidade e produção que condicionam o valor do pagamento de valor variável citado no item 4.2 deste anexo.

10. A análise referida no item 08 (oito) deste documento não anula a possibilidade de que sejam firmados Termos Aditivos ao Contrato de Gestão em relação às cláusulas que quantificam as atividades assistenciais a serem desenvolvidas pela **CONTRATADA** e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, a qualquer momento, se condições e/ou ocorrências excepcionais incidirem de forma muito intensa sobre as atividades do hospital, inviabilizando e/ou prejudicando a assistência ali prestada.

II - SISTEMÁTICA E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

II.1 AVALIAÇÃO E VALORAÇÃO DOS DESVIOS NAS QUANTIDADES DE ATIVIDADE ASSISTENCIAL (Item 4.2 deste Anexo Técnico II)

1. Os ajustes dos valores financeiros, previstos no Item 4.2 deste Anexo, decorrentes dos desvios constatados nos volumes de produção pactuados serão efetuados nos meses subseqüentes aos períodos de avaliação trimestral, que ocorrerão nos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de 2011.

TCE/RN - DAM
 Fls. 795
 Rub. 6
 Mat. 6

C G M
 PROC. Nº 4.1.007/10
 COLHA Nº 346
 VISTO: 80mm
 MAT. 841986-7

2. A avaliação e análise das atividades contratadas constantes deste documento serão efetuadas conforme explicitado na Tabela que se segue e prevista no Item 4.2 deste Anexo. Os desvios serão analisados em relação às quantidades especificadas para cada modalidade de atividade assistencial especificada no Anexo Técnico I - Descrição de Serviços e gerarão uma variação proporcional no valor do pagamento de recursos a ser efetuado à **CONTRATADA**, respeitando-se a proporcionalidade de cada tipo de despesa especificada no item 03 (três) deste documento.

	ATIVIDADE REALIZADA	VALOR A PAGAR (R\$)
AMBULATÓRIO	Acima do volume contratado	100% do peso percentual da atividade Atendimento Ambulatorial
	Entre 85% e 100% do volume contratado	100% do peso percentual da atividade Atendimento Ambulatorial
	Entre 70% e 84,99% do volume contratado	90% X peso percentual da atividade Atendimento Ambulatorial

II.2 - AVALIAÇÃO E VALORAÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE (Item 4.3 deste Anexo Técnico II)

Os valores percentuais apontados na tabela inserida Anexo Técnico III, para valoração de cada um dos indicadores serão utilizados para o cálculo do valor variável a ser pago, conforme especificado no Item 4.3 deste Anexo II.

[Assinatura]

TCE/RN - DAM	
Fls.	796
Rub.	6
Mat.	

C	G	M
PROC. Nº	44007110	
POLHA Nº	347	
VISTO:	Cassiano	
DATA:	04.08.07	

ANEXO TÉCNICO III

INDICADORES DE QUALIDADE:

Os Indicadores estão relacionados à qualidade da assistência oferecida aos usuários da unidade gerenciada e medem aspectos relacionados à efetividade da gestão e ao desempenho da unidade. A complexidade dos indicadores é crescente e gradual, considerando o tempo de funcionamento da unidade.

Trimestralmente, serão reavaliados os Indicadores de Qualidade podendo os mesmos serem alterados ou introduzidos novos parâmetros e metas sendo que o alcance de um determinado indicador no decorrer de certo período, torna esse indicador um pré-requisito para que outros indicadores mais complexos possam ser avaliados; desta forma, os indicadores que são pré-requisitos para os demais continuam a ser monitorados e avaliados, porem já não têm efeito financeiro.

IMPORTANTE: *Alguns indicadores têm sua acreditação para efeito de pagamento no 2º, ou no 3º ou no 4º trimestres. Isto não significa que somente naquele período estarão sendo avaliados. A análise de cada indicador, a elaboração de pareceres avaliatórios e o encaminhamento dessa avaliação a cada hospital serão efetuados mensalmente, independentemente do trimestre onde ocorrerá a acreditação de cada indicador para o respectivo pagamento.*

A cada ano é elaborado um Manual que estabelece todas as regras e critérios técnicos para a avaliação dos Indicadores utilizados para o cálculo da parte variável do Contrato de Gestão. O Manual que subsidiará a avaliação do ano de 2010 encontra-se descrito a seguir.

Os indicadores constantes da proposta de trabalho constituem obrigação contratual.

Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar a totalidade dos indicadores de qualidade previstos na sua Proposta de Trabalho.

TCE/RN - DAM	
Fis.	797
Rub.	42
Nat.	

C G M	
REC. Nº	44003110
OLIMAR	348
STO	000000
NAT	04986-7

Para fins de aferição e do pagamento correspondente à parte variável (10%) serão observados os indicadores especificados no Manual de Indicadores para a parte variável.

MANUAL DE INDICADORES PARA A PARTE VARIÁVEL
CONTRATO DE GESTÃO – ANO 2010
DESCRIÇÃO E METODOLOGIA DE CÁLCULO

INTRODUÇÃO

Este documento descreve os indicadores que serão avaliados pela Secretaria Municipal de Saúde de NATAL na análise para repasse de 10% do valor global do Contrato de Gestão em seus respectivos trimestres de avaliação. A análise de cada indicador será mensal e a valoração financeira trimestral, conforme definido em contrato.

AVALIAÇÃO DA PARTE VARIÁVEL

Para a avaliação dos indicadores referentes à parte variável deste contrato deverá atingir as metas definidas para os seguintes indicadores: Qualidade da Informação, Atenção ao Usuário.

METAS E INDICADORES PARA 2010

Para o ano 2010 estabelecem-se como indicadores determinantes do pagamento da parte variável:

- Qualidade da Informação
- Atenção ao Usuário

1. Qualidade da Informação - A valoração deste indicador será de 20% em cada trimestre.

A. Taxa de identificação da origem do paciente

O objetivo é conhecer a localidade de residência do paciente para avaliar a adequada inserção regional do AME por meio da caracterização da origem da demanda. O indicador permite melhor planejamento regional dos serviços de saúde ao identificar fluxos de referência corretos e incorretos. O indicador

5
04/04

TCE/RN - DAM	
Fls.	798
Rub.	
Mat.	

C	G	M
PROC. Nº	44024/10	
FOLHA Nº	349	
VISTO:	P. P. P.	
MAT.	042986-7	

utiliza a identificação correta do Código de Endereçamento Postal (CEP) e do código do IBGE, obrigatórios no Sistema Informações Ambulatorial (SIA) e registrado no atendimento ambulatorial do paciente. A meta é atingir 98% de CEP válido e 98% de CEP compatíveis com o código IBGE

Código do CEP válido é o que corresponde a um logradouro (bairro, cidade, praça, rua, avenida, etc.) específico.

Numerador: Número de CEP válido

Denominador: Número total de CEP apresentado

Resultado da divisão multiplicado por 100

CEP compatível é o que encontra correspondência com o código do IBGE do município, pois existe a possibilidade de um CEP válido (que corresponde a um número existente do código postal) não estar de acordo com o logradouro indicado como de residência do paciente.

Numerador: Número de CEP compatíveis com código de IBGE

Denominador: Número total de CEP apresentado

Resultado da divisão multiplicado por 100

2. Atenção ao Usuário – Resolução de queixas e pesquisa de satisfação

A meta é a resolução de 80% das queixas recebidas. Entende-se por queixa o conjunto de reclamações recebidas por qualquer meio, **necessariamente com identificação do autor**, e que deve ser registrada adequadamente. Entende-se por resolução o conjunto de ações geradas por uma queixa no sentido de solucioná-la e que possa ser encaminhada a seu autor como resposta ou esclarecimento ao problema apresentado.

A pesquisa de satisfação do usuário sobre o atendimento do AME destina-se à avaliação da percepção de qualidade de serviço pelos usuários. Em cada trimestre será avaliada a pesquisa de satisfação do usuário, por meio dos questionários específicos, que deverão ser aplicados mensalmente em pacientes atendidos nos ambulatorios nos AMEs, abrangendo **10% do total de pacientes atendidos** em consulta no ambulatório. A pesquisa será feita verbalmente, registrada em papel, sendo obrigatoriamente anônima, apenas com identificação numérica. Os modelos dos questionários serão enviados ao AME em meio eletrônico para aplicação e preenchimento. Será fornecida uma planilha de consolidação para preenchimento das respostas obtidas. A meta a

TCE/RN - DAM	
Fls.	799
Rub.	
Mat.	

G M	
C.N.	44007/12
ANP	350
IO	000000
AT	1042986-F

ser atingida é o envio das planilhas de consolidação até o dia 15 do mês imediatamente subsequente. A valoração ponderal deste indicador será de 20% em cada trimestre.

[Handwritten signature]

578
D

TCE/RN - DAM	
Fls.	800
Rub.	
Mat.	



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Coordenadoria Administrativa

Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão número 003/2010 que entre si celebram o município de Natal por intermédio da secretaria de Saúde-SMS, e a Associação MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS.

Pelo presente instrumento de um lado o município de Natal, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE- SMS** com sede nesta cidade na rua Fabrício Pedroza 915, Petrópolis - edifício Novotel LADEIRA do Sol , CEP 5914-030. neste ato representado pelo sua titular a Dra. Maria do Perpétuo Socorro Lima Nogueira, residente e domiciliado na cidade do Natal RN, devorante denominado **CONTRATANTE** e de outro lado **ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS**, qualificada para como organização social, CNPJ/MF número 05.791.979\0001-50. isenta da inscrição estadual, com endereço na Avenida Rio Branco, 122, sala 1701, Centro, neste ato representado por Bruno Tourinho Guimarães Correa, CPF/MF 025.733.537-52, doravante denominada **CONTRATADA**, tendo em vista o que dispõe a lei numero 6.108 de 02 de julho de 2010, considerando o edital da seleção numero 003/2010 e o correspondente ato de homologação publicado no diário oficial de 7 de setembro de 2010, inseridos no autos do processo de número 062952\2010-17, e ainda em conformidade com as diretrizes e normas do Sistema Único de Saúde - SUS emanadas no Ministério da Saúde - MS, resolvem celebrar o presente **TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO** referente a operacionalização da gestão e a execução de ações e serviços da saúde a serem resolvidas na **UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA DR. RUY PEREIRA DOS SANTOS- PAJUÇARA**, mediante cláusulas e condições seguintes.

1- CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO

1.1- O presente Termo Aditivo tem por objetivo a prorrogação do **CONTRATO DE GESTÃO 003/2010** por mais 12 (doze) meses, que tem por tem como objetivo discriminar as atribuições, responsabilidades e obrigações das partes nas operacionalizações da gestão e na execução das ações e serviços de saúde a serem prestados pela **CONTRATADA a Unidade de Pronto Atendimento- UPA** referenciadas neste contrato, doravante designadas simplesmente **UPA**, em regime de 24 horas/dia, que assegure assistência universal e gratuita a população.

2- CLÁUSULA SEGUNDA – DO FUNDAMENTO LEGAL

2.2- Os motivos determinantes deste Primeiro Termo Aditivo estão expostos no Processo nº - 062952/2010-17, passando a integrar este termo os pareceres, memorandos e informações como se escrito estivesse, com fulcro no Artigo 57, Inciso II da Lei 8.666/93, conforme parecer jurídico, acostado aos autos.

pm

L

529
P

TCE/RN - DAM	
Fls.	801
Rub.	Ass
Mat.	

3 - CLÁUSULA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

3.1 - As despesas para fazer face ao presente contrato correrão da forma a seguir:

Unidade: 20.149

Atividade/Projeto nº 10.302.017.2-407

Elemento de despesa: 33.90.39

Sub-elemento: 05

Fonte: -183

4 - CLÁUSULA QUARTA - DOS PREÇOS

4.1 - Pela execução, a CONTRATANTE pagará a CONTRATADA o valor total estimado em R\$ 14.160.045,60 em 12 (doze) parcelas mensais, conforme os serviços executados.

5 - CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

5.1 - Este contrato terá sua vigência pelo prazo de 12 (doze) meses, com início em 08 de dezembro de 2011 e término em 08 de dezembro de 2012, podendo ser prorrogado conforme a legislação em vigor.

6 - CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO

6.1 - Ficam ratificadas as demais cláusulas anteriormente pactuadas e não alteradas por este Instrumento.


7 - CLÁUSULA SÉTIMA - DO FORO

7.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Natal, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, renunciando as partes a qualquer outro que tenham ou venham a ter, por mais privilegiado que seja.

7.2 - E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento contratual em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

Natal/RN, 08 de dezembro de 2011.


Maria do Perpétuo Socorro Lima Nogueira
Secretaria Municipal de Saúde
CONTRATANTE.

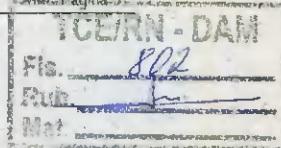

Bruno Tourinho Guimarães Correa
ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS
CONTRATADA.

Bruno Tourinho G. Correa
Diretor Administrativo
CPF: 025.735.537-52

TESTEMUNHAS:

Nome: Suvarana Gonzales Silva Oliveira
CPF: 822 801 227-91

Nome: _____
CPF: _____

**PORTARIA Nº 174/2011-GS/SMS DE 09 DE JUNHO DE 2011.**

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo artigo 5º, incisos XIV, alínea I da Lei Complementar nº 020, de 02 de março de 1999, com as alterações impostas pela Lei Complementar nº 061/2005, e de acordo ainda com o art. 51 da Lei nº 8.669/1993, com as arts. 9º, VI, e 10 do Decreto Municipal nº 7.652/2005, e Diário nº 2445/2011-GS/SMS, RESOLVE:

Art. 1º - Designar os seguintes servidores, para, sob a presidência do primeiro, comporem a Comissão Permanente de Licitação da Secretaria Municipal de Saúde - CPL/SMS:

Nome	Matrícula
Maria do Céu Brito Mendes	10.301-2
Rogério Barbosa do Nascimento	13.850-9
Sérgio Franco de Oliveira	09.894-9
Jarlene Rodrigues da Cruz	13.905-0
Sueh Meneses Barreto	08.239-5
Nizze Maria dos Anjos Silva	14.239-5
Letícia Maria Teixeira Ferreira do Couto	08.418-2
Adriana Araújo de Assis	46.614-0

Art. 2º - Designar a servidora Maria do Céu Brito Mendes, matrícula nº 10.301-2, para o exercício da função de Pregoeira, e, como membros das Equipes de Apoio ao Pregoeiro, os seguintes servidores:

Nome	Matrícula
Rogério Barbosa do Nascimento	13.850-9
Sérgio Franco de Oliveira	09.894-9
Jarlene Rodrigues da Cruz	13.905-0
Sueh Meneses Barreto	08.239-5
Nizze Maria dos Anjos Silva	14.239-5
Letícia Maria Teixeira Ferreira do Couto	08.418-2
Adriana Araújo de Assis	46.614-0

Parágrafo Único - A servidora Jarlene Rodrigues da Cruz, matrícula nº 13.905-0, substituirá o pregoeiro, nos casos de afastamento ou impedimento deste.

Art. 3º - Determinar que o mandato dos membros da CPL/SMS e da equipe de pregoão não excederá ao período de 01 (um) ano.

Art. 4º - Determinar que os 02 (dois) servidores, designados nos Arts. 1º e 2º, supra, sejam qualificados, em função das sessões e reuniões da CPL/SMS e/ou da equipe de pregoão das quais eletronicamente participam, por meios, e que estes obedecerão, estritamente, aos seguintes limites quantitativos:

a) 22 (vinte e dois) para o presidente da CPL/Pregoeiro/SMS;
b) 128 (cento e vinte e oito) para o conjunto dos 7 (sete) demais membros da CPL/SMS e Equipe de Apoio ao Pregoeiro, sendo que, isoladamente, qualquer destes não perceberá mais que 20 (vinte) Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando os atos de anterior designação dos componentes da CPL e da equipe de pregoão, incluídas as Portarias nº 159/2009-GS/SMS, nº 181/2009-GS/SMS, nº 219/2009-GS/SMS, nº 145/2010-GS/SMS, nº 155/2010-GS/SMS, nº 193/2010-GS/SMS, 014/2011-GS/SMS e 164/2011-GS/SMS.

Maria do Perpétuo Socorro Lima Nogueira
Secretaria Municipal de Saúde

EXTRATO DO CONTRATO Nº 034/2011

Processo nº 031199/2010-44

Fundamento Legal: PE nº 20.060/2010.

Contratante: Secretaria Municipal de Saúde

Contratado: BIO LÓGICA COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Objeto: aquisição de agulhas e seringas

Valor Total: R\$ 11.400,00 (onze mil e quatrocentos reais)

Vigência: 11/05 A 11/09/2011

Data: Natal, 11 de maio de 2011

Assinaturas:

Thiago Barbosa Trindade - Contratante

Luis Carlos dos Santos - Contratada

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2011

Processo nº 008167/2010-19

Fundamento Legal: PE nº 20.017/2010.

Contratante: Secretaria Municipal de Saúde

Contratado: COMÉRCIO DE MATERIAIS MÉDICOS HOSPITALARES MACROSUL LTDA

Objeto: equipamento para capacitar os profissionais nos atendimentos do SAMU, item 08

Valor Total: R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos reais)

Vigência: 01/06/2011 A 01/06/2012

Data: Natal, 01 de junho de 2011

Assinaturas:

Maria do Perpétuo Socorro Lima Nogueira - Contratante

Aluísio José Pelozo - Contratada

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2011

Processo nº 008167/2010-19

Fundamento Legal: PE nº 20.017/2010.

Contratante: Secretaria Municipal de Saúde

Contratado: COMÉRCIO DE MATERIAIS ESPORTIVOS E EDUCATIVOS CIVIAM LTDA-EPP

Objeto: equipamento para capacitar os profissionais nos atendimentos do SAMU, itens 02 e 06

Valor Total: R\$ 6.733,00 (seis mil, setecentos e trinta e três reais)

Vigência: 01/06/2011 A 01/06/2012

Data: Natal, 01 de junho de 2011

Assinaturas:

Maria do Perpétuo Socorro Lima Nogueira - Contratante

Frika Della Rosa - Contratada

EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2011

Processo nº 008167/2010-19

Fundamento Legal: PE nº 20.017/2010.

Contratante: Secretaria Municipal de Saúde

Contratado: SB ARAUJO TECNOLOGIA EM EQUIPAMENTOS

Objeto: equipamento para capacitar os profissionais nos atendimentos do SAMU, item 04

Valor Total: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Vigência: 01/06/2011 A 01/06/2012

Data: Natal, 01 de junho de 2011.

Assinaturas:

Maria do Perpétuo Socorro Lima Nogueira - Contratante

Elaine Cristina Borgo - Contratada

EXTRATO DO CONTRATO Nº 048/2011

Processo nº 008167/2010-19

Fundamento Legal: PE nº 20.017/2010.

Contratante: Secretaria Municipal de Saúde

Contratado: ANHAY COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICOS LTDA

Objeto: equipamento para capacitar os profissionais nos atendimentos do SAMU, item 03

Valor Total: R\$ 3.200,00 (três mil e duzentos reais)

Vigência: 01/06/2011 A 01/06/2012.

Data: Natal, 01 de junho de 2011

Assinaturas:

Maria do Perpétuo Socorro Lima Nogueira - Contratante

Zainei Carpentieri Junior - Contratada

EXTRATO DO CONTRATO Nº 049/2011

Processo nº 008167/2010-19

Fundamento Legal: PE nº 20.017/2010.

Contratante: Secretaria Municipal de Saúde

Contratado: LABORATORIA MEDICAL LTDA

Objeto: equipamento para capacitar os profissionais nos atendimentos do SAMU, itens 01.05 e 07

Valor Total: R\$ 3.454,89 (três mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e noventa e nove centavos)

Vigência: 01/06/2011 A 01/06/2012.

Data: Natal, 01 de junho de 2011

Assinaturas:

Maria do Perpétuo Socorro Lima Nogueira - Contratante

Zainei Carpentieri Junior - Contratada

CONTRATO DE GESTÃO Nº 003/2010 QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE NATAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA DE SAÚDE - SMS, E (A) ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, QUALIFICAÇÃO COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL, PARA OPERACIONALIZAR A GESTÃO E EXECUTAR AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE, NA UNIDADE DE PRONTO-ATENDIMENTO - UPA DR. RUY PEREIRA DOS SANTOS - PARUÇARA.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE NATAL, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS, com sede nesta cidade na Rua Fabrício Pedrosa, 915, Petrópolis - Edifício Novotel Ladeira do Sol, CEP: 59014-030 neste ato representado pelo seu titular, Dr. Thiago Barbosa Trindade, brasileiro, CPF nº 026.192.594-60, residente e domiciliado na cidade de Natal, Estado RN, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado Associação MARCA para Prestação de Serviços, com CNPJ nº 05.791.879/0001-50, inscrita de Inscrição Estadual, com endereço Avenida Rio Branco, 122, sala 1701, Centro, neste ato representado por Monica Simões Araújo e Nardelli, residente e domiciliada, à Rua Henrique Ralfard, nº 200, Bigen, Petrópolis, Rio de Janeiro, portador da carteira de identidade 11.734.593-4 e CPF 094.431.757-03, doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista o que dispõe a Lei nº 6.108 de 02 julho de 2010, considerando o Edital de Seleção nº 002/2010 e o correspondente ato de Homologação publicado no Diário Oficial de 07 de dezembro de 2010, inserido nos autos do Processo nº 062952/2010-17, e ainda em conformidade com as diretrizes e normas do Sistema Único de Saúde - SUS emanadas do Ministério da Saúde - MS, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE GESTÃO referente à operacionalização da gestão e a execução de ações e serviços de saúde a serem prestados pela CONTRATADA na UNIDADE DE PRONTO-ATENDIMENTO - UPA DR. RUY PEREIRA DOS SANTOS - PARUÇARA, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O presente CONTRATO DE GESTÃO tem por objeto disciplinar as atribuições, responsabilidades e obrigações das partes na operacionalização da gestão e na execução das ações e serviços de saúde a serem prestados pela CONTRATADA na Unidade de Pronto Atendimento referenciada neste contrato, doravante designadas simplesmente UPA, em regime de 24 horas/dia, que assegure assistência universal e gratuita à população.

PARÁGRAFO ÚNICO

Fazem parte integrante deste Contrato de Gestão os seguintes anexos:

I. Proposta de Trabalho;

II. Edital de Seleção e seus anexos;

III. Anexo Técnico;

IV. Inventário de Bens disponibilizados

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS

Os bens móveis e imóveis de propriedade do Município de Natal referentes à Unidade de Pronto-Atendimento (UPA) DR. RUY PEREIRA DOS SANTOS - PARUÇARA, têm o seu uso permitido em favor da CONTRATADA pelo período de vigência do presente contrato, nos termos da Lei MUNICIPAL Nº 6.108 DE 02 DE JUNHO DE 2010.

PARÁGRAFO ÚNICO

O inventário e a avaliação dos bens objeto da presente permissão de uso constam do Anexo III deste Contrato e foram devidamente aprovados por ambas as partes.

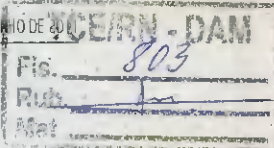
CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

I. A CONTRATADA executará os serviços assistenciais disponíveis segundo a capacidade operacional da UPA, nas quantidades mínimas abaixo relacionadas, a qualquer pessoa que deles necessitar e de acordo com as normas do SUS - Sistema Único de Saúde.

II. Atendimento Ambulatorial

A UPA deverá realizar uma quantidade de Procedimentos Clínicos de acordo com sua capacidade operacional, distribuídos conforme abaixo:

Procedimentos com finalidade diagnóstica - SADI - Grupo 02	Quantidade Mensal
02 - DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLÍNICO	3.000
04 - DIAGNÓSTICO POR RADIOLOGIA	300
11 - MÉTODOS DIAGNÓSTICOS EM ESPECIALIDADES MÉD.	150
Total	3.450
Procedimentos Clínicos - Grupo 03	Quantidade Mensal
01 - CONSULTAS ATENDIMENTOS / RECONFERMAMENTOS	7.500
03 - TRATAMENTOS CLÍNICOS (OUTRAS ESPECIALIDADES)	1.500
Total	9.000



CLAUSULA QUARTA – DOS COMPROMISSOS DAS PARTES

I - DA CONTRATADA

- 1) Assegurar a organização, administração e gerenciamento das unidades de saúde objeto do presente Contrato, através do desenvolvimento de técnicas modernas e adequadas que permitam o desenvolvimento da estrutura funcional e a manutenção física das referidas unidades e de seus equipamentos, além do provimento dos insumos (materiais) necessários à garantia do pleno funcionamento da UPA.
- 2) Assistir de forma abrangente os usuários que demandem a UPA, procedendo aos devidos registros no Sistema de Informações e segundo os critérios da CONTRATANTE e do Ministério da Saúde.
- 3) Garantir, em exercício na unidade de saúde referida neste Contrato, quadro de recursos humanos qualificados e compatíveis com o porte da unidade e serviços combinados, conforme estabelecido nas normas ministeriais atinentes à espécie, estando definida, como parte de sua infra-estrutura técnico-administrativa, nas 24 (vinte e quatro) horas/dia da UPA.
- 4) Adotar identificação especial (crachá) e lardamento de boa qualidade para todos os seus empregados, assim como assegurar a sua frequência, pontualidade e boa conduta profissional;
- 5) Incluir, na implantação de imagem corporativa e da uniformidade dos trabalhadores, o logotipo da SMS.
- 6) Responder pelas obrigações, despesas, encargos trabalhistas, securitários, previdenciários e outros, na forma da legislação em vigor, relativos aos empregados utilizados na execução dos serviços ora contratados, sendo-lhe defeso invocar a existência desse Contrato para eximir-se daquelas obrigações ou transferi-las à Contratante.
- 7) Responsabilizar-se integralmente por todos os compromissos assumidos neste Contrato;
- 8) Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados na UPA, disponibilizando a qualquer momento à Contratante e às auditorias do SUS, as fichas e prontuários dos usuários, assim como todos os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados na unidade de saúde;
- 9) Apresentar a Contratante até o 15º (quinze) dia do mês seguinte, o recolhimento dos serviços efetivamente executados no mês anterior, acompanhada de Relatórios Gerenciais e comprovantes, na forma que lhe for indicada;
- 10) Providenciar e manter atualizados todos as licenças e alvarás junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente Contrato;
- 11) Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados a Contratante e/ou a terceiros por sua culpa, em consequência de erro, negligência ou imperícia, própria ou de auxiliares que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados.
- 12) Consolidar a imagem da UPA como centro de prestação de serviços públicos da rede assistencial do Sistema Único de Saúde - SUS, comprometendo com sua missão de atender às necessidades terapêuticas dos pacientes, primando pela melhoria na qualidade da assistência;
- 13) Manter em perfeitas condições de higiene e conservação as áreas físicas, instalações e equipamentos da UPA;
- 14) Prestar assistência técnica e manutenção preventiva e corretiva de forma contínua aos equipamentos e instalações hidráulicas, elétricas e de gases em geral;
- 15) Devolver à Contratante, após o término de vigência deste Contrato, toda área, equipamentos, instalações e utensílios, objeto do presente permissão de uso, em perfeitas condições de uso, substituindo aqueles que não mais suportarem recuperação;
- 16) Os bens móveis permitidos em uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, que possam integrar o patrimônio do Município, após prévia avaliação e expressa autorização da Contratante;
- 17) Os bens inventariados na forma do Anexo deverão ser recebidos por um preposto designado pela contratada quando da assinatura do Contrato e, de forma idêntica, deverão ser devolvidos no término da vigência contratual;
- 18) A Contratada, por razões de planejamento das atividades assistenciais, deverá dispor da informação oportuna sobre o local de residência dos pacientes atendidos ou que lhes sejam referenciados para atendimento, registrando no mínimo o município de residência dos mesmos;
- 19) Encaminhar à Contratante, nos prazos e instrumentos por ela definidos, todas as informações sobre as atividades desenvolvidas na UPA, bem como sobre a movimentação dos recursos financeiros recebidos e movimentados pela referida unidade de saúde;
- 20) As informações de que trata o item anterior serão encaminhadas à SMS, segundo os modelos elaborados pela Contratante, antes do dia 15 (quinze) de cada mês ou no dia útil que lhe for imediatamente posterior;
- 21) Em relação aos direitos dos pacientes, a CONTRATADA obriga-se a:
 - a) Manter sempre atualizado o prontuário médico dos pacientes e o arquivo médico considerando os prazos previstos em lei;
 - b) Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
 - c) Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão da não realização de qualquer ato profissional previsto neste Contrato;
 - d) Permitir a visita ao paciente atendido, diariamente, conforme diretrizes da Política Nacional de Humanização;
 - e) Esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
 - f) Respeitar a decisão do paciente em consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
 - g) Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos pacientes;
 - h) Assegurar aos pacientes o direito de serem assistidos religiosamente e espiritualmente por ministro de qualquer culto religioso;
 - i) Assegurar a presença de um acompanhante na UPA, de acordo com a legislação vigente;
 - j) Incentivar o uso seguro de medicamentos ao paciente, procedendo à notificação de suspeita de reações adversas, através de formulários e sistematizações da SMS;
- 22) Implantar, após prévia aprovação da SMS, um modelo normatizado de pesquisa de satisfação pós atendimento;
- 23) Realizar seguimento, análise e adoção de medidas de melhoria diante das sugestões, críticas e reclamações que receber dos usuários, no prazo máximo de 30 dias úteis;
- 24) Instalar um Serviço de Atendimento ao Usuário, conforme diretrizes estabelecidas pela SMS, encaminhando mensalmente relatório de suas atividades;
- 25) Identificar suas carências em matéria diagnóstica e/ou terapêutica que justifiquem a necessidade do encaminhamento de pacientes a outros serviços de saúde, apresentando à SMS, mensalmente, relatório dos encaminhamentos ocorridos;
- 26) Não adotar nenhuma medida unilateral de mudanças na carteira de serviços, nos fluxos de atenção consolidados, nem na estrutura física da UPA, sem prévia ciência e aprovação da SMS;
- 27) Alcançar os índices de produtividade e qualidade definidos no Anexo Técnico deste Contrato;
- 28) Acompanhar e monitorar o tempo de espera dos pacientes, definido pelas diferentes listas de espera de atendimento, enviando relatório mensal à SMS;
- 29) Possuir e manter em pleno funcionamento, no mínimo, as seguintes Comissões Clínicas:
 - Comissão de Pronto-atendimento Médico;
 - Comissão de Óbitos;
 - Comissão de Ética Médica;

- Comissão de Pronto-atendimento Médico;
- Comissão de Óbitos;
- Comissão de Ética Médica;

- 31) A contratada deverá possuir e manter um Fluxo de Manutenção Geral - FMG na unidade de saúde, que contemple as áreas de manutenção predial, hidráulica, e elétrica, assim como um serviço de Gerenciamento de Risco e de Resíduos Sólidos.
 - 32) A contratada fica obrigada a estabelecer e executar os planos, programas e sistemas orientados de sua proposta técnica por ocasião da seleção, cujo conteúdo está reproduzido no ANEXO TÉCNICO;
 - 33) A CONTRATADA deverá movimentar os recursos financeiros transferidos pelo Município para a execução do objeto deste Contrato de Gestão em conta bancária específica e exclusiva, vinculada à UPA, de modo a que os recursos transferidos não sejam confundidos com os recursos próprios da Organização Social.
 - 34) A CONTRATADA poderá adquirir equipamentos, móveis e utensílios necessários ao pleno desenvolvimento das atividades da UPA, desde que previamente e formalmente autorizados pela CONTRATANTE.
 - 34.1) A CONTRATADA deverá adquirir, para o início das atividades, os equipamentos de informática necessários ao pleno funcionamento da UPA.
 - 35) A CONTRATADA poderá realizar obras e reparos nas instalações para o pleno desenvolvimento das atividades da UPA, desde que previamente e formalmente autorizados pela CONTRATANTE.
 - 36) Utilizar os bens móveis disponibilizados pela SMS/Natal, bem como o imóvel de propriedade do MUNICÍPIO DE NATAL referente a UPA - Pajuçara, durante a vigência do presente CONTRATO, nos termos da Lei nº 6.108/2010.
 - 37) Observar as normas de vigilância epidemiológica de doenças de notificação compulsória no âmbito da Unidade, assim como ações relacionadas a outros agravos de interesse epidemiológico;
- II - DA CONTRATANTE**
- 1) Disponibilizar à CONTRATADA adequada estrutura física, materiais permanentes, equipamentos e instrumentos para a organização, administração e gerenciamento da UPA, conforme inventário patrimonial;
 - 2) A SMS obriga-se a prover a CONTRATADA dos recursos financeiros necessários à execução deste contrato e a programar, nos orçamentos dos exercícios subsequentes, quando for o caso, os recursos necessários para custear os seus objetivos, de acordo com o sistema de pagamento previsto;
 - 3) Prestar esclarecimentos e informações à contratada que visem a orientá-la na correta prestação dos serviços pactuados, diminuindo as questões omissas neste instrumento, dando-lhe ciência de qualquer alteração no presente Contrato;
 - 4) Desenvolver controle e avaliação periódica através de um preposto designado pelo Secretário da Saúde, o qual observará "in loco" o desenvolvimento das atividades de assistência aos usuários na UPA.

CLAUSULA QUINTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS
Os recursos financeiros para a execução do objeto deste CONTRATO DE GESTÃO serão alocados na Organização Social contratada mediante transferências oriundas da CONTRATANTE, viações e contribuições de entidades nacionais e estrangeiras, rendimentos de aplicações dos ativos financeiros da Organização Social e de outros pertencentes ao patrimônio que estiver sob a administração da SMS, ainda que sob a forma de empréstimos com garantias nacionais e internacionais.

CLAUSULA SEXTA – DO REPASSE DE RECURSOS
Para a execução do objeto do presente avença, a CONTRATANTE repassará à CONTRATADA, no prazo e condições constantes deste instrumento, a importância global estimada em R\$ 11.597.085,72 (onze milhões, seiscentos e noventa e sete mil, oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos) para fins de cumprimento da PROPOSTA DE TRABALHO, parte integrante deste instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os valores pactuados serão repassados pela Secretaria da Saúde do Município de Natal, mensalmente, de acordo com o cronograma de desembolsos previsto na cláusula sétima deste Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os recursos destinados ao presente CONTRATO DE GESTÃO serão empregados globalmente em montante correspondente às despesas previstas até 31/12/2010, devendo ser consignado na lei orçamentária do exercício seguinte o montante remanescente relativo aos meses de execução do Contrato no exercício de 2011.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os recursos repassados à CONTRATADA poderão ser aplicados no mercado financeiro, desde que os resultados dessa aplicação revertam-se, exclusivamente, aos objetivos deste CONTRATO DE GESTÃO.

CLAUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
As despesas para o pagamento deste Contrato correrão por conta dos recursos da Dotação Orçamentária a seguir especificada:

Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Saúde – SMS (Fundo Municipal de Saúde – 20.149)
Ação: 10.302.017.1-409 – Fortalecimento da Rede de Pronto Atendimento – UPAS,
Fonte de Recursos: 183

CLAUSULA SETIMA DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme definido nas condições a seguir estabelecidas:

- I - No primeiro ano de vigência do presente contrato, o valor global a ser repassado é R\$ 11.597.085,72 (onze milhões, seiscentos e noventa e sete mil, oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos), mediante a liberação de 12 (doze) parcelas mensais, conforme metas pactuadas, cujo valor é composto de uma parcela correspondente à 90% do orçamento mensal e uma parte variável correspondente a 10% calculada com base na adesão de indicadores de qualidade e produtividade.
 - II - O valor de R\$ 1.462.135,21 (um milhão, quatrocentos e sessenta e duas mil, cento e trinta e cinco reais e setenta e um centavos), correspondente a primeira parcela, será pago no ato de assinatura do Contrato de Gestão, devendo ser observado o parágrafo quinto desta cláusula.
 - III - O valor correspondente a segunda até a décima-primeira parcela será de R\$ 974.757,14 (novecentos e setenta e quatro mil setecentos e cinquenta e sete reais e quatorze centavos), sendo a décima segunda parcela no valor de R\$ 457.378,61 (quatrocentos e oitenta e sete mil, trezentos e setenta e oito reais e sessenta e um centavos) devendo ser observado o parágrafo quinto desta cláusula.
 - IV - As parcelas referidas no item anterior serão pagas mensalmente até o quinto dia útil após o recebimento do recolhimento dos serviços objeto do presente contrato executados no mês anterior.
- PARÁGRAFO PRIMEIRO** - As metas contratuais da parte variável do contrato de gestão serão avaliadas trimestralmente, e, em caso de não cumprimento, será efetuado o desconto de até 10%, observado o disposto no Anexo Técnico.
- PARÁGRAFO SEGUNDO** - As parcelas de valor variável serão pagas mensalmente, junto com a parte fixa, e os eventuais ajustes financeiros a menor decorrentes da avaliação do alcance das metas das partes variáveis serão realizados nos meses subsequentes à análise dos indicadores estabelecidos, na forma disposta neste contrato.
- PARÁGRAFO TERCEIRO** - Havendo atrasos nos desembolsos previstos no cronograma de pagamento, a CONTRATADA poderá realizar adiantamentos com recursos próprios a conta bancária indicada para recolhimento dos pagamentos mensais, tendo reconhecido as despesas efetuadas, desde que em montante igual ou inferior aos valores ainda não desembolsados que

TOE/RN - DAM

804

estarem previstos neste contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA deverá anexar mensalmente aos relatórios encaminhados à SMS, os comprovantes de quitação de despesas com água, energia elétrica e telefone, eletrônicos ou não imediatamente anteriores, bem como os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários relativos ao mês anterior.

PARÁGRAFO QUINTO - Ao valor do custeio apresentado no caput desta cláusula é acrescido o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais) mensais destinados à campanha educativa junto à comunidade local e informativa aos munícipes em geral a ser aprovada em termo próprio pela Secretaria Municipal de Saúde, totalizando o valor anual de R\$ 12.177.085,72 (doze milhões, cento e setenta e sete mil, oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos).

CLAUSULA OITAVA - DOS RECURSOS HUMANOS

A CONTRATADA contratará pessoal para a execução de suas atividades, sendo de sua inteira responsabilidade os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais e secundários, resultantes da execução do objeto do presente Contrato de Gestão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA poderá gastar no máximo 65% dos recursos públicos a esta repassados, com despesas de remuneração, encargos trabalhistas e vantagens de qualquer natureza, a serem percebidos pelos seus dirigentes, empregados e servidores eventualmente a ela cedidos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O Contratante poderá colocar à disposição da OS ora contratada, mediante cessão especial nos termos da LEI MUNICIPAL 6.108 DE 02 DE JUNHO DE 2010, a ser formalizada através de instrumento de convênio específico, os servidores públicos municipais de seu quadro de pessoal permanente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O valor pago pelo Poder Público, a título de remuneração e de contribuição previdenciária do servidor colocado à disposição da Organização Social, será abatido do valor de cada parcela dos recursos repassados mensalmente.

CLAUSULA NONA - DO ACOMPANHAMENTO E DA AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

O órgão competente da SMS (Comissão) responsável pelo acompanhamento, fiscalização e avaliação deste Contrato de Gestão emitirá relatório técnico sobre os resultados alcançados pela CONTRATADA quanto às metas pactuadas, quanto à economicidade das ações realizadas, à otimização do padrão de qualidade na execução dos serviços, e ao atendimento ao cidadão.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O órgão referido nesta cláusula encaminhará o relatório técnico ao Secretário da Saúde e ao órgão deliberativo da Organização Social, até o último dia do mês subsequente ao encerramento de cada trimestre do exercício financeiro.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os resultados alcançados deverão ser objeto de análise criteriosa pelo Secretário da Saúde, que notificará as correções que eventualmente se façam necessárias, para garantir a plena eficácia do instrumento, e em persistindo as falhas, para subsidiar a decisão do Prefeito do Município acerca da manutenção da qualificação da entidade como Organização Social.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Ao final de cada exercício financeiro será elaborada consolidação dos relatórios técnicos emitidos pelo órgão de acompanhamento e avaliação, para análise e parecer conclusivo do Secretário da Saúde.

PARÁGRAFO QUARTO - Os responsáveis pela fiscalização deste Contrato, ao tomarem conhecimento de qualquer irregularidade na utilização de recursos na bens de origem pública, darão imediato ciência ao Tribunal de Contas e ao Ministério Público, para as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária.

CLAUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O prazo de vigência do CONTRATO DE GESTÃO será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, depois de demonstrada a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas, se houver a indicação, garantia e aprovação das dotações orçamentárias necessárias para as despesas.

CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA REVISÃO E REPACTUAÇÃO

O presente Contrato poderá ser alterado, mediante revisão das metas e dos valores financeiros inicialmente pactuados, desde que previa e devidamente justificada, com a aceitação de ambas as partes e a autorização por escrito do Secretário de Saúde, devendo, nestes casos, ser formalizados os respectivos Termos Aditivos.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A Prestação de Contas, a ser apresentada mensalmente ou a qualquer tempo, conforme requerimento do interesse público, far-se-á através de relatório pertinente à execução desse Contrato de Gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, acompanhados dos demonstrativos financeiros referentes aos gastos e receitas exclusivamente realizadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Ao final de cada exercício financeiro, a CONTRATADA deverá elaborar consolidação dos relatórios de execução e demonstrativos financeiros e encaminhá-los à CONTRATANTE, em modelos por esta estabelecidos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Cabe à CONTRATADA, obrigatoriamente, a publicação anual, no Diário Oficial, das relações financeiras e do relatório de execução do presente CONTRATO DE GESTÃO.

CLAUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO NO SERVIÇO TRANSFERIDO
Na hipótese de risco quanto à continuidade dos serviços de saúde prestados à população, o Município poderá assumir imediatamente a execução dos serviços objeto deste contrato que foram transferidos.

CLAUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

A rescisão do Contrato poderá ser efetuada:
I. por ato unilateral da CONTRATANTE, na hipótese de descumprimento, por parte da CONTRATADA, ainda que parcial, das cláusulas que imobilizem a execução de seus objetivos e metas previstas no presente Contrato, decorrentes de má gestão, culpa e/ou dolo;

II. Por acordo entre as partes reduzido a termo, tendo em vista o interesse público;

III. Por ato unilateral da CONTRATADA na hipótese de atrasos dos repasses devidos pela CONTRATANTE, superiores a 30 (trinta) dias da data fixada para o pagamento, cabendo à CONTRATADA notificar a Secretaria, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, informando do fim da prestação dos serviços contratados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Verificada qualquer uma das hipóteses de rescisão contratual, o Poder Executivo providenciará a imediata revogação da permissão de uso dos bens públicos e, nos casos do inciso I desta cláusula, a imposição das sanções legais cabíveis e a desqualificação da entidade como Organização Social, após apuração de falhas em processo regular, assegurada a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A desqualificação da entidade acarretará a reversão dos bens e valores disponíveis bem como a incorporação ao patrimônio do Município dos excedentes financeiros decorrentes de suas atividades, na proporção dos recursos públicos alocados, bem como a disponibilização, imediata, dos arquivos e referentes ao registro atualizado de todos os atendimentos efetuados na UPA, as listas e prontuários dos usuários.

CLAUSULA DÉCIMA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE CIVIL DA CONTRATADA

A CONTRATADA é responsável pela indenização de danos decorrentes de ação ou omissão

voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem a paciente, aos órgãos do SUS e a terceiros a estes vinculados, bem como aos bens públicos móveis e imóveis objetos de permissão de uso, de que trata a LEI Nº 6.108 DE 02 DE JUNHO DE 2010, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

CLAUSULA DÉCIMA SEXTA - DA PUBLICAÇÃO

O CONTRATO DE GESTÃO terá o seu extrato publicado no Diário Oficial, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua assinatura.

CLAUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

As partes elegem o Foro da Cidade de Natal, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir questões oriundas do CONTRATO DE GESTÃO que não puderem ser resolvidas pelas partes. E, por estarem assim justos e contratados, é o presente assinado em 03 (três) vias, para um só efeito de direito.

Natal, 08 de dezembro de 2010.

THIAGO BARBOSA TRINDADE - SECRETÁRIO DA SAÚDE
ASSOCIAÇÃO MANCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS - CONTRATADA

ANEXO TÉCNICO

A - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

1 - CARACTERÍSTICAS DOS SERVIÇOS CONTRATADOS

A CONTRATADA atenderá com seus recursos humanos e técnicos aos usuários do SUS - Sistema Único de Saúde, oferecendo, segundo o grau de complexidade de sua assistência e sua capacidade operacional, os serviços de saúde que se enquadrem nas modalidades abaixo descritas, conforme sua tipologia.

O Serviço de Admissão da CONTRATAÇÃO solicitará aos pacientes, ou a seus representantes legais, a documentação de identificação do paciente e a documentação de encaminhamento, se for o caso, especificada no fluxo estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde.

O acompanhamento e a comprovação das atividades realizadas pela CONTRATADA serão efetuados através dos dados registrados no SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais, bem como através dos formulários e instrumentos para registro de dados de produção definidos pela CONTRATANTE.

1. ATENDIMENTO A URGÊNCIAS

1.1. Serão considerados atendimentos de urgência aqueles não programados que sejam dispensados a pessoas que procurem tal atendimento, de forma referenciada conforme o fluxo estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde, durante as 24 horas do dia, todos os dias do ano.

1.2. Para efeito de produção e contabilidade a realizada deverão ser informados todos os atendimentos realizados no setor de urgência.

1.3. Em consequência do atendimento de urgência o paciente é colocado em regime de "observação" (leitos de observação), por um período menor que 24 horas e não ocorre internação ao final deste período, somente será registrado o atendimento da urgência propriamente dita, não gerando nenhum registro de internação.

2. PROGRAMAS ESPECIAIS E NOVAS ESPECIALIDADES DE ATENDIMENTO

Se, ao longo da vigência deste contrato, de comum acordo entre os contratantes, a Unidade de Pronto Atendimento, se propuser a realizar outros tipos de atividades diferentes daquelas aqui relacionadas, seja pela introdução de novas especialidades médicas, seja pela realização de programas especiais para determinado tipo de patologia ou pela introdução de novas categorias de exames laboratoriais, essas atividades poderão ser previamente autorizadas pela CONTRATANTE após análise técnica, sendo quantificadas separadamente do atendimento rotineiro da unidade e sua organização econômico-financeira será discriminada e homologada através de Termo Aditivo ao presente contrato.

II - ESTRUTURA E VOLUME DE ATIVIDADES CONTRATADAS

1. ATENDIMENTO A URGÊNCIAS

URGENCIA	8ª M	9ª M	10ª M	11ª M	12ª M	TOTAL
Atendimentos	9.000	9.000	9.000	9.000	9.000	108.000

Na hipótese de impossibilidade, por parte da CONTRATADA, de cumprimento das metas estipuladas no presente contrato e seus anexos, tendo como única e exclusiva justificativa a inexistência de demanda suficiente para atingir os parâmetros contratualmente fixados, não haverá descontos nos pagamentos devidos, desde que os dados e informações que atestarem a não ocorrência da demanda sejam examinados, aprovados e validados pela CONTRATANTE. Para possibilitar o exame das informações acima referidas a CONTRATADA deverá encaminhar a CONTRATANTE, junto com a documentação informativa das atividades assistenciais realizadas, no prazo estipulado, informações acerca da insuficiência de demanda para o cumprimento das metas de atendimento, para serem analisadas pela CONTRATANTE.

III - CONTEÚDO DAS INFORMAÇÕES A SEREM ENCAMINHADAS À CONTRATANTE

A CONTRATADA encaminhará à CONTRATANTE toda e qualquer informação, na formatação e periodicidade por essa determinadas.

As informações solicitadas referem-se aos aspectos abaixo relacionados:

- Relatórios contábeis e financeiros;
- Relatórios referentes aos Indicadores de Qualidade estabelecidos para a unidade;
- Relatórios de custos;
- Censo de origem dos pacientes atendidos;
- Pesquisa de satisfação de pacientes e acompanhantes;
- Outras a serem definidas.

B - SISTEMA DE PAGAMENTO

Com a finalidade de estabelecer as regras e o cronograma do Sistema de Pagamento ficam estabelecidos os seguintes princípios e procedimentos:

1. COMPOSIÇÃO DOS VALORES REPASSADOS:

1. A atividade assistencial da CONTRATADA ocorrerá conforme especificação e quantidades relacionadas no ANEXO TÉCNICO A - Descrição dos Serviços, na modalidade abaixo assinalada: (X) Atendimento a Urgências e emergências

1.1. As modalidades de atividade assistenciais acima assinaladas referem-se à rotina do atendimento a ser oferecido aos usuários da unidade sob gestão da CONTRATADA.

2. Além das atividades de rotina, a unidade poderá realizar outras atividades, submeterá a prévia análise e autorização da CONTRATANTE, conforme especificado no item 02 do Anexo Técnico - A - Descrição de Serviços.

3. O montante do orçamento econômico-financeiro da UPA para o exercício de 2010/2011 fica estimado em R\$ 11.697.085,72 (onze milhões, seiscentos e noventa e sete mil oitenta e cinco reais e setenta e dois centavos), e corresponde a sua modalidade de atividade assistencial.

4. Conforme o disposto na Cláusula Sétima do Contrato de Gestão, as parcelas mensais de pagamento repassadas à CONTRATAÇÃO são subdivididas da seguinte forma:

4.1 90% (noventa por cento) do valor mencionado no item 03 (três) acima, ou seja, R\$ 10.527.377,15 (dez milhões, quinhentos e vinte e sete mil, trezentos e setenta e sete reais e quinze centavos) será repassado em 12 (doze) parcelas mensais, no valor de R\$ 877.281,43 (oitocentos e setenta e sete mil, duzentos e oitenta e um reais e quarenta e três centavos), ressalvado o disposto na Cláusula Setima do Contrato de Gestão no que se refere ao valor da primeira e da décima segunda parcela;

4.2 10% (dez por cento) do valor mencionado no item 03 (três), ou seja, R\$ 1.169.708,57 (um milhão, cento e sessenta e nove mil, setecentos e oito reais e cinquenta e sete centavos, será repassado em 12 (doze) parcelas mensais, juntamente com a parcela fixa, com valor mensal estimado de R\$ 97.475,71 (noventa e sete mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e setenta e um centavos), vinculado à avaliação dos indicadores de qualidade e conforme sua valorização, de acordo com o estabelecido no Anexo Técnico C - Indicadores de Qualidade, parte integrante deste Contrato de Gestão, ressalvado o disposto na Cláusula Setima do Contrato de Gestão no que se refere ao valor da primeira e da décima segunda parcela;

4.3 A avaliação da parte variável (itens 4.2 acima) será realizada trimestralmente podendo gerar um ajuste financeiro a menor nos meses subsequentes, dependendo do percentual de alcance dos indicadores, pela UPA.

5. Visando o acompanhamento e avaliação do Contrato de Gestão e o cumprimento das atividades estabelecidas para a CONTRATADA no Anexo Técnico A - Descrição de Serviços, a mesma deverá encaminhar mensalmente, até o décimo quinto dia do mês seguinte, a documentação informativa das atividades assistenciais realizadas pela Unidade de Pronto Atendimento.

5.1. As informações acima mencionadas serão encaminhadas através dos registros no SIA - Sistema de Informações Ambulatoriais, de acordo com normas e prazos estabelecidos pela CONTRATANTE.

5.2. As informações mensais relativas à produção assistencial, indicadores de qualidade, movimentação de recursos econômicos e financeiros, serão encaminhadas em arquivo eletrônico, via e-mail, utilizando planilhas do programa Windows Office - Excel encaminhadas pela CONTRATANTE e de acordo com normas, critérios de segurança e prazos por ela estabelecidos.

6. A CONTRATANTE procederá à análise dos dados enviados pela CONTRATADA para que sejam efetuados os devidos pagamentos de recursos, conforme estabelecido na Cláusula Setima do Contrato de Gestão.

7. A cada período de 03 (três) meses, a CONTRATANTE procederá à consolidação e análise conclusiva dos dados do trimestre findo, para avaliação e pontuação dos indicadores de qualidade e produção que condicionam o valor do pagamento de valor variável citado no item 4.2 deste Anexo. 8. Trimestralmente a CONTRATANTE procederá à análise das quantidades de atividades assistenciais realizadas pela CONTRATADA, verificando e avaliando semestralmente os desvios (para mais ou para menos) ocorridos em relação às quantidades estabelecidas neste Contrato de Gestão. 9. Da análise referida no item anterior, poderá resultar uma re-pautuação das quantidades de atividades assistenciais ora estabelecidas e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, efetivada através de Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, acordada entre as partes nas respectivas reuniões para ajuste trimestral do Contrato de Gestão.

10. A análise referida no item 08 (oit) deste documento não anula a possibilidade de que sejam firmados Termos Aditivos ao Contrato de Gestão em relação às cláusulas que quantificam as atividades assistenciais a serem desenvolvidas pela CONTRATADA e seu correspondente reflexo econômico-financeiro, a qualquer momento, se condições e/ou ocorrências excepcionais incidirem de forma muito intensa sobre as atividades da Unidade de Pronto Atendimento, inviabilizando e/ou prejudicando a assistência ali prestada.

II - SISTEMÁTICA E CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

II.1 INDICADOR DE PRODUTIVIDADE - AVALIAÇÃO E VALORAÇÃO DOS DESVIOS NAS QUANTIDADES DE ATIVIDADE ASSISTENCIAL (Item 4.2 deste Anexo Técnico B - SISTEMA DE PAGAMENTO)

Os ajustes dos valores financeiros, previstos no Item 4.2 deste Anexo, decorrentes dos desvios constatados nos volumes de produção pactuados serão efetuados nos meses subsequentes aos períodos de avaliação trimestral.

1. A avaliação e análise das atividades contratadas constantes deste documento serão efetuadas conforme explicitado nas Tabelas que se seguem e previstos no Item 4.2 deste Anexo. Os desvios serão analisados em relação às quantidades especificadas para cada modalidade de atividade assistencial especificada no Anexo Técnico A - Descrição de Serviços e gerarão uma variação proporcional no valor do pagamento de recursos a ser efetuado à CONTRATADA, respeitando-se a proporcionalidade de cada tipo de despesa especificada no item 3 (três) deste documento.

As quantidades de atividade assistencial possuem peso 50 na avaliação.

INDICADOR DE PRODUTIVIDADE (Grupo 02 e Grupo 03)	Peso
Acima do volume contratado	100% (cem por cento) do peso do INDICADOR DE PRODUTIVIDADE
Entre 85% e 100% do volume contratado	50% (cinquenta por cento) do peso do INDICADOR DE PRODUTIVIDADE
Entre 70% e 84,99% do volume contratado	0% (zero por cento) do peso do INDICADOR DE PRODUTIVIDADE

II.2 - AVALIAÇÃO E VALORAÇÃO DOS INDICADORES DE QUALIDADE (Item 4.2 deste Anexo Técnico B - SISTEMA DE PAGAMENTO)

Os valores percentuais apontados na tabela inserida Anexo Técnico C - INDICADORES DE QUALIDADE, para valoração de cada um dos indicadores serão utilizados para o cálculo do valor variável a ser pago, conforme especificado no Item 4.2 deste Anexo B - SISTEMA DE PAGAMENTO. Os indicadores de qualidade possuem peso 50 na avaliação.

INDICADOR DE QUALIDADE	Peso
Qualidade da Informação	50,00% (cinquenta por cento) do peso do INDICADOR DE QUALIDADE se atendido integralmente
Atenção ao usuário	50,00% (cinquenta por cento) do peso do INDICADOR DE QUALIDADE se atendido integralmente

II.3 - MATRIZ DE AVALIAÇÃO

Indicador	Peso
INDICADOR DE PRODUTIVIDADE	50% (cinquenta por cento) do valor mensal relativo Item 4.2 deste Anexo Técnico B - SISTEMA DE PAGAMENTO

INDICADOR DE QUALIDADE	50% (cinquenta por cento) do valor mensal relativo Item 4.2 deste Anexo Técnico B - SISTEMA DE PAGAMENTO
------------------------	--

C - INDICADORES DE QUALIDADE

Os indicadores estão relacionados à qualidade da assistência oferecida aos usuários da unidade gerenciada e medem aspectos relacionados à efetividade da gestão e ao desempenho da unidade.

A complexidade dos indicadores é crescente e gradual, considerando o tempo de funcionamento da unidade.

Trimestralmente, serão reavaliados os Indicadores de Qualidade podendo os mesmos serem alterados ou introduzidos novos parâmetros e metas sendo que o alcance de um determinado indicador no decorrer de certo período, torna esse indicador um pré-requisito para que outros indicadores mais complexos possam ser avaliados; desta forma, os indicadores que são pré-requisitos para os demais continuam a ser monitorados e avaliados, porém já não têm efeito financeiro.

A cada ano é elaborado um Manual que estabelece todas as regras e critérios técnicos para a avaliação dos indicadores utilizados para o cálculo da parte variável do Contrato de Gestão. O Manual que subsidiará a avaliação do ano de 2010 encontra-se descrito a seguir.

Os indicadores constantes da proposta de trabalho constituem obrigação contratual.

Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar a totalidade dos indicadores de qualidade previstos na sua Proposta de Trabalho.

Para fins de alienação e do pagamento correspondente à parte variável (10%) serão observados os indicadores especificados no Manual de Indicadores para a parte variável.

MANUAL DE INDICADORES PARA A PARTE VARIÁVEL

CONTRATO DE GESTÃO

DESCRIÇÃO E METODOLOGIA DE CÁLCULO

INTRODUÇÃO

Este documento descreve os indicadores que serão avaliados pela Secretaria Municipal de Saúde na análise para repasse de 10% do valor global do Contrato de Gestão em seus respectivos trimestres de avaliação. A análise de cada indicador será mensal e a valoração financeira trimestral, conforme definido em contrato.

AVALIAÇÃO DA PARTE VARIÁVEL

Para a avaliação dos indicadores referentes à parte variável do contrato a CONTRATADA deverá atingir as metas definidas para os seguintes indicadores: Quantidades de Atividade Assistencial, Qualidade da Informação e Atenção ao Usuário.

METAS E INDICADORES PARA 2010/2011

Para o ano 2010/2011 estabelecem-se como indicadores determinantes do pagamento da parte variável:

- Quantidades de Atividade Assistencial
- Qualidade da Informação
- Atenção ao Usuário

1. Quantidades de Atividade Assistencial

Avalia o percentual de atividade assistencial em relação às metas pactuadas no item II.1 ATENDIMENTO A URGÊNCIAS, aplicando-se para efeito da mensuração de recursos o disposto no item II.1 INDICADOR DE PRODUTIVIDADE - AVALIAÇÃO E VALORAÇÃO DOS DESVIOS NAS QUANTIDADES DE ATIVIDADE ASSISTENCIAL.

2. Qualidade da Informação

A - Apresentação de faturamento SIA

Avalia a proporcionalidade de fichas de atendimento em relação à atividade da UPA. A meta a ser cumprida é apresentação de no mínimo 90% das fichas de atendimento para faturamento SIA, referentes aos atendimentos em cada mês de competência. O prazo para a entrega da informação é o décimo quinto dia útil do mês subsequente. Os dados devem ser enviados em meio magnético (DVD, CD ROM ou e-mail), contendo exclusivamente informações SIA do mês de competência (mês cheio), livres de crítica e de reapresentações. As informações habitualmente encaminhadas às instâncias regionais da SMS não sofrerão alterações em sua metodologia e conteúdo e não deverão ser remetidas para a SMS.

B. Taxa de identificação da origem do paciente

O objetivo é conhecer a localização de residência do paciente para avaliar a adequada inserção regional da UPA por meio da caracterização da origem da demanda. O indicador permite melhor planejamento regional dos serviços de saúde ao identificar fluxos de referência corretos e incorretos. O indicador utiliza a identificação correta do Código de Endereçamento Postal (CEP) e do código do IBGE. A meta é atingir 98% de CEP válido e 98% de CEP compatíveis com o código IBGE.

Código do CEP válido é o que corresponde a um logradouro (bairro, cidade, praia, rua, avenida, etc.) específico.

Numerador: Número de CEP válido

Denominador: Número total de CEP apresentado

Resultado da divisão multiplicado por 100

CEP compatível é o que encontra correspondência com o código do IBGE do município, pois existe a possibilidade de um CEP válido (que corresponde a um número existente do código postal) não estar de acordo com o logradouro indicado como de residência do paciente.

Numerador: Número de CEP compatíveis com código de IBGE

Denominador: Número total de CEP apresentado

Resultado da divisão multiplicado por 100

3. Atenção ao Usuário - Resolução de queixas e pesquisa de satisfação

A meta é a resolução de 80% das queixas recebidas. Entende-se por queixa o conjunto de reclamações recebidas por qualquer meio de um autor identificável (verbal, por escrito, por telefone, correio físico ou eletrônico), e que deve ser registrada adequadamente. Entende-se por resolução o conjunto de ações geradas por uma queixa no sentido de solucioná-la e que possa ser encaminhada a seu autor como resposta ou esclarecimento ao problema apresentado.

A pesquisa de satisfação do usuário sobre o atendimento da UPA destina-se à avaliação da percepção de qualidade de serviço pelos pacientes ou acompanhantes. Em cada trimestre será avaliada a pesquisa de satisfação do usuário, por meio dos questionários específicos, que deverão ser aplicados mensalmente em pacientes atendidos no serviço, abrangendo 10% do total de pacientes e acompanhantes. A pesquisa será feita verbalmente, registrada em papel, sendo obrigatoriamente anônima, apenas com identificação numérica. Os modelos dos questionários serão enviados à UPA em meio eletrônico para aplicação e preenchimento. Será fornecida uma planilha de consolidação para preenchimento das respostas obtidas do atendimento de urgência e emergência. A meta a ser atingida é o envio das planilhas de consolidação até o dia 15 do mês imediatamente subsequente.

INVENTÁRIO DE BENS DISPONIBILIZADOS

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE
Aparadora	10
Aparelho de Raio X	1
Aparelho fax	4
Armário alto	10
Armário para funcionários	4
Armário suspenso	9
Armário vitrine	7
Arquivo tipo gaveteiro	4
Aventais plúmiferos	1
Balança digital infantil	1
Balanças digital	1
Balde cilíndrico	2
Bal de inox 2l com tampa (algodão)	23
Benedouro	3
Beliche	6
Bomba de infusão	10
Braçadeira	9
Bureau	6
Cabideira	4
Cadeira de rodas	2
Cadeira diretor	9
Cadeira fixa	19
Cadeira giratória com rodinha	17
Caixa básica de instrumental cirúrgico	10
Camis	11
Cardioversor	1
Carro de limpeza modelo funcional	2
Carro para transporte de alimentos	2
Carro para transporte de material	2
Carro para transporte de roupa limpa	2
Carro para transporte de roupa suja	1
Cesto de lixo	12
Conjunto de ressuscitador manual kit adulto	4
Conjunto de ressuscitador manual kit neonatal	6
Copo umidificador	21
Detector fetal	1
Eletrocardiograma	2
Escada com 2 degraus	12
Escada com 7 degraus	2
Estabilizador	8
Estante modulada aberta	12
Estetoscópio adulto	15
Estetoscópio infantil	5
Foco cirúrgico	1
Frigobar	1
Geladeira duplex	2
Gerador a diesel	1
Lanterna clínica	6
Laringoscópio adulto	2
Laringoscópio pediátrico	4
Maca para transporte	1
Mesa clínica	6
Mesa de refeição	4
Mesa instrumental inox com Rodinhas	2
Mesa para computador	6
Mesa para impressora	5
Monitor	4
Oftalmoscópio	2
Papaquão	11
Poltrona reclinável	12
Ressuscitador manual ambu adulto	4
Ressuscitador manual ambu neonatal	6
Supporte de cesto	1
Supporte para soro	25
Tambor com tampa	3
Tensímetro adulto	4
Tensímetro com jogo manguito e braçadeira	8
TV LCD 32"	3
Ventilador Respiratório	3

COMUNICADO

Em razão da comunicação formal da impossibilidade de fornecimento pela empresa D. HOSP. DISTRIBUIDORA HOSPITALAR, IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA., CNPJ 08.076.127/0001-04, endereço: Av. Alexandrino de Alencar, 905-A - Lagoa Nova - Natal/RN - CEP 59.030-150, que ribeirira a menor cotação de preços nos seguintes itens: 01 e 02; integrantes do PROCESSO 74212/2010-15 cujo objeto é a aquisição de medicamentos suficiente para o atendimento da rede por um período de 04 (quatro) meses, fica suspensa a aquisição dos citados itens procedendo-se a convocação dos segundos colocados conforme o mapa de preços oriundo da Pesquisa Mercadológica realizada no citado processo.

Ratificação: Maria do Perpétuo Socorro Lima Nogueira - Secretária Municipal de Saúde
Natal, 09 de junho de 2011

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO

PORTARIA N.º 037/2011-GS/SEMUT-NATAL (RN), 09 DE JUNHO DE 2011

O SECRETARIO MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO, no uso das suas atribuições legais, e de acordo com o dispositivo no Decreto nº 2.241, de 13 de novembro de 1979 alterado pelo Decreto nº 4.258/91

RESOLVE:

Art. 1º. Designar como membros julgadores titulares da Junta de Instrução e Julgamento Administrativo - JIA, com mandato de dois anos, os Auditores do Tesouro Municipal MAURICIO LUCENA DE FREITAS, matrícula nº 31.630-8, EDNILSON JOVINO DE OLIVEIRA, matrícula nº 10.081-1, e ROBERTO DANIEL DO ESPRITO SANTO, matrícula nº 04.954-8, sob a presidência do primeiro.

Art. 2º. Designar como membros julgadores suplentes da Junta de Instrução e Julgamento Administrativo - JIA, com mandato de dois anos, os Auditores do Tesouro Municipal CYNTHIA CUNHA BARRETO DE GÓES, matrícula nº 30.802-1, SELMA MARIA LUCIO DA SILVA, matrícula nº 18.708-9 e ANDERSON RICARDO DO NASCIMENTO, matrícula nº 18.695-3.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor a partir de 1º de junho de 2011.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

André Luis Miranda de Macedo

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO

PORTARIA N.º 003/2011 - UEM/NATAL - NATAL (RN), 28 DE ABRIL DE 2011

O COORDENADOR DA UNIDADE DE EXECUÇÃO MUNICIPAL - UEM/NATAL, no uso das suas atribuições legais, e de acordo com o dispositivo no Decreto nº 2.241, de 13 de agosto de 1979, alterado pelo Decreto nº 7.581, de 11 de março de 2005 e Decreto nº 7.375 de 30 de março de 2004

RESOLVE:

Art. 1º. CONSTITUIR Comissão Técnica que irá elaborar Termo de Referência, Edital e Minuta do Contrato para a compra de software do tipo CAD - *Computer Aided Design* ou desenho auxiliado por computador - AutoCAD, e emitir pareceres através de análise técnica, acompanhar a entrega do programa, atestando a nota fiscal para fins de pagamento e aferir a quantidade, qualidade e adequação do programa entregue, sendo composta pelos servidores da Secretaria Municipal de Tributação: Liane Maria Santos Macêdo, matrícula nº 39.484-0, José Eduardo Amaral de Alencar matrícula nº 19.259-7, e Marcelo Augusto de Oliveira, matrícula nº 61.194-8, sob a presidência do primeiro.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo encerrada no prazo de 60 dias, quando da certificação de recebimento de todos os bens listados pela SEMUT em conformidade com o Edital e Termo de Referência, podendo ser prorrogada.

André Luis Miranda de Macedo

COORDENADOR GERAL DA UEM/NATAL/PINAFM

PORTARIA N.º 004/2011 - UEM/NATAL - NATAL (RN), 28 DE ABRIL DE 2011

O COORDENADOR DA UNIDADE DE EXECUÇÃO MUNICIPAL - UEM/NATAL, no uso das suas atribuições legais, e de acordo com o dispositivo no Decreto nº 2.241, de 13 de agosto de 1979, alterado pelo Decreto nº 7.581, de 11 de março de 2005 e Decreto nº 7.375 de 30 de março de 2004

RESOLVE:

Art. 1º. CONSTITUIR Comissão Técnica que irá elaborar Termo de Referência, Edital e Minuta do Contrato para a contratação de serviços de Digitalização de Documentos, bem como emitir pareceres através de análise técnica, acompanhar a entrega do serviço, atestando a nota fiscal para fins de pagamento e aferir a quantidade, qualidade e adequação do serviço prestado, sendo composta pelos servidores da Secretaria Municipal de Tributação: Werbelth Osvaldo do Nascimento, matrícula nº 18.697-0, Eutrício Freitas Rodrigues, matrícula nº 49.960-9, Gláucia da Silva Graça, matrícula nº 61.081-90 e George Henrique Bezerra, matrícula nº 48.773-8, sob a presidência do primeiro.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo encerrada no prazo de 120 dias, quando da certificação de recebimento de todos os serviços listados pela SEMUT em conformidade com o Edital e Termo de Referência, podendo ser prorrogada, mediante necessidade dos serviços.

André Luis Miranda de Macedo

COORDENADOR GERAL DA UEM/NATAL/PINAFM

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO CONTRATO Nº 019/2011

Processo nº 035808/2011-RT

Contratada: ARLETE GOMES DOS SANTOS

Contratante: SEMTAS

Objeto: Contratação de Irão de Forro para 16 (dezesseis) apresentações nos grupos de idosos parceiros do Programa Ape - Conviver

Vigência: a partir da data de sua assinatura a 31 de junho de 2011

Valor Total: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: Secretaria: Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS - Unidade Orçamentária: 18.149 - Projeto/Atividade: 08.241.018.2-333 - Elemento

de Despesas: 33.90.36 - Fonte: 184

Base Legal: Lei Federal nº 8.666/93, em sua atual redação.

Data de Assinatura: 02 de junho de 2011

Assinaturas

Contratada: Arlete Gomes Dos Santos

Contratante: Acácio Borges de Melo Junior - Secretário Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Fica dispensada de licitação a despesa abaixo especificada, com fundamento no art. 5º da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, e em consonância com parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

Nº do Processo: 022953/2009-40

Objeto: Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 099/2009, que prorroga a vigência do contrato de prestação de serviços de locação de ar condicionado

Credor: POLYCLIMA AR CONDICIONADO E REFRIGERAÇÃO LTDA - CNPJ: 00.504.923/0001-80

Endereço: Rua Joaquim Fagundes nº 744, Apto 601 - Tirol - Natal/RN

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: Secretaria: Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS - Unidade Orçamentária: 18.149 - Projeto/Atividade: 08.122.027.2-342 - Elemento

de Despesas: 33.90.39 - Fonte: 181

Valor Total: R\$ 24.660,00 (vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta reais)

Data de Assinatura: 09 de junho de 2011

Acácio Borges de Melo Junior - Secretário Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS

EXTRATO QUARTO TERMO ADITIVO CONTRATO Nº 099/2009

Processo nº 022693/2009-40

Contratada: POLYCLIMA AR CONDICIONADO E REFRIGERAÇÃO LTDA

Contratante: SEMTAS

Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato nº 099/2009

Vigência: 06 (seis) meses, 01 de julho de 2011 a 31 de Dezembro de 2011

Valor Total: R\$ 24.660,00 (vinte e quatro mil, seiscentos e sessenta reais)

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: Secretaria: Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social - SEMTAS - Unidade Orçamentária: 18.149 - Projeto/Atividade: 08.122.027.2-342 - Elemento

do Município, em conformidade com o Decreto nº 9.308, de 25 de janeiro de 2011, publicado no Diário Oficial do Município de 26 de janeiro de 2011, e processo nº 001256/2012-98.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares ao servidor EUGENIO CARLOS DOS SANTOS BEZERRA, matrícula nº. 38.778-2, ocupante do cargo em comissão de Secretário Adjunto de Gestão Ambiental, símbolo OGA, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, referente ao exercício 2011/2012, no período de 13 de fevereiro a 13 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Francisco Wagner Gutemberg de Araújo

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GESTÃO DE PESSOAS, LOGÍSTICA E MODERNIZAÇÃO ORGANIZACIONAL

EXTRATO DE TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

E inexigível licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento no art. 25, inciso II, combinado com o art. 13, inciso VI da Lei 8.666/93 com suas alterações posteriores, e em conformidade com o parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 36, inciso VI do mesmo diploma legal.

Nº DO PROCESSO - 00000.013126/2012-06

OBJETO - Inscrição no Seminário Nacional: "A Formação de Preços dos Serviços Contínuos e a Planilha da IN Nº 02/03 com as Alterações da Portaria 07/11"

NOME DO CREDOR - ZÊNITE - INFORMAÇÃO E CONSULTORIA S.A. - CNPJ/CPF - 06.781.059/0001-15

ENDEREÇO - Av. Sete de Setembro nº 4698, 3º andar, Curitiba - PR

CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA: ELEMENTO DE DESPESA - 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA - SUB-ELEMENTO - 19 - FONTE: 111

VALOR: R\$ 2.592,50 (dois mil, quinhentos e cinquenta e sete reais e sessenta centavos)

RECONHECIMENTO: Dalvani Pereira de Souza - SECRETARIA ADJUNTA DE LOGÍSTICA

RATIFICAÇÃO: Carlos Pereira Von Sosthen - SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO ESTRATÉGICA

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº: 012989/2012-58 - SME/PMN

CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação - SME.

CONTRATADO: Costa e Silva Ltda. - CNPJ: 11.672.001/0001-07.

OBJETO: Aquisição de material permanente, a fim de atender as necessidades das Escolas e CMEI's da Rede Municipal de ensino.

VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.

VALOR TOTAL: R\$ 779.659,35 (setecentos e setenta e nove mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e trinta e cinco centavos).

PROJETO/ATIVIDADE: 2.179 e 2.185 - ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52-03; 4.4.90.52-06; 4.4.90.52-17 e 3.3.90.30-18 - FONTE DE RECURSO: 111 e 185.

BASE LEGAL: Lei Federal 10.520/2002, subsidiada pela Lei Federal 8.666/93, e pelo Decreto Municipal nº 7.652/2005

ASSINATURAS:

José Walter da Fonseca - Contratante.

Marinez Marins de Oliveira Silva - Contratado.

Natal, 02 de março de 2012.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº: 012975/2012-34 - SME/PMN

CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação - SME.

CONTRATADO: Apeserve Indústria e Comércio de Móveis Ltda. - CNPJ: 08.037.491/0001-10.

OBJETO: Aquisição de material permanente, a fim de atender as necessidades das Escolas e CMEI's da Rede Municipal de ensino.

VIGÊNCIA: 180 (cento e oitenta) dias.

VALOR TOTAL: R\$ 876.179,90 (oitocentos e setenta e seis mil, cento e setenta e nove reais e noventa centavos).

PROJETO/ATIVIDADE: 2.179 e 2.185 - ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.52-06; 4.4.90.52-24; 4.4.90.52-99 e 3.3.90.30-99 - FONTE DE RECURSO: 111 e 185.

BASE LEGAL: Lei Federal 10.520/2002, subsidiada pela Lei Federal 8.666/93, e pelo Decreto Municipal nº 7.652/2005.

ASSINATURAS:

José Walter da Fonseca - Contratante.

Amauri Lino Dantas Neto - Contratado.

Natal, 02 de março de 2012.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO Nº: 075359/2011-11 - SME/PMN

CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação - SME.

CONTRATADO: Arko Construções Ltda. - CNPJ: 10.715.077/0001-00.

OBJETO: Serviços de engenharia - Construção de 04 (quatro) Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI'S, Lote D2 - Bairros Lagoa Azul e Guarapés; e Lote 03 - Bairros Potengi e Pilimbu; no âmbito do Programa Nacional de Reestruturação e Aproveitamento de Rede Escolar Pública de Educação Infantil - PROINFÂNCIA.

VIGÊNCIA: 10 (dez) meses, início em 01 de março de 2012 e término em 31 de dezembro de 2012

VALOR TOTAL: R\$ 3.635.773,68 (três milhões, seiscentos e trinta e cinco mil, setecentos e setenta e três reais e sessenta e oito centavos).

PROJETO/ATIVIDADE: 1.151 - ELEMENTO DE DESPESA: 4.4.90.51-99 - FONTE DE RECURSO: 185.

BASE LEGAL: art. 40, da Lei Federal nº 8.666 e suas alterações de art. 22, inciso § 1º da mesma lei.

ASSINATURAS:

José Walter da Fonseca - Contratante.

Joana D'arc Franco de Araújo - Contratado.

Natal, 29 de fevereiro de 2012.

EXTRATO DE CONTRATO

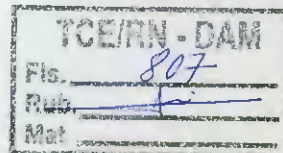
PROCESSO Nº: 041096/2011-39 - SME/PMN

CONTRATANTE: Secretaria Municipal de Educação - SME.

CONTRATADO: MERCOSUL COMERCIAL E INDÚSTRIA LTDA - CNPJ: 10.715.077/0001-00.

OBJETO: Aquisição de Fardamento escolar para atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino

VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias, início em 01 de março de 2012 e término em 29 de maio de 2012



VALOR TOTAL: R\$ 1.785.000,00 (um milhão, setecentos e oitenta e cinco mil reais).

PROJETO/ATIVIDADE: 1.170 e 2.179 - ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.30-23

FONTE DE RECURSO: 111.

BASE LEGAL: Lei nº 10.520/2002, subsidiada pela Lei Federal nº 8.666 e pelo Decreto Municipal nº 7.652/2005.

ASSINATURAS:

José Walter da Fonseca - Contratante.

Jannivaldo Marques Santos - Contratado.

Natal, 27 de fevereiro de 2012.

ORDEM DE REINÍCIO

Pela presente, fica a empresa CONSTRUTORA CAGEO LTDA, autorizada a reiniciar a partir desta data, 01/03/2011 os serviços de engenharia, compreendido: Lote 1 - serviços de melhoramento acústico, reforma e ampliação do CEMURJ; e Lote 2 - construção de um centro Municipal de educação infantil - CMEI, objeto da CONCORRÊNCIA Nº 03/2007-CP/L/SME/PMN, e Ordem de Serviços nº 039/2008, tendo em vista a solicitação de reinício de obra, solicitada pela contratada, com a devida autorização do Sr. Secretário Municipal de Educação-SME, mediante Termo Aditivo de Prazo, sem reflexo financeiro.

Informamos que conforme estabelecido na Ordem de Paralisação, fica o prazo contratual restituído de 180 (cento e oitenta) dias corridos, contados a partir de 01/03/2011.

Natal, 01 de março de 2012

Raissa Karla Santos de Andrade - Diretora do Departamento de Engenharia e Arquitetura

José Walter da Fonseca - Secretário Municipal de Educação

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 003/2010

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE GESTÃO Nº 003/2010 EXISTENTE ENTRE O MUNICÍPIO DE NATAL, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS E ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS, QUALIFICADA COMO ORGANIZAÇÃO SOCIAL, PARA GERENCIAMENTO DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO - UPA DR. RUY PEREIRA DOS SANTOS.

Pelo presente instrumento, de um lado o MUNICÍPIO DE NATAL, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE - SMS, rua Fabrício Pedroza, 915, neste ato representado por sua titular, MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO LIMA NOGUEIRA, residente e domiciliada nesta Capital, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro lado a Associação MARCA para Prestação de Serviços, com CNPJ/ME nº 05.791.879/0001-50, isenta de Inscrição Estadual, com endereço Avenida Rio Branco, 122, sala 1701, Centro, neste ato representado por BRUNO TOURINHO GUIMARÃES CORREA, CPF/ME nº 025.735.537-52 doravante denominada CONTRATADA, tendo em vista as disposições da Lei nº 6.295, de 30 de setembro de 2011, resolvem aditar o CONTRATO DE GESTÃO Nº 003/2010, mediante as seguintes alterações, ratificando-se todas as cláusulas não alteradas pelo presente:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA

Na forma da sua Cláusula Décima, fica prorrogado o CONTRATO DE GESTÃO Nº 003/2010 por 12 (doze) meses, a partir de 08 de dezembro de 2011.

PARÁGRAFO ÚNICO

Ficam repactuadas as metas para cumprimento pela CONTRATADA, conforme estabelecidos no anexo I a este aditivo.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REAJUSTE DO VALOR

Fica reconhecido o reajuste dos preços inicialmente pactuados em relação aos componentes de custo da unidade, conforme planilha em anexo, perfazendo o valor de repasse anual de R\$ 14.160.045,60 (quatorze milhões, cento e sessenta mil, quatrocentos e cinquenta e seis reais e sessenta centavos), correspondendo a um repasse mensal de R\$ 1.180.003,80 (um milhão, cento e oitenta mil, três reais e oitenta centavos), ratificando-se todas as demais cláusulas não alteradas acima.

O presente aditivo vai assinado em 03 (três) vias. Uma a ser arquivada na SMS, uma integrante do processo administrativo e a terceira entregue a CONTRATADA.

Natal, 07 de dezembro de 2011.

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO LIMA NOGUEIRA - Secretária Municipal de Saúde

BRUNO TOURINHO GUIMARÃES CORREA - Diretor Administrativo, neste ato representando a Diretora Geral

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO

TRIBUNAL ADMINISTRATIVO DE TRIBUTOS MUNICIPAIS

PRESIDENTE: MARINEIDE MORAIS RACHICO

PROCURADOR: HUMBERTO ANTÔNIO BARBOSA LIMA

SECRETÁRIA: MARIA CLAUDIA DE AQUINO FERREIRA

PAUTA DE JULGAMENTO

TORNO PÚBLICO, de ordem da Exma. Senhora Presidente deste Egrégio Tribunal Administrativo de Tributos municipais, que da Pauta de Julgamento prevista para o(s) Dia(s) 13; 15; 20 e 27 de março de 2012, a partir das 08:00 horas, consta(m) o(s) seguinte(s) processo(s):

Dia: 13/03

Processo nº: 2010.013299-0 - SEMUT - Recorrente: Fazenda Municipal - Recorrido: Ponto VI Comercial de Alimentos Ltda. - Recurso nº: 184/2011 - TATM - Ex Offício - Relator: Conselheiro Raimundo da Costa Souza.

Dia: 15/03

Processo nº: 2010.007898-7 - SEMUT - Recorrente: - Fazenda Municipal - Recorrido: Diógenes Aparecido de Aquino - Recurso nº: 044/2012 - TATM - Ex Offício - Relator: Conselheiro Raimundo da Costa Souza.

Dia: 20/03

Processo nº 2011.023205-9 - SEMUT - Recorrente: Fazenda Municipal - Recorrido: Skindo Indústria e Comércio Ltda. - Recurso nº 047/2012 - TATM - Ex Offício - Relator: Conselheiro Roberto Elias da Câmara Moura.

Dia: 27/03

Processo nº 2011.019310-0 - SEMUT - Recorrente: L.R.A. The Leprosy Relief Association - Recorrido: Fazenda Municipal - Recurso nº 043/2012 - TATM - Voluntário - Relator: Conselheiro Roberto Elias da Câmara Moura.

50

12 980

275.381

944.00104

13255
926

TCE/RN - DAM	
Fls. 898	
Rub. 400	
Mat. 04.986-7	

PROC. Nº 44.007/10
FOLHA Nº 400
VISTO: 04.986-7

**ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA
COMISSÃO INSTITUÍDA PELA PORTARIA
Nº 229/2010-GS/SMS, PARA SELEÇÃO DA
MELHOR PROPOSTA PARA GERÊNCIA DOS
AMBULATÓRIOS MÉDICOS
ESPECIALIZADOS – AME’S**

Aos dezoito dias do mês de outubro de dois mil e dez, às 10:00 horas na sala de reuniões da Secretaria Municipal de Saúde, a Comissão de Julgamento instituída pela Portaria nº 229/2010-GS/SMS com o objetivo de selecionar a melhor proposta para gerenciar as unidades ambulatoriais médico especializados – AME’s, nos termos do edital de chamamento público publicado no Diário Oficial do Município – DOM, em 01 de outubro de 2010 e prorrogado através da Portaria nº 330/2010-GS/SMS, publicado no DOM de 09 de outubro de 2010. Reunidos os membros Maria do Perpetuo do Socorro Lima Nogueira; Elizama Batista da Costa; Carlos Fernando Pimentel Bacelar-Viana, sob a Presidência da primeira, receberam, da Chefia de Gabinete, um envelope lacrado contendo a proposta da Associação MARCA para promoção de serviços – OSCIP. Aberto o envelope vislumbraram-se os seguintes documentos: Proposta técnica e econômica; Estatuto Social e alterações estatutárias; Atestados de capacidade técnica expedidas pela Prefeitura Municipal de Duque de Caxias, Prefeitura Municipal de São João do Meriti; Termo de convênio com a Prefeitura de São João do Meriti; Termo de parceria com a Prefeitura de Duque de Caxias; Termo de parceria com o Município de Areal; e regulamento de compras que pratica a entidade. Foi juntado cópia do DOM que qualifica a Associação MARCA para promoção de serviços – OSCIP como organização social de saúde no âmbito do Município de Natal. Cotejados os documentos apresentados com aqueles exigidos pelo edital acima citado, concluiu a comissão que esses se encontram em situação regular, habilitando a participação da referida entidade no certame. No que toca a proposta econômica a entidade Associação MARCA para promoção de serviços – OSCIP apresentou a decomposição dos itens na forma exigida no edital, propondo o custo mensal para AME - Planalto no valor de R\$ 544.416,12 (quinhentos e quarenta e quatro mil, quatrocentos e dezesseis reais e doze centavos), para a AME - Brasília Teimosa apontou um custo mensal de R\$ 785.385,21 (setecentos e oitenta e cinco mil, trezentos e oitenta e cinco reais e vinte e um centavos) e para a AME - Nova Natal propôs repasse mensal de R\$ 860.437,42 (oitocentos e sessenta mil, quatrocentos e trinta e sete reais e quarenta e dois centavos). Os valores encontram-se dentro dos limites trazidos no termo de referência ao edital da presente chamada pública, o que aponta para existência de interesse público, uma vez que os itens avaliados possibilitam um custo por procedimento inferior ao levantado como razoável pela SMS. Estando, portanto, em conformidade com os requisitos e proposições do edital passamos a fixação da pontuação.

Critério	Pts. Max.	Atribuição
Menor custo total para administração dos Ambulatórios Médicos Especializados -- AME's de Planalto, Brasília Teimosa e Nova Natal	70	70
Experiência em ações comprovadas em ações de gerência de unidades de saúde. 01 (hum) ponto por ano (até 20 anos)	20	20
Ter a maior contrapartida em valores nominais	05	00
Oferecer esboço, com minuta de peça publicitária, da campanha educativa a ser realizada	05	05

TCE/RN - DAM	
Fls.	809
Rub.	
Mat.	

PROC. N°	44007/010-25
FOLHA N°	342
VISTO:	
DATA:	5.27.10

DESPACHO

Vem o presente processo em diligência a esta SMS em razão de diferença verificada entre a proposta final da Associação Marca e a planilha elaborada pela própria Associação e constante no corpo da proposta.

A diferença verificada refere-se a item de julgamento relativo a Campanha Educativa, que não está incluída na planilha de gerenciamento das unidades, uma vez tratar-se de ação transversal e portanto sujeito a orçamento próprio, que se não executado retornam integralmente aos cofres públicos sem que haja possibilidade de compensação com outros itens.

No que tange aos valores cotados pela Associação Marca para a campanha educativa, qual seja, R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) por mês, deve se ter em vista que a Unidade Brasília Teimosa somente terá o contrato pelo prazo de 11 (onze) meses, apesar de passível de renovação, o que redundará numa diferença de custeio/gerenciamento correspondente a uma parcela, que também é verificada na cotação da campanha educativa. Assim, sendo de 80 mil por mês que multiplicados pelos 12 meses em que vige o contrato totalizariam R\$ 960.000,00 (novecentos e sessenta mil reais), que excluindo-se um mês relativo a Unidade Brasília Teimosa, cai para 930.000,00 (novecentos e trinta mil reais).

Portanto, respondendo objetivamente a diligência da CGM:

1 – Não é adequada a adição do valor da campanha educativa na programação de custeio das unidades, uma vez que se trata de ação transversal da gestão e não se submete a seleção;

2 – Os outros serviços dizem respeito a contratação de consultoria e serviços complementares em gestão hospitalar, todos autorizados pela SMS, para uniformização dos procedimentos entre o sistema de OS e gestão pública estatal;

3 – O item não faz sentido. Não existe conselho gestor em unidade parceirizada por contrato de gestão. Pode ser que no futuro sejam implantados, mas no momento não existem;

Pedimos escusas pelo descumprimento do prazo, que se deveu ao acúmulo de serviços desta SMS.

Com estes esclarecimentos, retorne a CGM.

Em, 03 de dezembro de 2010.


Carlos Fernando Pimentel Barcelar Viana
Coordenador Geral de Administração e Finanças

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

SECRETARIA ADJUNTA DE ATENÇÃO INTEGRAL À SAÚDE

MEMORANDO Nº: 251 -11

ORIGEM: SAD-AIS

PARA: CAD

DATA: 29/11/2011

URGENTE

A Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h de Pajuçara, caracterizada como componente pré-hospitalar fixo da rede de atenção as urgências, tem exercido um papel importante enquanto estrutura de complexidade intermediária entre as Unidades Básicas de Saúde e as portas de urgência hospitalares, principalmente para a população dos Distritos Norte 1 e 2.

Considerando a falta de recursos humanos da Secretaria Municipal de Saúde para compor a gestão e seu quadro técnico, o que para isso, já foi deflagrado o concurso público que se encontra em processo para sua efetivação;

Considerando a necessidade da continuidade dessa atenção aos munícipes de Natal e, o impacto positivo desde sua implantação, para a Rede de Atenção as Urgências;

Considerando que foi celebrado em dezembro de 2010 o contrato de gestão com a “Associação MARCA” para o seu gerenciamento, o que tem efetivado a garantia da qualidade de sua atuação, quando avaliado pela auditoria desta instituição.

Solicitamos a essa Coordenadoria a renovação do contrato de gestão com a “Associação MARCA para a Promoção de Serviços”, que vence em 28/12/2011, visando à continuidade da prestação de serviço por essa Associação.


Ariane Rose S. Macêdo Oliveira

Secretária Adjunta de Atenção Integral a Saúde



Associação **MARCA** para Promoção de Serviços

TCE/RN - DAM	
Fls.	811
Rub.	1
Mat.	

604

Rio de Janeiro, 08 de setembro de 2011.

Ofício 150/2011

A
Ilma. Dr.
MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO LIMA NOGUEIRA
M.D. Secretária Municipal de Saúde de Natal
Assunto: Esclarecimento sobre emissão de Nota Fiscal

Senhora Secretária,

Tendo em vista questionamento feito pela Controladoria Municipal a cerca da falta de Nota Fiscal emitida por esta Associação referente ao contrato de Gestão 001/2011 celebrado entre esta Associação e a Prefeitura Municipal de Natal, através da Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de desenvolver o Projeto Natal Saudável com apoio a gestão de 03 (três) AMEs – Ambulatórios Médicos Especializado neste município;

Vimos através deste, esclarecer que esta Associação não emite tal Nota Fiscal tendo em vista ser este um CONTRATO DE GESTÃO no qual desenvolvemos atividades de forma compartilhada com este Município e não um serviço terceirizado.

Esclarecemos ainda que, consta no referido Contrato de Gestão que os repasses serão feitos mediante solicitação dos mesmos via ofício, o que vem sendo feito desde o início da execução dos projetos. As retenções e pagamentos referentes aos encargos são encaminhados a Secretaria Municipal de Saúde mensalmente através das prestações de contas de cada projeto.

Sem mais para o momento, na certeza da compreensão do Ilustríssima Dra, nos colocamos a disposição para esclarecermos quaisquer dúvidas que porventura houver, desejando os protestos da mais elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


ELISA ANDRADE DE ARAÚJO
Diretora Geral



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

"Nossa missão é servir com excelência, ética e eficiência, contando com servidores competentes e valorizando a diversidade, para fazer de Natal uma cidade mais justa, mais humana, socialmente mais justa e mais sustentável com a melhor qualidade de vida para toda a população".

Proc. 010679/2011 - 77
Folha 34

TCE/RN - DAM	
Fls.	8/2
Rub.	1
Mat.	

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÃO SOCIAL NA ÁREA DA SAÚDE

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 6.295, de 30 de setembro de 2011, resolve RATIFICAR A QUALIFICAÇÃO anteriormente conferida, como organização social, no âmbito do Município de Natal, para a área da Saúde, a ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SAÚDE – MARCA, CPNJ 05.791.879/0001-50, com sede na Praça João Werneck, 13, Centro, São José do Vale do Rio Preto, RJ, para os termos da Lei acima citada.

Natal(RN), 24 de outubro de 2011.


MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO LIMA NOGUEIRA
Secretária Municipal de Saúde



PREFEITURA DO
NATAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Procº 070679/2011-77
Folha 35

TCE/RN - DAM	
Fls.	813
Rub.	4
Mat.	

Processo nº: 070679/2011-77

Interessado(a): Associação Marca para a Promoção de Serviços.

Assunto: Solicita Ratificação de Qualificação como Organização Social.

DESPACHO

Observando o parecer jurídico, determino as seguintes providências:

1. Encaminhar o termo de ratificação *retro* para imediata publicação no Diário Oficial do Município.
2. A intimação da Associação Marca para, no prazo máximo de 30 dias, trazer aos autos a *comprovação pela entidade de que desenvolveu atividades dirigidas à saúde, à educação, ao desenvolvimento tecnológico, ao desenvolvimento do turismo, à cultura, à preservação e proteção do meio ambiente, ou à assistência social há mais de 5 (cinco) anos, sob pena de perda da qualificação;*
3. Cumpridas as etapas anteriores, determino a remessa do Processo ao Conselho de Desenvolvimento do Município, nos termos do art. 2º, II, da Lei 6.295/11.

Publique-se, e cumpra-se.

Natal(RN), 24 de outubro de 2011.


MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO LIMA NOGUEIRA
Secretária Municipal de Saúde

*Arquit em
25/10/11*



Associação **MARCA** para Promoção de Serviços

TCE/RN - DAM	
Fis.	814
Rub.	
Mat.	

698
P

Ofício 076/2012

Rio de Janeiro, 05 de abril de 2012.

A

Ilma. Dra.

MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO LIMA NOGUEIRA

M.D. Secretária Municipal de Saúde de Natal

Assunto: Esclarecimentos sobre Planilha Financeira de renovação do Contrato UPA.

Senhora Secretária,

Tendo em vista a finalização do renovação do Contrato de Gestão celebrado entre esta Associação e a Prefeitura Municipal de Natal, através da Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de desenvolvermos a Gestão da Unidade de Pronto Atendimento – UPA Pajuçara, através do 1º Termo Aditivo ao mesmo;

Tendo em vista alguns questionamentos feitos a cerca do reajuste do valor do contrato em questão;

Vimos, através deste, prestar os devidos esclarecimentos que se fazem necessário:

Como já fora informado através de Ofício, algumas despesas não foram mensuradas na planilha financeira referente ao primeiro ano de execução do Projeto devido desconhecimento da obrigatoriedade de alguns serviços e necessidade de aquisição de alguns materiais que pensávamos já serem de propriedade da própria UPA, no entanto, vamos por tópicos:

- **CUSTO COM PESSOAL:**

1. Houve um aumento de 7,5% no custo tomando por base o dissídio anual. Tal acréscimo deu-se não somente sobre o salário base, mas também sobre todos os encargos previstos, bem como provisionamento.

- **DESPESAS ADMINISTRATIVAS:**

1. No contrato inicial, ou seja, na planilha financeira estimada para a execução do projeto no primeiro ano, não havia sido planilhado o custo

Avenida Rio Branco nº 122 - Sala 1701 - Centro - Rio de Janeiro
CNPJ nº 05.791.879/0001-50 CEP: 20.040-001
Tel: (21) 22242818

Recebido em 09/04/12

Gerarda Lima
RG: 1.964.178

TCE/RN - DAM	
Fls.	815
Rub.	4
Mat.	

699
P



Associação **MARCA** para Promoção de Serviços

A MARCA

com equipamento de informática, sistema e rede, tendo em vista estes já estarem na UPA quando esta Associação assumiu a gestão da referida UPA. Não tínhamos conhecimento de que tais equipamentos eram de posse da Gestão anterior, o que nos levou a adequar estes gastos somente na renovação.

2. O custo com ar comprimido (gases medicinais) orçados no primeiro contrato não condiz com gasto real e por isto também teve aumento significativo.

- **FORNECIMENTO DE MATERIAL E MEDICAMENTOS (MAT/MED):**

1. Tanto os gastos com medicamentos quanto com insumos e correlatos, ficaram bem acima do estimado, tendo em vista que apresentamos um gasto de acordo com a demanda de uma UPA Porte II que atende em média 250 a 300 pacientes/mês, mas que em nossa prática, demonstrada através de relatórios diários de quantitativo de atendimentos, tem sido muito superior ao esperado, chegando a números equiparados a UPA Porte III.

- **PRESTADORES DE SERVIÇOS:**

1. Na primeira planilha financeira não foi contemplada a locação de ambulância, tendo em vista que o esperado é que esta fosse cedida pelo parceiro público, ficando a nosso cargo apenas a manutenção, combustível e mão de obra.
2. Na primeira planilha, as "Ações educativas e preventivas e Programação Visual" não foram incluídas nas rubricas, ficando fora do custo real do projeto. Nesta segunda fase, a mesma foi inserida como rubrica.
3. A UPA Pajuçara foi construída no modelo pré-moldado e o espaço externo a ela é muito limitado, impedindo-nos de expandir a estrutura física de acordo com a necessidade. Tal fato nos levou a alugar um espaço independente da UPA para que pudéssemos arquivar toda parte de documentação de prontuários dos pacientes. De acordo com o número de

TCE/RN - DAM	
Fis.	816
Rub.	
Mat.	

700
B



Associação **MARCA** para Promoção de Serviços

atendimento, temos volume considerável que deve ser arquivado por pelo menos 05 anos (prazo previsto em Lei).

• OUTROS:

1. Torna-se imprescindível esclarecer que a UPA Pajuçara completou 1 ano e 6 meses de existência à época da renovação do Contrato com esta Associação. Vários equipamentos e mobiliários ao longo deste tempo se deterioraram ou foram inutilizados fazendo com que seja programada a reposição dos mesmos, o que vem sendo feito e pode ser acompanhado através de planilhas e notas fiscais entregues mensalmente na prestação de contas.

Encaminhamos ainda em anexo ambas planilhas financeiras, a referente ao primeiro ano de execução e a referente ao segundo ano para que se possa constatar, através de análise, a autenticidade do que foi exposto acima.

Aproveitamos a oportunidade para nos colocar à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que por ventura ainda se fizerem necessários.

Sem mais para o momento, na certeza de que esta parceria contribuiu para o aumento da satisfação de todo Usuário dos serviços de saúde oferecidos neste município, desejamos os protestos da mais elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


ELISA ANDRADE DE ARAÚJO
Diretora Geral

TCE/RN - DAM	
Fis.	817
Rub.	
Mat.	

701
p



A MARCA

Associação **MARCA** para Promoção de Serviços

atendimento, temos volume considerável que deve ser arquivado por pelo menos 05 anos (prazo previsto em Lei).

• OUTROS:

1. Torna-se imprescindível esclarecer que a UPA Pajuçara completou 1 ano e 6 meses de existência à época da renovação do Contrato com esta Associação. Vários equipamentos e mobiliários ao longo deste tempo se deterioraram ou foram inutilizados fazendo com que seja programada a reposição dos mesmos, o que vem sendo feito e pode ser acompanhado através de planilhas e notas fiscais entregues mensalmente na prestação de contas.

Encaminhamos ainda em anexo ambas planilhas financeiras, a referente ao primeiro ano de execução e a referente ao segundo ano para que se possa constatar, através de análise, a autenticidade do que foi exposto acima.

Aproveitamos a oportunidade para nos colocar à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que por ventura ainda se fizerem necessários.

Sem mais para o momento, na certeza de que esta parceria contribuiu para o aumento da satisfação de todo Usuário dos serviços de saúde oferecidos neste município, desejamos os protestos da mais elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

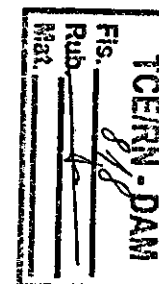

ELISA ANDRADE DE ARAÚJO
Diretora Geral



Associação *MARCA* para Promoção de Serviços

7 - SEGUROS/IMPOSTOS/TAXAS													0,00
7.1 - Seguros (Imóvel e Automóvel)	233,33	233,33	233,33	233,33	233,33	233,33	233,33	233,33	233,33	233,33	233,33	233,33	2.800,00
7.2 - Impostos/Taxas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
8 - TELEFONIA	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
9 - ÁGUA	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	36.000,00
10 - ENERGIA ELÉTRICA	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	216.000,00
11 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	49.732,70	49.732,70	49.732,70	49.732,70	49.732,70	49.732,70	49.732,70	49.732,70	49.732,70	49.732,70	49.732,70	49.732,70	596.792,40
12 - INFORMÁTICA	10.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	19.000,00	228.000,00
13 - REPOSIÇÃO DE EQUIP/MOBIL.	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	3.000,00	36.000,00
14 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS	97.000,00	97.000,00	97.000,00	97.000,00	97.000,00	97.000,00	97.000,00	97.000,00	97.000,00	97.000,00	97.000,00	97.000,00	1.164.000,00
TOTAL	974.757,14	974.757,14	974.757,14	974.757,14	974.757,14	974.757,14	974.757,14	974.757,14	974.757,14	974.757,14	974.757,14	974.757,14	11.697.085,72

ELISA ANDRADE DE ARAÚJO
Diretora Geral
CPF: 093.689.767-41



202



Associação MARCA para Promoção de Serviços

2011

PLANILHA DE CUSTOS/DESPESAS MENSAIS

ITENS DE DESPESAS	MÊS REFERÊNCIA												TOTAL
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	
1 - PESSOAL													0,00
1.1 - Salários	212.219,90	212.219,90	212.219,90	212.219,90	212.219,90	212.219,90	212.219,90	212.219,90	212.219,90	212.219,90	212.219,90	212.219,90	2.546.630,00
1.2 - Outras Formas de Contratação	231.336,00	231.336,00	231.336,00	231.336,00	231.336,00	231.336,00	231.336,00	231.336,00	231.336,00	231.336,00	231.336,00	231.336,00	2.776.032,00
1.3 - Encargos Benefícios de 1.1 e 1.2	179.235,21	179.235,21	179.235,21	179.235,21	179.235,21	179.235,21	179.235,21	179.235,21	179.235,21	179.235,21	179.235,21	179.235,21	2.160.822,62
2 - MEDICAMENTOS	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	100.000,00	1.200.000,00
3 - MATERIAIS													0,00
3.1 - Materiais Hospitalares	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	2.000,00	24.000,00
3.2 - Gases Medicionais	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	84.000,00
4 - MATERIAIS DIVERSOS													0,00
4.1 - Material de Higienização	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	3.500,00	42.000,00
4.2 - Material/Gêneros Alimentícios	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.3 - Material de Expediente	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	2.500,00	30.000,00
4.4 - Combustível	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	1.000,00	12.000,00
5 - SERVIÇOS DE APOIO													0,00
5.1 - Esterelização	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	1.500,00	18.000,00
5.2 - Laboratório	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	30.000,00	360.000,00
6 - MANUTENÇÃO													0,00
6.1 - Material de Manutenção	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	5.000,00	60.000,00
6.2 - Serviços de Manutenção	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	7.000,00	84.000,00



TCE/RN - DAM
 Fls. 820
 Rub. 103
 Mat. 2

NATAL

UPA - PAJUÇARA - TIPO II - 2012

FORMAÇÃO DE CUSTOS MENSAIS

DESCRIÇÃO DOS C U S T O S	QUANT. ou %	VALOR UNITÁRIO	CUSTO TOTAL
1 - Custos com Pessoal			
1.1 - Salários			164.423,75
1.2 - Insalubridade			14.345,49
1.3 - Insalubridade (Técnicos de Raio X)			2.604,00
1.4 - Reserva Técnica			2.466,36
1.5 - Encargos Trabalhistas			139.332,03
1.6 - Vale Transporte			15.730,00
1.7 - Seguro de Vida			371,80
1.8 - Uniformes			3.300,00
1.9 - EPI's			825,00
1.10 - Médico Cooperativado			325.000,00
2 - Despesas Administrativas			
2.1 - Energia Elétrica			20.000,00
2.2 - Água			1.200,00
2.3 - Telefonia Fixa e Móvel			2.500,00
2.4 - Linha Privada - FULL			2.500,00
2.5 - Manutenção de Equip./Veículos/Rede			21.000,00
2.6 - Material de Expediente/Gráfico			5.000,00
2.7 - Material de Limpeza/Esterilização			6.000,00
2.8 - Oxigênio/Ar Comprimido			17.000,00
2.9 - Manutenção Predial e de Logística			10.000,00
2.10 - Gestão e Manutenção do Projeto			118.405,36
3 - Fornecimento de Mat/Med.			
3.1 - Medicamentos em Geral			70.000,00
3.2 - Insumos Hospitalares			50.000,00
3.3 - Roupas de Cama/Hospitalares			2.000,00
4 - Prestadores de Serviços			
5.1 - Laboratório			40.000,00
5.2 - Manutenção de Sistemas			19.000,00
5.3 - Segurança Patrimonial			22.000,00
5.4 - Lavanderia			9.000,00
5.5 - Alimentação Hospitalar			32.000,00
5.6 - Ações Educativas e Preventivas e Programação audiovisual			30.000,00
5.7 - Consultoria Jurídica			5.000,00
5.8 - Aluguel de Ambulância			23.000,00
5.9 - Coleta de Lixo e/ou Resíduos			3.000,00
5.10 - Exames de Imagem			3.000,00
CUSTO TOTAL			1.180.003,81

ELISA ANDRADE DE ARAÚJO
 Diretora Geral
 CPF: 099.689.767-41

TCE/RN - DAM	
Fls.	821
Rub.	42
Mat.	



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO

NATAL, 19 DE ABRIL DE 2012

DESPACHO

PROCESSO: 62952/2010-17

Venho através deste remeter o autos do processo para apreciação desta CGM, esclarecendo:

1. Em atendimento a solicitação feita pela Assessoria Jurídica desta SMS e pela Procuradoria Geral do Município foi anexado aos autos cópias do Estatuto da Empresa Marca e também publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro comprovando a Associação MARCA como Organização Social;
2. Quanto a justificativa solicitada em relação ao valor da contratação, venho a esclarecer que foi renovada apenas a vigência contratual, não tendo alteração de valor, não necessitando neste momento de tal justificativa.


Eugênio Pacelli de Souza Teixeira
Coordenador Administrativo
Diretor do Departamento Administrativo

TCE/RN - DAM	
Fis.	822
Rub.	
Mat.	

b72 f

Organizações Sociais de Saúde

Qualificação Provisória

E1

ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÕES DE SERVIÇOS - MARCA

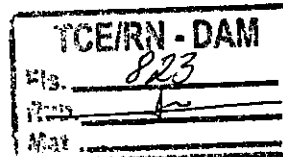
PUBLICADA NO D.O. Nº 059 DE 28 DE MARÇO DE 2012

Proc. nº E-08/1002/2012 – CONCEDE a qualificação provisória como Organização Social de Saúde com área de atuação em UPA 24H (OSS-UPA 24H) da entidade ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÕES DE SERVIÇOS - MARCA inscrita sob o CNPJ nº 05.791.879/0001-50, com base no inciso V do artigo 11 do Decreto Estadual nº 43.261 de 27 de outubro de 2011 e alterações constantes do Decreto Estadual nº 43.303 de 24 de novembro de 2011 e na Resolução Conjunta SEPLAG/SES nº 152 de 09 de dezembro de 2011.

[< Anterior](#) | [Navegar entre artigos](#) | [Próximo >](#)

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
GABINETE DO SECRETÁRIO

- Rua Fabricio Pedroza, 915 -
3º piso, salas 360/358 - Petrópolis.
Tel.: (84) 3232-8485/8487
CEP: 59.614-030



368
8

Missão

"Nossa missão é servir com excelência, ética e eficiência, contando com servidores competentes e valorizados, primando todos pelo respeito ao cidadão e ao meio ambiente, contribuindo para fazer de Natal uma cidade cada vez mais humana, socialmente mais justa, solidária e sustentável, com a melhor qualidade de vida para toda a população"

Processo: 62.952/2010-17

Interessado: Associação Marca para promoção de serviços

Assunto: Contrato de Gestão

DESPACHO

O presente processo trata de realização de seleção pública e contrato de gestão para gerência da unidade de pronto atendimento, Dr. Ruy Pereira dos Santos, localizada no bairro de Pajuçara, conhecida como UPA-Pajuçara. Em análise pela douta Controladoria, regressou com 16 (dezesseis) itens para esclarecimento, o que se responde a seguir:

- 1 - Fazer juntada aos autos o processo nº 62.952/2010 vol. I. ✓
Já providenciado;
- 2 - Ausência da minuta do contrato de gestão.
Satisfeito com o item anterior, que contém a minuta pretendida;
- 3 - Falta de publicação do extrato do contrato no DOM e DOU, por se tratar de convênio nos termos do art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

De fato, percebe-se que por algum lapso, a ser apurado, o contrato deixou de ser publicado. Isso porque a Lei municipal nº 6.108, de 2010, em seu art. 6º, prevê a publicação do contrato de gestão na íntegra¹.

Ressalte-se que o tratamento a ser dado ao contrato de gestão é descrito na Lei municipal nº 6.108/10 e não pela Lei Nacional nº 8.666/93. Apesar de parte da doutrina jurídica aproximar a estrutura lógica do contrato de gestão aquela verificada nos convênios. Trata-se de contrato de gestão e não são aplicáveis diretamente as disposições sobre convênios a eles.

¹ Art. 6º O contrato de gestão celebrado pelo Município discriminará as atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Público e da entidade contratada e será publicado na íntegra no Diário Oficial do Município.

30

Os contratos de gestão, em verdade, fogem a classificação contrato x convênio, fazendo inovar o sistema com uma relação de pactos e metas, forte como ocorre nos contratos, com uma verificação de comunhão de interesses como ocorre nos convênios. Assim, de fato, deve ser publicado o contrato na íntegra e não o extrato, apenas no DOM;

4 - Constatamos no Plano de Trabalho o não detalhamento da utilização dos recursos.

Como dissemos acima, o contrato de gestão não se submete diretamente as disposições sobre convênio. Assim, é dispensável a existência de plano de trabalho nos contratos de gestão. O que deve haver é a fixação de metas, indicadores e objetivos, que devem ser aferidos, dando liberdade a entidade de, respeitados os princípios da moralidade, impessoalidade, publicidade, legalidade e eficiência, utilização dos recursos que lhe são postos a disposição.

A OSS (organização social de saúde) assume, no contrato de gestão, a posição da administração pública, tanto é que não recebe pagamento, mas sim transferência orçamentária. Desta forma consideramos que o detalhamento no anexo de metas (plano de trabalho) satisfaz a exigência quanto a detalhamento dos recursos. Destaque-se que a OSS terá que prestar contas de todos os recursos transferidos, com o cumprimento de todas as metas e indicadores previstos.

5 - Ausência da cópia da Lei que reconhece a instituição como de utilidade pública, assim como, cópia de três ofícios com reconhecimento, por autoridades, da utilidade pública da entidade.

A Lei nº 6.108/10 eleva as entidades qualificadas como OSS, no âmbito do Município de Natal, a qualidade de entidades de utilidade pública, na forma do art. 13². Assim a exigência não é aplicável.

6 - A falta de ofício do órgão repassador dando ciência a Câmara Municipal, nos termos do art. 116, §2º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Não aplicável. Como já dissemos, as disposições da Lei Nacional nº 8.666/93 não são diretamente aplicáveis à espécie. Outrossim, não se submete o contrato de gestão, às disposições que regulam os convênios.

7 - Constatamos que a nota de empenho nº 306, que o mesmo foi classificado no elemento de despesa incorreto por se tratar de convênio.

O contrato de gestão não é convênio. Novamente. A maioria da doutrina, quando analisa a estrutura lógica do contrato de gestão, o verte mais aquela verificada nos convênios, que nos contratos. O que não significa dizer que os contratos de gestão são convênios. Assim, deve ser mantido elemento de despesa destinada a contrato e não se proceder a alteração apontada.

8 - Solicitamos esclarecimentos porque não foi empenhado o valor total da despesa para o exercício 2011, bem como a nota de empenho deve ser tipo global.

Na elaboração do contrato não foi empenhado o valor total, pois de estava no exercício 2010 (o contrato é de dezembro) e não haveria como se empenhar o exercício 2011. Quanto ao empenho procedido este ano, o empenho estimativo, deve-se ao fato de que trimestralmente o contrato é avaliado quanto ao cumprimento de metas, o que pode gerar uma redução de 10% (dez por cento) do repasse, o que impossibilita o empenho global e de todo o exercício.

² Art. 13. As entidades qualificadas como organizações sociais ficam declaradas como entidades de interesse social e utilidade pública, para todos os efeitos legais.

9 – Verificamos no contrato ausência de cláusula que trate de base legal.

Vide preâmbulo do contrato. Talvez tenha, a CGM, sentido falta da Lei nº 8.666/93 como base legal, ocorre que ela não é mesmo base legal para o contrato e sim a Lei municipal 6.108/10.

10 – Solicitamos a relação dos técnicos e profissionais contratados para prestação dos serviços.

Na disciplina do contrato de gestão, regulado pela Lei 6.108/10, não há base legal para essa exigência, que em verdade atenta contra a liberdade legalmente estabelecida, que inspira a avença. Destaque-se que a OSS somente pode contratar através de seleção pública. Portanto, a solicitação não deve ser atendida.

É verdade que a entidade deve, mensalmente, juntar as guias de recolhimento de tributos e contribuições federais incidentes sobre a folha, o que salvaguarda o interesse e preocupação existentes no Município, quanto a responsabilização subsidiária.

11 – A contratada deve apresentar recibo fatura dos serviços efetivamente executados no mês anterior, acompanhada de relatórios gerenciais, conforme cláusula quarta, item nº 09.

Verdade. Apesar de que isso não deve ser exigido no momento do registro da despesa. Perceba-se que o Município esta parcerizando a gerência de uma unidade sua. Não se trata de um mero contrato de prestação de serviços. Assim, os relatórios gerenciais, como o nome indica, são gerenciais e não analíticos, ou seja, conterão elementos que demonstre a utilização dos recursos e o atendimento de metas e indicadores.

Portanto, não descerão a detalhes tais como: lista de funcionários, de estoque, relação de contratos feitos pela OSS, entre outros. Esta análise somente será feita nas prestações de contas e em caso de tomada de contas do contrato, quando determinada.

Como se trata de registro da despesa, deixamos de enviar os recibos e relatórios gerenciais, resumindo-se ao inicial já carreado ao processo.

12 – A instituição deve apresentar a folha de pagamento, a GFIP, GPS, relativa aos empregados utilizados na execução dos serviços ora contratados, conforme cláusula quarta, item nº 06.

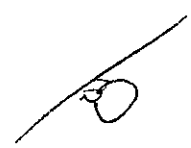
A rigor a cláusula quarta, item 06, estabelece que as obrigações de cunho trabalhista e previdenciários são de responsabilidade da OSS. Apesar da jurisprudência atual, inclusive do TCU, eximir a municipalidade no caso de contrato de gestão dessas obrigações. Entendo a juntada das guias de recolhimento e de totalização da folha de pagamento cuidados razoáveis, pelo que, como ordenador da despesa, solicito a juntada desses documentos, para preservar o interesse do município em possíveis posteriores postulações judiciais.

13 – Fazer juntada aos autos cópia da portaria designando um servidor dessa secretaria para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato.

Sobre esse assunto a Lei 6.108/10 estabelece:

Art. 8º O Secretário Municipal signatário presidirá uma Comissão de Avaliação, a qual será responsável pelo acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos de gestão celebrados por organizações sociais no âmbito de sua competência.

§ 1º A Comissão de Avaliação será composta, além do Presidente, por:



TCE/RN - DAM	
Fls.	226
Rub.	
Mat.	

365
8

- I - dois membros da sociedade civil, escolhidos dentre os membros do Conselho Municipal da área contratada ou dos Conselhos Gestores dos equipamentos incluídos nos Contratos de Gestão, quando existirem, ou na falta destes, pelo Conselho da Cidade (CONCIDADE);
- II - um membro indicado pela Câmara Municipal de Natal e _____
- III - três membros indicados pelo Poder Executivo, com notória capacidade e adequada qualificação.

Esta comissão está em fase de elaboração, pois até agora a SMS não recebeu as indicações do Conselho Municipal de Saúde, nem do CONCIDADE. A SMS designará comissão de fiscalização temporária para atender a necessidade de acompanhamento, do contrato que se requer registro.

14 - Ausência da fatura especificando o mês solicitado para liberação dos recursos.

O contrato de gestão prevê o repasse antecipado das parcelas, isto é, a entidade recebe recursos para administrar a unidade no mês que se inicia. Não existe fatura e sim recibo de repasse. Quanto ao mês, deve estar indicado no pedido de repasse e no recibo. Tal solicitação encontra-se as fls. 344 e 345.

15 - Solicitamos que seja incluído, no certame em pauta, cópia do contrato social da empresa que propôs aos serviços objeto da despesa, para que com isso seja verificado se o objetivo da empresa condiz com o objeto proposto ao fornecimento, uma vez que constatamos através do cadastro nacional da pessoa jurídica em anexo de folha 359, que a instituição contratada não presta esses serviços.

Associação não possui contrato social e sim estatuto. Não existe divisão de associações sociais por área de atuação, por isso é impossível perceber o que uma associação faz tomando-se como base o cadastro nacional de pessoa jurídica. A entidade ultrapassou um anterior processo de qualificação como OSS, onde mostra sua atividade e experiência, que são condições essenciais ao deferimento da condição de OSS, no âmbito do Município.

Por oportuno, é mister esclarecer que quem faz nascer a Organização Social Associação Marca, no âmbito do Município de Natal, é o próprio Município quando a qualifica. Logo o Município é responsável por dizer que ela é apta a concorrer a contrato de gestão na saúde.

Em todo o caso, o processo de seleção conta com o estatuto que buscou solicitar a CGM.

16 - Solicitamos esclarecimentos da SMS, porque não foi realizado um certame licitatório, na modalidade concorrência pública, uma vez que a presente despesa se trata de contratação de técnicos profissionais.

A administração de unidades por entidades do terceiro setor se deve a concepção de que a sociedade, através de suas organizações não governamentais, têm conhecimento e experiência para otimizar o serviço público prestado, dotando-o de mais eficiência quanto a prestação de serviços e utilização dos recursos.

No Brasil a rede de entidades filantrópicas ao longo de décadas cuidaram, na área da saúde, dos desvalidos. As chamadas *Santas Casas* eram instituições civis, sem fins lucrativos, que com poucos recursos desempenhavam papel indispensável na rede social de saúde. Com o advento da Constituição de 1988 e a universalização do atendimento a saúde, as instituições sem fins lucrativos passaram a ter que produzir serviços públicos e serem remuneradas pelo SUS para continuar existindo.

3

TCE/RN - DAM	
Fls.	827
Rub.	
Mat.	

366
9

Como forma de sobreviver, adquiriram especialidade no trato de recursos e qualidade de atendimento, basta ver os hospitais sem fins lucrativos Sociedade Beneficente Israelita Brasileira Hospital Albert Einstein e o Hospital Sírio-Libanês, ambos fundados por agremiações religiosas e que são contratados hoje, como Organização Social.


O Município de São Paulo tem hoje com 64% (sessenta e quatro por cento) de sua rede parceirizada com organizações sociais, incluindo aí PSF, Hospitais e sistema de logística. As OSS (organizações sociais em saúde) têm mostrado trato mais eficiente com os recursos, proporcionando eficiência a custos mais baixos.

O contrato de gestão realizado pelo Município no presente processo é bem mais que um contrato de serviços técnicos. Trata-se de um contrato de administração, incluídos aí desde compra de medicamentos para a unidade, passando por contratação de médicos e pagamento de contas de água, energia e telefone da unidade. O Município fixa as diretrizes do funcionamento e estas diretrizes são buscadas por uma estrutura que esta completamente fora de sua estrutura formal.

Por essas razões não foi realizada uma concorrência pública. Mas também, porque a Lei que regula a matéria, que não é a nº 8.666/93, define que deve ser procedida seleção pública, aliás, em exata similitude com o entendimento do relator da ADI 1923, Ministro Carlos Ayres de Brito, que julga a constitucionalidade da lei da OS (Lei nº 9.637/98), ao afirmar que a escolha das OS deve ser feita por processo objetivo e público e não nas modalidades trazidas pela Lei nº 8.666/93.

Com estas considerações retorne a CGM.

Natal (RN), 08 de abril de 2011.



THIAGO BARBOSA TRINDADE
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE

TCE/RN - DAM	
Fls.	828
Rub.	
Mat.	

606 f



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

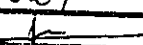

Processo nº 00000.062952/2010-17 (03 volumes)
Interessado: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

DESPACHO

01. Versam os presentes autos acerca do Contrato de Gestão nº 003/2010, celebrado entre a Secretaria Municipal de Saúde e Associação MARCA, para *“execução das ações e serviços de saúde a serem prestados entre a CONTRATADA na Unidade de Pronto Atendimento referenciadas neste Contrato, doravante designada simplesmente de UPA, em regime de 24 horas/dia, que assegure assistência universal e gratuita à população”*.

02. Por meio do Memorando nº 251-11, de 29/11/2011, a Secretária Adjunta de Atenção Integral a Saúde, solicitou a *“renovação do contrato de gestão com a Associação Marca para a Promoção de Serviços”, que vence em 28/12/2011, visando à continuidade da prestação de serviços por essa Associação*”.

03. Por essa razão, a Secretaria Municipal de Saúde, a partir da fl. 555, deflagrou procedimento administrativo para prorrogação do objeto ora contratado, tendo como fundamento a Lei Municipal nº 6.295/2011.

TCE/RN - DAM
Fis. 829
Rub. 
Mat. 

6024

04. Logo após, a Minuta do termo da pretendida prorrogação recebeu parecer favorável da Assessoria Jurídica daquela Unidade Administrativa, sugerindo ainda a manifestação da Procuradoria Geral do Município.

05. Seguindo o Parecer da Assessoria Jurídica, foi assinado o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Gestão nº 003/2010, devidamente publicado em 07/03/2012.

06. Foi juntada declaração de reserva orçamentária; declaração de disponibilidade financeira orçamentária e, por fim, nota de empenho.

07. Outrossim, foram juntados requerimentos da Associação Marca pleiteando os repasses financeiros, referente aos três primeiros meses de serviços prestados após a renovação do contrato. Ato contínuo, foram anexados aos autos as três notas de liquidação.

08. Após a formalização de todos esses atos, o processo foi enviado para manifestação desta PGM.

09. É o breve resumo processual.

10. De antemão, registro que os atos de contratação já foram consumados, inclusive a respectiva renovação foi publicado no Diário Oficial do Município. Assim, neste momento é dispensável a manifestação desta PGM.

11. Ademais, vale salientar que cumpre a assessoria jurídica do órgão de origem emitir parecer sobre contratos e licitações, nos termos do art. 4º, da Lei nº 6.304/2011, cuja íntegra ora transcrevemos:

“Art. 4º. São atribuições dos titulares do cargo de Assessor Jurídico municipal:

I - prestar assessoria e consultoria aos titulares e auxiliares dos órgãos que integram a estrutura administrativa da Prefeitura do Natal a que estejam vinculados, nos assuntos de natureza jurídica submetidos à sua apreciação;

II - assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem por ela praticados, ou já efetivados;

III - analisar e/ou examinar minutas de editais, contratos, acordos, convênios ou aditivos de interesse dos órgãos da Administração Pública Municipal, a que estejam vinculados;

IV - cumprir com a orientação normativa oriunda da Procuradoria Geral do Município, nos casos previstos em lei;



V - elaborar estudos e preparar informações, por solicitação dos titulares dos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Município do Natal a que estejam vinculados;

VI - auxiliar na elaboração, alteração e retificação de atos normativos;

VII - prestar orientação jurídica às comissões de licitação, sindicância e processo administrativo disciplinar;

VIII - examinar, prévia, conclusiva e exclusivamente, no âmbito de cada órgão da Administração Pública Municipal a que estejam vinculados, os atos que tenham por conteúdo o reconhecimento da inexigibilidade ou da dispensa de licitação;

IX - emitir pareceres de natureza jurídica sobre os mais variados assuntos submetidos a exame, no prazo mínimo de 10 dias;

X - auxiliar o Secretário da pasta à qual estejam vinculados nas decisões de recursos administrativos interpostos contra atos de servidores vinculados àquele;

XI - outras atribuições que lhes sejam correlatas previstas em lei ou em decreto."

12. Sendo assim, como já houve manifestação da própria assessoria do órgão às fls. 555/576, é desnecessária qualquer manifestação por parte desta Procuradoria Geral, diante da competência traçada Lei nº 6.304/2011.

13. Em que pese essa constatação, cumpre pontuarmos algumas considerações, tomando por parâmetro a Lei Municipal nº 6.295/2011, a qual rege as Organizações Sociais no âmbito do Município de Natal. O art. 17 deste diploma normativo municipal preconiza o seguinte:

"Art.17. Os contratos de gestão vigentes à época da publicação desta Lei poderão ser prorrogados, desde que a entidade obtenha, antes da prorrogação, a ratificação da sua qualificação como Organização Social em atendimento a todos os requisitos previstos nesta Lei."

14. De acordo como a transcrição, a Lei nº 6.295, que se encontra em vigor e produzindo efeitos normalmente, ampara tal pretensão.

15. Para endossar ainda mais este procedimento, convém destacar que houve sentença homologatória na Ação Civil Pública nº 0023766-04.2010.8.20.0001 (5ª Vara da Fazenda Pública), com a anuência expressa do Ministério Público Estadual (representado pela Promotora de Justiça Kalina Correia Filgueira). Esta decisão jurisdicional, acobertada pela coisa julgada, determinou que os contratos em vigor pudessem ser prorrogados até 31/12/2012. Para dirimir qualquer dúvida a respeito, eis o trecho da comentada sentença:

"TERMO DE AUDIÊNCIA



Aos 20 de outubro de 2011, nesta cidade de Natal (RN) (...) onde presente se achava o Exmo. Dr. AIRTON PINHEIRO, MM Juiz de Direito, a Promotora de Justiça Kalina Correia Filgueira, o Procurador Geral do Município Bruno Macedo Bruno Macedo, o advogado representante da Associação Marca (procuração anexa), Maurício Sardinha Meneses dos Reis, OAB 119316-RJ e a Dra. Rosimar Gomes Bravo, gestora dos contratos, aí à hora designada determinou o MM. Juiz ao Porteiro do Auditório que efetuasse o pregão das partes para início da audiência.

Aberta a audiência, ouvidos os interessados foi entabulado o seguinte:

As partes acima mencionadas, considerando a necessidade de continuidade do serviço decorrente dos contratos firmados e em execução; tendo em vista que mesmo com a edição da nova lei das Organizações Sociais (nº 6.295/2011) do Município de Natal, que prevê a possibilidade de prorrogação para os contratos vigentes em seu artigo 17, desde que ajustados aos termos da mesma, ainda que celebrados nos termos da lei anterior (...), resolvem conciliar o objeto da presente lide nos seguintes termos:

1) Os três contratos vigentes poderão ser prorrogados uma única vez tão logo ocorra a expiração do primeiro ano de vigência por período de execução que não ultrapassar em nenhuma hipótese a data de 31 dezembro de 2012".

17. Deste modo, com permissivo do art. 17 da Lei Municipal nº 6.295/2011 e dando cumprimento à sentença exarada na Ação Civil Pública nº 0023766-04.2010.8.20.0001 (5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal), correto foi os termos do parecer da Assessoria Jurídica da Secretaria Municipal da Saúde (fls. 555/576) que opinou pela possibilidade jurídica da prorrogação contratual.

18. Entretanto, para a regularidade da despesa, faz-se imprescindível que o processo retorne ao Órgão de Origem para que seja observados os procedimentos prévios sugeridos no Parecer da Assessoria Jurídica da SMS, quais sejam: comprovação da qualificação da "MARCA" como Organização Social, além de ficar justificado, através de planilha de custos, o reajuste do valor da contratação em cálculo percentual, para que sejam aferidos os limites previstos na Lei de Licitações. Outrossim, é necessária a demonstração de que a contratação é vantajosa para a administração pública.

19. Registre-se que a análise das despesas sob o aspecto financeiro deve ser feita pela Controladoria Geral do Município, a teor do art. 22, da lei complementar nº 108/2009.

TCE/RN - DAM	
Fls.	832
Rub.	
Mat.	

6104

20. Destarte, retornem-se os autos à Secretaria Municipal de Saúde para cumprimento desta diligência.

Natal, 17 de abril de 2012.



Eider N. Mendes Neto
Procurador-Geral Substituto



SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
ASSESSORIA JURÍDICA

"Nossa missão é servir com excelência, ética e eficiência, contando com servidores competentes e valorizados, primando todos pelo respeito ao cidadão e ao meio ambiente, contribuindo para fazer de Natal uma cidade cada vez mais humana, socialmente mais justa, solidária e sustentável, com a melhor qualidade de vida para toda a população"

596

TCE/RN - DAM	
Fls.	833
Rub.	
Mat.	

Processo nº 06952/2010-17

Interessado: Associação Marca e Sec. Municipal de Saúde

Assunto: Análise de minuta de aditivo para prorrogação de vigência contratual.

PARECER JURÍDICO

EMENTA: CONTRATO DE GESTÃO. PRORROGAÇÃO. MINUTA DE TERMO ADITIVO. SERVIÇOS CONTÍNUOS. REQUISITOS PARA A PRORROGAÇÃO. RESSALVA QUANTO AOS ASPECTOS TÉCNICOS (QUANTITATIVOS) E ECONÔMICOS (VALORES COTADOS). MUDANÇA LEGISLATIVA. PREVISÃO EXPRESSA NO ART. 17 DA LEI MUNICIPAL Nº 6.295, DE 29 DE SETEMBRO DE 2011. PREVISÃO DE CONSTITUCIONALIDADE. TRANSAÇÃO JUDICIAL SELANDO A POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO DO VÍNCULO. REQUISITOS ANÁLOGOS PREVISTOS NA LEI 8.666/93. POSSIBILIDADE CONDICIONADA À MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES INICIAIS DE HABILITAÇÃO.

1. RELATÓRIO

Cuida-se aqui do Contrato de Gestão nº 003/2010 celebrado entre o Município do Natal, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde e a Associação Marca para Prestação de Serviços, cujo objeto é "[...] discriminar as atribuições, responsabilidades e obrigações das partes na operacionalização da gestão e na execução das ações e serviços de saúde a serem prestados pela CONTRATADA na Unidade de Pronto Atendimento referenciadas neste Contrato, doravante designadas simplesmente UPA, em regime de 24 horas/dia, que assegure assistência universal e gratuita à população".

O presente procedimento foi movimentado com a finalidade de ratificação de qualificação e renovação do referido Contrato de Gestão por um período de 12 (doze) meses, mantidas as condições anteriormente pactuadas, em razão de estar havendo uma satisfatória prestação de serviços e do prejuízo que acarretaria a solução de continuidade nos mesmos.

Após a solicitação de renovação do contrato de gestão, retornaram os autos a esta assessoria jurídica para fins de análise da possibilidade jurídica de prorrogação da vigência do contrato.

É o relatório, passo a opinar.

2. ANÁLISE

- 8 - 1 2 3

De início, vale lembrar que a hipótese dos autos versa a respeito da prorrogação da vigência de contrato de gestão firmado entre o Município de Natal e Organização Social devidamente qualificada como tal nos termos da novel Lei Municipal nº 6.295, de 29 de setembro de 2011.

Em que pese haver lei específica disciplinando o Contrato de Gestão com Organizações Sociais em âmbito municipal, entendendo ser aplicável subsidiariamente as disposições da Lei 8.666/93 – Lei Geral de Licitações e Contratos Administrativos ao caso presente.

A Lei de Licitações e Contratos é rigorosa no que diz respeito à formulação de Termos Aditivos, objetivando coibir às frequentes benesses administrativas concedidas a determinados licitantes por mal administradores.

Para combater tão danosa prática, inovou, inclusive, com tipo penal, que dispõe:

Art. 92. Admitir, possibilitar ou dar causa a qualquer modificação ou vantagem, inclusive prorrogação contratual, em favor do adjudicatário, durante a execução dos contratos celebrados com o Poder Público, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação ou nos respectivos instrumentos contratuais, ou, ainda, pagar fatura com preterição da ordem cronológica de sua exigibilidade, observado o disposto no art. 121 desta Lei: Grifo nosso

2.1. DA RESSALVA QUANTO AO QUANTITATIVO, À COTAÇÃO DE PREÇO OS E JUSTIFICATIVA QUANTO AO PLANEJAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

De início, deixe-se claro que a assessoria jurídica junto à secretaria municipal de saúde não emite opinião em relação aos quantitativos, financeiros e aos valores cotados, tais aspectos fogem do campo de conhecimento do profissional de direito.

Quantitativo, cotação de preços e justificativa em relação ao planejamento são assuntos que dizem respeito única e exclusivamente ao gestor da pasta e a sua equipe técnica responsável por tais atribuições, em especial o setor de compras, setor financeiro e assessoria de planejamento.

À Assessoria Jurídica compete apenas velar pelo controle da legalidade e alertar aos gestores em relação às implicações que um ato lesivo ao erário pode ocasionar (responsabilidade civil por ato de improbidade administrativa, penal, inclusive com tipificação específica na lei de licitações e administrativa), opinando juridicamente acerca da viabilidade da prática de determinado ato com base nas fontes do direito pátrio em vigor.

Este Assessor Jurídico se posiciona no presente momento, diante dessas considerações, e observando ser papel da Assessoria Jurídica elucidar ao máximo as questões em análise para uma tomada de decisão mais abalizada e adequada aos princípios constitucionais, como preleciona Marçal Justen Filho (Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13 ed. São Paulo: Dialética, 2009. p. 506):

[...] HAVENDO DISCORDÂNCIA DOUTRINÁRIA OU JURISPRUDENCIAL ACERCA DE CERTOS TEMAS, A ASSESSORIA JURÍDICA TEM O DEVER DE CONSIGNAR ESSAS VARIAÇÕES, PARA POSSIBILITAR ÀS AUTORIDADES EXECUTIVAS PLENO CONHECIMENTO DOS RISCOS DE DETERMINADAS DECISÕES. Mas, se há duas teses jurídicas igualmente defensáveis, a opção por uma delas não pode acarretar punição. Entendimento similar pode pôr-se quanto à avaliação sobre os fatos relevantes para uma decisão. Por isso, poderá (deverá) punir-se o servidor público que adota interpretação contrária ao Direito, aberrante, ou se o prolator o parecer desvirtuar os fatos ocorridos, adotando versão não fundada em documentos ou outras provas. Se a decisão administrativa for entranhada de defeito desconhecido do agente que forneceu o parecer, não há cabimento em sua responsabilização. Tanto mais por ser inadmissível impor uma espécie de "responsabilidade política" ao sujeito que exerce função de assessoramento, sancionando-o apenas em virtude da consumação de um resultado reputado como incompatível com valores protegidos pelo Direito.

[...] A opção por uma dentre diversas alternativas dotadas de idêntico respaldo não comporta responsabilização, mesmo que o parecer seja obrigatório e de cunho vinculante. Mas a opção por uma solução desarrazoada, tecnicamente indefensável, incompatível com os fatos concretos, não respaldada pela doutrina e pela jurisprudência acarreta a responsabilização do seu autor ainda que a o parecer seja facultativo e não vinculante. (p. 508)

Ressalte-se, nesse ponto, que até pelo fato de tal controle não seja exercido internamente por esta Assessoria Jurídica, não se exclui a necessidade de análise das despesas sob o aspecto financeiro pela Controladoria Geral do Município, órgão ao qual compete a realização desse tipo de controle e fiscalização dos gastos municipais, nos termos do art. 22, da Lei Complementar Municipal nº 108, de 24 de junho de 2009.

2.2. REQUISITOS PARA A PRORROGAÇÃO

Inicialmente, vejamos o que dispõe sobre o tema a Lei nº 6.295, de 29 de setembro de 2011, tendo em vista os critérios cronológico e da especialidade:

Art. 17 – Os contratos de gestão vigentes à época da publicação desta Lei poderão ser prorrogados, desde que a entidade obtenha, antes da prorrogação, a ratificação da sua qualificação como Organização Social em atendimento a todos os requisitos previstos nesta Lei.

Tal disposição é a única na citada lei que trata especificamente sobre a prorrogação de vigência contratual. Desse modo, entendo devam ser aplicados em analogia os critérios trazidos pela Lei 8.666/93.

Quanto à possibilidade de prorrogação da vigência de contrato, determina a Lei nº 8.666/93:

Art. 57. A duração dos contratos regidos por esta Lei ficará adstrita à vigência dos respectivos créditos orçamentários, exceto quanto aos relativos:

I - aos projetos cujos produtos estejam contemplados nas metas estabelecidas no Plano Plurianual, os quais poderão ser prorrogados se houver interesse da Administração e desde que isso tenha sido previsto no ato convocatório;

II - à prestação de serviços a serem executados de forma contínua, que poderão ter a sua duração prorrogada por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a sessenta meses;

(...)

§ 2º Toda prorrogação de prazo deverá ser justificada por escrito e previamente autorizada pela autoridade competente para celebrar o contrato. Grifo nosso

Assim, além da ratificação da qualificação prevista na legislação específica, os requisitos para que possa haver a prorrogação de contratos que têm como objeto a prestação de serviços contínuos são:

a) Constar sua previsão no ato convocatório;

A renovação do contrato, na hipótese do inc. II, (art. 57) depende de explícita autorização no ato convocatório/contrato. Omissis ele, não poderá promover-se a renovação. Essa asserção deriva do princípio da segurança. Não é possível que se instaure a licitação sem

explicita previsão acerca do tema. Os eventuais interessados deverão ter plena ciência da possibilidade de prorrogação.¹

Assim, pode-se observar que o Contrato de Gestão nº 003/2010, realizado entre a contratada e a SMS, contém cláusula expressa que possibilita a prorrogação do contrato, vejamos:

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PRAZO

O prazo de vigência do CONTRATO DE GESTÃO será de 12 (doze) meses, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, depois de demonstrada a consecução dos objetivos estratégicos e das metas estabelecidas, se houver a indicação, garantia e aprovação das dotações orçamentárias necessárias para as despesas.

Desta feita, entende esta Assessoria Jurídica que este requisito foi alcançado.

b) Demonstração do interesse pela Administração Pública;

Este requisito foi realizado conforme se pode observar das manifestações nos autos e ao Secretário titular da pasta autorizar a contratação.

c) Demonstração do interesse pela contratada;

Requisito atendido, da manifestação da empresa nos autos, bem como facilmente perfectibilizado com a assinatura do termo aditivo.

d) Comprovação de que o interessado mantém as condições iniciais de habilitação;

Esta condição também se encontra completa nos autos, quando colacionou a contratada as certidões negativas de débitos frente a Receita Federal e ao Ministério da Fazenda e a certidão de regularidade do FGTS, junto a CEF.

e) A alteração dos valores esteja dentro do percentual de 25%, nos termos do artigo 65, parágrafo 1, da lei 8.666/93;

Requisito a ser avaliado no item 2.3 do presente parecer, de forma mais detida.

f) Demonstração de que os valores contratados ainda permanecem vantajosos para a Administração Pública;

Destaca-se, que - como observado no item 2.1 do presente parecer - não é atribuição institucional desta Assessoria Jurídica fazer tal avaliação, cabendo ao Gestor maior, bem como aos órgãos de Controle Interno do Município, como é o caso da Controladoria Geral do Município.

¹ FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13ª Ed. São Paulo: Dialética, 2009, pág. 701.

562
20

TCE/RN - DAM	
Fis.	838
Rub.	4
Mat	

Entrementes, observa-se que, tendo em vista a natureza singular do Contrato de Gestão e a ausência de finalidade lucrativa das Organizações Sociais, seria tarefa inglória a exigência de pesquisa mercadológica para os serviços objeto do contrato. Desse modo, entendo que - em se tratando de contrato de gestão decorrente de processo seletivo específico - a aferição das prestações de contas de forma detida e a modificação e análise das planilhas sejam aptas à possibilitar tal aferição.

Ainda, observo que a análise da economicidade do contrato pode ser avaliadas pelo gestor auxiliado pela CGM, sendo desnecessária a oitiva da Assessoria Jurídica novamente, salvo hipótese de surgimento de questionamento jurídico.

g) Justificativa motivada, por escrito, sobre a prorrogação de prazo;

Esta condição foi atendida.

h) Autorização da autoridade competente;

Este requisito foi realizado.

i) Análise da minuta do termo aditivo;

Em cumprimento ao art. 38, parágrafo único, da lei 8.666/93 esta assessoria jurídica entende adequada a minuta de termo aditivo acostada ao presente processo.

2.3. DA ALTERAÇÃO DOS VALORES DA PLANILHA DE CUSTOS E REAJUSTES.

No presente tópico, imperioso ressaltar que do mesmo modo do anterior, a Lei nº 6.295, de 29 de setembro de 2011, não trata especificamente desse tipo de alteração contratual para os contratos de gestão, portanto a análise ora realizada será feita observando a aplicação análoga do ordenamento jurídico, especialmente da Lei 8.666/93.

Inicialmente, vale conceituar o que vem a ser equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos.

Segundo a lição de Marçal Justen Filho, "significa a relação (de fato) existente entre o conjunto de encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente, que se firma no instante em que a proposta é apresentada." (Comentários à Lei de Licitações e Contratos, Ed. Dialética, 8ª edição, págs. 64/65).

Diante de qualquer motivo suficiente para causar esse desequilíbrio, fica a Administração obrigada a reequilibrar o contrato, quer seja para diminuir ou aumentar o valor pago, através dos seguintes institutos:

a) revisão: tem lugar sempre que circunstância extraordinária e imprevisível, ou previsível de efeitos incalculáveis, comprometer o equilíbrio do contrato administrativo, para adequá-lo à realidade, mediante a recomposição dos interesses pactuados. Aplica-se aqui a teoria da imprevisão, buscando-se fora do contrato soluções que devolvam o equilíbrio entre as obrigações das partes. É desvinculada de quaisquer índices de variação inflacionária;

b) reajuste: tem lugar quando ocorram previsíveis elevações dos preços dos bens, serviços ou salários, face à instabilidade econômica. Não se aplica aqui a teoria da imprevisão, porque ditos fatos são previsíveis e que, por isso mesmo, devem estar expressos no contrato as formas de reajuste. Em outras palavras, **o próprio contrato dará a solução para o reequilíbrio**. Aplica-se, conforme o caso, índices gerais ou setoriais de inflação, desde que oficiais;

c) correção monetária: ocorre em virtude do processo inflacionário e da desvalorização da moeda. É aplicada como fator de atualização do valor da moeda, independentemente de estar prevista no contrato, que deverá, no entanto, expressar qual o fator de correção que será utilizado. (ARAÚJO, Kleber Martins de. Contratos administrativos: cláusulas de reajuste de preços e reajustes e índices oficiais. Jus Navigandi, Teresina, a. 6, n. 58, ago. 2002, com adaptações) ²

A legislação pátria, no artigo 65, inciso II, alínea "d", da lei 8.666/93, abarca plenamente a possibilidade da recomposição da equação econômico-financeira, necessitando apenas a observância de alguns requisitos:

Art. 65. Os contratos regidos por esta Lei poderão ser alterados, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:

II - por acordo das partes:

d) para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando área econômica extraordinária e extracontratual.

[...]

§ 5o Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

² AC-1159-23/08-P Sessão: 18/06/08 Grupo: II Classe: V Relator: Ministro Marcos Vinícios Vilça - FISCALIZAÇÃO - LEVANTAMENTO - INICIATIVA PRÓPRIA

§ 6o Em havendo alteração unilateral do contrato que aumente os encargos do contratado, a Administração deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

§ 8o A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento. (GRIFO NOSSO)

Nesse diapasão, como se evidencia claramente do texto da lei, há necessidade de existência da ocorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis para que possa haver ser caracterizado algum desequilíbrio econômico-financeiro nos contratos realizados entre a Administração Pública e o particular.

Seguindo a linha de pensamento de Marçal Justen Filho, neste particular, a Administração pode recusar o restabelecimento da equação apenas mediante invocação da ausência dos pressupostos necessários. Poderá invocar:

- ausência de elevação dos encargos do particular;
- ocorrência do evento antes da formulação das propostas;
- ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;
- culpa do contratado pela majoração dos seus encargos (o que inclui a previsibilidade da ocorrência do evento).³

Cumpre-se, neste momento, adentrar no cerne da questão concreta ora abordada, qual seja, a possibilidade da recomposição ou reajuste do contrato de gestão celebrado entre a Prefeitura Municipal de Natal, através da Secretaria Municipal de Saúde, e a empresa **ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**.

Primeiramente, a requerente afirma o interesse na celebração do 1º Termo Aditivo ao contrato por um valor majorado, como forma de apurar o equilíbrio financeiro do contrato com o pedido de reajuste.

Funda a necessidade da recomposição econômico-financeira em razão da ocorrência da modificações quantitativas, qualitativas e variação de preços dos insumos, convenções coletivas de trabalho durante o novo período em que irá vigorar o contrato e aumento de encargos no período anterior a serem aplicados na nova vigência.

³ FILHO, Marçal Justen. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 13ª Ed. São Paulo: Dialética, 2009, pág 749.

[Assinatura]

Em continuação, faz juntada de novo projeto congregando as planilhas com os valores alterados, demonstrando um aumento em seus custos através do dissídio coletivo e solicitando reajuste inflacionário com a aplicação do IGPM acumulado no período, acrescido de percentual relativo ao aumento no quantitativo de atendimentos em relação às quantidades inicialmente previstas para uma UPA porte II no edital de seleção.

Compulsando os autos, observa-se que a OS solicitou a presente "atualização" do valor do contrato antes da celebração do 1º Termo Aditivo, ou seja, para o segundo ano do contrato de gestão.

Para subsidiar as suas alegações a Organização Social juntou aos autos planilhas demonstrativas das variações dos encargos por ela suportados no período contratado, decorrentes de variações inflacionárias ou reajustes normativos incidentes sobre insumos, v.g. medicamentos; encargos, como vale-transporte e uniformes; bem como, aduz estar o contrato desequilibrado em razão da superveniência das convenções coletivas de trabalho, as quais, em que pesem deverem ser levadas como previsíveis para todo o primeiro ano do contrato, não podem ser assim tomadas para o segundo ano, porquanto sequer a prorrogação seria certa.

Conclui, portanto, que a manutenção do preço inicial pactuado acarretará um desequilíbrio no contrato firmado.

A primeira questão fundamental nos presentes autos é saber a natureza do pleito da demandante: seria pedido de repactuação, reajuste, atualização monetária ou revisão de preços?

Analisando as citadas figuras jurídicas, Marçal Justen Filho⁴ leciona:

Como se observa, todas as figuras têm o mesmo fundamento mas não a mesma natureza jurídica. Elas derivam do princípio da intangibilidade da equação econômico-financeira do contrato administrativo. Mas a revisão de preços retrata a alteração das regras contratuais em virtude de eventos posteriores imprevisíveis, que alteram substancialmente o conteúdo ou a extensão das prestações impostas ao contratante. A revisão de preços provoca uma real modificação na prestação. Esses comentários podem ser aplicados também à repactuação. O reajuste de preços e a atualização financeira, figuras similares, envolvem uma alteração meramente nominal de valores, destinada a compensar efeitos inflacionários. Trata-se de mera indexação da moeda como um remédio contra a inflação.

Por isso, o tratamento jurídico das diversas figuras pode ser distinto. Nada impede que se cumulem revisão e reajuste. Podem ocorrer

⁴ Comentários à Lei de Licitações e Contratos, Ed. Dialética, 8ª edição, págs. 764.

[Assinatura]

variações extraordinariamente elevadas em certos casos concretos, que ultrapassem largamente a variação dos medidores da inflação. Nesse caso, o particular poderia pleitear, além do reajuste, a revisão de preços. A concessão do reajuste não exaure o direito à recomposição do equilíbrio econômico-financeiro da contratação.

Diante da classificação doutrinária dos institutos, e tendo em vista os fundamentos do pedido, este se aproxima dos institutos da recomposição do equilíbrio econômico financeiro parte pela repactuação e outra parcela pela revisão, conforme excerto do Tribunal de Contas da União:

A explicação da figura [da repactuação] pode ser encontrada em uma passagem em um julgamento do TCU, em que se ensinou que "a figura da repactuação da maneira abordada surge na vigência do Plano Real, quando a economia começa a ganhar estabilidade depois de conturbado período de elevada inflação. Foi o mecanismo encontrado pelo Governo para dissociar a correção dos preços dos contratos de prestação de serviços de natureza continuada de um 'gatilho' automático e evitar o retorno das altas inflacionárias. (...) TANTO O REAJUSTAMENTO DE PREÇOS QUANTO A REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS VISAM A RECOMPOR A CORROSÃO DO VALOR CONTRATADO PELOS EFEITOS INFLACIONÁRIOS. A diferença entre o reajustamento de preços até então utilizado e a repactuação reside no critério empregado para a sua consecução, pois na primeira opção vincula-se a um índice estabelecido contratualmente e na segunda, à demonstração analítica da variação dos componentes dos custos." (Relatório do Min. Augusto Sherman Cavalcanti no Acórdão nº 1.536/2004, Plenário, Apud Marçal Justen Filho⁵)

Assim, temos que os requisitos para a repactuação, seguindo a linha jurisprudencial do Tribunal de Contas da União, são:

A propósito, sobre o tema da repactuação, vale mencionar o Parecer AGU nº 01/2008, recentemente aprovado pelo Presidente da República, em 26/2/2009, por meio do qual foram adotadas orientações de uniformização de entendimento, 'em nome da eficiência e segurança jurídica no assessoramento e orientação dos dirigentes do Poder Executivo Federal, suas autarquias e fundações públicas'. O Diretor do Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, quando da manifestação favorável ao parecer, resumiu esses entendimentos da seguinte forma:

⁵ Op. Cit. p. 763.

AF

I) a repactuação é considerada uma espécie de reajustamento de preços;

II) a repactuação surge com a demonstração analítica dos componentes dos custos que integram o contrato;

III) a repactuação deve estar prevista no edital;

IV) a repactuação somente é possível após o interregno de 1 (um) ano;

V) a contagem do interregno de 1 (um) ano terá como referência a data da proposta ou a do orçamento a que a proposta se referir, ou, ainda, a data da última repactuação;

VI) considera-se como 'data do orçamento' a data do Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes que estipular o salário vigente à época da apresentação da proposta;

VII) os efeitos financeiros decorrentes da repactuação, motivada em decorrência de majoração salarial, devem incidir a partir da data das respectivas majorações, podendo ser pleiteada após o interregno mínimo de 1 (um) ano da data da homologação da Convenção ou Acordo Coletivo que fixou o novo salário normativo da categoria profissional abrangida pelo contrato objeto do pedido de repactuação; e

VIII) a repactuação deverá ser pleiteada até a data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de ocorrer preclusão lógica de exercer o seu direito. (Acórdão 602/2009 - Plenário; Ministro Relator: Marcos José Jorge)

Ressalte-se, nesse ponto, que não olvidamos os entendimentos no sentido de não conceber como evento imprevisível os reajustes salariais derivados de convenção ou dissídio coletivo⁶.

⁶ Nesse prisma, o TCU inúmeras vezes se pronunciou neste sentido de impossibilidade de recomposição da equação econômico-financeira por força de majoração de encargos trabalhista em função de convenções coletivas ou dissídios coletivos com data determinada para se realizar. Colaciona-se abaixo alguns julgados a respeito.

10. Quanto à questão dos reajustes salariais em razão de convenção, acordo ou dissídio coletivo, não tenho dúvidas de que sua natureza jurídica é essencialmente distinta daquela conferida às situações de equilíbrio econômico-financeiro. 11. Na Lei 8.666/93, a questão do reequilíbrio econômico-financeiro é disciplinada no art. 65, inciso II, alínea c, que estabelece, como condição para aplicação desse mecanismo, a ocorrência de alguma das seguintes hipóteses:

a) fatos imprevisíveis; b) fatos previsíveis, porém de consequências incalculáveis;

[...]

Ao contrário, tal posição aqui não é objeto de qualquer questionamento, porquanto não se está a qualificar tais eventos como previsíveis, mas observa-se que há casos em que

15. FICA, PORTANTO, AFASTADA A POSSIBILIDADE DE SE IDENTIFICAR OS REAJUSTES DECORRENTES DA DATA-BASE DAS CATEGORIAS COMO HIPÓTESE ENSEJADORA DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORMA CONTÍNUA. 16. DERIVA DA CONSTATAÇÃO ACIMA QUE O REAJUSTE SALARIAL **PODE SER OBJETO DE REPACTUAÇÃO** (...) [ACORDÃO]

9.1. expedir as seguintes orientações dirigidas à Segedam:

(...) 9.1.2. os incrementos dos custos de mão-de-obra ocasionados pela data-base de cada categoria profissional nos contratos de prestação de serviços de natureza contínua não se constituem em fundamento para a alegação de desequilíbrio econômico-financeiro; (AC-1563-40/04-P Sessão: 06/10/04 Grupo: I Classe: VII Relator: Ministro Augusto Sherman Cavalcanti - FISCALIZAÇÃO - REPRESENTAÇÃO) GRIFO NOSSO

(...) Quanto às ponderações, tanto da Unidade Técnica como do Ministério Público, no sentido da impossibilidade de alegação de desequilíbrio econômico-financeiro do contrato, entendo diferentemente dos pareceres. Embora sendo previsível, no caso, o reajuste salarial na data-base de cada categoria, não se conhecem antecipadamente os índices a serem aplicados, podendo ser considerado tal fato, a meu ver, de consequências incalculáveis, na forma do art. 65, inciso II, alínea "d", da Lei nº 8.666/93. Em que pese o argumento oferecido pelo Sr. Procurador-Geral, quanto a serem razoavelmente conhecidos os índices inflacionários (2 a 3 pontos percentuais ao mês), entendo que, para uma economia que se pretende estabilizada e sem inflação, ou com inflação próxima de zero, são esses índices ainda bastante elevados. Assim, fazer com que os licitantes prevejam tais custos em suas propostas seria estimular um provável "superfaturamento do contrato". (...) Como visto, tais contratos poderão ter duração superior a um ano, o que dificulta ainda mais não só a formulação pelos concorrentes, mas também o exame pelas comissões de licitação, de propostas prevendo-se, para mais de um exercício, os resultados de acordos nas datas-bases das respectivas categorias ou de ações de dissídios coletivos dos empregados das empresas licitantes. (...)

(...)

O Tribunal Pleno, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 1º, inciso XVII e § 2º, da Lei nº 8.443/92, c/c o disposto no art. 216 do Regimento Interno, DECIDE conhecer da presente consulta para responder ao órgão consulente que:

(...)

2 - PODERÁ SER ACEITA A ALEGAÇÃO DE DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO, COM BASE NO REAJUSTE SALARIAL DOS TRABALHADORES OCORRIDO DURANTE A VIGÊNCIA DO INSTRUMENTO CONTRATUAL, DESDE QUE A REVISÃO PLEITEADA SOMENTE ACONTEÇA APÓS DECORRIDO UM ANO DA ÚLTIMA OCORRÊNCIA VERIFICADA (A ASSINATURA, A REPACTUAÇÃO, A REVISÃO OU O REAJUSTE DO CONTRATO), CONTADO NA FORMA DA LEGISLAÇÃO PERTINENTE. GRIFO NOSSO

... o incremento dos custos de mão de obra decorrente da data base das categorias profissionais trata-se de mero reajuste provocado pela inflação. Em consequência, são aplicáveis a esse incremento de custos as regras atinentes ao reajuste dos contratos, que fixam o prazo anual para realização de cada novo reajustamento. (Acórdão nº 1.563/2004, Plenário, rel. Min. Augusto Sherman Cavalcanti)

Também pela impossibilidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro, em razão de não poder ser aplicada a teoria da imprevisão se posiciona o Superior Tribunal de Justiça, in verbis.

ADMINISTRATIVO. CONTRATO ADMINISTRATIVO. EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO. AUMENTO SALARIAL. DISSÍDIO COLETIVO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DA TEORIA DA IMPREVISÃO. 1. Não pode ser aplicada a teoria da imprevisão para a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato administrativo (Lei 8.666/93, art. 65, II, d) na hipótese de aumento salarial dos empregados da contratada em virtude de dissídio coletivo, pois constitui evento certo que deveria ser levado em conta quando da efetivação da proposta. (REsp nº 668.367/PR, 1ª T., rel. Min. Teori Albani Zavascki. J. em 21.09.2006, DJ de 05.10.2006)

a prorrogação contratual por outro exercício **pode** significar o desequilíbrio contratual, o que, conforme o próprio TCU-pode ser objeto de repactuação.

Quanto ao requisito da previsão contratual da possibilidade de repactuação, observa-se que o próprio contrato determina em sua cláusula décima primeira:

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- DA REVISÃO E REPACTUAÇÃO

O presente Contrato poderá ser alterado, mediante revisão das metas e dos valores financeiros inicialmente pactuados, desde que prévia e devidamente justificada, com a aceitação de ambas as partes e a autorização por escrito do Secretário de Saúde, devendo, nestes casos, ser formalizados os respectivos Termos Aditivos.

Consoante critérios adotados acima no sentido de que, ao contrário do reajuste, que se baseia em índices estabelecidos no contrato, a repactuação é balizada pela demonstração técnica da defasagem do preço em relação ao custo original, observa-se que tais instrumentos devem ser demonstrados nos autos.

Portanto, percebe-se que há previsão contratual autorizativa da modificação no valor do contrato de gestão no sentido de fazer valer a disposição constitucional que estabelece o princípio da manutenção do equilíbrio na equação financeira dos contratos com o poder público.

Percebe-se ainda que a cláusula citada não enuncia índice sob o qual será reajustado o contrato ou mesmo a periodicidade, lacuna a ser sanada através da avaliação do caso concreto sob as balizas legais.

Nesse pórtico, mais uma vez recorremos aos ensinamentos de Marçal Justen Filho⁷ o qual, citando também jurisprudência do TCU, afirma:

O direito à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da contratação não deriva de cláusula contratual nem de previsão no ato convocatório. Tem raiz constitucional. Portanto, a ausência de previsão ou de autorização é irrelevante. São inconstitucionais todos os dispositivos legais e regulamentares que pretendem condicionar a concessão de reajustes de preços, revisão de preços, correção monetária a uma previsão no ato convocatório ou no contrato. [...]

Jurisprudência do TCU

"9.2.1. abstenha-se de reajustar ou atualizar monetariamente seus contratos se não houver previsão editalícia e contratual, em obediência ao art. 55, inciso III, e art. 40, XIV, c da Lei nº 8.666/93, utilizando-se da recomposição de preços para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro contratado,

⁷ Op. Cit. p. 764/765.

conforme previsão dos arts. 57, §1º, 58, §2º, e 65, §6º da mesma Lei, condicionada à comprovação do aumento de custos pela parte interessada.

O TCU também define, na obra "Licitações e contratos: orientações básicas"⁸:

A repactuação é uma forma de negociação entre a Administração e o contratado, que visa à adequação dos preços contratuais aos novos preços de mercado, prevista no art. 5º do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997.

Somente os contratos que tenham por objeto a prestação de serviços de natureza contínua podem ser repactuados. É necessária, ainda, a existência de cláusula admitindo a repactuação, que pode ser para aumentar ou diminuir o valor do contrato.

Para repactuação de preços deve ser apresentada demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada. (p. 282)

A repactuação que vise a aumento da despesa não é permitida antes de decorrido, pelo menos, um ano de vigência do contrato.

A repactuação não está vinculada a qualquer índice de preço.

A repactuação que vise aumento de despesa não é permitida antes de decorrido, pelo menos, um ano de vigência do contrato, observando, ainda, que:

- *é necessária a existência de cláusula no contrato admitindo a repactuação, que pode ser para aumentar ou para diminuir o valor do contrato;*
- *a repactuação não está vinculada a qualquer índice; e*
- **para a repactuação de preços deve ser apresentada demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada. (p. 283)**

[...]

Acórdão 64/2004 Segunda Câmara

*Por ocasião das repactuações de contratos administrativos para a prestação de serviços de natureza contínua, considerando o estabelecido na IN/MARE nº 18/97, **atente para que os reajustes***

⁸ Tribunal de Contas da União. – 3. ed, rev. atual. e ampl. Brasília : TCU, Secretaria de Controle Interno 2006. p. 289.



salariais concedidos às categorias de trabalhadores diretamente relacionadas à prestação do serviço em questão, em decorrência de acordo, convenção ou dissídio coletivo ou equivalente, incidam apenas sobre a parcela dos custos ligados diretamente à mão-de-obra e não sobre todo o valor do contrato, devendo ser observado também, para o reajustamento pleiteado, o interregno de um ano da data do acordo que serviu de base para a proposta ou para a última repactuação. (p. 285)

[...]

Acórdão 1203/2004 Plenário

Como os preços ofertados pela empresa vencedora refletem a planilha de custos da empresa no momento da contratação, esses preços reajustados por índices oficiais devem refletir o novo custo por ela suportado, ressalvada a imposição, pela Administração, de novo encargo ao contratado, ou a hipótese de elevação excessiva de preços. (p. 289)

Ademais, conforme julgados colacionados (vide nota de rodapé nº 6), percebe-se que os reajustes aos quais a empresa se refere para pugnar pela atualização dos valores devem se referir apenas a diferenças que se efetivaram somente após decorrido o ano inicial do contrato no qual a proposta de preços deve ser integralmente mantida, como também exige o TCU.

No tocante à revisão do valor contratual em razão da alegada demanda exacerbada pelos serviços da unidade, o que representa um volume maior de atendimentos do que o previsto no edital para uma UPA de porte II, tal circunstância, como visto acima, também é passível de alteração contratual através da revisão, desde que os setores técnicos e o gestor avalie que as mesmas eram imprevisíveis e implicaram um desequilíbrio contratual.

Quanto à hipótese de preclusão consumativa em razão do não requerimento antes da renovação, não se observa na hipótese, porquanto a empresa formalizou tal requisição antes da celebração do primeiro termo aditivo, bem como formalizou pedidos anteriores. Não obstante, o direito à manutenção do equilíbrio contratual decorre da própria constituição, sendo além de direito do particular um dever da administração no sentido de não enriquecer ilicitamente.

Do mesmo modo, percebe-se que cabe à contratada demonstrar de forma analítica a alteração dos seus custos, mediante a apresentação de planilhas e documentos acostados aos autos.

Importa salientar ainda, que tais requisitos ainda devem ser interpretados de maneira diferenciada por se tratar de contrato de gestão, com a natureza próxima a de convênio, onde a prestação dos serviços pode ser tida como um braço do próprio poder

público, que contrata organização da sociedade civil para atuar, sem finalidade lucrativa, na gestão de unidades de saúde.

Ainda, constam nos autos as atas de reuniões realizadas entre a Organização Social e a Secretaria Municipal de Saúde para definir os novos valores integrantes da planilha de preços, definindo inclusive a retirada de alguns itens.

2.4. DA TRANSAÇÃO JUDICIAL ENTRE MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL, ASSOCIAÇÃO MARCA E SMS.

Nesse ponto, imperioso destacar que, desde a formalização do primeiro contrato de gestão do Município de Natal com Organização Social, que essa espécie de parceria fora levada à apreciação do judiciário através de ação civil pública interposta pelo Ministério Público estadual, bem como através de Ação Direta de Inconstitucionalidade – também de autoria do *parquet* estadual – questionando a Lei Municipal Ordinária nº 6.108/10.

A referida ação direta de inconstitucionalidade foi julgada procedente e acarretou na extirpação do ordenamento jurídico daquela norma que regia os primeiros contratos de gestão em âmbito municipal. Entrementes, visando extirpar os vícios de constitucionalidade apontados na ação, fora aprovada nova norma – a atualmente vigente Lei nº 6.295, de 29 de setembro de 2011.

Tal transição normativa acarretou por gerar controvérsias jurídicas acerca da possibilidade ou não da prorrogação dos contratos celebrados sob a égide da lei anterior – em que pese a nova lei prever expressamente em seu art. 17 tal possibilidade mediante as devidas adequações e renovação da qualificação. Ocorreu que o juízo da 5ª Vara da Fazenda Pública da Comarca de Natal/RN, no processo nº 0023766-04.2010.8.20.0001, já havia proferido decisão interlocutória no sentido de proibir a renovação dos contratos de gestão celebrados sob a égide da Lei nº 6.108/10, sob pena de multa diária R\$ 1.000.000,00.

Visando sanar tais controvérsia, foi realizada, em 20/10/2011, audiência de conciliação entre o Município de Natal, a Organização Social detentora dos contratos atualmente, e o Ministério Público Estadual, para decidir tais controvérsias.

Visando deixar cristalinas as decisões ora tomadas, transcrevemos a ata da audiência em seu inteiro teor:

TERMO DE AUDIÊNCIA

Aos 20 de outubro de 2011 nesta cidade de NATAL(RN), no edifício do Fórum, sala de audiências, às 11:30 horas, onde presente se achava o Exm.º Dr. AIRTON PINHEIRO, MM Juiz de Direito, a Promotora de Justiça Kalina Correia Filgueira, o Procurador Geral do Município Bruno Macedo Dantas, o advogado representante da Associação Marca (procuração anexa), Maurício Sardinha Meneses dos Reis, OAB 119316-RJ e a Dra. Rosimar Gomes Bravo, gestora dos contratos, aí à hora designada determinou o MM. Juiz ao Porteiro do Auditório que efetuasse o pregão das partes para início da audiência.

Aberta a audiência, ouvidos os interessados foi entabulado o seguinte acordo:

As partes acima mencionadas, considerando a necessidade de continuidade do serviço decorrente dos contratos firmados e em execução; tendo em vista que mesmo com a edição da nova lei das Organizações sociais (nº 6295/2011) do Município de Natal, que prevê a possibilidade de prorrogação para os contratos vigentes em seu artigo 17, desde que ajustados aos termos da mesma, ainda que celebrados nos termos da Lei anterior já declarada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça do RN, resolvem conciliar o objeto da presente lide nos seguintes termos:

1) Os três contratos vigentes poderão ser prorrogados uma única vez tão logo ocorra a expiração do primeiro ano de vigência por período de execução que não ultrapasse em nenhuma hipótese a data de 31 de dezembro de 2012, desde que cumprido e comprovado nos autos os termos do item 2 do presente acordo;

2) A associação Marca apresentará neste juízo, até o dia 18 de dezembro de 2011, a consolidação das previsões do art. 11º de seu estatuto, juntando cópia da ata de deliberação do conselho de administração e respectivo registro no cartório das Pessoas Jurídicas, respeitando os seguintes parâmetros obrigatórios: a) dois membros natos representantes do Poder Público, sendo um deles por indicação do chefe do executivo municipal dentre servidores municipais efetivos e estáveis não detentores de cargo ou função comissionada; e o segundo, indicado pelo Conselho Municipal de Saúde (por deliberação da maioria dos seus membros) a se aperfeiçoar em 10 dias da notificação do presidente para tanto, e havendo inércia do Conselho Municipal, a indicação passará a chefe do executivo municipal nos termos descritos na primeira parte deste item "a"; b) três membros representantes da sociedade civil, sendo um indicado pelo Conselho Comunitário do bairro de Pajuçara; outro do Conselho Comunitário do Bairro Planalto; e o terceiro do Conselho Comunitário do Bairro de Brasília Teimosa, podendo recair a indicação em um dos seus membros, por deliberação por maioria do respectivo conselho e resposta em 10 dias da notificação para tanto, sob pena de repassar a indicação, sucessivamente, aos Conselhos Comunitário de Nova Natal, de Igapó e de Felipe Camarão.

c) o Município se compromete a expedir a regulamentação da nova lei das Organizações Sociais (6.295/2011), em especial, no que concerne aos requisitos objetivos do processo seletivo previsto na mesma até 31 de março de 2012.

d) o Procurador Geral do Município apresentará anuência expressa da Prefeita em cinco dias. Nada mais.

Pelo juíz foi dito:

Vistos etc.



TCE/RN - DAM	
Fls.	850
Rub	
Mat	

574

Considerando os termos do acordo acima (em fase de aperfeiçoamento), suspendo parcialmente os efeitos da decisão liminar vigente nestes autos, apenas quanto à proibição de uma única renovação nos três contratos acima mencionados.

Publicado e intimados em audiência. Apresentados os documentos previstos no caput do item 2 acima ou decorrido o prazo assinado abra-se vista ao Ministério Público. aa mais havendo mandou encerrar este termo que vai assinado. (destaque nosso)

107

Analisando a transcrição acima, depreende-se que o próprio judiciário e o Ministério Público entendem a necessidade pública de continuidade da prestação dos serviços, bem como releva-se a decisão que proibia a prorrogação dos contratos.

Ademais, ressalte-se que, compulsando os autos do processo judicial, observou-se que a Associação Marca apresentou em juízo a consolidação do seu estatuto, em atendimento ao previsto no item 2.

2.5. VINCULAÇÃO AOS CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS

Nesse momento, urge necessário um pronunciamento sobre o crédito orçamentário que irá custear a presente contratação. Assim deve ser em razão de que, nos termos do artigo 38, parágrafo único, agora é que a Assessoria Jurídica irá observar a minuta do termo aditivo a ser realizado pela Administração Pública, sendo cláusula obrigatória destes dois instrumentos a informação sobre a correspondente rubrica orçamentária a custear o serviço.

Diante disto, é necessário levantar-se algumas premissas para, ao fim, chegar-se a uma conclusão visando sempre o alcance do interesse primário (coletivo) da Administração Pública.

A primeira premissa seria de que, como regra, os contratos realizados pela Administração Pública devem ter sua vigência atrelada ao exercício do crédito orçamentário correspondente (artigo 57, caput, da Lei 8.666/93), sendo este exercício orçamentário (financeiro) coincidente com o ano civil (artigo 34, da Lei 4.320/64).

Outra premissa é o fato de que deve haver a determinação dos recursos orçamentários que assegurarão o pagamento das obrigações (obras, serviços e compras) a serem executadas/adquiridas pela Administração Pública (artigo 7º, parágrafo 2º, inciso III e artigo 14, da lei 8.666/93).

Assim, diante destas premissas, e observando a lição do renomado jurista Carlos Maximiliano no sentido de que o direito deve ser interpretado de forma inteligente e "não de modo que a ordem legal envolva um absurdo, prescreva inconveniências"⁹, além das lições

⁹ MAXIMILIANO, Carlos, *Hermenêutica e Aplicação do Direito*. 6ª edição. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1957, pág. 210

do Ministro Eros Roberto Grau¹⁰ de que o ordenamento jurídico não se interpreta em tiras ou aos pedaços, sob pena de não demonstrar significado normativo alguns, tentar-se-á compatibilizar as determinações normativas acima demonstradas, adequando ao caso aqui tratado.

Nesse diapasão, não deve ser realizada uma interpretação literal dos artigos colacionados acima, mas sim teleológica e sistemática, ou seja, devem-se buscar os fins desejados pelas normas realizando uma compatibilização de o todo sistema.

Portanto, preleciona a cabeça do artigo 57 o fato de que os contratos devem ficar adstritos aos créditos orçamentários respectivos.

Outrossim, a par do acima descrito, temos que para o atendimento da finalidade precípua da Administração, necessita-se uma flexibilidade quanto à vinculação estrita ao orçamento, sob pena de uma visão concretista engessar de forma extrema a atividade administrativa.

Importante ressaltar que não se está a dizer que pode haver contratações por prazos superiores a 12 meses; assim, o artigo 57 deve ser entendido no sentido de que há possibilidade de contratações por períodos não coincidentes com o ano civil, entretanto devendo serem limitadas a um ano (período de 12 meses).

O que acima foi exposto sufraga o entendimento de vários doutrinadores de renomada como Lucas Rocha Furtado¹¹, *in verbis*.

A regra constante do caput do ar. 57 referido tem sido interpretada, no entanto, no sentido de que os contratos administrativos devem ter sua vigência correspondente à do exercício financeiro, que é de um ano, esse foi o prazo que diversos órgãos tem adotado para limiar a vigência de seus contratos.

A interpretação literal do dispositivo em comento conduziria a situação em que, caso determinado contrato fosse celebrado no mês de outubro, por exemplo, ele somente poderia vigor até 31 de dezembro daquele mesmo exercício. Essa interpretação literal conduziria, indiscutivelmente, a imensas dificuldades para Administração Pública.

Também, após afirmar de que existe o posicionamento onde os contratos devem coincidir com determinado crédito orçamentário, na mesma linha, supra firmada, de pensamento segue José dos Santos Carvalho Filho, sem nem mesmo restringir o seu posicionamento às hipóteses dos incisos do artigo 57, *in verbis*.

¹⁰ GRAU, Eros Roberto. *Licitação e Contrato Administrativo- Estudos sobre a Interpretação da Lei*. São Paulo: Malheiros, 1995, pág. 50 a 63.

¹¹ FURTADO, Lucas Rocha. *Curso de Licitações e Contratos Administrativos*.

No entanto, com a vênia devida, a lei não pretendeu dificultar nem inviabilizar a variadíssima e complexa atividade administrativa. Por esse motivo, parece-nos melhor o pensamento segundo o qual nada impede que um contrato tenha início, por exemplo, em setembro de um ano e término em março do ano subsequente, desde que no contrato conste a rubrica orçamentária de onde serão oriundos os recursos e a referência de qual parte do pagamento será feita com um crédito relativo ao exercício financeiro seguinte.

Não obstante não puder ser utilizada no âmbito deste ente político, a Instrução Normativa nº 02/2008, exarada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, regulando as regras e contratações de serviços, contínuos ou não no âmbito da União, demonstra a plausibilidade e possibilidade do posicionamento aqui ventilado.

Art. 30 (omissis).

§ 4º Nos contratos cuja duração, ou previsão de duração, ultrapasse um exercício financeiro, indicar-se-á o crédito e respectivo empenho para atender à despesa no exercício em curso, bem com de cada parcela da despesa relativa à parte a ser executada em exercício futuro, com a declaração de que, em termos aditivos ou apostilamentos, indicar-se-ão os créditos e empenhos para sua cobertura.

Destarte, não podemos criar dificuldades desarrazoadas para o desenvolvimento regular das atividades administrativas; devemos, isto sim, tutelando a preservação do interesse público, com a condicionante acima referida, criar mecanismos que ajudem na presteza e eficiência quando da prestação de serviços públicos, ainda mais quando estamos a tratar, no âmbito da saúde, de prestação de serviços ambulatoriais, indispensáveis e essenciais nos serviços públicos da saúde, que devem ser contínuos em todas as suas vertentes e possibilidades.

Portanto, diante de toda esta fundamentação, não, porém, deixando de informar a existência de posicionamentos que não se compatibilizam com este, esta Assessoria Jurídica entende admissível o início de procedimento de prorrogação do presente contrato no ano de 2012.

Nesse diapasão, e seguindo as lições acima explanadas, esta Assessoria Jurídica entende possível a determinação de que os valores serão vinculados ao exercício de 2012.

3. CONCLUSÃO

Ante o exposto, opina-se pela possibilidade JURÍDICA da realização do primeiro termo aditivo, nos termos da fundamentação supra, condicionada à inclusão nos autos da devida dotação orçamentária, nota de bloqueio e declaração de adequação orçamentária exigidas pela legislação de responsabilidade fiscal.

TCE/RN - DAM
Fls. 853
Rub.
Mat.

577
P

Importante salientar, diante da complexidade do caso e de não haver uma diretriz expressa do órgão central de consultoria jurídica no Município – a Procuradoria Geral do Município – acerca das questões aqui abordadas nos termos do Decreto nº 7.126/05, que sejam os autos remetidos à PGM para manifestação acerca dos entendimentos jurídicos expressos no presente parecer.

Remetam-se os presentes autos ao **Gabinete da Secretária Municipal de Saúde**, à qual recomendo a oitiva da **Procuradoria Geral do Município** anteriormente à tomada de decisão final.

É o parecer. Salvo melhor juízo da autoridade competente.

Natal, 01 de dezembro de 2011.

THOBIAS BRUNO GURGEL TAVARES

Chefe da Assessoria Jurídica/SMS

Matrícula nº 61.883-2 / OAB-RN 7287

[illegible]

ORDEM BANCÁRIA

ORDEN BANCARIA
P10: 30379/20-740

ORDEN BANCÁRIA: 0.016.734 - DATA DA EMISSÃO: 23/11/2010 - NÚMERO DA NOTA: 02.266
BCO: 1 - BANCO DO BRASIL - AGE: 3795-8 - CENTRO - CTA: 9741-1

FAVORECIDO

CNPJ: 10.075.232/0002-43 - IPAS - Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde

BCO: 237 - AGE: 2947-5 - CTA: 25022-8

FAVORECIDO

[illegible]

Visto do Responsável

Angela Maria Rocha de Souza
Chefe do Setor de
Execução Financeira

BANCO DO BRASIL S.A.
3755-8 - Setor Público Natal RN 60

Nenhuma guia de retenção anexa.

23 NOV. 2010

PROTOCOLLO

indade

Carla Fernando P. Barbosa
Coordenador Geral de
Administração e Finanças

2ª VIA

TCE/RN - DAM
Fls. 855
Rub. 12
Mat. _____

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

NOTA DE PAGAMENTO

157

20.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
20.149 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

IDENTIFICAÇÃO DA NOTA DE PAGAMENTO

NÚMERO DA NOTA: 01219 - DATA DA EMISSÃO: 18/06/2010

CNPJ: 10.075.232/0002-43 - INSC. EST.: 0 - INSC. MUN.: 0
ME: IPAS - Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde - MATRIC SERVIDOR:
END: Av. Mascarenhas de Moraes, 4223 - Imbiribeira
CEP: 51150-004 - Recife PE

DETALHAMENTO

ITEM	ATIVIDADE/PROJ	NATUREZA	FONTE	TIPO	NUM. EMP.	VALOR
01	10.302.017.1-409	3.3.90.39-05	183	ESTIMATIVO	00947 1	1.495.651,78

ORDEN BANCÁRIA

Nº ORDEM	CONTA GRÁFICA	DATA EMISSÃO
0.008.555	1-3795-8-9741-1	18/06/2010

VALOR DA NOTA

1.495.651,78

IR	0,00
ISS	0,00
INSS	0,00
RPPS	0,00
OUTROS	0,00

LÍQUIDO A PAGAR

1.495.651,78

ORDENAÇÃO DE DESPESA

Visto do Responsável

Carlos Fernando Pimentel Bacelar Viana
Chefe do Setor de Execução Financeira

Nome: Thiago Barbosa Trindade
CPF: 026.192.594-60

Marcus Antonio Guedes V Fonseca
Coordenador Geral de
Administração e Finanças

TCE/RN - DAM

Fis. 856

Rub. 4

Not.

DESCRIÇÃO DA DESPESA
VALOR
1.495.651,78

VALOR TOTAL DA DESPESA

VALOR TOTAL DA DESPESA

VALOR TOTAL DA DESPESA

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

ORDEN BANCÁRIA

158

20.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
20.149 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

IDENTIFICAÇÃO DA ORDEN BANCÁRIA

ORDEN BANCÁRIA: 0.008.555 - DATA DA EMISSÃO: 18/06/2010 - NÚMERO DA NOTA: 01.219
BCO: 1 - BANCO DO BRASIL - AGE: 3795-8 - CENTRO - CTA: 9741-1

FAVORECIDO

CNPJ: 10.075.232/0002-43 - IPAS - Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde
CJ: 237 - AGE: 2947-5 - CTA: 25022-8

VALOR

1.495.651,78 - Um milhão, quatrocentos e noventa e cinco mil, quatrocentos e cinquenta e um reais e setenta e oito centavos x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x - x

BANCO DO BRASIL S.A.
3795-8 Setor Público Natal (RN)

ORDENÇÃO DE DESPESA

Visto do Responsável

Carlos Fernando Pimentel Bacelar Viana
Chefe do Setor de Execução Financeira

Nome: Thiago Barbosa Trindade
CPF: 026.192.594-60

PROTOCOLO

Wesley

Marcus Antonio Guedes V. Fonseca
Coordenador Geral de
Administração e Finanças

Nenhuma guia de retenção anexa.

2ª VIA

TCE/RN - DAM	
Fls.	857
Rub.	
Mat.	

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

NOTA DE PAGAMENTO

20.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
20.149 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

IDENTIFICAÇÃO DA NOTA DE PAGAMENTO

NÚMERO DA NOTA: 01572 - DATA DA EMISSÃO: 06/08/2010

CNPJ: 10.075.232/0002-43 - INSC. EST.: 0 - INSC. MUN.: 0
NOME: IPAS - Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde - MATRIC SERVIDOR:
END: Av. Mascarenhas de Moraes, 4223 - Imbiribeira
CEP: 51150-004 - Recife PE

DETALHAMENTO


ITEM	ATIVIDADE/PROJ	NATUREZA	FONTE	TIPO	NUM. EMP.	VALOR
01	10.302.017.1-409	3.3.90.39-05	183	ESTIMATIVO	00947 2	997.101,19

ORDEN BANCÁRIA		
NÚM ORDEM	CONTA GRÁFICA	DATA EMISSÃO
0.010.945	1-3795-8-9741-1	06/08/2010

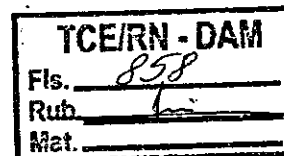
VALOR DA NOTA 997.101,19

IR 0,00
ISS 0,00
INSS 0,00
RPPS 0,00
OUTROS 0,00

LÍQUIDO A PAGAR 997.101,19

Visto do Responsável	 Carlos Fernando Pimentel Bacelar Viana Chefe do Setor de Execução Financeira	ORDENAÇÃO DE DESPESA
		Nome: Thiago Barbosa Trindade CPF: 026.192.594-60

Handwritten signature: Marc
 Marcos Antônio Guedes V. Fonseca
 Coordenador Geral de
 Administração e Finanças



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

ORDEN BANCÁRIA

20.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
20.149 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

IDENTIFICAÇÃO DA ORDEN BANCÁRIA

ORDEN BANCÁRIA: 0.010.945 - DATA DA EMISSÃO: 06/08/2010 - NÚMERO DA NOTA: 01.572
BCO: 1 - BANCO DO BRASIL - AGE: 3795-8 - CENTRO - CTA: 9741-1

FAVORECIDO

CNPJ: 10.075.232/0002-43 - IPAS - Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde
BCO: 237 - AGE: 2947-5 - CTA: 25022-8

VALOR

997.101,19 - Novecentos e noventa e sete mil, cento e um reais e dezenove centavos x - x -
x - x -

ORDENAÇÃO DE DESPESA

Visto do Responsável

[Assinatura]
Sérgio Antônio Guedes V. Fonseca
Coordenador de Administração e Finanças

BANCO DO BRASIL SA
3795-8 - Setor Público Natal (RN)

Nome: Carlos Roberto Trindade
CPF: 94-60

[Assinatura]
Marcos Antônio Guedes V. Fonseca
Coordenador Geral de
Administração e Finanças

Nenhuma guia de retenção anexa.

06 AGO. 2010

PROTOCOLO

2ª VIA

TCE/RN - DAM	
Fis.	859
Rub.	1
Mat	

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

NOTA DE PAGAMENTO

20.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
20.149 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

IDENTIFICAÇÃO DA NOTA DE PAGAMENTO

NÚMERO DA NOTA: 01766 - DATA DA EMISSÃO: 08/09/2010

CNPJ: 10.075.232/0002-43 - INSC. EST.: 0 - INSC. MUN.: 0

NOME: IPAS-- Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde - MATRIC SERVIDOR:

END: Av. Mascarenhas de Moraes, 4223 - Imbiribeira

CEP: 51150-004 - Recife PE

DETALHAMENTO

ITEM	ATIVIDADE/PROJ	NATUREZA	FONTE	TIPO	NUM. EMP.	VALOR
01	10.302.017.1-409	3.3.90.39-05	183	ESTIMATIVO	00947 3	997.101,19

ORDEN BANCÁRIA

NÚM ORDEM	CONTA GRÁFICA	DATA EMISSÃO
0.012.491	1-3795-8-9741-1	08/09/2010

VALOR DA NOTA

997.101,19

IR	0,00
ISS	0,00
INSS	0,00
RPPS	0,00
OUTROS	0,00

LÍQUIDO A PAGAR

997.101,19

ORDENAÇÃO DE DESPESA

Visto do Responsável

Carlos Fernando Pimentel Barcelos Viana
Chefe do Setor de Execução Financeira

Nome: Thiago Barbosa Trindade
CPF: 026.192.594-60

TCE/RN - DAM

Fls. 860
Rub. 5
Mat.

RECEBIMOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL, em 08/09/2010, o valor de R\$ 997.101,19 (Novecentos e noventa e sete mil e dezesseis reais e dezesseis centavos) em favor do INSTITUTO PERNAMBUCANO DE ASSISTÊNCIA E SAÚDE - IPAS, inscrita no CNPJ nº 10.075.232/0002-43, para pagamento de despesa decorrente de contrato nº 00947/2010, celebrado entre as partes, e que encontra-se devidamente liquidado e em conformidade com o extrato de prestação de contas nº 00947/2010, anexo a esta ordem de pagamento.

Assinatura do Responsável: Carlos Fernando Pimentel Barcelos Viana
Assinatura do Recebedor: Thiago Barbosa Trindade

PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL

ORDEM BANCÁRIA

212

20.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE
20.149 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

IDENTIFICAÇÃO DA ORDEM BANCÁRIA

ORDEM BANCÁRIA: 0.012.491 - DATA DA EMISSÃO: 08/09/2010 - NÚMERO DA NOTA: 01.766
BCO: 1 - BANCO DO BRASIL - AGE: 3795-8 - CENTRO - CTA: 9741-1

FAVORECIDO

CNPJ: 10.075.232/0002-43 - IPAS - Instituto Pernambucano de Assistência e Saúde
BCO: 237 - AGE: 2947-5 - CTA: 25022-8

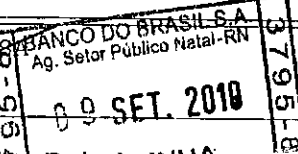
VALOR

997.101,19 - Novecentos e noventa e sete mil, cento e um reais e dezenove centavos x - x -
x - x -

Visto do Responsável

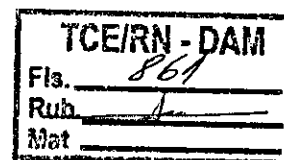
28
Carlos Fernando Pimentel Bacelar Viana
Chefe do Setor de Execução Financeira

ORDENAÇÃO DE DESPESA



Nome: Thiago Barbosa Triunfo
CPF: 026.182.592-60

Nenhuma guia de retenção anexa.



Fls. 863
Rub 12
Mat.

62952/10

FL: 481

Prefeitura Municipal do Natal			NOTA DE PAGAMENTO			
20.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE						
20.149 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
IDENTIFICAÇÃO DA NOTA DE PAGAMENTO						
NÚMERO DA NOTA: 00.036 - DATA DA EMISSÃO: 31/01/2011						
CNPJ: 05.791.879/0001-50						
Nome: MARCA UPA 2 PARC						
End: PRAÇA DAS FLORES						
DETALHAMENTO						
ITEM	ATIVIDADE / PROJ.	NATUREZA	FONTE	TIPO	NÚM. EMP.	VALOR
						1.014.757,14
VALOR DA NOTA						1.014.757,14
ORDEN BANCÁRIA			IR			
NUM. ORDEM	CONTA GRÁFICA	DATA DA EMISSÃO	ISS			
00.036/2011	001 - 3795-8 - 9741-1	31/1/2011	INSS			
			IPREVINAT			
			OUTROS			
LIQUIDO A PAGAR						1.014.757,14
ORDENAÇÃO DE DESPESA						
Visto do Responsável			Nome: Thiago Barbosa Trindade			
Angela Maria Rocha de Souza Chefe do Setor de Execução Financeira			CPF: 026.192.594-60			
						Carlos Fernando P. Barsaloviana Coordenador Geral de Administração e Finanças

TCE/RN - DAM	
Fls.	864
Rub.	
Mat.	

REC. AUTORIZADO
DATA DA RECEITA
NÚM. RECIBO
VALOR
NOME
CPF
END. COM. RESID.

REC. AUTORIZADO
DATA DA RECEITA
NÚM. RECIBO
VALOR
NOME
CPF
END. COM. RESID.

REC. AUTORIZADO
DATA DA RECEITA
NÚM. RECIBO
VALOR
NOME
CPF
END. COM. RESID.

Prefeitura Municipal do Natal

ORDEN BANCARIA

20.000 - Secretaria Municipal de Saúde

20.149 - Fundo Municipal de Saúde

IDENTIFICAÇÃO DA ORDEM BANCARIA

ORDEM BANCARIA: 036/2011

DATA DA EMISSÃO: 31/01/2011

NÚMERO DA NOTA: 036/2011

BCO: 001 - BANCO DO BRASIL AGE: 3795-8 - Cta: 9741-1

CNPJ: 05.791.879/0001-50 FAVORECIDO: MARCA

Nome: MARCA

Bco: 237 Ag 3002-3 Cta: 136550-9

VALOR

R\$ 1.014.757,14 (HUM MILHÃO, QUATORZE MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E QUATORZE CENTAVOS)

XX

ORDENAÇÃO DE DESPESA

Visto do Responsável

Angela Maria Rocha de Souza
Chefe do Setor de
Execução Financeira

Nome: Thiago Barbosa Trindade

CPF: 026.192.594-60

BANCO DO BRASIL S.A.
3795-8 S. Publico Natal(RN)

31 JAN. 2011

PROTOCOLO

TCE/RN - DAM

Fls. 865

Rub. 4

Mat.

2ª VIA

Prefeitura Municipal do Natal

NOTA DE PAGAMENTO

20.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

20.149 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

IDENTIFICAÇÃO DA NOTA DE PAGAMENTO

NÚMERO DA NOTA: 00.137 - DATA DA EMISSÃO: 17/06/2011

CNPJ: 05.791.879/0001-50

Nome: MARCA UPA 6 PARC

End: PRAÇA DAS FLORES

DETALHAMENTO

ITEM	ATIVIDADE / PROJ.	NATUREZA	FONTE	TIPO	NÚM. EMP.	VALOR
						1.014.757,14

VALOR DA NOTA

1.014.757,14

ORDEN BANCARIA

NÚM. ORDEM: 00.108/2011
CONTA GRÁFICA: 001 - 3795-8 - 9741-1
DATA DA EMISSÃO: 13/4/2011

IR

ISS

INSS

IPREVINAT

OUTROS

LIQUIDO A PAGAR

1.014.757,14

ORDENAÇÃO DE DESPESA

Visto do Responsável

Nome: Thiago Barbosa Trindade

CPF: 026.192.594-60

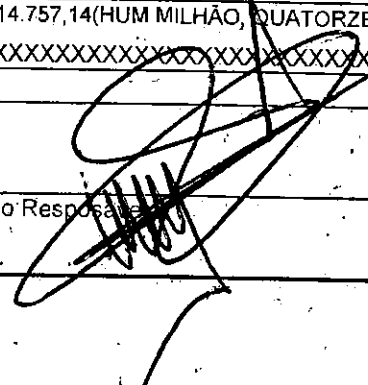
Francisco Assis Rocha Viana
Coordenador Geral de
Administração e Finanças

TCE/RN - DAM	
Fis.	866
Rub.	
Mat.	

21/06/2011 17:05:19
 179519348
 QUANTIDADE DO GRAM 2.00 5670
 COMPROVANTE DE REC. COM COM


NR. DOCUMENTO 17
 DATA DA TRANSFERENCIA 1.000/5011
 R. DE FUND. 100.000000 100.000000
 FAVORABILIDADE 100.000000
 ETC 05.201.000000 50
 BANCO 2.00 5670 100.000000 100.000000
 FUND. FONTE 010 100.000000
 ORIGEM DO DEBITO FONTE FONTE
 VALOR 1.000 5670 10
 VALOR DA FONTE 0.00
 VALOR TOTAL 1.000 5670 10
 NR. AUTENTICACAO 2.00 5670 100.000000



Prefeitura Municipal do Natal 20.000 - Secretaria Municipal de Saúde 20.149 - Fundo Municipal de Saúde		ORDEN BANCÁRIA 62952/10 FL: 484	
IDENTIFICAÇÃO DA ORDEN BANCÁRIA ORDEN BANCÁRIA: 137/2011 DATA DA EMISSÃO: 17/06/2011		NUMERO DA NOTA: 137/2011	
BCO: 001 - BANCO DO BRASIL AGE: 3795-8 - Cta: 9741-1			
CNPJ: 05.791.879/0001-50 FAVORECIDO: MARCA			
Nome: MARCA			
Bco: 237 Ag 3002-3 Cta: 136550-9			
VALOR R\$ 1.014.757,14 (HUM MILHÃO, QUATORZE MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E SETE RÉAIS E QUATORZE CENTAVOS) XXX			
		ORDENAÇÃO DE DESPESA	
Visto do Responsável		Nome: Thiago Barbosa Trindade CPF: 026.192.594-60	
		3795-8 S. Público (R/R)	

2ª VIA

17 JUN. 2011
 PROTOCOLO

TCE/RN - DAM
 Fls. 867
 Rub. 
 Mat. _____

62952/10

PL: 485

Prefeitura Municipal do Natal			NOTA DE PAGAMENTO			
20.00 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE						
20.149 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
IDENTIFICAÇÃO DA NOTA DE PAGAMENTO						
NÚMERO DA NOTA: 00.101 - DATA DA EMISSÃO: 24/03/2011						
CNPJ: 05.791.879/0001-50						
Nome: MARÇA UPA 2 PARC						
End: PRAÇA DAS FLORES						
DETALHAMENTO						
ITEM	ATIVIDADE / PROJ.	NATUREZA	FONTE	TIPO	NÚM. EMP.	VALOR
						1.014.757,14
VALOR DA NOTA						1.014.757,14
ORDEN BANCÁRIA			IR			
NUM. ORDEM	CONTA GRÁFICA	DATA DA EMISSÃO	ISS			
00.100/2011	001 - 3795-8 - 9741-1	24/3/2011	INSS			
			IPREVINAT			
			OUTROS			
LIQUIDO A PAGAR						1.014.757,14
ORDENAÇÃO DE DESPESA						
Visto do Responsável			Nome: Thiago Barbosa Trindade			
Angela Maria Rocha de Sousa Chefe de Seção de Execução Financeira			CPF: 026.192.594-60			

TCE/RN - DAM	
Fis.	868
Rub.	
Mat.	

Prefeitura Municipal do Natal

ORDEM BANCÁRIA

20.000 - Secretaria Municipal de Saúde

20.149 - Fundo Municipal de Saúde

62957/10 IDENTIFICAÇÃO DA ORDEM BANCÁRIA FL: 486

ORDEM BANCÁRIA: 100/2011

DATA DA EMISSÃO: 24/03/2011

NÚMERO DA NOTA: 100/2011

BCO: 001 - BANCO DO BRASIL AGE: 3795-8 - Cta: 9741-1

CNPJ: 05.791.879/0001-50 FAVORECIDO: MARCA

Nome: MARCA

Bco: 237 Ag 3002-3 Cta: 136550-9

VALOR

R\$ 1.014.757,14 (UM MILHÃO, QUATORZE MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E QUATORZE CENTAVOS)

XX

ORDENAÇÃO DE DESPESA

2ª VIA

Visto do Responsável

Doachos

Nome: Thiago Barbosa Trindade

Araceli Maria Bezerra da Silva

CPF: 026.192.594-60

Chefe do Setor de
Execução Financeira

BANCO DO BRASIL S.A.
3795-8 - Setor Público Natal (RN)

25 MAR. 2011

PROTOCOLO

TCE/RN - DAM

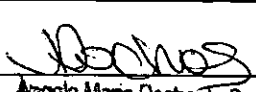
Fis. 869

Rub. 45

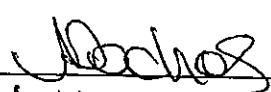
Mat.

62952/10

PL 487

Prefeitura Municipal do Natal			NOTA DE PAGAMENTO			
20.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE						
20.149 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
IDENTIFICAÇÃO DA NOTA DE PAGAMENTO						
NÚMERO DA NOTA: 00.108 - DATA DA EMISSÃO: 13/04/2011						
CNPJ: 05.791.879/0001-50						
Nome: MARCA UPA 5 PARC						
End: PRAÇA DAS FLORES						
DETALHAMENTO						
ITEM	ATIVIDADE / PROJ.	NATUREZA	FONTE	TIPO	NÚM. EMP.	VALOR
						1.014.757,14
VALOR DA NOTA						1.014.757,14
ORDEN BANCÁRIA						
NUM. ORDEM	CONTA GRÁFICA	DATA DA EMISSÃO	IR			
00.108/2011	001 - 3795-8 - 9741-1	13/4/2011	ISS			
			INSS			
			IPREVINAT			
			OUTROS			
LIQUIDO A PAGAR						1.014.757,14
ORDENAÇÃO DE DESPESA						
Visto do Responsável	 Angela Maria Rocha de Souza Chefe do Setor de Execução Financeira		Nome: Thiago Barbosa Trindade CPF: 026.192.594-80		Francisco Assis Rocha Viana Coordenador Geral de Administração e Finanças	

TCE/RN - DAM	
Fls.	870
Rub.	
Mat.	

Prefeitura Municipal do Natal		ORDEN BANCÁRIA	
20.000 - Secretaria Municipal de Saúde		67952/10	
20.149 - Fundo Municipal de Saúde		PL: 488	
IDENTIFICAÇÃO DA ORDEN BANCÁRIA			
ORDEN BANCÁRIA: 108/2011	DATA DA EMISSÃO: 13/04/2011	NÚMERO DA NOTA: 108/2011	
BCO: 001 - BANCO DO BRASIL AGE: 3795-8 - Cta: 9741-1			
CNPJ: 05.791.879/0001-50 FAVORECIDO: MARCA			
Nome: MARCA			
Bco: 237 Ag 3002-3 Cta: 136550-9			
VALOR			
R\$ 1.014.757,14 (HUM MILHÃO, QUATORZE MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E QUATORZE CENTAVOS)			
XX			
Visto do Responsável		ORDENAÇÃO DE DESPESA	
 Angelo Manoel Rocha de Souza Chefe do Setor de Execução Financeira		Nome: Thiago Barbosa Trindade CPF: 026.192.894-60	


2ª VIA

BANCO DO BRASIL S.A.	
3795-8 S. Publico Natal(RN)	
18 ABR. 2011	
PROTOCOLO	

TCE/RN - DAM	
Fls. 871	
Rub. 1	
Mat.	

20/04/2011 BANCO DO BRASIL 108/2011
 136550-9
 IDENTIFICAÇÃO DA ORDEN BANCÁRIA
 COMPROVANTE DE PAGAMENTO
 NR. DOCUMENTO 108
 DATA DA TRANSFERÊNCIA 13/04/2011
 FAVORITADO MARCA
 CTA 3795-8 S. PUBLICO NATAL
 BCO 001 - BANCO DO BRASIL
 LITRA TOTAL: 010 PRECIZAÇÃO
 ORDEN DO DEBITO CARTA CREDITADA
 VALOR 1.014.757,14
 VALOR DA TÁXILA 0,00
 VALOR TOTAL 1.014.757,14
 NR. AUTENTICAÇÃO 108/2011-04/01/2011

PL: 489


 PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
 SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO, FAZENDA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO


20.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	TCE/RN - DAM Fls. <u>872</u> Rub. <u>12</u> Mat. _____
20.149 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	
IDENTIFICAÇÃO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA	
NÚMERO DA NOTA: 00868 - ORDEM BANCÁRIA: 0.007.595 - DATA DE EMISSÃO: 16/06/2011	

CNPJ: 05.791.879/0001-50	Dados bancários
NOME: ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS	Banco: 237
END: PRAÇA JOÃO WERNECK, 13 - CENTRO	Agência: 3002-3
CEP: 25.780-000 - RIO DE JANEIRO RN	Conta: 136579-7

DETALHAMENTO						
Item	Ação	Elem. Despesa	Fonte	Tipo	Empenho/Liquidação	Valor
1.	10.302.017.1-409	3.3.90.39-05	183	Estimativo	00306 / 00212	1.522.135,71

Movimentação Bancária /			Valor da Nota		1.522.135,71
Banco	Agência	Conta	DESCONTOS	IR	0,00
001	3795-8	9741-1		ISS	0,00
				INSS	0,00
				RPPS	0,00
				OUTROS	0,00
			Líquido a Pagar		1.522.135,71

<p>Visito do Responsável</p> <p><i>Angela Maria Rocha da Souza</i> Chefe de Seção de</p>	<p>ORDENAÇÃO DE DESPESA</p> <p>Nome: MARIA PERPETUO SOUZA LIMA NOGUEIRA CPF: 254.302.894-34</p>
--	---



PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
SECRETARIA MUNICIPAL PLANEJAMENTO, FAZENDA E TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

20.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE	
20.149 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	

IDENTIFICAÇÃO DA ORDEM BANCÁRIA	
ORDEM BANCÁRIA: 0.007.595 - DATA DA EMISSÃO: 16/06/2011 - NÚMERO DA NOTA: 00868 BCO: 001 - BANCO DO BRASIL - AGE: 3795-8 - CONTAS PUBLICAS - CTA: 9741-1	

FAVORECIDO
CNPJ: 05.791.879/0001-50 - ASSOCIAÇÃO MARCA PARA PROMOÇÃO DE SERVIÇOS
BCO: 237 - AGE: 3002-3 - CTA: 136579-7

[illegible]

Elaborado por: ÁGUILA MARIA FIGUEREDO DE BARROS - 13150-4	ORDENAÇÃO DE DESPESA
Visto do Responsável 	Nome: MARIA PERPÉTUO SOCORRO LIMA NOGUEIRA CPF: 254.302.894-34 Emérito Assis Rocha Viana Chefe Geral de

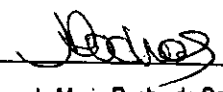
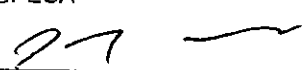
Clube do Sol da
Escola Francisco

Francisco Assis Rocha Vianna
Coordenador Geral de
Administração e Finanças

62952/10
F8990

Prefeitura Municipal do Natal			NOTA DE PAGAMENTO			
20.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAUDE						
20.149 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
IDENTIFICAÇÃO DA NOTA DE PAGAMENTO						
NÚMERO DA NOTA: 00.001 - DATA DA EMISSÃO: 03/01/2011						
CNPJ: 05.791.879/0001-50						
Nome: MARCA						
End: PRAÇA DAS FLORES						
DETALHAMENTO						
ITEM	ATIVIDADE / PROJ.	NATUREZA	FONTE	TIPO	NÚM. EMP.	VALOR
						1.522.135,71
				VALOR DA NOTA		1.522.135,71
ORDEM BANCÁRIA						
NUM. ORDEM	CONTA GRÁFICA	DATA DA EMISSÃO				
00.001/2011	001 - 3795-8 - 9741-1	3/1/2011				
			IR			
			ISS			
			INSS			
			IPREVINAT			
			OUTROS			
			LIQUIDO A PAGAR		1.522.135,71	
			ORDENAÇÃO DE DESPESA			
Visto do Responsável			Nome: Thiago Barbosa Trindade			
Angela Maria Rocha de Souza			CPF: 026.192.594-60			
Chefe do Setor de Execução Financeira			Carlos Fernando P. Barcelos Viana Coordenador Geral de Administração e Finanças			

TCE/RN - DAM
Fls. 873
Rub. 42
Mat.

Prefeitura Municipal do Natal		ORDEN BANCÁRIA	
20.000 - Secretaria Municipal de Saúde		PC 491	
20.149 - Fundo Municipal de Saúde		IDENTIFICAÇÃO DA ORDEN BANCÁRIA	
ORDEN BANCÁRIA: 001/2011	DATA DA EMISSÃO: 03/01/2011	NÚMERO DA NOTA: 001/2011	
BCO: 001 - BANCO DO BRASIL AGE: 3795-8 - Cta: 9741-1			
CNPJ: 05.791.879/0001-50 FAVORECIDO: MARCA			
Nome: MARCA			
Bco: 237 Ag 3002-3 Cta: 136550-9			
VALOR			
R\$ 1.522.135,71 (HUM MILHÃO, QUINHENTOS E VINTE E DOIS MIL, CENTO E TRINTA E CINCO REAIS E SETENTA E UM CENTAVOS)			
XX			
Visto do Responsável  Angela Maria Rocha de Souza Chefe do Setor de Execução Financeira		ORDENAÇÃO DE DESPESA	
		 Nome: Thiago Barbosa Trindade CPF: 026.192.594-60	
		Carlos Fernando P Barcellos Viana Coordenador Geral de Administração e Finanças	

BANCO DO BRASIL S.A.
3795-8 - Setor Público Natal (RN)

03 JAN. 2011

PROTOCOLO

2ª VIA

TCE/RN - DAM	
Fls.	874
Rub.	4
Mat.	

03/01/2011
379515230
BANCO DO BRASIL
379515230
COMPROVANTE DE DEPÓSITO

NR. DOCUMENTO
DATA DA TRANSFERÊNCIA
RUBRICADA
FAVORECIDO
C/C
BANCO
LIMITE
ORIGEM DO DEBITO
VALOR
VALOR DA TACITA
VALOR TOTAL
NR. AUTENTICAÇÃO

03/01/2011
PREFEITURA MUNICIPAL DO NATAL
MARCA
05.791.879/0001-50
237 AG 3002-3 BCO
001
000136550-9
COMPROVANTE
1.522.135,71
0,00
1.522.135,71
3.000.000.000.000.000

PC: 509

Prefeitura Municipal do Natal			NOTA DE PAGAMENTO			
20.000 - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE						
20.149 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE						
IDENTIFICAÇÃO DA NOTA DE PAGAMENTO						
NÚMERO DA NOTA: 00.163 - DATA DA EMISSÃO: 14/09/2011						
CNPJ: 05.791.879/0001-50						
Nome: MARCA UPA 6 PARC						
End: PRAÇA DAS FLORES						
DETALHAMENTO						
ITEM	ATIVIDADE / PROJ.	NATUREZA	FONTE	TIPO	NÚM. EMP.	VALOR
						1.014.757,14
				VALOR DA NOTA		1.014.757,14
ORDEN BANCÁRIA						
NUM. ORDEM	CONTA GRÁFICA	DATA DA EMISSÃO				
00.163/2011	001 - 3795-8 - 9741-1	14/9/2011				
			IR			
			ISS			
			INSS			
			IPREVINAT			
			OUTROS			
			LIQUIDO A PAGAR		1.014.757,14	
			ORDENAÇÃO DE DESPESA			
Visto do Responsável <i>[Assinatura]</i> Francisco Assis Rocha Viana			Nome: MARIA PERPETUO SOCORRO LIMA NOGUEIRA			
Coordenador Geral de			CPF: 254.302.894-34			
Administração e Finanças			<i>[Assinatura]</i> Maria de Perpetuo Socorro Lima Nogueira Secretária Municipal de Saúde do Natal			

TCE/RN - DAM	
Fls.	875
Rub.	
Mat.	

Prefeitura Municipal do Natal		ORDEM BANCÁRIA
20.000 - Secretaria Municipal de Saúde		
20.149 - Fundo Municipal de Saúde		
IDENTIFICAÇÃO DA ORDEM BANCÁRIA		
ORDEM BANCÁRIA: 163/2011	DATA DA EMISSÃO: 14/09/2011	NÚMERO DA NOTA: 163/2011
BCO: 001 - BANCO DO BRASIL AGE: 3795-8 - Cta: 9741-1		
CNPJ: 05.791.879/0001-50 FAVORECIDO: MARCA		
Nome: MARCA		
Bco: 237 Ag 3002-3 Cta: 136550-9		
VALOR		
R\$ 1.014.757,14 (HUM MILHÃO, QUATORZE MIL, SETECENTOS E CINQUENTA E SETE REAIS E QUATORZE CENTAVOS)		
XX		
ORDENAÇÃO DE DESPESA		
Visto do Responsável	Nome: MARIA PERPETUO SOCORRO LIMA NOGUEIRA	
Francisco Assis Rocha Viana Coordenador Geral de Administração e Finanças	CPF: 254.302.894-34	

Fls. 520

Maria do Perpetuo Socorro Lima Nogueira
Secretaria Municipal de Saúde de Natal - RN

BANCO DO BRASIL S.A.
PROTOCOLO
14 SET. 2011
AG. SETOR PÚBLICO NATAL
3795-8
NATAL - RN

2ª VIA

TCE/RN - DAM
Fls. 876
Rub. 4
Mat.

16/09/2011
3795-8
DEPÓSITO DO USUÁRIO
COMPROVANTE DE PAGAMENTO

DE: DOCUMENTO
DATA DA TRANSFERÊNCIA: 14/09/2011
RUBRICADO: EMP/ADMIN - TCE/RN
FAVORECIDO: MARCA
AGE: 05.791.879/0001-50
BANCO: 237 AG. SETOR PÚBLICO NATAL
FINALIDADE: 010 OBSERVAÇÃO:
ORIGEM DO DEBITO: CONTRA CONTABILIDADE
VALOR: 1.014.757,14
VALOR DA TARGA: 0,00
VALOR TOTAL: 1.014.757,14
DR. AUTENTICAÇÃO: 1.014.757,14
LIT. NO VERSO COMO COMPROVANTE DE PAGAMENTO
LIT. OUTRAS INFORMAÇÕES:



TERMO DE REMESSA DE PROCESSO

Aos 10 (dez) dias do mês de abril de 2014, nesta Divisão de Controle de Despesas e Programas Municipais, faço a remessa deste processo nº 11.565/2012-TC à Diretoria de Assuntos Municipais, contendo 03 (três) volumes e 870 (oitocentos e setenta) folhas numeradas e rubricadas, incluindo este Termo de Remessa.


Luís Eduardo Ferreira Lira da Silva

Inspetor de Controle Externo

Matrícula nº 9.535-4



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE
Diretoria de Administração Municipal

TCE/RN – DAM
Fls 878
Rub: Priscila Freire
Mat:251.612

Processo nº: 11.565/2012-TC

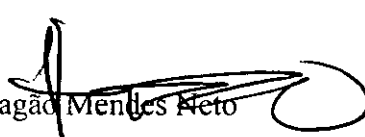
Interessado: Promotoria de Justiça de Natal/RN

Assunto: Inspeção Gestão de Unidades de Saúde do Município de Natal. Contratação de Organização Social de Interesse Público

DESPACHO

De conformidade com o – **Relatório de Inspeção Nº 01/2014 – DCD/DAM** do Corpo Técnico desta Diretoria de Administração Municipal, cujos termos adotamos, encaminhem-se os autos ao Gabinete do Conselheiro Relator, para os devidos fins, sugerindo as diligências necessárias, no tocante, a apreciação das folhas 442/443 do presente relatório.

Natal (RN), 30 de abril de 2014.


Humberto de Aragão Mendes Neto
Diretor da DAM

30 de abril 2014
Renato Costa Dias Cons. Relator
878
Processo Extra do sig 51.612

**TERMO DE RECEBIMENTO
GAB CONS RENATO COSTA DIAS**

Aos 30 dias do mês de 04 do ano de 2014
neste Gabinete, recebi o presente proc. no. 21565/12
contendo 03 volume(s) e 878 folha(s).

Abriu
Assessoria de Gabinete
Andrea Emilia R. Dantas de Oliveira
Mat 9261-4

**TERMO DE JUNTADA POR ANEXACÃO
GAB CONS RENATO COSTA DIAS**

Aos 30 dias do mês de 04 do
ano de 2014, faço anexar ao presente as
folhas de nº(s) 879

Abriu
Assessoria de Gabinete
Andrea Emilia R. Dantas de Oliveira
Mat 9261-4



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

Gabinete do Conselheiro Renato Costa Dias

TCE- RN

Fls. 879

Rubrica: ae

Matricula: 9261-4

PROCESSO Nº: 11565/2012 – TC (11565/2012-TC)

ASSUNTO: OFÍCIO Nº 537/2012 – ENCAMINHA DOCUMENTAÇÃO – 03
VOLUMES.

INTERESSADO: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NATAL.

CONSELHEIRO RELATOR: RENATO COSTA DIAS.

DESPACHO

Natal – RN, 30/04/2014.

Determino o encaminhamento dos autos a Diretoria de Administração Indireta – DAÍ, conforme sugestão da Diretoria de Administração Municipal – DAM, fls. 878, retornando em seguida a este Gabinete.

RENATO COSTA DIAS

Conselheiro-Relator

TERMO DE REMESSA
GAB. DO CONS. RENATO COSTA DIAS

Aos 30 dias do mês de 04 do ano de 2014
faço remessa deste processo A(o) DAI

.....
Assessor de Gabinete

Andrea Emilia R. Dantas de Oliveira
Mat. 9261-4



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

Diretoria de Administração Indireta

TCE-RN	
Fls.	879
Rubrica:	PC
Matricula	

PROCESSO: 11565/2012

INTERESSADO: *Promotoria de Justiça de Natal*

ASSUNTO: *Ofício 37/2012 4ª PMJ Encaminha documentação (3 volumes)*

RELATOR: *Auditor Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro, em substituição legal.*

Informação 163/2014 - DAI

Versam os autos acerca de relatório de inspeção 001/2014-DAM por intermédio do qual se analisou os contratos celebrados entre a Secretaria Municipal de Saúde de Natal e algumas entidades do Terceiro Setor (MARCA e IPAS) para gestão e execução de ações e serviços de saúde prestados na Unidade de Pronto de Atendimento Dr. Ruy Pereira dos Santos (contrato firmado com o IPAS) e nos ambulatórios médicos a especializados de planalto, nova Natal, Brasília Teimosa, Igapó e Felipe Camarão (contratos firmados com a MARCA).

Ao término do elogiável relatório de inspeção elaborado pela Diretoria de Administração Municipal, ao lado das irregularidades verificadas, sugeriu-se a remessa dos autos para esta Diretoria de Administração Indireta, como forma de complementar a instrução, em virtude da participação de entidades pertencentes ao Terceiro Setor, cuja análise, em abstrato, competiria a esta Diretoria.

Pois bem. Esta Diretoria de Administração Indireta é mesmo o órgão de controle externo vocacionado ao exame dos processos relativos à Administração Indireta do Estado e dos Municípios, em cujo rol, por ficção legal, se incluem as entidades componentes do Terceiro Setor. **Mas nem todos os contratos firmados pelas entidades paraestatais serão aqui examinados.** Isto porque o simples fato de uma entidade do Terceiro Setor constar numa dada avença celebrada não tem o condão de arrastar para esta DAI a competência para sua análise técnica. Explica-se.

É que além de examinar as pessoas que figuram nos contratos que deverão ser analisados por este Tribunal de Contas, é imperioso que se observe o polo contratual por ela ocupado. Assim, devem ser analisadas pela DAI as contas e todas as demais despesas públicas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

Diretoria de Administração Indireta

TCE-RN	
Fls.	880
Rubrica:	<i>[assinatura]</i>
Matricula:	

realizadas no âmbito das entidades do Terceiro Setor, em cujo contexto elas atuam como **gestoras de recursos públicos e verdadeiras ordenadoras de despesas**. Não é esta a hipótese dos autos.

Neste caso concreto, foi celebrado um contrato de gestão entre a *Prefeitura Municipal do Natal* (por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde) e a MARCA e IPAS, entidades componentes do Terceiro Setor. Todavia, a prefeitura municipal de Natal atuou como **contratante**, restando às referidas empresas o papel de **contratado**. Logo, embora *prefeitura e entidade do Terceiro Setor* sejam abstratamente jurisdicionados desta Corte de Contas, é necessário que seja pontuado de quem é a competência para examinar os processos que envolvem entidade vinculadas a diferentes setores deste mesmo Tribunal.

Em nosso sentir, a competência para análise técnica dos processos que envolvem diversos jurisdicionados (vinculados a diferentes diretorias) deve ser do órgão de controle externo ao qual se vincula a entidade pública (órgão, secretaria, prefeitura, autarquia, etc.) que atua como gestor da referida despesa, na espécie. Deve-se examinar a questão sob o ponto de vista de dois critérios, quais sejam: a **predominância de interesses** e o **poder de gestão sob os recursos públicos empregados**. Inclusive por razões óbvias: em sendo julgadas irregulares as contas aqui apresentadas, a pecha proveniente da desaprovação e as respectivas sanções incidirão sobre o gestor do órgão contratante.

Neste caso concreto, em sendo confirmadas as falhas e equívocos no contexto dos contratos de gestão celebrados, tais irregularidades serão impostas à *Prefeitura Municipal de Natal*, à sua *Secretaria Municipal de Saúde* ou àqueles que por elas respondiam à época. Mas não às entidades do Terceiro Setor contratadas, até porque, ao que tudo indica, estavam de boa-fé no negócio jurídico realizado e já não poderiam ser prejudicadas por atos administrativos alheios, supostamente nulos.

Em idêntico sentido é o entendimento exarado pela Consultoria Jurídica desta Corte, quando, ao decidir questão de ordem suscitada no conflito de competência (Processo 4441/2011) assim manifestou-se:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

Diretoria de Administração Indireta

TCE-RN	
Fls.	891
Rubrica.	12
Matrícula:	

Fillando-me desde já ao entendimento esposado na Informação 110/2013-DAI (fls. 885/893), entendo que, no presente caso, a competência para a análise de processos que tenham por objeto contratos administrativos em que ambas as partes sejam, potencialmente, jurisdicionados desta Corte de Contas, deva ser fixada com base em dois critérios complementares e não excludentes entre si, a saber: o critério da predominância de interesses e o critério do poder de gestão dos recursos públicos empregados.

Com efeito, o exame dos autos revela que o ITCI, entidade do Terceiro Setor cujas contas estariam, *prima facie*, sob a competência cognitiva da DAI, figurou na avença como mero contratado, sem qualquer poder de gestão sobre os recursos provenientes do orçamento público municipal, na forma do que preceitua o art. 13 da LCE nº 411/2010, de modo que a competência para a análise técnica do referido contrato não estaria elencada no rol de atribuições do Órgão Suscitante.

Por outro lado, percebe-se que o Município de Natal ente estatal sob a jurisdição da DAM, atuou como gestor de despesa, efetivando gasto de natureza pública proveniente de seu orçamento, o que, à toda evidência, Consultoria Jurídica demonstra que, uma vez identificadas irregularidades no contexto do referido contrato, estas deverão ser imputadas ao ente público respectivo, Município de Natal, e, bem assim, àqueles que por ele respondiam ao tempo do negócio. (Grifos acrescidos)

Justamente por isso, a análise do presente processo deve limitar-se ao exame realizado pela DAM, órgão de controle externo vocacionado à fiscalização orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e operacional do município de Natal, porque é disso que o processo cuida: de gastos realizados pela Prefeitura de Natal (por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde), supostamente realizados ao arrepio da lei.

Com tal postura, homenageia-se também a celeridade processual e o princípio da eficiência, que norteiam a atuações dos órgãos administrativos e também devem conduzir a performance do Tribunal de Contas, no desempenho de seu mister constitucional.

Assim, ante tudo o exposto, este Corpo Técnico declina da suposta competência, visto que, muito embora seja atribuição desta Diretoria de Administração Indireta a análise dos processos que envolvem gastos havidos no âmbito das entidades que compõem o Terceiro Setor¹, reconhece, no caso concreto, que o Instituto Pernambucano² de Assistência à Saúde

¹ Art. 13 da LC 411/2010. A Diretoria de Administração Indireta, constitui órgão de controle externo, vinculada à Segunda Câmara de Contas, dirigida por um Diretor, símbolo CC-2, tem por finalidade a análise dos processos relativos à Administração Indireta do Estado e dos Municípios, incluídas as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual ou Municipal, as entidades do Terceiro Setor, como as Organizações Não Governamentais (ONG's) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), e outras entidades que se enquadrem nas finalidades

Av. presidente Getúlio Vargas, 690 – Ed. Dr. Múcio Vilar Ribeiro Dantas

CEP nº 59.012-360 – Petrópolis, Natal/RN

www.tce.rn.gov.br



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

Diretoria de Administração Indireta

TCE-RN	
Fls.:	882
Rubrica:	<i>ye</i>
Matrícula	

(IPAS e a Associação MARCA) participaram no negócio jurídico como contratadas, fato que, por si só, não teria o condão de arrastar para esta Diretoria a competência para análise da matéria. Vale-se ainda da oportunidade para sugerir ao eminente conselheiro relator que providencie a citação de *Micarla Araújo de Sousa Weber* e do Sr. *Thiago Barbosa Trindade*, para que, querendo, exerçam o direito de contraditório e ampla defesa previstos constitucionalmente.

À Elevada Consideração de Vossa Senhoria.

Natal/RN, 06 de agosto de 2014.

Gudson Barbalho do N. Leão
GUDSON BARBALHO DO NASCIMENTO LEÃO
Inspetor de Controle Externo - Mat. 9965-1

pertinentes e que recebam recursos oriundos do orçamento público estadual ou municipal, além de outras que lhe forem compatíveis, conferidas por regulamento. (Grifos acrescidos)

² Destaque-se, ainda, que o referido instituto IPAS possui como domicílio a cidade de Recife, no estado de Pernambuco, não havendo qualquer filial ou sucursal em solo potiguar. Isto é, o instituto contratado, embora seja componente do aclamado Terceiro Setor, encontra-se "vinculado" à administração pública de Pernambuco.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

Diretoria de Administração Indireta

TCE-RN	
Fis.	883
Rubrica:	<i>[assinatura]</i>
Matrícula:	

PROCESSO: 11565/2012

INTERESSADO: *Promotoria de Justiça de Natal*

ASSUNTO: *Ofício 37/2012 4ª PMJ Encaminha documentação (3 volumes)*

RELATOR: *Auditor Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro, em substituição legal.*

DESPACHO

Acato, integralmente, a informação 163/2014 - DAI, pelos seus fundamentos.

Encaminhando a presente à consideração do Exmo. senhor Conselheiro Relator para que, uma vez concordando com as razões expostas, possa a dotar as providências de estilo.

É o que se apresenta no momento, salvo melhor juízo.

Natal, 06 de agosto de 2014.

[assinatura]
WILTON DE CARVALHO COSTA
Diretor da DAI

TERMO DE RECEBIMENTO
GAB. CONS. RENATO COSTA DIAS

Aos 07 dias do mês de 08 do ano de 2014
neste Gabinete, recebi o presente proc. nº 11565/12 - TC
contendo 03 volumes (e) 083 folha(s).

Andreia
Assessoria de Gabinete

Andreia Emilia R. Dantas de Oliveira
Mat 9261-4

TERMO DE JUNTADA POR ANEXACÃO
GAB. CONS. RENATO COSTA DIAS

Aos 07 dias do mês de 08 do
ano de 2014 faço anexar ao presente as
folhas de nº(s) 084

Andreia
Assessoria de Gabinete

Andreia Emilia R. Dantas de Oliveira
Mat 9261-4



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

TCE- RN

Fls. 884
Rubrica: ae
Matricula: 9261-4

PROCESSO Nº: 11565/2012-TC.

INTERESSADO: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NATAL.

ASSUNTO: OFÍCIO Nº 37/2012 4ª PMJ ENCAMINHA DOCUMENTAÇÃO – 03
VOLUMES.

RESPONSÁVEL (IS): MICARLA ARAÚJO DE SOUZA WEBER e THIAGO
BARBOSA TRINDADE, Gestores à época.

CONSELHEIRO RELATOR: MARCO ANTÔNIO DE MORAES RÊGO MONTENEGRO,
em substituição legal.

DESPACHO

Natal – RN, 07/08/2014

Encaminhe-se o presente processo à DAE para que, nos termos do art. 36, inciso II, alínea “b”, da Lei Complementar nº 464/12, promova a(s) **CITAÇÃO (s)** do(s) responsável (is) acima especificado(s), para apresentar (em) a(s) defesa(s) que tiver (em) sobre os fatos apontados, no prazo de **20 (vinte) dias**, nos termos do art. 37, da Lei supracitada, em consonância com o art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal.

MARCO ANTÔNIO DE MORAES RÊGO MONTENEGRO
Conselheiro Relator em substituição legal

TERMO DE REMESSA
GAB. DO CONS. RENATO COSTA DIAS

Aos 07 dias do mês de 08 do ano de 2014
faço remessa deste processo A(o) DAE
.....
Assessor de Gabinete

Andree Emilia R. Dantas de Oliveira
Mat 9261-4

Tribunal de Contas do Estado-TCE
JUNTADA

Aos 19 dias do mês de Agosto
do ano de 2014 nesta DAE, junto a este
processo(s) o(s) documento(s) de nº
act: 1970/2014
de(a) Micaela Araújo de Souza Weber
contendo 1 folhas



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

TCE/RN	
Fls.	085
Rub.	8
Mat.	251.623

Processo nº 011565/2012 - TC

Relator: RENATO COSTA DIAS

Assunto: OFÍCIO Nº 0537/2012/4PMJ ENCAMINHA DOCUMENTAÇÃO (03 volumes)

Interessado: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NATAL

Responsável: MICARLA ARAÚJO DE SOUZA WEBER

Endereço: RUA ELETRICISTA ELIAS FERREIRA, 1970, CANDELÁRIA, NATAL/RN - CEP: 59066050

CITAÇÃO Nº 001970/2014 - DAE

O Conselheiro Relator do presente processo, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, determina que o responsável acima identificado seja citado para, querendo, **no prazo de 20 (vinte) dias, apresentar defesa, acompanhar a instrução processual e produzir provas**, tudo conforme o previsto no art. 37, da Lei Complementar Estadual nº 464, de 05 de janeiro de 2012 - Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado (LOTCE), em razão dos fatos apurados, em conformidade com as peças que seguem em anexo.

O prazo para manifestação da parte começa a correr a partir da data da sua ciência, conforme art. 228 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado (RITCE), iniciando-se a contagem a partir do primeiro dia útil subsequente, consoante art. 230 do RITCE.

As provas necessárias ao esclarecimento dos fatos deverão ser produzidas durante a fase de instrução do processo, sob pena de aplicação de multa, na forma do disposto no art. 204 do RITCE.

Os autos encontram-se na Diretoria de Atos e Execuções, à disposição do citado ou do seu procurador habilitado, para exame e extração de cópias das peças necessárias à produção da sua defesa.

No caso de processo eletrônico, o responsável ou servidor público por ele autorizado, previamente cadastrado nesta Corte, poderá acompanhar o andamento, visualizar informações, despachos e decisões de seus processos, por meio do Portal do Gestor (www.tce.rn.gov.br). Havendo dúvidas, consultar o setor de informática do TCE-RN (3642-7275, servidores Keyla ou Vicente).

Considera-se feita a presente comunicação com a entrega desta correspondência no endereço do responsável, independentemente da assinatura ou rubrica de próprio punho do citado, nos termos do art. 45, § 1º, inciso II, da LOTCE.

Caso não apresente defesa no prazo acima concedido, o responsável será declarado revel, correndo-se os prazos contra ele, independentemente de sua intimação.

Enquanto houver processo pendente de julgamento no Tribunal ou até 05 (cinco) anos após a desinvestidura no cargo ou função, o que ocorrer por último, o responsável deverá manter atualizadas as informações necessárias à adequada comunicação dos atos processuais, considerando-se válida aquela realizada no endereço físico ou eletrônico cadastrado, conforme dispõem os arts. 41, § 3º, da LOTCE, e 225, do RITCE.

Lida e passada nesta cidade do Natal/RN, aos 15/8/2014. Eu, Vanya Caldas Galvão (.....), matricula 9839-6, digitei este mandado. E eu, Eduardo Felipe Borges Carneiro Costa, Diretor de Atos e Execuções, cumprindo determinação do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, o subscrevo.

Eduardo Felipe Borges Carneiro Costa
Diretor de Atos e Execuções

Tribunal de Contas do Estado - TCE
JUNTADA

Aos 29 dias do mês de Agosto
do ano de 2014 nesta DAE, junta a este
processo(s) o(s) documento(s) de nº _____

de(a) Miranda Chaves de Souza Weber
contendo _____ folhas _____

Daniel Augusto Moraes de Macedo
Mat.: 251.600

29/8/2014

www2.correios.com.br/sistemas/rastreamento/imprimir.cfm

JG 717 947 512 BR

Rastreamento

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10, SEDEX 12 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
26/08/2014 18:54 NATAL / RN

26/08/2014
18:54
NATAL / RN

Objeto entregue ao destinatário

26/08/2014
09:21
NATAL / RN

Objeto saiu para entrega ao destinatário

25/08/2014
18:43
NATAL / RN

A entrega não pode ser efetuada - Carteiro não a

25/08/2014
09:38
NATAL / RN

Objeto saiu para entrega ao destinatário

21/08/2014
09:54
NATAL / RN

Objeto postado

Tribunal de Contas do Estado-TCE
JUNTADA

Aos 19 dias do mês de agosto
do ano de 2014 nesta DAE, junto a este
processo(s) o(s) documento(s) de nº _____

CT: 5973/2014
de(a) Luísa Barbosa Trindade
contendo 1 folhas _____

Sullysson
Estagiário

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Mícarla Araújo de Souza Weber

RUA ELETRICISTA ELIAS FERREIRA, 1970 - CANDELÁRIA

UF

PAÍS / PAYS

59066050

Natal

RN

BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEUDO (SUJEITO A VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI



PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE



EMS



SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

Processo: 011565/2012 -- CIT: 001970/2014 Seq.1
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISON

26/08/14

CARIMBO DE ENTREGA
UNIDADE DE DESTINO
BUREAU DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ORGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREGADO /
SIGNATURE DE L'AGENT

x 1490978 - SSP/RN

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

NATAL RR RN

CO B.	ISSO DE EBIMENTO	AR
	CN07	

JG 71794751 2 BR

DATA	DEPÔT
UNIP	DE DEPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON					
25/08/14					
17:15 h		:		h	

TRA DE FORMA	
SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR	
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE Ed. Dr. Márcio Vilar Ribeiro Dantas Av. Pres. Getúlio Vargas, 593 - Petrópolis Natal/RN - CEP: 59012-360	
DE LOCALITÉ	UF
BRASIL	

ENDEREÇO PAQ 1





TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

TCE/RN	
Fls.	886
Rub.	8
Mat.	251.623

Processo nº 011565/2012 - TC

Relator: RENATO COSTA DIAS

Assunto: OFÍCIO Nº 0537/2012/4PMJ ENCAMINHA DOCUMENTAÇÃO (03 volumes)

Interessado: PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE NATAL

Responsável: THIAGO BARBOSA TRINDADE

Endereço: RUA ALMIRANTE NELSON FERNANDES, 797, 15º ANDAR, TIROL, NATAL/RN - CEP: 59022600

CITAÇÃO Nº 001971/2014 - DAE

O Conselheiro Relator do presente processo, no uso de suas atribuições legais e na forma da lei, determina que o responsável acima identificado seja citado para, querendo, **no prazo de 20 (vinte) dias, apresentar defesa, acompanhar a instrução processual e produzir provas**, tudo conforme o previsto no art. 37, da Lei Complementar Estadual nº 464, de 05 de janeiro de 2012 – Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Estado (LOTCE), em razão dos fatos apurados, em conformidade com as peças que seguem em anexo.

O prazo para manifestação da parte começa a correr a partir da data da sua ciência, conforme art. 228 do Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado (RITCE), iniciando-se a contagem a partir do primeiro dia útil subsequente, consoante art. 230 do RITCE.

As provas necessárias ao esclarecimento dos fatos deverão ser produzidas durante a fase de instrução do processo, sob pena de aplicação de multa, na forma do disposto no art. 204 do RITCE.

Os autos encontram-se na Diretoria de Atos e Execuções, à disposição do citado ou do seu procurador habilitado, para exame e extração de cópias das peças necessárias à produção da sua defesa.

No caso de processo eletrônico, o responsável ou servidor público por ele autorizado, previamente cadastrado nesta Corte, poderá acompanhar o andamento, visualizar informações, despachos e decisões de seus processos, por meio do Portal do Gestor (www.tce.rn.gov.br). Havendo dúvidas, consultar o setor de informática do TCE-RN (3642-7275, servidores Keyla ou Vicente).

Considera-se feita a presente comunicação com a entrega desta correspondência no endereço do responsável, independentemente da assinatura ou rubrica de próprio punho do citado, nos termos do art. 45, § 1º, inciso II, da LOTCE.

Caso não apresente defesa no prazo acima concedido, o responsável será declarado revel, correndo-se os prazos contra ele, independentemente de sua intimação.

Enquanto houver processo pendente de julgamento no Tribunal ou até 05 (cinco) anos após a desinvestidura no cargo ou função, o que ocorrer por último, o responsável deverá manter atualizadas as informações necessárias à adequada comunicação dos atos processuais, considerando-se válida aquela realizada no endereço físico ou eletrônico cadastrado, conforme dispõem os arts. 41, § 3º, da LOTCE, e 225, do RITCE.

Dada e passada nesta cidade do Natal/RN, aos 15/8/2014. Eu, Vanya Caldas Galvão (.....), matrícula 9839-6, digitei este mandado. E eu, Eduardo Felipe Borges Carneiro Costa, Diretor de Atos e Execuções, cumprindo determinação do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, o subscrevo.

Eduardo Felipe Borges Carneiro Costa
Diretor de Atos e Execuções

Tribunal de Contas do Estado - TCE
JUNTADA

Aos 29 dias do mês de Agosto
do ano de 2014 nesta DAE, junto a este
processo(s) o (s) documento(s) de nº 128

de(a) Thiago B. Trindade
contendo 1 folhas 1


Daniel Augusto Moraes de Macedo
Mat.: 251.600

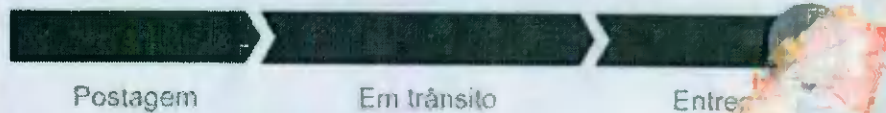
29/8/2014

www2.correios.com.br/sistemas/rastreamento/imprimir.cfm

JG 717 947 526 BR

Rastreamento

O horário apresentado no histórico do objeto não indica quando a situação ocorreu, mas sim quando os dados foram recebidos pelo sistema, exceto no caso do SEDEX 10, SEDEX 12 e do SEDEX Hoje, em que ele representa o horário da entrega.



Objeto entregue ao destinatário
28/08/2014 18:42 NATAL / RN

28/08/2014
18:42
NATAL / RN

Objeto entregue ao destinatário

28/08/2014
15:37
NATAL / RN

Objeto saiu para entrega ao destinatário

21/08/2014
09:54
NATAL / RN

Objeto postado

DESTINATÁRIO DO OBJETO / DESTINATAIRE

NOME OU RAZÃO SOCIAL DO DESTINATÁRIO DO OBJETO / NOM OU RAISON SOCIALE DU DESTINATAIRE

Thiago Barbosa Trindade

ENDEREÇO / ADRESSE

RUA ALMIRANTE NELSON FERNANDES, 797, 15º ANDAR - TIROL

CEP / CODE POSTAL

CIDADE / LOCALITE

UF

PAÍS / PAYS

59022600

Natal

RN

BRASIL

DECLARAÇÃO DE CONTEÚDO (SUJEITO À VERIFICAÇÃO) / DISCRIMINATION

Processo: 011505/2012 -- CIT: 001971/2014 Seq.1
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

NATUREZA DO ENVIO / NATURE DE L'ENVOI

☐ PRIORITÁRIA / PRIORITAIRE☐ EMS☐ SEGURADO / VALEUR DÉCLARÉ

ASSINATURA DO RECEBEDOR / SIGNATURE DU RÉCEPTEUR

DATA DE RECEBIMENTO
DATE DE LIVRAISONCARIMBO DE ENTREGA
TIMBRE DE DÉLIVRANCE
LOCAL DE DESTINATION

NOME LEGÍVEL DO RECEBEDOR / NOM LISIBLE DU RÉCEPTEUR

Nº DOCUMENTO DE IDENTIFICAÇÃO DO
RECEBEDOR / ÓRGÃO EXPEDIDORRUBRICA E MAT. DO EMPREENHADOR
SIGNATURE ET L'ADRESSE

ENDEREÇO PARA DEVOLUÇÃO NO VERSO / ADRESSE DE RETOUR DANS LE VERSO

AVISO DE
RECEBIMENTO

AR

JG 71794752 6 BR

IS CN07

DE DÉPÔT

OU DE DÉPÔT

TENTATIVAS DE ENTREGA / TENTATIVES DE LIVRAISON

:

h

:

h

:

h

EM LETRA DE FORMA

RECEBIMENTO SOCIAL DO REMETENTE / NOM OU RAISON SOCIALE DE L'EXPÉDITEUR

TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

PARA DEVOLUÇÃO - ENDEREÇO

Ed. Dr. Manoel Vilar Ribeiro Dantas
Av. Pres. Getúlio Vargas, 690 - Petrópolis
Natal/RN - CEP: 59012-360

CIDADA

LOCALITÉ

UF

BRASIL

ENDERECO PARA
DEVOLUÇÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

TCE-RN

Fis.: 887

Rubrica: KA

Matricula: 9954-6

Processo nº : 005851/ 2010- TC
Interessado : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORT
Assunto : DENÚNCIA (4 VOL)

TERMO DE APENSAMENTO

No 26º dia do mês de setembro do ano 2014, nesta unidade administrativa, DAE-GOV E INDIRETAS ESTADUAIS, apenso a este processo, o documento de nº 012443/ 2014 .

Natal (RN), 26 de setembro de 2014

Katia

Katia Regina Dos Santos Nobre

Assessor Técnico

TCE/RN	
Fls.	888
Rub.	KL
Mat.	9954-6

012443/2014 - TC

Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator Renato Dias.

Processo n. 011565/2012-TC

Tribunal de Contas DE
Nº 17/09/14
Assinatura: [assinatura]

MICARLA ARAÚJO DE SOUSA WEBER, nos autos do processo em epígrafe, vem, perante Vossa Excelência, apresentar

DEFESA,

o que faz nos termos a seguir:

Trata-se de inspeção dos contratos celebrados entre a Secretaria Municipal de Saúde e entidades do Terceiro Setor, para gestão e execução de ações e serviços de saúde prestados na Unidade de Pronto Atendimento Dr. Ruy Pereira dos Santos (contrato firmado com o IPAS) e nos ambulatórios médicos especializados de Planalto, Nova Natal, Brasília Teimosa, Igapó e Felipe Camarão (contratos firmados com a Marca).

A esse respeito, a Diretoria de Assuntos Municipais apontou diversas impropriedades de ordem formal e material, que comprometem os atos de contratação e de execução dos apontados contratos.

TRIBUNAL DE CONTAS/RN
Nº DE ORIGEM: 012443/2014 - TC
CÂMARA: 2ª CÂMARA
RELATOR: RENATO COSTA DIAS
INTERESSADO: MICARLA ARAÚJO DE SOUSA WEBER
ASSUNTO: DOCUMENTO(S) REFERENTE(S) A CITAÇÃO Nº 19/0/2014 DO
PROCESSO Nº 011565/2012

012443/2014 - TC
REGISTRO: 17/09/2014
TIPO: DEFESA

[assinatura]

Todavia, em que pesem os termos da inspeção, é certo que a ora Requerida não pode ser responsabilizada por quaisquer das irregularidades constatadas pelo Corpo Instrutivo.

TCE/RN	
Fis.	829
Rub.	K2
Mat.	9954-6

É que tais atos não foram praticados pela Requerida, enquanto Prefeita Municipal do Natal.

De fato, a Requerida, na condição de Chefe do Executivo, é responsável pela formulação de políticas públicas, apontando os caminhos a serem seguidos pela administração municipal.

Mas isso não decorre que o Prefeito se responsabiliza pela forma como os atos públicos foram praticados.

Cada pasta tem seu titular e ordenador de despesa, que assume a gestão dos atos no seu âmbito de atuação e, por esse motivo, a carga de responsabilidade.

A Requerida somente poderia ser responsabilizada se estivesse em jogo os modelos administrativos eleitos pela administração pública. Não é a hipótese dos autos.



In casu, as irregularidades apontadas pelo Corpo Instrutivo dizem respeito, exclusivamente, a ato de contratação das entidades do terceiro setor e a ato de execução dos respectivos contratos.

TCE/RN	
Fls.	290
Rub	XP
Mat.	95m-6

Ora, o Chefe de Executivo não tem qualquer responsabilidade sobre tais atos, salvo se encampasse, de forma equivocada, a teoria da responsabilidade objetiva.

A esse respeito, não é razoável que se queira exigir que um Prefeito fiscalize todos os atos do contrato, verificando a correção contábil de cada parcela repassada ao contratado.

No direito sancionador, seja na seara administrativa, seja na seara criminal, não há espaço para a responsabilidade objetiva, muito menos para a responsabilidade por fato de terceiro.

A propósito, o C. Superior Tribunal de Justiça já decidiu que a responsabilidade dos agentes públicos é subjetiva.

Confira-se as seguintes ementas:

"RESP - PENAL - PREFEITO MUNICIPAL -
CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA - OMISSÃO - NÃO



RECOLHIMENTO - O FATO CRIME RECLAMA
CONDUTA E RESULTADO. ANALISADOS DO PONTO
DE VISTA NORMATIVO.

OCEIRN	
Fls.	891
Rub.	KR
Mat.	9954-6

A responsabilidade penal (Constituição da República e Código Penal) é subjetiva, não há espaço para a responsabilidade objetiva. Muito menos para a responsabilidade por fato de terceiro. A conclusão aplica-se a qualquer infração penal. 'Não recolhimento de contribuição previdenciária' caracteriza - crime omissivo próprio. A omissão não é simples não fazer, ou fazer coisa diversa. É não fazer o que a norma jurídica determina. O Prefeito Municipal, como regra não tem a obrigação (sentido normativo) de efetuar os pagamentos do Município; por isso, no arco de suas atribuições legais, não lhe cumpre praticar atos burocráticos, dentre os quais elaborar a folha e efetuar pagamentos. Logo, recolher as contribuições previdenciárias. O pormenor é importante, necessário por ser indicado na denúncia. Diz respeito a elemento essencial da infração penal. A ausência acarreta nulidade da denúncia. Não há notícia ainda de hipótese do concurso de pessoas (CP, art. 29)."

(Resp 94539/PR, DJ de 21.10.1996).

"PENAL. FUNCIONÁRIO QUE ELABORAVA FOLHA DE PAGAMENTO INDEVIDA. PREFEITO E EX-PREFEITO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. IMPOSSIBILIDADE. TRANCAMENTO DA AÇÃO.



1. No Direito Penal, não há espaço para a responsabilidade objetiva. Por conseguinte, não pode o Prefeito de um Município ser responsabilizado com base exclusivamente em ato de terceiro – Chefe do Departamento Pessoal que, mediante a inclusão irregular de valores na folha de pagamento, obtinha vantagem ilícita.

2. Pedido de Habeas Corpus deferido para trancar a ação penal.

(HC 13720/PR, DJ 13/08/2001)

TCE/RN	
Fis.	892
Rub.	KR
Mat.	995H-6

No mesmo sentido, o Supremo Tribunal Federal já se manifestou quanto a essa matéria. Vide excertos do AP 447/RS, Relator Min. Carlos Ayres Brito, Julgamento 18/02/2009. Órgão Julgador: Tribunal Pleno (Dje – 099 29/05/2009):

"A mera subordinação hierárquica dos secretários não pode significar a automática responsabilização criminal do Prefeito.

Configuração de crime requer demonstração de vontade livre e consciente.

Os crimes do Decreto-Lei nº 201/67 são delitos de mão própria. Logo, somente são passíveis de cometimento pelo Prefeito mesmo (unipessoalmente, portanto), ou, quando muito, em coautoria com ele.



Há que se comprovar o vínculo subjetivo, ou psicológico, entre o Prefeito e o Secretário, para a caracterização do concurso de pessoas."

	TCE/RN
Orig.	893
Sub.	KR
Mat.	9954-6

Enfim, a Requerida não pode ser responsabilizada por atos que foram prestados por terceiros e sobre os quais não tinha dever de fiscalização.

Pelo exposto, requer a aprovação das contas em relação à Requerida.

Pede deferimento.

Natal (RN), 11 de setembro de 2014.


MICARLA ARAÚJO DE SOUSA WEBER

Tribunal de Contas do Estado - TCE/RN

Unidade: Diretoria de Expediente

TERMO DE RECEBIMENTO

Aos 17 dias do mês de 09 do ano
de 20 14 nesta Diretoria de Expediente, recebi
este DOC 01, Contendo
volume(s) 03 folha(s) numeradas, recebendo
nº 1244372814 -TC

[Assinatura]
Assinatura/Nome/Matrícula

Tribunal de Contas do Estado-TCE/RN

Unidade: Diretoria de Expediente

TERMO DE REMESSA

Aos 17 dias do mês de 09 do ano
de 20 14 nesta Diretoria de Expediente, faço
remessa deste DOC à(ao)

[Assinatura]
Edson José Fernandes Ferreira
Diretor de Expediente



Diretoria de Atos e Execução

CADASTRO DE CITAÇÃO

TCE/RN	
Fls.	894
Rub.	KA
Mat.	9981-6

NÚMERO DA CITAÇÃO: 001970 / 2014

SEQUÊNCIA: 1

DILIGÊNCIA GERADA PELO PROCESSO: 011565/2012-TC

SETOR ATUAL DO PROCESSO: DAE_SGE

ORGÃO DE ORIGEM: TC

NOME: MICARLA ARAÚJO DE SOUZA WEBER

TIPO DA CITAÇÃO: C20 CITAÇÃO 20 DIAS

DATA DA CITAÇÃO: 26/08/2014

PRAZO DA RESPOSTAS:

15/09/2014

ASSUNTO:

DADOS DA RESPOSTA:

DATA DA CHEGADA AO PROTOCOLO: 17/09/2014

NÚMERO DO PROCESSO: 012443 / 2014

DATA DA CHEGADA A DAE: 17/09/2014

PROCEDIMENTO:

OBSERVAÇÕES:

Tribunal de Contas do Estado-TCE
JUNTADA

Aos 26 dias do mês de setembro
do ano de 2014, nesta OAE, junto a este
processor/sion/s, documentou/side no
Carta da

de(a) _____
contendo 01 folhas _____

Katia

Katia Regina dos Santos Nobre
CPE: 231.027.214-00
Assessor Técnico de Controle e Administração



Processo nº: 5851/2010-TC

Assunto: Denúncia

Interessado: Ministério Público do Estado do RN

Responsável: Micarla Araújo de Sousa Weber

Comunicação: Citação nº 1970/2014-DAE

CERTIDÃO

C E R T I F I C O que, após a prática dos atos de competência desta Diretoria de Atos e Execuções, constatou-se a situação definida no item 07 abaixo, conforme marcação adiante:

- ☐ 1. Apresentação de pedido de prorrogação de prazo, que se iniciou em _____, com vencimento em _____.
- ☐ 2. Diligência cumprida no prazo conferido.
- ☐ 3. Diligência cumprida em data posterior ao prazo conferido.
- ☐ 4. Diligência cumprida em data anterior à fluência do prazo conferido.
- ☐ 5. Diligência não cumprida até a presente data.
- ☐ 6. Apresentação de defesa pelo responsável no prazo legal.
- ☒ 7. Apresentação de defesa pelo responsável em data posterior ao prazo legal.
- ☐ 8. Apresentação de defesa pelo responsável em data anterior à fluência do prazo legal.
- ☐ 9. Não apresentação de defesa até a presente data.
- ☐ 10. Apresentação de recurso pelo responsável no prazo legal.
- ☐ 11. Apresentação de recurso pelo responsável em data posterior ao prazo legal.
- ☐ 12. Apresentação de recurso pelo responsável em data anterior à fluência do prazo legal.
- ☐ 13. Não apresentação de recurso pelo responsável até a presente data.
- ☐ 14. Recolhimento total dos valores constantes na decisão nº _____, de fls. _____, conforme comprovante(s) de fls. _____.
- ☐ 15. Recolhimento parcial dos valores constantes na decisão nº _____, de fls. _____, conforme comprovante(s) de fls. _____.
- ☐ 16. Não recolhimento, até a presente data, dos valores constantes na decisão nº _____, de fls. _____.
- ☐ 17. Apresentação de pedido de parcelamento no prazo legal.
- ☐ 18. Apresentação de pedido de parcelamento em data posterior ao prazo legal.
- ☐ 19. Apresentação de pedido de parcelamento em data anterior à fluência do prazo legal.

DIRETORIA DE ATOS E EXECUÇÕES/TCE, em Natal/RN, 26 de setembro de 2014.

Katia

Katia Regina dos Santos Nobre
Matrícula 9954-6



Diretoria de Atos e Execução

CADASTRO DE CITAÇÃO

TCE/RN	
Fls.	896
RUB	KR
Mat.	995h-6

NÚMERO DA CITAÇÃO: 001971 / 2014

SEQUÊNCIA: 1

DILIGÊNCIA GERADA PELO PROCESSO: 011565/2012-TC

SETOR ATUAL DO PROCESSO: DAE_SGE

ORGÃO DE ORIGEM: TC

DE: THIAGO BARBOSA TRINDADE

TIPO DA CITAÇÃO: C20 CITAÇÃO 20 DIAS

DATA DA CITAÇÃO: 28/08/2014

PRAZO DA RESPOSTAS:

17/09/2014

ASSUNTO:

DADOS DA RESPOSTA:

DATA DA CHEGADA AO PROTOCOLO:

NÚMERO DO PROCESSO: /

DATA DA CHEGADA A DAE:

PROCEDIMENTO:

OBSERVAÇÕES:

Tribunal de Contas do Estado-TCE
JUNTADA

Aos 20 dias do mês de Setembro
do ano de 2014 nesta DAE, junto a este
processor(s) e document(s) de nº
Certidão de despacho
de(a) _____
contendo 01 folhas _____

Katia
Katia Regina dos Santos Nobre
CPF: 231.027.214-00
Assessor Técnico de Controle e Administração

1.000
1.000



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

Diretoria de Atos e Execuções

TCE-RN

Fls. 897

Rubrica: KR

Matrícula: 9954-6

Processo nº: 5851/2010-TC

Assunto: Denúncia

Interessado: Ministério Público do Estado do RN

Responsável: Thiago Barbosa Trindade

Comunicação: Citação nº 1971/2014-DAE

CERTIDÃO

C E R T I F I C O que, após a prática dos atos de competência desta Diretoria de Atos e Execuções, constatou-se a situação definida no item 09 abaixo, conforme marcação adiante:

- ☐ 1. Apresentação de pedido de prorrogação de prazo, que se iniciou em _____, com vencimento em _____.
- ☐ 2. Diligência cumprida no prazo conferido.
- ☐ 3. Diligência cumprida em data posterior ao prazo conferido.
- ☐ 4. Diligência cumprida em data anterior à fluência do prazo conferido.
- ☐ 5. Diligência não cumprida até a presente data.
- ☐ 6. Apresentação de defesa pelo responsável no prazo legal.
- ☐ 7. Apresentação de defesa pelo responsável em data posterior ao prazo legal.
- ☐ 8. Apresentação de defesa pelo responsável em data anterior à fluência do prazo legal.
- ☒ 9. Não apresentação de defesa até a presente data.
- ☐ 10. Apresentação de recurso pelo responsável no prazo legal.
- ☐ 11. Apresentação de recurso pelo responsável em data posterior ao prazo legal.
- ☐ 12. Apresentação de recurso pelo responsável em data anterior à fluência do prazo legal.
- ☐ 13. Não apresentação de recurso pelo responsável até a presente data.
- ☐ 14. Recolhimento **total** dos valores constantes na decisão nº _____, de fls. _____, conforme comprovante(s) de fls. _____.
- ☐ 15. Recolhimento **parcial** dos valores constantes na decisão nº _____, de fls. _____, conforme comprovante(s) de fls. _____.
- ☐ 16. Não recolhimento, até a presente data, dos valores constantes na decisão nº _____, de fls. _____.
- ☐ 17. Apresentação de pedido de parcelamento no prazo legal.
- ☐ 18. Apresentação de pedido de parcelamento em data posterior ao prazo legal.
- ☐ 19. Apresentação de pedido de parcelamento em data anterior à fluência do prazo legal.

Com tais informações, faço remessa dos presentes autos à elevada consideração do Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator, para sua competente deliberação.

DIRETORIA DE ATOS E EXECUÇÕES/TCE, em Natal/RN, 26 de setembro de 2014.


De Acordo:

Katia
Katia Regina dos Santos Nobre
Matrícula 9954-6

Eduardo Felipe Borges Carneiro Costa
Eduardo Felipe Borges Carneiro Costa
Diretor de Atos e Execuções

TERMO DE RECEBIMENTO
GAB. DO CONS. RENATO COSTA DIAS


Aos 29 dias do mês de 09 do ano de 2014
neste Gabinete, recebi o presente 5851/2010
contendo 04 volume(s) e 897 folha(s).



Maria da Conceição Torres
Asses. Civil e Juríd.
Mat. 14.408-4

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO
GAB. CONS. RENATO COSTA DIAS

Aos 29 dias do mês de 09 do
ano de 2014, faço anexar ao presente, as
folhas de nº (s) 898.



Assessoria de Gabinete
Maria da Conceição Torres
Asses. Civil e Juríd.
Mat. 14.408-4



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

Gabinete do Conselheiro Renato Costa Dias

TCE- RN

Fls. 898

Rubrica: ml

Matrícula: 9363-7

PROCESSO Nº: 5851/2010-TC

ASSUNTO: DENÚNCIA. 04 VOLUMES

INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RN

RESPONSÁVEL (IS): **MICARLA ARAÚJO DE SOUZA WEBER E**
THIAGO BARBOSA TRINDADE

CONSELHEIRO RELATOR: RENATO COSTA DIAS.

DESPACHO

Natal – RN, 29/09/2014.

O Sr. **THIAGO BARBOSA TRINDADE** não apresentou defesa, apesar de citado, razão pela qual decreto revelia, nos termos dos parágrafos 2º e 5º, do art. 37, da Lei Complementar nº 464/2012.

Todavia, antes de findar a instrução, com a remessa dos autos ao MPJTC, entendo oportuno o pronunciamento da Diretoria de Administração Indireta – DAÍ, acerca da defesa apresentada intempestivamente pela Sra. **MICARLA ARAÚJO DE SOUZA WEBER**.

Após o feito, retorne os autos a este gabinete.



RENATO COSTA DIAS

Conselheiro-Relator

TERMO DE REMESSA
GAB. DO CONS. RENATO COSTA DIAS

Aos 29 dias do mês de 07 do ano de 2014
faço remessa deste PAC A(o) DAI

Assessor de Gabinete
Maria da Lourdes Badelha S. R. Damas
Mat: 9363.7



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

Diretoria de Administração Indireta

TCE-RN	
Fls.:	899
Rubrica:	<i>[assinatura]</i>
Matricula:	

PROCESSO: 5851/2010

INTERESSADO: *Promotoria de Justiça de Natal*

ASSUNTO: *Denúncia*

RELATOR: *Renato Costa Dias*

Informação 286/2014 - DAI

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Versam os autos acerca de relatório de inspeção 001/2014-DAM por intermédio do qual se analisou os contratos celebrados entre a Secretaria Municipal de Saúde de Natal e algumas entidades do Terceiro Setor (MARCA e IPAS) para gestão e execução de ações e serviços de saúde prestados na Unidade de Pronto de Atendimento Dr. Ruy Pereira dos Santos (contrato firmado com o IPAS) e nos ambulatórios médicos a especializados de planalto, nova Natal, Brasília Teimosa, Igapó e Felipe Camarão (contratos firmados com a MARCA).

Ao término do relatório de inspeção elaborado pela Diretoria de Administração Municipal, ao lado das irregularidades verificadas, sugeriu-se a remessa dos autos para esta Diretoria de Administração Indireta, como forma de complementar a instrução, em virtude da participação de entidades pertencentes ao Terceiro Setor, cuja análise, em abstrato, competiria a esta Diretoria.

Em uma primeira análise, este Corpo Técnico exarou a Informação 163/2014, manifestando-se pela incompetência desta Diretoria, sugerindo ainda citação dos responsáveis. Devidamente citados, a responsável *Micarla Araújo de Sousa Weber* juntou defesa e o senhor Thiago Barbosa Trindade nada trouxe a processo. Agora, retornam os autos a esta Diretoria para manifestação conclusiva.

2.FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

Como já dito, esta Diretoria de Administração Indireta é mesmo o órgão de controle externo vocacionado ao exame dos processos relativos à Administração Indireta do Estado e dos Municípios, em cujo rol, por ficção legal, se incluem as entidades componentes do

[assinatura]



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

Diretoria de Administração Indireta

TCE-RN	
Fls.	900
Rubrica:	R
Matricula:	

Terceiro Setor. Mas nem todos os contratos firmados pelas entidades paraestatais serão aqui examinados. Isto porque o simples fato de uma entidade do Terceiro Setor constar numa dada avença celebrada não tem o condão de arrastar para esta DAI a competência para sua análise técnica. Explica-se.

É que além de examinar as pessoas que figuram nos contratos que deverão ser analisados por este Tribunal de Contas, é imperioso que se observe o polo contratual por ela ocupado. Assim, devem ser analisadas pela DAI as contas e todas as demais despesas públicas realizadas no âmbito das entidades do Terceiro Setor, em cujo contexto elas atuam como **gestoras de recursos públicos e verdadeiras ordenadoras de despesas**. Não é esta a hipótese dos autos.

Neste caso concreto, foi celebrado um contrato de gestão entre a *Prefeitura Municipal do Natal* (por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde) e a MARCA e IPAS, entidades componentes do Terceiro Setor. Todavia, a prefeitura municipal de Natal atuou como **contratante**, restando às referidas empresas o papel de **contratado**. Logo, embora *prefeitura e entidade do Terceiro Setor* sejam abstratamente jurisdicionados desta Corte de Contas, é necessário que seja pontuado de quem é a competência para examinar os processos que envolvem entidade vinculadas a diferentes setores deste mesmo Tribunal.

Em nosso sentir, a competência para análise técnica dos processos que envolvem diversos jurisdicionados (vinculados a diferentes diretorias) deve ser do órgão de controle externo ao qual se vincula a entidade pública (órgão, secretaria, prefeitura, autarquia, etc.) que atua como gestor da referida despesa, na espécie. Deve-se examinar a questão sob o ponto de vista de dois critérios, quais sejam: a **predominância de interesses** e o **poder de gestão sob os recursos públicos empregados**. Inclusive por razões óbvias: em sendo julgadas irregulares as contas aqui apresentadas, a pecha proveniente da desaprovação e as respectivas sanções incidirão sobre o gestor do órgão contratante.

Neste caso concreto, em sendo confirmadas as falhas e equívocos no contexto dos contratos de gestão celebrados, tais irregularidades serão impostas à *Prefeitura Municipal de Natal*, à sua *Secretaria Municipal de Saúde* ou àqueles que por elas respondiam à época. Mas não



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

Diretoria de Administração Indireta

TCE-RN
Fls.: <u>301</u>
Rubrica: <u>[assinatura]</u>
Matrícula: _____

às entidades do Terceiro Setor contratadas, até porque, ao que tudo indica, estavam de boa-fé no negócio jurídico realizado e já não poderiam ser prejudicadas por atos administrativos alheios, supostamente nulos.

Idêntico é o entendimento exarado pela Consultoria Jurídica desta Corte, quando, ao decidir questão de ordem suscitada no conflito de competência (Processo 4441/2011) assim manifestou-se:

Filiando-me desde já ao entendimento esposado na Informação 110/2013-DAI (fls. 885/893), entendo que, no presente caso, a competência para a análise de processos que tenham por objeto contratos administrativos em que ambas as partes sejam, potencialmente, jurisdicionados desta Corte de Contas, deva ser fixada com base em dois critérios complementares e não excludentes entre si, a saber: o critério da predominância de interesses e o critério do poder de gestão dos recursos públicos empregados.

Com efeito, o exame dos autos revela que o ITCI, entidade do Terceiro Setor cujas contas estariam, *prima facie*, sob a competência cognitiva da DAI, figurou na avença como mero contratado, sem qualquer poder de gestão sobre os recursos provenientes do orçamento público municipal, na forma do que preceitua o art. 13 da LCE nº 411/2010, de modo que a competência para a análise técnica do referido contrato não estaria elencada no rol de atribuições do Órgão Suscitante.

Por outro lado, percebe-se que o Município de Natal ente estatal sob a jurisdição da DAM, atuou como gestor de despesa, efetivando gasto de natureza pública proveniente de seu orçamento, o que, à toda evidência, Consultoria Jurídica demonstra que, uma vez identificadas irregularidades no contexto do referido contrato, estas deverão ser imputadas ao ente público respectivo, Município de Natal, e, bem assim, àqueles que por ele respondiam ao tempo do negócio. (Grifos acrescidos)

Justamente por isso, a análise do presente processo deve limitar-se ao exame realizado pela DAM, órgão de controle externo vocacionado à fiscalização orçamentária, contábil, financeira, patrimonial e operacional do município de Natal, porque é disso que o processo cuida: de gastos realizados pela Prefeitura de Natal (por intermédio de sua Secretaria Municipal de Saúde), supostamente realizados ao arrepio da lei.

Com tal postura, homenageia-se também a celeridade processual e o princípio da eficiência, que norteiam a atuações dos órgãos administrativos e também devem conduzir a performance do Tribunal de Contas, no desempenho de seu mister constitucional.

Assim, ante tudo o exposto, este Corpo Técnico declina da suposta competência, sugerindo a remessa dos autos para a DAM, visto que, muito embora seja atribuição desta

Av. presidente Getúlio Vargas, 690 – Ed. Dr. Múcio Vilar Ribeiro Dantas
CEP n.º 59.012-360 – Petrópolis, Natal/RN
www.tce.rn.gov.br

3
[assinatura]



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

Diretoria de Administração Indireta

TCE-RN
Fls. <u>302</u>
Rubrica: <u>[assinatura]</u>
Matricula: _____

Diretoria de Administração Indireta a análise dos processos que envolvem gastos havidos no âmbito das entidades que compõem o Terceiro Setor¹, reconhece, no caso concreto, que o Instituto Pernambucano² de Assistência à Saúde (IPAS e a Associação MARCA) participaram no negócio jurídico como contratadas, fato que, por si só, não teria o condão de arrastar para esta Diretoria a competência para análise da matéria.

À Elevada Consideração de Vossa Senhoria.

Natal/RN, 07 de outubro de 2014.

Gudson Barbalho do Nascimento Leão
GUDSON BARBALHO DO NASCIMENTO LEÃO
Inspetor de Controle Externo - Mat. 9965-1

¹ Art. 13 da LC 411/2010. A Diretoria de Administração Indireta, constitui órgão de controle externo, vinculada à Segunda Câmara de Contas, dirigida por um Diretor, símbolo CC-2, tem por finalidade a análise dos processos relativos à Administração Indireta do Estado e dos Municípios, incluídas as autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista, fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Estadual ou Municipal, as entidades do Terceiro Setor, como as Organizações Não Governamentais (ONG's) e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), e outras entidades que se enquadrem nas finalidades pertinentes e que recebam recursos oriundos do orçamento público estadual ou municipal, além de outras que lhe forem compatíveis, conferidas por regulamento. (Grifos acrescidos)

² Destaque-se, ainda, que o referido instituto IPAS possui como domicílio a cidade de Recife, no estado de Pernambuco, não havendo qualquer filial ou sucursal em solo potiguar. Isto é, o instituto contratado, embora seja componente do aclamado Terceiro Setor, encontra-se "vinculado" à administração pública de Pernambuco.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

Diretoria de Administração Indireta

TCE-RN
Fis.: 803
Rubrica: <i>[assinatura]</i>
Matrícula:

PROCESSO: 5851/2010

INTERESSADO: *Promotoria de Justiça de Natal*

ASSUNTO: *Denúncia*

RELATOR: *Renato Costa Dias*

DESPACHO

Acato, integralmente, a informação 286/2014 - DAI, pelos seus fundamentos.

Encaminhando a presente à consideração do Exmo. senhor Conselheiro Relator para que, uma vez concordando com as razões expostas, possa a dotar as providências de estilo.

É o que se apresenta no momento, salvo melhor juízo.

Natal, 07 de outubro de 2014.

[assinatura]
Francisca do Nascimento Silva
Diretora da DAI em Substituição legal

TERMO DE RECEBIMENTO
GAB. DO CONS. RENATO COSTA DIAS

Aos ...13... dias do mês de ...10... do ano de ...2014...
neste Gabinete, recebi o presente ...P.R. 4... 5851/10-10
contendo ...4... volume(s) e ...103... folha(s).

Maria de Lourdes Gadelha S. R. Dantas
Mat: 9363.7

TERMO DE JUNTADA POR ANEXAÇÃO
GAB. CONS. RENATO COSTA DIAS

Aos ...13... dias do mês de ...10... do
ano de ...2014... faço anexar ao presente, as
folhas de nº (s) ...904...

Assessoria do Gabinete

Maria de Lourdes Gadelha S. R. Dantas
Mat: 9363.7



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

Gabinete do Conselheiro Renato Costa Dias

TCE- RN

Fls. 905

Rubrica: ml

Matricula: 9363-7

PROCESSO Nº: 5851/2010-TC

ASSUNTO: DENÚNCIA. 04 VOLUMES

INTERESSADO: MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO TC

CONSELHEIRO RELATOR: RENATO COSTA DIAS.

DESPACHO

Natal – RN, 13/10/2014.

Determino o encaminhamento dos autos a Diretoria de Administração Municipal - DAM, conforme sugestão da Diretoria de Administração Indireta – DAÍ, fls. 899/902, retornando em seguida a este Gabinete.



RENATO COSTA DIAS
Conselheiro-Relator

TERMO DE REMESSA
GAB. DO CONS. RENATO COSTA DIAS

Aos 13 dias do mês de 10 do ano de 2014
faço remessa deste processo A(o) DAM

Maria de Lourdes Gadelma S. R. Dantas
Assessora de Gabinete
Mat: 9363.7

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte - TCERN
Diretoria de Administração Municipal - DAM
TERMO DE REMESSAMENTO

Aos 23 dias do mês de 10 de 2014

para Diretoria receber este processo GAB. CONS
Renato Costa Dias conteúdo
04 volumes com 905 folhas, rubricadas e rubricadas
Cur M. Cam 9276.2
Corte Matrícula

Humberto de Aragão Mendes Neto
Diretor da DAM

para os devidos fins
SEM EFEITO
Tribunal de Contas do Estado
Rio Grande do Norte

Rio Grande do Norte
Tribunal de Contas do Estado
DESPACHO

Em 23/10/14
A Divisão Dep para os devidos fins.

Humberto de Aragão Mendes Neto
Diretor da DAM



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

TCE-RN	
Fis.:	906
Rubrica:	
Matrícula:	19504-4

Processo nº : 005851/ 2010- TC
Interessado : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORT
Assunto : DENÚNCIA (4 VOL)

TERMO DE APENSAMENTO

No 25º dia do mês de março do ano 2015, nesta unidade administrativa, DAM-DIV CONT. DESP. E PROG. MUNIC. (DCD), apenso a este processo, o documento de nº 014866/ 2014 .

Natal (RN), 25 de março de 2015


Joao Fernandes do Nascimento
Técnico de Nivel Superior

EXCELENTÍSSIMO SENHOR CONSELHEIRO RELATOR DO PROCESSO nº
011565/2012-TC

 Tribunal de Contas DE

Nesta data, recebi o presente documento

Natal, 06 / 10 / 14
Renato Costa Dias
Assinatura / Matrícula

THIAGO BARBOSA TRINDADE, brasileiro, solteiro, servidor público, CPF/MF nº 026.192.594-60, residente e domiciliado a rua Almirante Nelson Fernandes, 797, Tirol, Natal, vem por meio de seu advogado apresentar suas razões de defesa ao relatório de inspeção nº 01/2014-DAM/DCD encartado nos autos do processo em epígrafe, o que faz nos seguintes termos:

CONSIDERAÇÃO INICIAL

Inicialmente se destaque que o interessado foi exonerado do cargo de Secretário Municipal de Saúde em 06 de maio de 2011, deixando de ser ordenador de despesas e, portanto, não responsável por todos os atos administrativos, por mais singelos que tenham sido, a partir dessa data.

Com isto as contratações e prorrogações que foram perpetradas em datas posteriores a abril de 2011 não se ligam a responsabilidade do interessado. Nessas circunstâncias está a ratificação da qualificação das Organizações Sociais, ocorrida em outubro de 2011, bem com as prorrogações dos referidos contratos de gestão a partir daquela data.

Ressalte-se que a equipe técnica aferiu a regularidade da contratação e execução dos contratos de gestão no período de junho de 2010 a maio de 2012, ou seja, 24 (vinte e quatro meses), tendo o interessado ficado a frente da Secretaria de junho de 2010 a abril de 2011 (exonerado em 06 de maio), ou seja, por 11 (onze) meses.

TRIBUNAL DE CONTAS/RN
Nº DE ORIGEM: 014866/2014 - TC

CÂMARA: 2ª CÂMARA

RELATOR: RENATO COSTA DIAS

INTERESSADO: THIAGO BARBOSA TRINDADE

ASSUNTO: DOCUMENTO(S) REFERENTE(S) À CITAÇÃO Nº 001971/2014 DO
PROCESSO Nº 011565/2012.

014866/2014 - T

REGISTRO: 06/10/2014

TIPO: DEFES

TRIBUNAL DE CONTAS/RN

Nº DE ORIGEM: 014866/2014 - TC

CÂMARA: PLENO

RELATOR: RENATO COSTA DIAS

INTERESSADO: THIAGO BARBOSA TRINDADE

ASSUNTO: DOCUMENTO(S) REFERENTE(S) À CITAÇÃO Nº 001971/2014 DO

PROCESSO Nº 011565/2012

014866/2014 - T

REGISTRO: 06/10/2014

TIPO: DEFES

SEM EFEITO

DA NATUREZA CONVENIAL DO CONTRATO DE GESTÃO

Uma questão é pedra de toque para a análise de todos os procedimentos que foram perpetrados àquela época na Secretaria Municipal de Saúde (SMS/Natal). O que se entende por CONTRATO DE GESTÃO e qual a sua disciplina.

A doutrina e o entendimento dos Tribunais de Contas tem entendido que o Contrato de Gestão, a que se refere Lei nº 9.637/98, apesar de designar-se como contrato, vem a ser, em verdade, um convênio de cooperação, com traços diferentes dos convênios naturais em si.

Fruto da Reforma do Estado de 1988, o legislador entendeu de criar uma qualificação jurídica a ser empregada a algumas entidades sem fins econômicos, que as possibilitariam executar atividades públicas não-estatais e que nesta condição figurassem num meio caminho entre as entidades de direito público interno e as sociedades privadas.

Assim a Lei nº 9.637/98, em seu art. 5º, estabeleceu o contrato de gestão como instrumento firmado para a formação de parceria. Parceria, uma vez que não existiriam interesses conflitantes ou diversos, mas sim coincidentes (*co-incidentes*), ou seja, incidentes sobre o mesmo objeto e no mesmo sentido.

A Lei nº 9.637/98 subverte, constitucionalmente, regras que a juízo do legislador não deveriam ser observadas naquelas parcerias, saber: Licitação, Concurso Público e Pagamento.

AUSÊNCIA DE LICITAÇÃO

Já em seu artigo 6º, a Lei nº 9.637/98, é clara ao estabelecer que não é possível vinculação rígida ao termo de chamamento (Edital), uma vez que o Contrato de Gestão deveria ser aprovado pelo Conselho Administrativo da entidade. Convertendo ao procedimento ordinário, seria o mesmo que depois da Licitação, submeter o contrato a Empresa vencedora a fim de ver se ela concordava com os termos.

É da natureza da parceira que o contrato de gestão (Convênio) seja negociado, na melhor acepção da palavra, com a entidade que assumirá o gerenciamento do serviço. O Termo de Chamamento ou Edital, ou ainda, a Carta de Convite à Seleção, determina o serviço que se pretende parcerizar e as

metas que se busca atingir, estando essas metas objeto de discussão com todas as entidades que se candidatam à parceria.

Em um ambiente de absoluta falta de eficiência esta troca de experiências entre as entidades (todas) e a SMS/Natal ajudou a construir uma melhor saída para a prestação de serviços, que os próprios técnicos da Secretaria não conheciam.

Poderia se somar a esse fato, a previsão do art. 24, inciso XXIII, da Lei nº 8.666/93 que assegura a possibilidade de dispensa de licitação para contratação de organizações sociais, mas isso é até despidendo, uma vez que a impossibilidade de licitação para escolha de parcerias com Organizações Sociais estão na essência da relação jurídica a ser estabelecida (de parceria).

Observe-se que não há item no art. 24, da Lei nº 8.666/93, que estabeleça a possibilidade de dispensa para realização de convênios, porque os convênios não se submetem a este procedimento em razão de sua natureza. Como também não estão vinculados, os convênios as justificações do art. 26, da mesma Lei.

Desta pré-compreensão é que surgiram a maior parte dos atos a que se referem o relatório objeto de defesa.

Em relação ao Contrato de Gestão nº 01/2010, temos que:

- 1 – Não viola o princípio da legalidade, mas ainda assim não há exigência de publicação de termo de dispensa de licitação para parceria com OS, a publicação no mesmo dia de termo de dispensa e contrato (convênio);
- 2 – O contrato foi publicado em sua inteireza e não somente o extrato, o que, obviamente, fazer constar dele o que o relatório aponta não ter visto;
- 3 – Em relação a ausência da indicação do número do processo de dispensa de licitação, constitui-se um dado acessório, uma vez que não se aplica o que dispõe o inciso XI, do art. 55, da Lei nº 8.666/93 ao caso, vez que o contrato de gestão não é contrato para os efeitos desta Lei;
- 4 – Os itens de iv. a viii. são falhas formais que não comprometem a avença nem inquinam má-fé do ordenador de despesas, algumas, inclusive passível de aferição no curso da instrução do presente processo;

A QUESTÃO DO REPASSE DE RECURSOS

A Lei nº 9.637/98 é clara ao estabelecer que a entidade parceira, a Organização Social, tem recursos orçamentários destinados e, ao contrário, não recebe pagamento. O art. 12 é claro:

Art. 12. Às organizações sociais poderão ser destinados recursos orçamentários e bens públicos necessários ao cumprimento do contrato de gestão.

§ 1º São assegurados às organizações sociais os créditos previstos no orçamento e as respectivas liberações financeiras, de acordo com o cronograma de desembolso previsto no contrato de gestão.

§ 2º Poderá ser adicionada aos créditos orçamentários destinados ao custeio do contrato de gestão parcela de recursos para compensar desligamento de servidor cedido, desde que haja justificativa expressa da necessidade pela organização social.

§ 3º Os bens de que trata este artigo serão destinados às organizações sociais, dispensada licitação, mediante permissão de uso, consoante cláusula expressa do contrato de gestão.

Assim, exigir retenções tributárias ou notas fiscais ou mesmo certidões negativas para que haja o repasse dos recursos orçamentários é medida descabida aos contratos de gestão, regidos pela Lei nº 9.637/98. Seria como exigir isso sempre que a Secretaria de Planejamento destinasse recursos a Secretaria de Saúde.

Para efeitos de execução orçamentária a Organização Social assume papel de Unidade Orçamentária, recebendo recursos direto do orçamento, não sendo apropriado classifica-los como pagamentos e enquadrar os repasses nas exigências indevidas à situação.

Com relação ao chamado "adiantamento de pagamento" e a possível infringência ao que dispõe o art. 62, da Lei nº 4.320/64 temos que se trata de um equívoco lamentável da equipe técnica.

É bom dizer que esta mesma contratação já foi analisada pelo pleno do TCU e ficou claro, naquele julgamento, que não houve nenhum adiantamento nos termos que alega o relatório.

O art. 62, da Lei nº 4.320/64 estabelece:

Art. 62. O pagamento da despesa só será efetuado quando ordenado após sua regular liquidação.

Os adiantamentos a que se refere o relatório, todos, foram procedidos após regular liquidação, em perfeito atendimento ao que dispõe o citado artigo e mais, por se tratar de convênio, a liberação se dá por cronograma de desembolso e aferição de metas nos prazos definidos no contrato de gestão e não está vinculado a prestação do serviço.

Diga-se que apesar de ser um modelo novo a técnica de fixação da primeira parcela para o dia da assinatura do termo é quase unanimemente utilizada pelo Brasil, tendo inúmeros julgados pelo TCU e Tribunais de Contas locais, havendo a maioria que antecipa o valor equivalente a três parcelas em todo o contrato, ou seja, a cada três meses se antecipam três próximas parcelas mensais.

UMA QUESTÃO GERAL

Apesar de estar envolto numa nuvem de desconfiança e de uma visão distorcida da realidade, o modelo de contratação de organizações sociais tem um propósito específico retirar a rede de burocracia e ineficiência que permeia pelo serviço público.

Em qualquer tempo os serviços de saúde foram, são e, infeliz e provavelmente, serão caóticos. Pessoas morrem diariamente por ausência de um atendimento minimamente digno.

Some-se a isto que o serviço de saúde é caro e o aparato público parece não querer lhe pagar o preço devido, utilizando escaramuças legais e um faz-de-conta operacional que faz parecer que somente falta vontade política. Não é mais tão só isto.

O terceiro setor veio, sem sombra de dúvida, agredir a complacência, a ineficiência, o corporativismo e, também a corrupção. Caso a SMS/Natal houvesse contratado pelo regime da Lei nº 8.666/93 e tivesse exigido serviço (formalmente executado, como se faz por aí a fora), nota fiscal e

tivesse feito colhido as assinaturas e publicações que o relatório exige, provavelmente nada disso estaria acontecendo.

O que a instituição do terceiro setor propiciou foi uma devassa na execução dos contratos, analisando-se nota fiscal por nota fiscal dos prestadores de serviço das organizações envolvidas, tudo constante nas prestações de conta.

Quando, no modelo de fiscalização ordinário, se verifica que uma construtora (prestadora de serviços) empregou numa obra pública a quantidade de asfalto, ou algum material, que previu o contrato? quem afere isso quanto a sua conformidade? Nas organizações sociais tudo é aferido. Os prestadores dos prestadores são aferidos, quanto a forma e ao conteúdo.

Estávamos, em 2010, no início dessa experiência. A primeira iniciativa em anos e a primeira em Natal. Não contávamos com profissionais capacitados e a capacitação seria um processo.

Na ausência de controle hábil e fiscalização eficiente (que é papel fundamental da administração) não é improvável que tenha havido atos ilegais por parte das entidades na execução dos contratos de gestão, mas o espaço para corrupção é diminuído com o controle eficiente e isso, por mais doloroso que seja, também é um processo.

Todas as irregularidades formais detectadas pela equipe técnica, na época em que o interessado esteve a frente da SMS/Natal, foram analisadas pela Controladoria do Município e os pagamentos (todos) liberados por aquele órgão.

Não é papel do Secretário de Saúde fiscalizar a validade de certidões e assinaturas sem autenticação, para isso a Prefeitura de Natal tem um órgão independente e próprio.

DO PEDIDO

Em razão do exposto requer:


- 1) Preliminarmente que se reconheça a ausência de responsabilidade do interessado pelos atos após a sua exoneração e que se refaça o relatório individualizando os itens sob sua responsabilidade, uma vez que em muitos casos

o relatório não distingue os atos praticados antes ou após a exoneração do interessado;

- 2) A declaração de ausência de má-fé do interessado nos equívocos de natureza formal encontrado nos contratos e a ausência de prejuízo ao erário apurado no presente;
- 3) Se caso condenado, que o seja com base no inciso II, do art. 102, da Lei Complementar nº 121/94, com a fixação da multa no mínimo legal.

Nestes termos pede deferimento.

Natal, 25 de setembro de 2014.


THIAGO BARBOSA TRINDADE
CPF/MF nº 026.192.594-60



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

Gabinete do Conselheiro Renato Costa Dias

TCE- RN

Fls. **08**

Rubrica: fgd

Matrícula: 9662-8

DOCUMENTO Nº.: 14866/2014-TC

PROCESSO Nº.: 5851/2010-TC.

ASSUNTO: DOCUMENTO REFERENTE À CITAÇÃO Nº 1971/2014 DO
PROCESSO Nº 11565/2012.

INTERESSADO: THIAGO BARBOSA TRINDADE.

CONSELHEIRO RELATOR: RENATO COSTA DIAS.

DESPACHO

Natal – RN, 18/03/2015.

Trata-se o presente de documentação referente ao processo nº 11565/2012-TC apensado ao feito de nº 5851/2010-TC, razão pela qual determino o encaminhamento do documento à Diretoria de Administração Municipal - DAM, para a juntada do presente aos autos do processo nº 5851/2010-TC.


RENATO COSTA DIAS
Conselheiro-Relator

TERMO DE REMESSA
GAB. DO CONS. RENATO COSTA DIAS

Aos 18 dias do mês de 03 do ano de 2015
faço remessa deste: PROCESSO A(o) DAM

.....
Assessor de Gabinete

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte - TCE/RN
Diretoria de Administração Municipal - DAM

TERMO DE RECEBIMENTO

Aos 22 dias do mês de 03 de 2015

nesta Diretoria, recebi este PROCESSO GAB. CONS
Renato Costa Dias contendo

1 volume(s) com 1 folha(s) numeradas e Rubricadas
Walter M. Leite 92762
Nome Matrícula



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE
Diretoria de Administração Municipal

Processo nº: 014866/2014 - TC.

Interessado: Thiago Barbosa Trindade.

Assunto: Documento referente à citação nº. 001971/2014 do processo nº. 011565/2012.

DESPACHO

Para atendimento do Despacho de fls. 08 do Conselheiro Relator, encaminhem-se os autos a Diretoria de Expediente e Protocolo para alteração da etiqueta para 2ª Câmara a fim de que se consiga realizar o apensamento ao Processo nº. 5851/2010 – TC que se encontra nesta Diretoria.

Natal (RN), 24 de março de 2015.

Cleyton Marcelo Medeiros Barbosa
Diretor de Assuntos Municipais
TCE/RN.

Tribunal de Contas do Estado - TCE/RN
Unidade: Diretoria de Assuntos Municipais-DAM

TERMO DE REMESSA

Aos 24 dias do mês de 03 de 2015 nesta diretoria, faço a remessa deste processo DE contendo 01 volume(s) com 01 folha(s) numeradas e rubricadas.

Nome: YMA

Matrícula: 9990-2

Tribunal de Contas do Estado - TCE/RN
Unidade: Diretoria de Expediente

TERMO DE RECEBIMENTO

Aos 24 dias do mês de 03 do ano de 2015 nesta Diretoria de Expediente, recebi este DOC Contendo 01 volume(s) e 09 folha(s) numeradas, recebendo nº 14866/2014 - TC.

Assinatura: [Assinatura] Nome: [Assinatura] Matrícula: [Assinatura]

Tribunal de Contas do Estado - TCE/RN
Unidade: Diretoria de Expediente

TERMO DE REMESSA

Aos 24 dias do mês de 03 do Ano de 2015 nesta Diretoria de Expediente, faço remessa deste DOC a (ao) DAM

[Assinatura]
Ricardo Henrique da S. Câmara
Diretor de Expediente

DESTAQUE

A DIRETORIA DE DAM.
MUNICÍPIO PARA FINS
DE ARRENDAMENTO DO
PROCESSO N:5851/2010.

24.03.2015

[Assinatura]
Ricardo Henrique da S. Câmara
Mat. 9.591-5

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte-TCE/RN
Diretoria de Administração Municipal - DAM

TERMO DE RECEBIMENTO

Aos 24 dias do mês de março de 2015 nesta Diretoria, recebi este PROCESSO de DE

01 volume(s) com 01 folha(s) numeradas e rubricadas

Nome: [Assinatura]

Matrícula: 9500-1

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte - TCE/RN
Unidade: Diretoria de Assuntos Municipais - DAM

TERMO DE REMESSA

Aos 24 dias do mês de março de 2015 nesta diretoria, faço a remessa deste processo DE

01 volume(s) com 01 folha(s) numeradas e rubricadas

Nome: [Assinatura]

Matrícula: 9500-1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO
RIO GRANDE DO NORTE

TCE-RN	
Fls.	915
Rubrica:	<i>for</i>
Matricula:	1609260

Processo nº : 005851 / 2010

Interessado : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORT

ATO CIRCUNSTANCIADO

O presente processo foi digitalizado nesta data, conforme determinação insculpida em Resolução específica, continuando a sua tramitação no âmbito deste Tribunal, exclusivamente por meio eletrônico.

Ressalve-se, por oportuno, que a digitalização não implica na confirmação da autenticidade dos documentos acostados aos autos.

O processo físico a este relacionado permanecerá arquivado neste setor durante 6 meses a partir desta data ou até que ocorra /sobrevenha decisão final com trânsito em julgado certificado, oportunidade em que será devolvido ao órgão de origem para arquivamento.

Natal, 13 de agosto de 2015

Benise Seabra de Melo

Lenise Seabra de Melo

Assistente de Inspeção